

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

MARCHA PARA O OESTE: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

GOIÂNIA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

MARCHA PARA O OESTE: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

GOIÂNIA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção de grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração

Orientador: Barsanufio Gomides Borges

MARCHA PARA O OESTE: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

GOIÂNIA

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**GPT/BC/UFG**

Coelho, George Leonardo Seabra.

C672m Marcha pra o Oeste : entre a teoria e a prática [manuscrito] /
George Leonardo Seabra Coelho. - 2010.

174 f. .

Orientador: Prof. Dr. Barsanufu Gomide Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História, 2010.

Bibliografia e fontes.

1. Mito bandeirante. 2. Sertão. 3. Intelectuais. I. Título.

CDU: 930.85:821.134.3(81)

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

MARCHA PARA O OESTE: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Dissertação defendida no curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em ___/___/2010, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Barsanufu Gomide Borges - UFG

Presidente

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa - UFG

Membro

Prof. Dr. Eduardo José Reinato - PUC

Membro

Prof. Dr. Noé Freire Sandes - UFG

Suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente não posso deixar de agradecer aos meus irmãos e a minha Mãe, pelo esforço, paciência, dedicação, e acima de tudo confiança. Meus amigos de toda hora e de todos os lugares, pois sem os momentos de bate-papo e descontração, a solidão da escrita por si só me enlouqueceria. Aos professores que no início da graduação despertaram em mim o gosto pela pesquisa: Prof. Dr. Fausto Miziara, Prof. Dr. Carlos Oitti, Prof^a. Dr^a. Ana Tereza, Prof^a. Dr^a. Libertad Borges e a Prof^a. Dr^a. Dulce Amarante. Como esse trabalho é o fruto de um processo no qual reflete não só o esforço de leitura acadêmica, mas a necessidade de entender as dinâmicas da interpretação dos espaços - principalmente no que vivo - agradeço principalmente ao Prof. Dr. Barsanufu Gomides Borges pela coragem de orientar o projeto de pesquisa que foi apresentado e pela confiança em me dar liberdade para a elaboração do resultado final. No que se refere ao presente trabalho, agradeço também aos Profs. Drs Élio Cantalício Serpa e Noé Freires Sandes pela arguição durante a qualificação, pois somente aí percebi o tamanho do "elefante" que queria carregar. Mas como trabalho de pesquisa tem momentos de tédio, não posso deixar de agradecer a força de um amigo do peito Dr. Marcos Amaral e nossos debates sobre o Estado brasileiro e as tardes no barzinho. Também a uma pessoa que de certa forma incentivou a conclusão deste trabalho Prof. Thálita Maria. Aqueles que sem querer esqueci-me de citar, pode ter certeza que estão incluídos nos amigos de toda hora e de todos os lugares.

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo relacionar o pensamento de Cassiano Ricardo exposto no ensaio *Marcha para Oeste* – onde o mesmo re-elabora o "mito bandeirante" – e a apropriação deste mito – enquanto discurso ideológico – realizado pelo Estado Novo para dar suporte simbólico a campanha “Marcha para o Oeste”. Nosso intuito é demonstrar como esse intelectual pretende, em seu ensaio, apenas justificar “historicamente” a existência do regime estadonovista, assim como, avaliar como essa construção discursiva servia de suporte para a pretendida reestruturação do sistema produtivo do país e a incorporação dos “sertões” a partir da década de 1930.

PALAVRAS-CHAVES: “mito bandeirante”, sertão e intelectuais.

ABSTRACT

This study aims to relate the thought of Cassiano Ricardo exposed in the March to the West - where to re-establish the "pioneer myth" - and the appropriation of this myth - as ideological discourse - conducted by the New State to give symbolic support to the campaign "March to the West". Our purpose is to demonstrate how this intellectual seeks in his essay, only justified "historically" the existence of the New State regime, as well as assess how this discursive construction served to support the pretension of restructuring of the productive system of the country and incorporating the "hinterlands" from the 1930s.

KEYWORDS: pioneer myth, backwoods, intellectuals

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| RESUMO..... | 10 |
| ABSTRACT..... | 11 |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO I – DO “GIGANTE DE BOTAS” ATÉ O “GIGANTE DE MÚSCULOS DE AÇO”: ENTRE A TRADIÇÃO E O MODERNO NO MARTÍM CERERÊ..... | 18 |
| CAPÍTULO II – MITO E HISTÓRIA: JUSTIFICATIVA PARA UM ESTADO “NOVO” | 49 |
| 2.1 - Marcha para Oeste: manual para novos bandeirantes..... | 68 |
| 2.2 - Bandeiras e bandeirantes: os fundadores da Nação..... | 75 |
| CAPÍTULO III – IMPRENSA, PROPAGANDA E INTELLECTUAIS: O ESTADO BANDEIRANTE EM MARCHA... | 105 |
| 3.1 – A nova cultura política: uma forma de disciplinar idéias..... | 105 |
| 3.2 – intelectuais e ação política juntos em defesa do “Estado Forte” | 120 |
| 3.3 – Ocupação de “vazios espaciais” como promessa de progresso material..... | 134 |
| 3.4 – A marcha aí vem!..... | 145 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 161 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 172 |
| FONTES..... | 176 |

INTRODUÇÃO

Neste estudo temos como objetivo traçar um paralelo entre o pensamento de Cassiano Ricardo, pensamento este espalhado em diversas obras poéticas e ensaísticas, e o discurso ideológico que visava a incorporação dos “espaços vazios” a economia nacional. Nosso problema central será analisar essas idéias e algumas questões que envolveram a política e a economia brasileira durante o Estado Novo. Para tanto não podemos deixar de lado a relação que este personagem teve com as elites intelectuais paulistas, principalmente com os poetas reunidos em torno do grupo modernista verde-amarelo, no final da década de 20, durante o levante de 32, e na “máquina doutrinária” montada pelo Estado até 1945. Acreditamos que a preocupação do autor em relação as origens e o destino do país, permearam alguns dos principais projetos de que visavam a modernização da Nação após o Movimento de 1930. Neste sentido, avaliaremos como o autor pensava a formação do Estado nacional da mesma forma como esse mesmo Estado incorporou essa mesma explicação.

No Brasil, o ideal de modernização/industrialização e a ocupação de novas terras (sob a idéia de movimento de fronteira) após 1930, foram basicamente sustentados por subsídios estatais e se desenvolveu de forma diferente em determinadas regiões: Sudeste de um lado, fornecedor de produtos industrializados e consumidor de matéria-prima e produtos alimentícios, e o Centro-Oeste e o Norte de outro, como fornecedores de matérias-primas e produtos alimentícios, e consumidor de produtos industrializados. A partir da relação entre o pensamento de Cassiano Ricardo e o discurso ideológico do Estado Novo, aprofundaremos nossas análises sobre: como foi reafirmada a idéia do interior como "vazio espacial" e que deve ser ocupado, e que depois de ocupado, seria um caminho livre para a conquista definitiva da Amazônia; da mesma forma como essa realização possibilitaria o fortalecimento da economia nacional.

Segundo Linhares (1999) a “atuação do Estado, a partir de 1930, volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia” (p.114) a fim de abrir os sertões para a civilização. Uma das principais preocupações da política interna entre o final da década de 1930 até o final da década de 50 era a ocupação o centro do país, ou seja, a necessidade de expansão da fronteira econômica sob áreas ainda não inseridas nas relações de produção capitalistas. A nacionalidade também é representada pela ocupação desses “espaços vazios”. Velho (1979) percebe que a ideologia da industrialização proposta na década de 1970 – assim como a política de modernização da década de 1950 – acelerou a incorporação de novas terras e procurou transferir o modelo industrial para o campo, através da criação de empresas rurais e da modernização produtiva nos latifúndios.

Uma primeira justificativa da importância deste trabalho se deve ao fato de que a partir da década de 1930 a região Centro-Oeste foi constituída como uma das principais áreas de ocupação territorial. A região foi idealizada como futuro pólo produtor que supriria as

necessidades do mercado, principalmente dos centros urbanos localizados na região Sudeste. Nesse sentido, é de grande importância o esclarecimento dos elementos simbólicos que fizeram parte da visão de mundo que acompanhou esse processo, principalmente aqueles idealizados por Cassiano Ricardo e incorporados pelo discurso ideológico que subsidiou a campanha “Marcha para o Oeste”. E para a aproximação dessa proposta, a proposta de análise do discurso nos ajudará a traçar o esse panorama, sem esquecer a avaliação econômica, política e social do período tratado aqui.

Outra possibilidade de defesa desse trabalho é a noção de que, para a justificação do processo de ocupação de novas áreas foi de grande valor a elaboração de um discurso capaz de sustentar ideologicamente essa expansão e conseqüentemente a definição de funções produtivas para cada região. Procurando demonstrar, no momento analisado, que foi criado e recriado mitos, o passado foi reinventado de diferentes maneiras e o futuro foi prometido, sempre com o intuito de justificar as ações desempenhadas pelo Estado. Outro de nossos objetivos é analisar o discurso oficial que acompanhou a ocupação de “espaços vazios” no interior do país, e como esse discurso defendeu a idéia de unificação nacional e progresso, a partir da idéia da expansão fronteira produtiva no interior do país.

A técnica da análise do discurso deve dar conta da interpretação do real e da exterioridade do discurso, pois é pelo discurso que o homem reproduz e apreende a realidade com a qual ele está em relação. Segundo Orlandi (1996), a interpretação da realidade é a busca de sentido através da relação com o simbólico, e é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, pois o discurso é uma das instâncias materiais dessa relação. Esta noção nos auxiliará em nosso estudo, pois as diversas linguagens – de um intelectual, de uma autoridade, de um órgão científico e da imprensa – utilizadas nos demonstram idéias que pretendem interferir na relação homem-mundo.

Ao lado da relação entre linguagem/pensamento/mundo a condição de produção do discurso e a contextualização dos textos colaboram para a compreensão da construção das formações discursivas. O reconhecimento das condições – sociais, políticas e econômicas – em que os discursos são elaborados esclarecem os elementos que estruturam as formações discursivas. Neste sentido, a construção discursiva analisada aqui – necessidade de incorporar os sertões inspirados pelo “espírito bandeirante” – foi produzido em um momento de várias transformações sociais no Brasil – década de 1920 e 1930 – e que contou com a colaboração de um intelectual que estava fortemente influenciado por essas mudanças. Greimas (1986) considera que a prática de análise do discurso se torna uma reflexão geral sobre as condições de produção e de apreensão da significação e sentido nos textos. Toda seqüência discursiva deve ser analisada em relação a um processo discursivo de reprodução/transformação do

enunciado, e é apoiado nesse pressuposto que pretendemos lançar nossa atenção, isto é, a reprodução e a transformação (re-elaboração) dos enunciados, aqui o paulista inspirado pelo “espírito bandeirante” e a necessidade de incorporar os sertões. Segundo Greimas compreender os enunciados é uma das principais etapas da análise, até porque, as condições de produção dos enunciados esclarecem os elementos fundadores de competências.

No que se refere aos princípios e procedimentos analíticos, é necessário ter o controle sobre a operacionalização dos conceitos referentes à perspectiva discursiva. Um dos conceitos mais importantes é a idéia de texto. O texto não é uma unidade fechada em si mesmo não se “analisa o texto apenas como produto, mas procura observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação” (ORLANDI: 2000, p. 37). É importante compreender a materialidade do texto e a sua exterioridade na construção de sentido, pois o texto é um objeto histórico e merece uma análise histórica. Seguindo esse raciocínio, o(s) “sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos” (pp.11) e com a posição ocupada daquele que produz. E é justamente por isso que lançamos mão de textos variados, como poesia, ensaio, pronunciamentos oficiais, manifestos, enciclopédias do IBGE e notícias do jornal *O Popular* para aproximarmos dos enunciados que formam o discurso ideológico que subsidiou o Estado Novo para propor a campanha “Marcha Para o Oeste”. Todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro discurso, nosso objeto não se esgota apenas em uma descrição, mas na compreensão do processo discursivo.

Considerando que a tipologia de cada texto se relaciona com sua enunciação, Orlandi (2000) avalia que a idéia de “tipo” é definido na relação do texto com o mundo. Após essa interação pode se instalar a cristalização do funcionamento discursivo, onde o funcionamento não descreve apenas a função de determinado texto, mas a sua relação com o mundo. O funcionamento age juntamente com a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado e com uma finalidade específica. Assim, o “tipo” deriva de seu funcionamento, ou melhor, os “tipos” são as cristalizações de seu funcionamento.

Segundo Foucault (1999) a proposta de análise avalia o discurso do ponto de vista das relações de poder, ou melhor, o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de documentação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder” (1999: p.10). Os discursos são organizados por instituições que conduzem o que pode ou não circular, ou seja, ocorre o controle do discurso. Durante o período tratado nesse estudo, governo varguista (1930-1945) ocorreu um forte controle sobre a produção intelectual, principalmente após 1937 o Estado passou fiscalizar qualquer produção com o intuito de cristalizar a imagem de um discurso homogêneo. E é neste contexto que ocorre a conservação ou produção de discursos, pois as instituições garantem a distribuição dos sujeitos que falam de certos tipos

de discursos e da apropriação por certas categorias de sujeitos. Cassiano Ricardo enquadrasse nessa forma de pensar o processo de construção discursiva, pois esse intelectual incorporado ao corpo doutrinário do regime era responsável por departamento e jornais que difundiam o tipo de cultura popular e erudita que se enquadrava aos propósitos estadonovista.

Segundo Foucault (1999), o discurso é um jogo, em primeiro caso de escrita, em segundo de leitura, e em terceiro a troca, e que juntas põem em jogo os signos contidos nas composições discursivas, ou como considera Orlandi (1996), linguagem-pensamento-mundo. Foucault (1999) propõem “que em toda a sociedade a produção de sentido é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p.9). Durante o Estado Novo, ocorreu esse tipo de efeito, pois o regime criou uma série de órgãos responsáveis pelo controle e divulgação do discurso doutrinário.

Para Pierre Bordieu (2001) para defender uma determinada posição os grupos articulam opinião através do campo simbólico, o autor considera que essas articulações são estabelecidas por “sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima” (p.12). Bordieu (2001) pressupõe que em todo discurso ocorre uma manipulação simbólica, pois “o que nela está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social” (p.113). Uma destas é a “invocação freqüentemente ao autoritarismo científico para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor” (p.115), ou seja, o “efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável” (p.119), pois os critérios são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e reconhecimento de determinada posição. Outro elemento que pode colaborar com esse reconhecimento, segundo Bordieu (2001) é a manifestação pública, pois “constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (p.165). O ato de simbolização é parte dos meios de produção de um discurso, onde no ato público ou em um discurso científico, “o locutor inverte no seu enunciado toda a força para cuja produção o seu enunciado contribui ao mobilizar o grupo a que ele se dirige” (p.187).

Apoiado na concepção de que uma construção discursiva: não pode ser apreendida a partir de um único texto e que este por sua vez se relaciona com outros; que esta construção deve ser contextualizada com os elementos sociais, políticos e econômicos que permearam sua condição de produção e dos sujeitos que falam; os elementos simbólicos que acabam sendo incorporados ao discurso; e que essa construção discursiva pretende a disputa pela manutenção do poder. Pretendemos avaliar como a re-laboração do “mito bandeirante”

realizada por Cassiano Ricardo está diretamente relacionada com a autorização do Estado Novo como parte de uma continuidade histórica, e como o regime apropriou-se de mito como suporte ideológico para sua ação interventora na esfera econômica, social e política.

No primeiro capítulo realizaremos um levantamento do início da carreira de Cassiano Ricardo como escritor e sua relação com os debates literários e políticos até a década de 1930. Neste capítulo também faremos uma avaliação de sua adesão ao modernismo e uma análise de sua principal obra deste período: *Martim Cererê*. No segundo capítulo continuaremos acompanhando sua carreira como escritor e sua incorporação ao governo Vargas até o Estado Novo. Faremos considerações sobre suas obras ensaísticas, principalmente a *Marcha para Oeste*, que expressam sua concepção de Estado e a edificação de um Governo Autoritário. No terceiro capítulo continuaremos dando atenção a carreira profissional deste intelectual e sua incorporação ao corpo doutrinário do Estado Novo. Como o intelectual contribuiria para a Nação e como o discurso ideológico da campanha “Marcha para o Oeste” chegou a Goiás.

CAPÍTULO I – DO “GIGANTE DE BOTAS” ATÉ O “GIGANTE DE MÚSCULOS DE AÇO”: ENTRE A TRADIÇÃO E O MODERNO NO *MARTÍM CERERÊ*

Nosso intuito nesse trabalho será avaliar as idéias de Cassiano Ricardo a partir de dois livros, um de poesia e outro um “ensaio sociológico”, ou melhor, como idéias deste intelectual refletidas em dois livros – *Martim Cererê* e *Marcha para Oeste* – expõem várias faces deste autor que participou de um momento de grandes mudanças. Assim, como pretendemos dar atenção no terceiro capítulo, como essa re-elaboração e a força desse mito foram trabalhadas pelo Estado Novo. O início da carreira literária como escritor Parnasiano e Simbolista, os primeiros passos como advogado, primeiro em São Paulo, em seguida no Rio Grande e em seu retorno para São Paulo entrando em contato com modernistas, abandonando enfim os estilos combatidos. A busca pela intelectualidade brasileira de compreender e entender a sociedade brasileira com mais realismo, o interesse em encontrar os elementos que formam o caráter nacional, e como essa necessidade de construir um novo Brasil é refletido nas obras de Cassiano Ricardo.

A importância da imprensa, através do jornal *O Estado de São Paulo* nos debates sobre os rumos da política a partir da década de 20, no segundo capítulo, até a decretação do Estado Novo, jornal defensor de um modelo Liberal. Em contraposição desenvolveu-se uma ideologia autoritária, baseada em um Estado forte e coeso, como orientador da política nacional. A junção dos defensores do liberalismo e do autoritarismo contra um inimigo comum o comunismo.

Para em fim, lançar mão do poema *Martim Cererê* e como o autor busca expor suas idéias, não só no que concerne a reforma estética, mas também expõe suas posições políticas. Tal obra é marcante do modernismo que sintetiza as variedades de caminhos, constrói uma originalidade sem partir da destruição proposta pelos modernistas. Também pode ser considerado um poema épico-lírico, que retrata o “Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis” e a “fantástica integração das três raças”, e promete uma confiança no futuro baseada em uma sociedade industrial herdeira dos “Gigantes de Botas” e agora “Gigantes de Músculos de Aço”. Reelaborando o passado para edificar a diáspora em direção ao futuro, mostraremos como o autor pretende estabelecer uma passagem entre o passado primitivo e o futuro moderno.

Cassiano Ricardo, filho de Francisco Leite Machado e de Minervina Ricardo Leite, nasceu em 26 de julho de 1895² e faleceu em 14 de janeiro de 1974. Já em 1904 com nove

²Amilom Maciel Monteiro em seu livro *Cassiano: Fragmentos para uma Bibliografia*, escrito na década de 1990 e promovido pela Fundação Cassiano Ricardo, encontrou nos arquivos do escritor uma certidão de

anos de idade, escreve os seus primeiros versos e colabora com um pequeno jornal manuscrito – *O Ideal* – junto com outros alunos do Grupo Escolar Olímpio Catão em São José dos Campos, sua cidade natal. Cassiano Ricardo aos doze anos de idade começa a escrever em uma pequena revista literária, *Íris*³, que ele e alguns amigos fundaram na mesma cidade. Mais tarde trabalhou nas oficinas de *A Tribuna* que seu pai havia adquirido e entregado a direção para Pena Câmara. O pai do escritor investiu tudo o que possuía em política, e não tendo o retorno desejado, encontra-se falido e muda-se com a família para a capital de São Paulo. Monteiro (2003) avalia que o meio rural e o insucesso do pai na política faz parte da memória do poeta, essa influência fica evidente em entrevista concedida a Pedro Bloch e publicada na revista *Manchete* em 1964. Na adolescência Cassiano Ricardo estuda no Colégio Nogueira da Gama, em Jacareí, e como todo aquele que pretendia um futuro promissor, matricula-se na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (ARCADAS) em 1912⁴, depois de ter feito preparatório com o Prof. De Lorenzi (CORRÊA: 1976).

Durante o período como estudante de Direito publicou o seu primeiro livro de poemas, *Dentro da Noite* (1915), no ponto de vista de Nereu Corrêa (1976) é um livro composto de versos de adolescência. Esta primeira obra vem prefaciada por Garcia Redondo, recebendo valiosos elogios de vários escritores como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Luis Guimarães Filho, Amadeu Amaral e outros. Frequentou a escola de Direito até o 3º ano em São Paulo, depois se transferiu para a antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Como estudante no Rio de Janeiro – sob indicação de Bittencourt de Sá – foi cronista parlamentar e redator do jornal *O Dia*, entrando em contato com vários políticos cariocas (CORRÊA: 1976). Após a conclusão do curso em 1917 regressa à São Paulo⁵, onde estabelece um escritório de advocacia no Largo da Sé⁶.

Na capital paulista publica seu segundo livro *O Evangelho de Pã* (1917) pela Casa Drupat, já influenciado pelo estilo Parnasiano, ou neo-parnasiano na concepção de Corrêa (1976), pois já se percebia elementos do Simbolismo no estilo de Ricardo. Poemas Parnasianos em um momento que, segundo Martins (1978) inicia-se uma mudança em relação às artes, ou seja, os modelos antes postos – parnasianismo e simbolismo – não mais satisfaziam o gosto artístico da intelectualidade paulista, para tanto, uma nova forma de expressão já se manifesta, e seu resultado, na visão do autor, é a Semana de Arte Moderna em

nascimento do poeta que aponta sua data de nascimento como sendo do dia 24 de julho de 1894 e não no dia 26 de julho de 1895.

³Alguns números desse jornal editado em 1909 podem ser encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁴Neste período residiu na Rua Taguá no Bairro da Liberdade, iniciando o curso de Direito em São Paulo e concluindo no Rio de Janeiro em 1917.

⁵Cassiano Ricardo se destacou como bom aluno sendo agraciado com o prêmio acadêmico “Azevedo Marques”.

⁶Associando seu trabalho na advocacia, também cumpria atividades jornalísticas e literárias.

1922. Monteiro (2003) considera essa obra de Cassiano Ricardo, como um verdadeiro tributo ao parnasianismo. Por sugestão do poeta Luís Guimarães Filho, que estranhou chamar-se “Evangelho” a um deus da mitologia grega, Cassiano Ricardo resolveu alterar o título original que passou a se chamar – na 2ª edição – *A Flauta de Pã* (1925). Essa alteração, segundo Wilson Martins (1978), nos mostra como três anos após a Semana de Arte Moderna, o futuro autor de *Martin Cererê*⁷, um marco do Modernismo, “se sentia suficientemente parnasiano para reeditar o livro de 1917 sob o título de *A Flauta de Pã*” (pg. 94). Ensaçando seus primeiros passos como advogado em São Paulo, lança uma revista literária intitulada *Panóplia* (1917), título que denuncia os laços que o prendiam a corrente Parnasiana ligada a Raimundo Alberto de Oliveira e Olavo Bilac.

Depois de voltar à São Paulo e exercer a carreira de advogado por algum tempo – profissão essa considerada por seus principais biógrafos como infrutífera – o jovem advogado instigado por Artur Caetano, muda-se para o Rio Grande do Sul, com o interesse de tentar fazer carreira no ramo da advocacia, ficando lá por quatro anos. No Rio Grande do Sul foi advogar numa cidadezinha do interior, Vacaria, e funda o jornal *A Pátria*, com André Carrazone. Em 1920 publica outro livro de poesias *Jardim das Hespérides* pela Editora Mayença, poemas neo-parnasianos, ou no dizer de outros estudiosos da obra de Ricardo, o poeta arriscava uma passagem do Parnasianismo ao Simbolismo, tal obra recebeu elogios de Tristão de Athayde. O futuro poeta e ensaísta tido como representante do Modernismo ligado a Plínio Salgado e Menotti del Picchia – autores que desde 1917, já buscavam uma reação aos as correntes literárias tradicionais – ainda insistia nos estilos combatidos.

No jornal *A Pátria* que fundara com André Carrazone, Cassiano Ricardo desenvolveu durante quatro anos atividade jornalística diretamente ligada a disputa política dos riograndenses, isto é, entre Maragatos e Pica-paus, se colocando francamente ao lado de Assis Brasil. Monteiro (2003) em sua pesquisa nos informa que Cassiano Ricardo, visto como forasteiro, passou por situações realmente difíceis e delicadas, como em certa feita em que em praça pública foi aconselhado a deixar a política gaúcha com os gaúchos. O fato que desencadeou tal situação se deve ao apóio de seu jornal a Assis Brasil em oposição a Borges de Medeiros, e conseqüentemente a derrota de um deputado da situação – Firmino Paim – que mais tarde chegaria ao cargo de General. Diante disso, sua permanência no Rio Grande do Sul

⁷Segundo Wilson Martins (1978) Cassiano Ricardo foi o poeta mais mimético da literatura brasileira, sendo conhecidas as variantes atualizadoras que veio introduzindo nos seus versos ao longo dos anos. Segundo o autor, o seu “parnasianismo” de 1917, sob as exterioridades mitológicas e helenizantes caras à escola, já estava, sem que ele talvez o percebesse, impregnado de simbolismo espontâneo (p-94). Para Martins, o Simbolismo encontrado aqui não era então menos anacrônico que o Parnasianismo, mas tinha encontrado no Penumbismo uma maneira sutil de se transformar em “poesia moderna” e de se conciliar com as tendências modernizantes cada vez mais fortes.

se tornou insustentável. Corrêa (1976) considera que a volta ao estado natal foi aconselhada por amigos que o advertiam que a sua vida corria grave risco, em virtude da posição política que assumira contra Borges de Medeiros através das colunas do jornal *A Pátria*.

Em 1923 resolve retornar a São Paulo com a família e monta novo escritório de advocacia com Francisco Pati. No ano seguinte vem a público novo livro de poesia, *A Mentirosa de Olhos Verdes*⁸. Segundo Corrêa (1976), o último dessa fase de lirismo sentimentalista e panteísta do autor, estilo tido como ultrapassado, isso demonstra que Cassiano Ricardo ainda não estava sintonizado com as posições Modernistas. Esse mesmo escritor que em plena renovação literária e artística ainda insiste em estilos combatidos, e que em pouco tempo – 1926, ano das grandes cisões do movimento de 22 – se torna um dos mais importantes escritores da direita modernista que buscava construir uma continuidade, entre revolução literária e revolução política e a ascensão do Estado Novo. Com esta obra o poeta encerraria o ciclo da experiência Parnasiana iniciada com o livro *Dentro da Noite* juntamente com outros poemas que não figuram nas suas *Poesias Completas*⁹ publicada na década de 50. O seu ingresso na redação¹⁰ do *Correio Paulistano*¹¹ de 1923 a 1930, marca o encontro de Cassiano Ricardo com Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, dois dos líderes do grupo modernista chamado “Anta”¹². Mas, somente em 1925, Cassiano Ricardo dá o primeiro passo no sentido de uma radical revisão do seu comportamento no ramo da literatura, se aproximando aos poucos dos representantes do movimento literário iniciado em 22, mas já em

⁸Um livro de poesias ao estilo romântico.

⁹As *Poesias Completas* são na verdade, “poesias seletas”, visto ter o autor depurado os livros que ali reuniu, omitindo um grande número de poemas. Outra particularidade que surpreende o crítico, segundo Corrêa (1976) são as alterações introduzidas pelo autor nos seus poemas, de uma edição para outra. A verdade é que, na concepção do autor, isso revela a permanente insatisfação com sua obra realizada, tomando por inconclusa ou provisória a forma que imprimiu a um determinado poema em determinada época. O autor avalia que no contato com a obra de Cassiano Ricardo, somos surpreendidos com a supressão de um verso, ou de uma estrofe, quando não do próprio poema, para não falar das mudanças de títulos, da substituição ou deslocamento de palavras no corpo da obra. A mesma observação é válida para o prosador. Basta citar o exemplo de *Marcha para Oeste*. Da primeira para a segunda edição o livro sofreu várias alterações. Da segunda para a terceira o autor reelaborou praticamente todo o livro, podendo considerar-se uma nova obra, com supressão de longos trechos, acréscimo de dois capítulos novos, enriquecimento do texto com notas e citações bibliográficas e limaduras de estilo. Quem leu a primeira ou a segunda edição, encontrará, segundo Corrêa (1976) na terceira o sabor de uma leitura nova. O autor dá valor a riqueza polimórfica do itinerário literário de Cassiano Ricardo, “sugere ao crítico uma tal multiplicidade de ângulos que se torna impossível abarcá-la numa visão de conjunto” (p.XII).

¹⁰Corrêa (1976) considera que foi no jornalismo que Cassiano Ricardo adestrou a escrita, quer no artigo doutrinário, quer na crítica ou na polêmica literária. O poeta encerrou esse ciclo das suas atividades jornalística em 1930 e retornando em 1940.

¹¹O *Correio Paulistano*, na época era o diário mais antigo de São Paulo (26/06/1854) era governista e porta-voz avançado da Semana de Arte Moderna. Divulgava o movimento “Anta”, em que se transformara em “Verde-Amarelo”, os críticos literários já se preocupavam em fornecer à arte um fundo social e a combater a “literatura de torre de marfim”. Esta era a expressão como era designada aquela corrente ligada a Oswald de Andrade (Corrêa: 1976).

¹²Monteiro (2003) lembra “que a corrente denominada ‘Antropofagia’, de origem aristocrática e comandada por Oswald de Andrade, não se conformava Cassiano Ricardo, assim como Plínio Salgado, Cândido Mota Filho, Raul Bopp e Menotti Del Picchia. Então, a ‘Anta’ simbolizando as coisas ligadas à terra brasileira, caberia a tarefa de combater os ‘ismos’ importados, promovendo ao mesmo tempo os valores nacionais” (p.58).

maturação desde 1917. Em companhia de Francisco Pati e José Lannes, funda a revista *Novíssima*. Segundo Corrêa (1976), tal revista foi destinada a defender a causa dos novos e, ao mesmo tempo, tinha como pano de fundo o intercâmbio cultural pan-americano e sem perder de vista uma aproximação das propostas modernistas. Monteiro (2003) avalia que com a publicação dessa revista, “cujo nome no superlativo já está com a indicar os novos rumos que pretendia dar ao que já era novo nas artes brasileiras... Cassiano toma um rumo nacionalista” (p.58) aproximando-se das intenções de alguns poetas integrantes do movimento de 22. Um escritor que buscou adaptar sua escrita ao clima intelectual do momento, deixando de lado os mitos dos gigantes parnasianos e as abstrações do simbolismo, para adotar os “Gigantes de Músculos de Aço” como símbolos da unidade nacional.

Em São Paulo a ação dos órgãos de imprensa eram bastante atuantes, tanto em debates sobre as inovações no campo da literatura, quanto nos debates sobre a política e economia brasileira, juntamente com o *Correio Paulistano* outros jornais tinham grande repercussão no que se refere às lutas ideológicas sobre qual caminho o Brasil deveria tomar. Segundo Capelato (1980), nos anos finais da década de 20 o jornal *O Estado de São Paulo*, ao lado dos que propunham uma alteração no quadro político brasileiro, lutavam pela participação política dos emergentes setores oposicionistas – principalmente os urbanos – na política e no governo oligárquico. A atuação desse jornal em particular, se orientava por um projeto idealizado para o Brasil baseado na doutrina liberal como modelo de governo. Nesse projeto político, a autora aponta que “o periódico assumia o papel de opositor, razão pela qual seus representantes sempre procuraram dar ao jornal uma feição de independência frente aos governos e partidos” (p.23).

Orientados por uma concepção de Estado descentralizado e liberal, os representantes do O ESP reagiram à tendência centralizadora do governo de Washington Luis, por ser considerada um obstáculo ao progresso. Segundo Capelato (1980), M. do Carmo C. de Souza, Boris Fausto, Paulo Sérgio Pinheiro mostram como nos anos 20, são visíveis os sinais de reformulação do sistema político republicano, devido ao enfraquecimento das bases federalistas e pela ampliação da autoridade federal sobre os Estados. Essa postura contribuiu para o diálogo entre os representantes do periódico com políticos de outros estados, em particular do Rio Grande do Sul, principalmente com Assis Brasil, que neste contexto fazia oposição ao grupo de Borges de Medeiros ao qual Vargas era aliado. Por outro lado, Capelato (1980) nos lembra que a atuação de Getúlio Vargas na presidência desse estado foi sempre elogiada pelo jornal paulista citado. O que é mais interessante é que Cassiano Ricardo durante sua permanência no Sul do país defendia as posições de Assis Brasil através do jornal *A Pátria* contra Borges de Medeiros e seus aliados, dentre eles Vargas. Em São Paulo, os

representantes do jornal *O Estado de São Paulo* consideravam Assis Brasil como o verdadeiro defensor dos ideais liberais e o apontava como o modelo de democrata e um exemplo a ser seguido pelos homens públicos¹³. Do mesmo modo, Antônio Carlos e Getúlio Vargas, nos anos finais da Primeira República, eram mencionados pelo periódico como os dois chefes de governo que se tem distinguido entre os seus pares pela feição liberal (CAPELATO: 1980).

Capelato (1980) avalia que nas duas primeiras décadas do século XX se tornou mais acentuada as tentativas de compreender a sociedade brasileira com mais realismo. A obra de Euclides da Cunha, na medida em que retrata com menos fantasia e mais veracidade o homem do Sertão, foi apontada como expressão dessa tentativa por alguns representantes do movimento modernista da década de 20, assim como por intelectuais que não estavam diretamente ligados aos grupos derivados de 22. Mas se torna de suma importância, maior ainda na década de 30, o resgate das origens do elemento nacional, se torna um suporte ideológico para projeto de integração econômica do território nacional. Essa posição é um ponto chave no pensamento de Cassiano Ricardo, pois o autor busca expressar as origens do elemento nacional e resgata a miscigenação racial como gênese de outra raça. Essa gênese do brasileiro, segundo o pensamento de Cassiano Ricardo, dá o início a conquista do território através dos “Gigantes de Botas” e a construção de uma nova Nação. Retomaremos esse tema mais a frente. Ainda na década de 20, *O Estado de São Paulo* também passou a criticar a ausência de uma elite intelectual capaz de compreender os problemas de sua época e de dar a eles uma solução adequada. Para alguns esse vazio intelectual deveria ser preenchido pelas universidades¹⁴. Neste sentido,

a formação de “elites intelectuais”, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país. O papel que lhes era reservado, no plano político e cultural, revestia-se de suma importância, de vez que “O ESP” entendia que as soluções para os intrincados problemas nacionais deveriam britar da educação... caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião pública”, esteio sobre o qual se assentava... o destino político da nação (CAPELATO: 1980, p.122-123).

Em meio ao debate sobre como e de onde deveria partir a ótica para avaliar os problemas brasileiros, isto é, de qual campo intelectual deveria emergir as soluções

¹³Na década de 20, “Assis Brasil – o antigo companheiro das arcadas de Júlio de Mesquita – veio a ocupar o lugar que antes coubera a Rui Barbosa nas páginas de ‘O ESP’. Os dois grandes ‘ídolos políticos’ do jornal eram considerados os representantes expressivos das ‘elites intelectuais’, porque eram portadores de ‘cultura’ e ‘integridade moral’, valores que o jornal reputava como indispensáveis ao indivíduo que se integrasse na vida política” (CAPELATO: 1980, nota: p. 31).

¹⁴Um marco desta proposta foi a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São Paulo.

orientadoras para a política nacional, podemos observar que no final da década de 20 ela partiria de dois pólos: o viés liberal e o pressuposto autoritário-nacionalista. No entanto, ambos defendiam a posição primordial dos intelectuais no comando das decisões políticas. Cassiano Ricardo – antigo parnasiano e posteriormente ligado ao grupo modernista de Menotti e Plínio – não fugia a essa tendência autoritária, visto que na década de 30 e início da década de 40, este intelectual se tornaria um dos principais ideólogos do discurso doutrinário da política autoritária do governo Vargas, e defensor do papel dos intelectuais, no sentido de reunir as capacidades em prol do fortalecimento da Nação.

A carreira literária deste intelectual começou, realmente, pelo treinamento parnasiano, e em seguida enveredou pela experiência modernista ligada a Menotti Del Picchia e a Plínio Salgado. Em sua fase modernista¹⁵, pós-25, passou a ser um polemista em prol das modernas formas de escrita e, sobretudo, de uma poesia de sentido nacionalista e atuante no campo das decisões políticas (CORRÊA: 1976). Segundo Ferreira (1970), Cassiano Ricardo aderiu às sendas abertas por 22, rejeitando princípios ou deles se aproximando, movimento marcado pela tentativa de abandonar as estéticas de periferia e caminhar para o diálogo interior e para a “participação” dos intelectuais na vida social e política do país. Monteiro (2003) citando Antônio Cândido avalia Cassiano Ricardo como uma personalidade plástica, pois produziu obras marcadas pelas tendências de seu tempo, tanto no período modernista da década de 20 e 30, como na poesia de vanguarda na década de 60.

O ano de 1925 é considerado o início da fase modernista e nacionalista do escritor de São José dos Campos, pois em seu retorno a São Paulo, Cassiano Ricardo inicia seus primeiros contatos com o grupo “Anta”. Na concepção de Renard Perez (1979) esse grupo nacionalista que combatia os “ismos” literários europeus, procurou fazer do próprio Brasil o motivo direto e vivo de uma nova experiência artística. Compunha o grupo além de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Candito Mota Filho e Paul Bopp. Dessa fase, a obra mais representativa do autor analisado aqui foi *Martim Cererê*, obra ligada ao espírito renovador da época, apresentando inovações tanto no campo da literatura, quanto no campo político. Neste livro de poesia é visível o destaque que o poeta dá a importância do café para o desenvolvimento industrial, assim como, a supremacia de São Paulo em relação aos outros Estados da federação, e São Paulo como lugar onde partiu os “heróis” construtores da Nação. Essa supremacia é mitificada, pois este é o local de onde as Bandeiras partiram para a conquista do território nacional. Iremos aprofundar nestes pontos mais a frente, para em seguida trabalharmos como esses símbolos, particularmente paulistas, foram reinterpretados

¹⁵Nesta sua nova fase Cassiano Ricardo publicou várias obras: *Vamos caçar papagaios* (1925), *Os Borrões de verde e amarelo*, *Martim Cererê* (1928) e *Deixa estar, jacaré* (1931).

para dar legitimidade ao governo autoritário do Estado Novo, ou melhor, como Cassiano Ricardo apropriou do símbolo paulista – o Bandeirante – e o transpôs em símbolo nacional. Nossa tentativa será avaliar como o poeta trabalhou este símbolo regional e o transformou em elemento de unificação nacional pelo Estado varguista, e como esse discurso foi difundido. Essa preocupação se torna importante, pois nos primeiros anos após o movimento de 30 ocorreu uma dissintonia entre as elites paulistas e o governo Vargas, conflito de interesses que gera o levante de 32.

Corrêa (1976) afirma que como para outros modernistas, para Cassiano Ricardo o movimento de 22 não encontraria em outra parte do Brasil habitat mais propício do que São Paulo. E enumera vários fatores, entre os quais, o espírito renovador bandeirante. Segundo o autor citado, Cassiano Ricardo considera que o “espírito bandeirante” é “avesso a literatura e, portanto, mais inclinado do que qualquer outro a promover um gesto de libertação literária ou antiliterária” (p.21). Seguindo essa concepção, essa tendência antiliterária inerente ao movimento Bandeirante iniciado no século XVI, explica a Semana de Arte Moderna no século XX. Desta forma, São Paulo procurou, com essa atitude, se manter imune às infiltrações das escolas literárias importadas da Europa, a única exceção benéfica desta influência estrangeira, segundo Cassiano Ricardo, foi o Romantismo, exatamente por ser uma tendência antiliterária.

No que concerne ao Modernismo e a busca por quebrar padrões, Jerusa Ferreira (1970) lembra que no Brasil a palavra “modernismo” – relacionada exclusivamente a literatura – designava um conjunto de correntes de reação ao Parnasianismo e ao Simbolismo. Esse movimento possibilitou segundo a autora, “o surgimento de uma originalidade diferenciada em vários setores da vida cultural, além de uma consciência crítica. O ‘Martim Cererê’, na sua primeira fase, atesta esta procura de um original individuante” (p.14). Com o *Martim Cererê* inicia-se a fase de ufanismo brasílico do poeta Cassiano Ricardo. Completando a afirmação anterior, Corrêa (1976) avalia que as divergências entre vários clãs em que se fragmentou o movimento de 22 eram mais de superfícies do que de profundidade, pois no fundo a maioria se identificava pelo denominador comum: a tese nacionalista¹⁶. Para que seja possível uma melhor definição do Modernismo¹⁷ no Brasil é importante perceber que neste conjunto de correntes,

¹⁶Conseguiu-se assim uma unidade de coerência incoerente, levando-se em conta a diversidade dos grupos e mesmo das contribuições isoladas dos que se confessam independentes. Manoel Bandeira era um deles (FERREIRA: 1970, p.15). Segundo a perspectiva de Ferreira (1970), preocupavam-se todos “com a formação étnica de nossa gente, exaltando o papel das ‘raças’ primitivas na gênese da sociedade brasileira. Chegou-se ao que chamaríamos de tremendo cultivo das origens brasílicas, à formação de uma visão da sociedade brasileira, que, se por um lado era lírica e idealizada, por outro era tragicômica, caótica, agressivo, com ressaibos de lirismo” (p.17).

¹⁷O modernismo brasileiro pode ser visto como um entusiástico regresso aos valores da tradição nacional, uma desenfreada explosão de regionalismo, uma ânsia de libertação do colonialismo europeu. Segundo Ferreira

a exaltação de um nacionalismo, o culto das lendas, os primeiros estudos organizados de folclore, a desenvolvimento do romance regionalista com pretensões universalizantes, correspondiam, como se sabe, ao desenvolvimento e afirmação de uma nação que se preparava para experimentar o surto industrial e o seu lugar no conjunto universal (FERREIRA: 1970, p.19).

Wilson Martins (1978) nos lembra que “o Modernismo por um lado se caracterizava, com a adesão de escritores importantes e a chegada de novos recrutas, e por outro lado se caracterizava, com a sutil modificação dos seus postulados iniciais” (p 377). A exemplo disso tem o ingresso – somente em 1926 – de Cassiano Ricardo a uma das correntes ligadas ao modernismo. A corrente a qual o autor aderiu, defendia uma nova tomada de posição no movimento iniciado em 22, pois este ia se afastando das suas raízes brasileiras, e no qual, Cassiano Ricardo – apesar de só aderir ao Modernismo em 1925-26 – teve atuação destacada ao lado de Menotti Del Picchia, Mota Filho e Plínio Salgado, no movimento verde-amarelo.

No ano de 1926, Cassiano Ricardo publica os primeiros livros no estilo nacionalista ligado ao Modernismo, *Borrões de Verde e Amarelo*¹⁸ e *Vamos caçar papagaios* ambos pela editora Hélios Ltda de São Paulo. Na concepção de Corrêa (1976) nesses livros o poeta utiliza uma linguagem voltada ao nacional, quem afirma isso é o próprio poeta, definindo essas obras como sendo voltadas para um “nacionalismo romântico” (RICARDO: 1974). Esses dois livros de feição nacionalista preludiam – principalmente em *Vamos Caçar Papagaios* – o lançamento de *Martim Cererê*. Em 1928¹⁹ com ilustrações de Di Cavalcante sai a 1ª edição de *Martim Cererê*²⁰ pela mesma editora. Obra marcante do modernismo que sintetiza as

(1970) o “nosso modernismo... pretendia alcançar a medida de um regionalismo que se pretendesse a padrões universais” (p.13). Correspondeu o Modernismo brasileiro a uma unificação de tendências, embora houvesse, como se sabe, tantos “ismos” quanto “istas” e não se pudesse contar com um índice de sistematização das várias vertentes que vieram encorpar o caudal. Confessavam muitos deles (“Antas” ou “Pau-Brasil”) a fobia de estéticas importadas e desejavam evitar a influência de outras tendências. Ferreira (1970) em seu livro *Notícias de Martim Cererê* tentou verificar até onde tal fato se confirma ou nega. Foi do fascínio cultivado de nossas coisas que, se por um lado se revelou e estimulou o conhecimento de uma realidade e ajudou a criar uma individualidade expressiva literária, um desvio da norma falada (não uma outra língua como pretendia Cassiano Ricardo), por outro lado fortaleceu-se um verde-amarelismo extremado.

¹⁸Nesta obra o poeta evoca especialmente suas experiências da infância e as suas lembranças de seu passado agreste.

¹⁹Segundo Ferreira (1970), o ano 1928 é a data de aparecimento de três das maiores contribuições do “Modernismo Brasileiro” no que se refere ao novo indianismo, cada um à sua maneira, o *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo, cume de sua fase primitivista, o fértil *Cobra Norato* de Raul Bopp e o bárbaro *Macunaíma* de Mario de Andrade.

²⁰Esta obra recebeu elogios de Carlos Drumont de Andrade, Plínio Salgado, Guilherme de Almeida, Júlio Dantas e João Ribeiro. O título *Martim Cererê* começou a servir de nome de movimentos nacionalistas, nome de jornais estudantis, de chapas de Diretórios Acadêmicos, teatros, etc. Os homens públicos começaram a enxertar em seus discursos frases do poema, mesmo anos depois de seu lançamento, como fez, por exemplo, Juscelino Kubtschek ao se referir ao espírito dos paulistas, em discurso que pronunciou em Ribeirão Preto quando ainda era Governador de Minas Gerais. (Ver: MONTEIRO: 2003, p. 74)

variedades de caminhos, poema que por um lado, incorpora muita tradicionalidade²¹, tanto na escrita quanto nos temas, e por outro constrói uma originalidade sem partir da destruição tão apregoada pelos modernistas, mas na avaliação de Ferreira (1970), pretendendo-a como meta²². Segundo a autora, o *Martim Cererê*, pode ser situado num meio termo – conservação – inovação –, fobia – atração –, brasilidade – universalidade²³, sendo um documento que encerra dicotomizando as duas tendências²⁴: tradicional e moderno (FERREIRA: 1970, p.25). Também pode ser considerado um poema épico-lírico, que retrata o “Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis” e a “fantástica integração das três raças”.

A autora divide o *Martim Cererê* entre a interferência de uma fusão étnica transposta para a sonoridade de um mito, o pulsar de uma aventura poética, que quer mergulhar no passado e retirar dele um lastro de heroísmo dinâmico, que fazia falta, visto que procura produzir a consciência mítica de uma unidade histórica. Ao buscar no passado elementos que possam dar continuidade ao processo de formação da Nação enquanto unidade histórica, no poema, Cassiano Ricardo tem a pretensão de cristalizar na memória determinados símbolos que elevam São Paulo em relação aos outros estados da federação. Tal narrativa justifica confiança no futuro baseada em uma sociedade industrial herdeira dos “Gigantes de Botas” e agora “Gigantes de Músculos de Aço”, ou seja, a intenção pretendida e levada a cabo foi a tentativa de reelaborar o passado para edificar a diáspora em direção ao futuro, uma fusão no sentido de passagem entre o passado primitivo e o futuro moderno.

O poema é uma demanda angustiada do passado, onde revela o ideal das sociedades primitivas e a glorificação de uma raça mista (FERREIRA: 1970, p.26). Na primeira parte do poema intitulado “Argumento” o poeta deixa escrito “... e isto não é fábula”. Segue agora uma breve síntese no conjunto do texto, isto é, uma síntese da história épica que o poema narra.

²¹Sob este aspecto e muitos outros, percebe-se rebeldia, inovação, constatação de existir com nacionalidade, e o que será sempre oportuna, segundo o ponto de vista de Ferreira (1970), uma aproximação do Modernismo com o Romantismo. Representam Romantismo e Modernismo, o cultivo da originalidade e da liberdade criadora, pois nem tudo, foi devorado, muito foi transfigurado. É o que a autora procurou mostrar no *Martim Cererê*, onde não “houve, portanto, uma liquidação de passado, mas uma ‘restauração de valores vitais pretéritos’.”(FERREIRA: 1970, P.21)

²²Tal meta segundo a concepção de Ferreira (1970) se resumia ao fato de que era necessário destruiu para sugerir e conseguir situar-se ao nível de uma modernidade precisamente conseguida.

²³Ferreira (1970) cita Hernani Cidade (Ver o Conceito de Poesia como Expressão de Cultura, de Hernani Cidade, pág. 132.) onde o autor afirma que “outro exemplo da evolução libertadora do movimento é Cassiano Ricardo que, por exemplo, pôde conciliar os anelos de modernidade com a complacência nas evocações do passado e a consciência melancólica dos apegos de sangue” (p.16-17).

²⁴Servindo-se de um rumo novo, Cassiano Ricardo, segundo Ferreira (1970) tentou prender-se à tradição, enquanto se lançava à inovação, de modo a criar um lastro de heroísmo para enfim nos afirmarmos em relação à história de nossa civilização. Tratou-se então de buscar uma identidade visível e indispensável entre coisas expressadas e modo de expressar, entre a realidade a ser poetizada e instrumento de trabalho.

I

... Uiara, morava na Terra Grande.

Dizem que tinha cabelo verde, olho amarelo.

O mato é verde; pois seus cabelos eram mais verdes. A flor do ipê é amarela; pois seus olhos eram mais amarelos.

II

Então apareceu um homem de outra raça. Era branco... viera cavalgando uma onda azul... e ofereceu-se para casar com ela.

... vá buscar a noite e eu me casarei com você...

III

... não demorou muito, trouxe a noite. Trouxe a noite africana, que veio no navio negreiro... pertenciam a uma terceira raça...

Carvão que chegava, destinado à oficina das raças.

IV

Então a moça bonita casou com o Caraíba branco e pronto!... Nasceram os gigantes de botas.

... Com sangue de índio mágico, de português lírico, de espanhol fabuloso, de africano resmungão e plástico...

V

... E vieram as léguas, enrolando-se nas botas dos gigantes... E vieram os monstros, as jiboiaçus da fábula, os tamanduás, as onças com sede de sangue humano; a fauna em peso, multicolor, trancando a porta do sertão mais ínvio do mundo...

Os gigantes haviam calçado as suas botas sete-léguas e levavam no coração duas forças terríveis: a ambição e o maravilhoso.

Arrastavam-nos mato a dentro os mitos resplandecentes: a serra das esmeraldas, a serra de ouro, a serra de prata.

... Vão brancos, pretos e muitos índios, de que os gigantes se servem...

VI

... São os rios humanos de três cores, que percorrem o chão da América...

– Tropa de gente de São Paulo...

VII

... esmagada a cabeçorra azul da última légua, o Brasil ficou sendo o que é hoje.

No rastro da grande marcha brotaram as cidades, os cafezais; fundou-se a nova civilização baseada no amor por todas as raças. (RICARDO: 1983, p-4/6).

Além das ilustrações de Di Cavalcante, também Tarsila do Amaral, Goeldi e Lívio Abramo tiveram seus trabalhos registrados nas diversas edições do livro. Por esse livro Cassiano Ricardo recebeu, em 1937, o “Prêmio de Honra” da *Revista Americana*, de Bueno Aires. Também recebeu carta oficial de Getúlio Vargas em 1928 – no momento ocupando o cargo de Presidente do estado do Rio Grande do Sul – parabenizando-o pela publicação do livro com os dizeres:

Tenho o prazer de lhe apresentar effusivas felicitações pela publicação de seu livro “Martim Cererê”, que se dignou de me enviar e que já li com **interesse e proveito**. Queira o Illustre Patrício, **forte expressão da mentalidade nova do Brasil**, acceitar, com agradecimento cordial, a *segurança* do meu apreço e admiração (GRIFO NOSSO. In. MONTEIRO: 2003).

Vemos como o governante sulino e futuro chefe de Estado, afirma o interesse e proveito pela “forte expressão da mentalidade nova do Brasil” exposta por Cassiano Ricardo pois, em *Martim Cererê* o poeta além de cantar a fusão das raças como base da democracia no Brasil, também exprime liricamente o papel de liderança do bandeirante na marcha histórica rumo ao Oeste. O escritor também poetiza o processo de industrialização sendo impulsionado pela força do café, além da conquista do interior do país, já que em seu poema, são pelas botas dos bandeirantes que corre a expansão da fronteira rumo ao Oeste, lugar onde todas “as léguas que ainda pouco se enrolaram nas botas dos gigantes também estão dormindo” (As pedras verdes – RICARDO: 1983, p-89). No mesmo ano da publicação deste livro, Cassiano Ricardo foi nomeado Censor Teatral e Cinematográfico do Gabinete de Investigação, da Repartição Central de Polícia pelo Presidente do Estado de São Paulo em 1928, entrando para a carreira pública e abandonando definitivamente a advocacia. Acumula com essa nova atividade o seu trabalho jornalístico no *Correio Paulistano*, onde permaneceu até o fechamento pela Revolução da Aliança Liberal em 1930.

Uma das obras de Cassiano Ricardo que será foco de atenção neste trabalho é o poema *Martim Cererê*, obra que nasceu em tempos de fortes lutas políticas, de choque entre a mentalidade rural e industrial na busca do tipo ideal de brasileiro. Afirma o autor de *Martim Cererê* que os “ismos” literários facilmente viram “ismos” políticos, e segundo Cassiano Ricardo (1974) foi exatamente o que ocorreu com os movimentos *antropofágico* de Oswald de Andrade e *Verde-amarelo*²⁵ de Plínio Salgado na década de 30, os quais, por sua vez, provinham do Modernismo (CORRÊA: 1976). Para Cassiano Ricardo (1974) o primeiro coligou-se ao esquerdismo bolchevista, ao passo que o segundo inclinou-se para a direita fascista européia. No entanto, com Plínio Salgado – é o próprio Cassiano que o diz anos depois – o movimento aproximou-se do modelo fascista e, com Menotti e Mota Filho, se poderia encontrar o original nacionalismo, que viria a desembocar no movimento “Bandeira” iniciado em 1936 (RICARDO: 1974).

O autor de Juca Mulato, Menotti Del Picchia, afirma que o *Martim Cererê* pode ser classificado como o canto de despedida da era agrária, do Brasil essencialmente agrícola, visto que o fortalecimento da industrialização abalou os alicerces rurais do Estado oligárquico (CORRÊA: 1976, p.8). Essas posições vão se reforçar ainda mais no final da

²⁵Corrêa (1976) considera que no “grupo ‘Verde-Amarelo, Cassiano Ricardo procurou fazer do seu poema, não um simples corolário de espírito grupal, mas uma obra que, refletindo esse espírito em suas dimensões nacionalistas... De fato: o Brasil dos primeiros europeus que aqui desembarcaram, o país das lendas e dos mitos indígenas, com as entradas nos sertões e as cavalgadas no Sul, o Brasil da loucura do ouro e dos sonhos das esmeraldas, esse Brasil que a fábula se misturava com a realidade, já tinha sido cantado em prosa e verso por românticos e parnasianos. Os modernistas retomavam o assunto, abordavam-no sob ângulos novos, comunicando-lhe um sentido de brasilidade mais autêntico... Cassiano Ricardo, fundiu a nota lírica e épica dentro de uma realização artística”. (p.44)

década de 1930 com a política de desenvolvimento adotada pelo Estado Novo. Neste contexto, os projetos de reorganização da estrutura produtiva do país iam de encontro ao fortalecimento do setor industrial brasileiro. No final do *Martim Cererê* essa pretensão industrializante fica clara

Por fim cresci. Hoje sou gente grande.
Sou comissário de café. Tenho viadutos encantados.
Minha cidade é esse tumulto colorido que ai passa
Levando as fábricas pelas rédeas pretas da fumaça! (Brasil-menino: p.154)

Mário da Silva Brito (1995) em prefácio de um dos livros de Cassiano Ricardo afirma que é bom “recordar que ‘Martim Cererê’ – uma peça clássica da poesia moderna brasileira, como disse Carlos Drummond de Andrade – precisou de nove edições para encontrar a forma perfeita” (RICARDO: 1995, p.6), visto que em 1970 o livro chegava a 12ª edição, todas com alterações. O livro publicado na década de vinte foi ilustrado por Di Cavalcanti, já em sua oitava edição em 1945 contou com as gravuras de Goeldi e na 11ª a ilustração ficou por conta de Tarsila em 1962. Esta edição, de 1962, segundo o próprio Cassiano seria uma espécie de *Martim Cererê* passado a limpo, pedindo para “revogar” as edições em contrário. Na 12ª edição Cassiano Ricardo acrescenta um breve itinerário bibliográfico e lírico do seu poema. Já no início, o poeta lembra que a obra foi modificada ou acrescida de novos trechos, de edição para edição, e “veio a tornar-se um poema, pelo menos no que concerne a argumento e sucessão de composições até certo ponto ligadas entre si” (RICARDO: 1974, p-158). Ricardo afirma que mal “maior, porém, seria deixar de corrigir o livro, do ponto de vista formal e poético, a fim de lhe dar a feição definitiva” (p-163). Com essa afirmação, fica clara a pretensão de atualização do mito criado pelo autor de acordo com contexto ao qual reedita a obra.

Brito (1995) avalia que a obra propunha uma visão épica da história pátria, exaltando o bandeirantismo, buscou a construção de uma mitologia nacional, fortalecendo o vínculo entre a civilização bandeirante, à civilização cafeeira e à civilização industrial, principalmente no que se refere ao embate entre o rural-arcaico e o urbano-industrial-moderno. Brito comenta que o poema

um produto eufórico de um momento eufórico, de um instante de crescimento, de formação de uma consciência de grandeza. Cantava uma raça nova, produto da miscigenação, raça que fora anunciada pelos modernistas... um tipo especial de brasileiro... do branco, do preto, do índio e de todos os imigrantes. É canto nascido da crença na “democracia biológica”, inventada, aliás, pelo próprio Cassiano Ricardo, ou seja, a democracia fundada na ausência de preconceitos de sangue. A idéia de uma raça resultada da síntese de todas as que fecundavam o país (Idem: p.9).

Uma das contribuições do poema é a crítica as ideologias que apontam a falta de desenvolvimento do brasileiro como sendo resultante da mistura de raças. O poeta inverte a equação e elege a miscigenação entre as raças como sendo um ponto positivo para a nação. Cassiano Ricardo na década de 70 afirma que o poema teve como influência o “indianismo” do grupo literário Anta que “pugnava pelo estudo da cultura indígena como base da autenticidade americana” (p-159). Segundo o poeta teve grande influência também nas

lições de Alarico Silveira, freqüentava o Poranduba Amazonense, de Barbosa Rodrigues, O Selvagem, de Couto de Magalhães, os Seixos Rolados, de Roquette-Pinto, por indicação de Plínio Salgado. Foi de tal contato que me veio a idéia de escrever um poema, não apenas indígena mas racial, baseado no mito tupi que, afinal hoje lhe serve de argumento (p-159).

Monteiro (2003) considera a obra *Martim Cererê* como um “poema épico-lírico”, poema que apresenta de forma fantástica o tema principal, ou seja, a integração das três raças na formação do brasileiro. O tema é organizado dentro de um esquema, onde a mitologia indígena marca o encontro lírico de duas culturas às quais veio se juntar uma terceira, o negro. Na concepção do autor, o poema *Martim Cererê* se divide no mítico, no heróico e no histórico. Cassiano Ricardo em avaliação posterior está ciente disso, pois “o Martim Cererê, conquanto moderno (ou modernista), tem muito de primitivo, de mitológico” (1974: p-161), e conclui, quis “eu fazer um poema apenas ‘brasileiro’, e foi o que fiz” (Idem: p-162) daí “Martim Cererê como conciliação, em que colaboraram as três raças de nossa formação inicial. É o Brasil-menino. Ou melhor, o mito do Brasil-menino” (Idem: p-163). Podemos considerar que o poema foi concebido em três planos com material extraído, respectivamente, da cosmogonia indígena, das façanhas homéricas dos furadores de mato do século XVIII, e da ascensão da civilização industrial no final século XIX. Aqui podemos perceber como começa a ser construída a ideologia que viria a legitimar o projeto de nação varguista, onde a “democracia tipicamente brasileira” gestada nas bandeiras históricas desembocaria em grande Nação industrial. Esses três elementos: uma “democracia tipicamente brasileira” que não quer dizer democracia política, mas social; o elemento simbólico – o “mito bandeirante” – retirado do passado que justifica a ocupação dos territórios do interior; e por fim, a “valorização do setor industrial” com a criação e fortalecimento de um mercado interno; podem ser apreciados como o germe do programa de desenvolvimento estadonovista proposto – anos depois – pela campanha Marcha para o Oeste, assunto que será abordado mais profundamente em outro capítulo.

Para Ferreira (1970) a grande incidência do léxico brasílico que busca revelar não apenas a valorização do sentimento de brasilidade, mas a expressão de uma cosmovisão do homem brasileiro²⁶ é outra inovação do livro. A autora lembra que o poema nasce em uma época de culto ufanista do passado e louvação irrefreada das sociedades primitivas²⁷. O ideário do poema não se constituiu num avanço nem eleger destruição, ele inova ao exaltar a fusão das “raças” contra a soberania de qualquer uma delas. Em outros pontos, segundo Ferreira (1970), o poema permanece apegado a conceitos tradicionais, onde as idéias se integram no contexto da moral burguesa, tanto que o casamento da índia com o português, celebrado por Anchieta aparece selado pelo *Conjugo Vobis*. Chegando ao ponto de

Um jesuíta canário,
chamado Anchieta, e também vindo
dentro do Pássaro Marítimo,
celebra o casamento do homem branco
(que viera cavalgando uma onda azul)
Com a mulher mais bonita do mundo
(cabelos verdes, olhos amarelos) (RICARDO: 1974 p-47).

O casamento entre o branco e a índia só se realiza porque o marinheiro cumpriu a tarefa de trazer a noite – metáfora que se refere ao negro africano – para por fim ao dia na terra de Uiara. Nesta trama, a índia só se casaria com alguém que trouxesse a noite para a “grande Terra girassol” (Ladainha – RICARDO: 1974, p-33), “onde se desenrola; o desenho animado; do mundo primitivo” (Canto de Guerra – RICARDO: 1974, p-14) e “onde uma permanente madrugada” (Onde estaria a noite? – RICARDO: 1974, p-39) vigia a “terra criança” (Noite na terra – RICARDO: 1974, p-43). É um indício que demonstra a visão do poeta que aponta a infância da terra pelo fato de não estar em sincronismo com o tempo natural, com o tempo do mundo, o tempo do mundo moderno, devido a isso a terra de Uiara se encontrava em um “não-mundo” fora da realidade, ou melhor, em um mundo místico-mítico. O casamento entre o branco vindo em uma onda azul com a mulher de cabelos verdes e olhos amarelos, ou seja, as cores da bandeira nacional são simbolizadas na união entre as raças que darão início a nova parte do livro. Já que

²⁶Seguindo a avaliação de Ferreira (1970), Cassiano Ricardo “segue o caminho de redenção pela volta, regresso aos dias não conspurcados, a mesma visão das coisas que o teria levado a formular a teoria do homem cordial brasileiro, e que segundo Cavalcante Proença se encontra em Mario de Andrade que fala em cordialidade nata” (p.23), segundo a autora a proposta não só de CR, mas pelos que se deixaram conduzir pelo indianismo redentor. (VER: Roteiro de Macunaíma).

²⁷Corrêa (1976) avalia que a imagem do Brasil, que antes aparecia na obra dos nossos poetas e escritores, com raras exceções, quando não era apoteosada em termos *neo-ufanistas*, retratava, como dizia Eça, um Brasil mal traduzido do francês. Insurgindo-se contra essas duas tendências – de um lado um nacionalismo balofo, inflado de tintas românticas e, de outro, a descaracterização da cultura brasileira – o Modernismo de Cassiano Ricardo, segundo o autor, acabou cometendo também os mesmos excessos, ao enveredar por um nativismo antropofágico.

o marinheiro lhe houvesse trazido a noite a Uiara casou com ele
então...
nasceram os gigantes de botas. Vermelhos, mamelucos, pretos e brancos; de
todas as cores. Que surrucaram no mato...
e que foram fazer uma coisa e fizeram outra (RICARDO: 1974, p-45).

O poema também é importante, não só pelo fato de se perceber os limites entre a crítica ao tradicional e a louvação do moderno, mas devido ao fato de que nele podemos perceber a “heroização dos dilatadores, a marcha mística-mítica e predestinada para o Oeste” (FERREIRA: 1970, p.49), ou melhor, a “representação poética da dilatação e alargamento da fronteira brasileira” (Idem: p.58). A idealização dos “heróis da nação” é outro dos principais motivos que formam o conjunto épico do poema, isto é, a eleição de personagens símbolos e a conseqüente configuração geográfica do Brasil. Este ponto para nós é de suma importância pois, a noção de “dilatação da fronteira” e “conquista do território” será retomada mais a frente, principalmente em seu ensaio *Marcha para Oeste*. A preocupação com a fronteira e a ocupação do interior do país transbordou a obra de pensadores brasileiros – entre eles Cassiano Ricardo – da década de 20 e 30, e pode ser apreciado nos projetos de integração territorial desenvolvidos pelos governos de Vargas com a “Marcha para o Oeste”, Juscelino com a elaboração do “Plano de Metas” e com os Militares na década de 1970 organizados em torno dos “Planos de Integração Nacional”.

Antes de dar prosseguimento ao estudo sobre o livro *Martim Cererê* é importante lembrar que o livro foi modificado ou acrescido de novos trechos de edição para edição²⁸. Ferreira (1970) considera que um processo muito usual na reforma a que tem o poeta submetido o seu texto é a aglutinação de poemas ou a fragmentação dos mesmos. Estas alterações de certo modo dificultam o estabelecimento ou o adentramento mais imediato nas unidades poéticas a serem estudadas, mas por outro lado revela uma busca incessante de caminhos e as várias correntes poéticas e disputas político-econômicas pelas quais passou o

²⁸A aproximação entre o poema escrito na década de 30 e sua última edição só seria conseguida com uma comparação entre as várias edições, e vale lembrar que a última traz valiosa biografia do livro. A edição de 32 (3ª edição) para a edição de 36 (5ª edição) nota-se o constante corte de certas passagens demasiado líricas e subjetivas. As epígrafes são também colocadas e intensificadas na edição de 36. Neste sentido, o poema, segundo Ferreira (1970) “caracterizado por *Gesta* ou *Possível Romanceiro da Bandeira* e que vai para nós se constituir no núcleo do encaminhamento poemático... Concluímos então o esquema do poema, no que toca à orientação geral a ser desenvolvida, data de 1928, mas a grande força que ele consegue comunicar não pode ser interpretada à luz de um ‘modernismo’ incipiente, devendo ser considerada como elaboração que cronologicamente se entre os anos de 35 e 60... o poeta esteve preocupado, nesta última edição, em manter o caráter de seu poema contrabalaneando-o depois de tantos acrescentamentos, equilibrando-o para não deixá-lo perder a característica que o define em relação ao Modernismo Brasileiro” (p.36). Da edição de 32 para a edição de 62 foram acrescentados 27 poemas. Temos na edição de 32, 50 poemas, na edição de 36 são 61, na edição de 47 são 81 poemas, na edição de 57 são 59 poemas, e na edição de 62 são 77 poemas. Os números elevados de poemas caem vertiginosamente na edição de 57 e alguns são reintroduzidos na edição de 62. Poemas ideologicamente comprometidos como “Prequeté” e “Italianinho Vendedor de Jornais” são retirados.

escritor²⁹. Vemos então que seria impossível julgar o poema a partir da leitura de uma de suas edições ou estudar a luz de uma construção “modernista”, pois muitas das reais incorporações poderiam parecer avançadíssimas e inusitadas para o suposto tempo de sua construção inicial (FERREIRA: 1970). Dando continuidade as considerações de Ferreira (1970), já que a autora realiza um trabalho mais analítico do poema, consideramos que se opõem dois planos configuradores do discurso: o narrativo e o descritivo, o sintético e o analítico, o adensante e o defasante. Importante é lembrar que muito do que foi reintroduzido, ou conservado, foi em função da não desfiguração de um poema tão profundamente modificado, e que de qualquer maneira pôde conservar-se fiel a uma orientação inicial, ou seja, mitificação dos heróis do passado.

Mesmo diante desta dificuldade, para Ferreira (1970) os elementos do primitivo *Martim Cererê* permaneceram, dentre eles: o descritivismo cromático, embora já dosado, a simplicidade de uma negação do convencional, e a principal metáfora formadora: a mistura das raças e a gesta das Bandeiras. No geral transformou-se o poema em densidade. Ferreira³⁰ (1970) considera que “do poema inicial chegamos a outro que é resultado do labor incessante do poeta, que foi sedimentando através de um caminho que abrange experiência dos idos da década vinte-trinta aos nossos dias” (p.10), isto é, na década de 1970.

A autora avalia o poema considerando que ele foi gestado durante um período de fortes tensões econômicas e políticas, e momento onde as propostas de modernização foram postas como único projeto político capaz de trazer uma mudança social. Segundo a autora, nesta longa construção poemática, pode-se considerar que ao construir a gesta das Bandeiras, o poeta procura dar novo sentido a sociedade brasileira. Ou melhor, no discurso que é o poema em sua globalidade, conservou-se e manteve-se uma atitude épica, isto é, uma visão do passado por parte de um narrador onisciente que projeta a realização para o futuro. Desta forma, o problema das profundíssimas alterações sofridas em sua longa história,

é que, sendo a esta altura, ou pela altura da última edição, o M. C. é a síntese de um caminho poético e marca várias épocas, incorporação de estratos sucessivos, acumulação das diversas fases que lhe imprimiu o poeta em sua interminável e relevante fundição, colocamo-nos diante de um corpo eclético, difícil de analisar à luz de um “modernismo brasileiro” (FERREIRA: 1970, p.34).

²⁹O poema foi-se alterando e conservando a primitiva marca, síntese de muitos dos rumos da criação poética no Brasil (FERREIRA: 1970, p.33).

³⁰A Ferreira (1970) procura recapitular e colocar problemas a fim de situar no tempo e de estabelecer relações de um determinado período de nossa literatura com a raiz do poema.

Ao avaliar o poema ao longo do tempo podemos perceber que também é aproveitada parte dos ensaios sobre o bandeirantismo, não podendo às vezes, segundo Ferreira (1970), mostrar onde termina o poeta e começa o ensaísta e vice-versa. Opinião contrária a de Nereu Corrêa (1976), pois este autor considera que em Cassiano Ricardo, poesia e ensaio não se misturam³¹. Optamos pela avaliação da autora, visto que os temas expostos no poema são tratados com a mesma intenção nos ensaios, ou melhor, temas como a fusão das três raças, a influência das Bandeiras na sociedade brasileira e o alargamento da fronteira como sendo elementos inerentes a sociedade brasileira do século XX, ao lado crescente industrialização são tratados nas duas escritas. A autora avalia que Cassiano Ricardo elaborando ou reelaborando seu poema, cortando ou acrescentando, retirando ou colocando versos, ainda consegue e pretende manter o clima da época medular do poema. Cassiano Ricardo nessa longa re-escrita ainda consegue deixar a mensagem de um ufanismo lírico, de certo saudosismo de um passado que estamos assim conscientes de ter (FERREIRA: 1970).

Seguindo essa perspectiva é que a obra do poeta é considerada, ou seja, conscientes da escala ascendente em que o poema foi escrito, poema que segundo Ferreira (1970) é o exemplo mais completo de depuração e atualização na Literatura Brasileira. O *Martim Cererê* representa reflexos das dicotomias que já apontamos anteriormente: dicotomias presentes na maior parte dos “modernos”, ou seja, o retorno ao primitivo, a antevisão da era da máquina, do progresso industrial de São Paulo e a expectativa por uma metrópole crescente projetada para o futuro. E dentro destas concepções que se pode estabelecer um elo entre o *Jeremias Sem Chorar* publicado em 1968 com o *Martim Cererê*, pois em “Jeremias” a libertação seria à volta à ingenuidade primitiva. No mais, *Martim Cererê* é uma literatura de incorporação, que vai chegando, através de uma fase interna e diária, à literatura de depuração que é o *Jeremias Sem Chorar*.

O argumento inicial do poeta é o de que na terra de Uíara “só havia sol mais nada noite não havia” (Coema Piranga – Ricardo: 1974, p-8). Este argumento pode ser considerado uma metáfora que propõem que não existia passado nem futuro, essa terra estaria em um tempo primitivo, em um “não-mundo”. Com a chegada do negro trouxera a noite a “grande terra girassol” e o conseqüente casamento entre o marinheiro e a índia: “Deus diz: Faça-se a

³¹Corrêa (1976) ao analisar a produção poética e ensaística de Cassiano Ricardo alerta para a “distinção entre prosa ficcional e a linguagem do ensaio. Aquela, como se sabe, é mais rica de intenções, de ressonâncias interiores, de movimentos ondulatórios, de súbitas e imprevistas inflexões, oferecendo um campo mais amplo as manipulações da língua que a prosa ensaística, sobretudo quando esta se situa entre a ciência e a literatura.” (p.6) Segundo o autor, em “Cassiano Ricardo poesia é poesia, prosa é prosa. Não há como confundi-las. O que não impede que às vezes a sua prosa se deixa infiltrar de seiva lírica, de um que outro surto poética, sem contudo alienar-se, sem perder a sua condição primeira e específica” (Idem: p.5).

Noite. E cada vez que os dois se beijavam na manhã clara, faz-se a Noite” (Conjugo Vobis – RICARDO: 1974, p-47). A partir daí a terra de Uiara passa a acompanhar o tempo do mundo, passando assim a se constituir a divisão entre o dia e a noite, ao passado, presente e futuro. O regresso ao passado e a perspectiva do futuro fica claro no *Martim Cererê* em um dos trechos do diálogo entre o Gigante e Caminá. Vejamos:

Gigante – como vencerei, no futuro?
 Cominá – Só no dia em que não houver fábula, nem fronteira, nem ouro
 (Caminá, O Feiticeiro – RICARDO: 1974, p-77).

Observe como Cassiano Ricardo constrói esta relação tendo como uma das principais metáforas a fronteira, pois aqui a fronteira é posta como espaço vazio. Segundo essa construção, o fim da fronteira enquanto possibilidade representa um dos objetivos para que se tenha o sucesso esperado no futuro. Em outro poema esse pressuposto fica evidente:

Desde o começo do mundo
 a esperança fica a oeste...
 No Oeste é que o homem situa
 A outra terra, a da alegria
 Que não é sua. (A Zanga DÉL-REY – RICARDO:1983, p.97).

Neste outro poema o “Oeste” e a “Fronteira” se situam como possíveis locais de realização, e mais, ocorre também a oposição geográfica entre o interior e o litoral, isto é, a oposição entre o oeste – local de esperança – e o litoral – *locus* visto como degenerado e responsável pelo atraso da sociedade brasileira. Será dada mais atenção à frente, ao demonstrar como os argumentos do autor apontam para um projeto fortalecimento da nacionalidade voltado para a ocupação do interior. Podemos considerar, seguindo o raciocínio de Corrêa (1976) que Cassiano Ricardo parte do regional para o universal – São Paulo, interior-sertão e Brasil – embrenhando no mundo mágico das lendas, no fabuloso, apropriando-se da teogonia indígena para construir as suas metáforas. Por tanto, segundo o autor, em *Martim Cererê* o poeta utiliza as metáforas e as imagens que nascem do núcleo temático, integradas no contexto mítico e heróico da terra indevassada, para lançar-se ao futuro. Momento em que tudo emergia do seu estado de pureza primitiva, para a do Brasil que inicia sua experiência industrial.

Segundo Sousa (2008) em *Martim Cererê* (1928) Cassiano Ricardo, procura tomar como eixo a releitura mítica da memória nacional para alcançar a representação da totalidade de um povo. Principalmente em um instante supremo, a saber: a sua gênese enquanto nação. Para o autor, a partir do início do século XX a literatura brasileira passa a sentir a necessidade

de se auto-analisar na busca de sua identidade, refletindo sobre suas próprias peculiaridades os traços distintivos da cultura nacional. Dessa necessidade, se torna comum, a tendência de re-invenção de um passado. Segundo Sousa (2008), para alguns intelectuais ocorre a preocupação de recriar as “histórias” ideologicamente compatíveis com as instâncias nativistas e autonomistas do país, “tendência que se associa a uma sentida nostalgia das origens, daquele tempo sem tempo, mítico e utópico, em que os homens... viviam numa espécie de paraíso primogênito” (p-4).

Acompanhado o raciocínio de Sousa (2008) *Martim Cererê*, além de oferecer um mito que se propõe a explicar as origens do Brasil, ambiciona revelar os eventos que compõem a formação étnica do povo brasileiro. A obra reforça o que se pode denominar de “Mito das Três Raças”, segundo o qual a nação brasileira teria se formado a partir do encontro harmonioso das raças indígena, europeia e negra, originando um personagem emblemático: os “Gigantes de Botas”. Em outro poema é narrado como isso ocorreu, pois:

Formando uma nova gente,
que o mundo não tinha visto
antes e depois de Cristo,
partem, com a suas Bandeiras
que são grupos aguerridos
de brancos, índios e pretos,
todos nascidos, de novo
no sangue de um mesmo povo,
cada um valendo por três,
ou todos de uma só vez,
partem levando nas botas
um barulhão matutino
para o mais vário destino... (Tropel de Gigantes - RICARDO: 1983, p-59).

Os desdobramentos dessa junção de raças afiguram-se como um dos eixos do livro, onde inicialmente, os bandeirantes são apenas “Gigantes de Botas”, evidenciando-se o caráter mítico. Mas na trama, ao passo que o relato avança – os heróis – são acrescidos de aspectos históricos, de tal modo que a conquista da condição histórica não elimina a condição mítica (SOUSA: 2008, p-5). As três primeiras partes do livro dão atenção ao relato da formação do Brasil. As demais focalizam a colonização do país, dando destaque à aventura épica dos bandeirantes, nas suas “marchas para o oeste”. E é de acordo com esse modelo que Sousa (2008) avalia que a elaboração temporal do poema, ao reporta-se ao passado, é acompanhado por uma diáspora em direção ao futuro.

Concordamos com o autor, pois *Martim Cererê* se desenrola num percurso temporal que tem como ponto de partida um período primitivo e, ponto de chegada a modernidade, especificamente o surto industrial no século XX. Para Sousa (2008), no poema a presença da

idade da máquina representa certo perigo, pois evidencia a consciência de problemas que a humanidade primitiva não tinha, dentre os quais o rompimento da relação de comunhão entre o homem e o mundo que o circunda. Todavia, Cassiano Ricardo relativiza esse impasse construindo uma aventura poética na qual o mergulho no passado se propõe a legar ao futuro um lastro de heroísmo, onde o recuo temporal pode ser entendido como uma tentativa de assegurar a unidade do homem moderno com o espaço e a tradição (SOUSA: 2008). Nesse sentido, a construção de um passado mítico revela-se extremamente essencial, pois o seu resgate, seja no presente, seja para a projeção para o futuro, desempenha a função de alentador, de horizonte de esperança para a sociedade brasileira.

No que concerne a essa relação entre os tempos, Vera Lúcia Oliveira (2002) nota que o culto ao passado heróico, um dos eixos de *Martim Cererê*, confere uma visão épica da história e, conseqüentemente, uma idealização da consciência nacional. O reconhecimento dos feitos dos heróis resulta na percepção de que, desses feitos, surgiu o Brasil como pátria, histórico e geograficamente. Ou seja, o percurso heróico, que começa com o “Brasil-menino”, completa-se com um Brasil já adulto – “comissário do café” – consciente de si e de sua origem. No interior da narrativa também podemos considerar que o nó que liga as diversas partes do poema nada mais é do que a “fusão das três raças” na formação dessa sociedade chegando ao “tempo da máquina”. Esse é considerando por Ferreira (1970) o nervo central do poema, e em torno desta idéia central se constrói uma espécie de introdução em tom narrativo, onde se sequencia o relato das Bandeiras. Após essa narrativa introdutória vai-se chegando à construção da *trama*³². A *trama* é o *como* e o *porquê* do encontro entre os personagens – por exemplo, o encontro entre o marinheiro e Uiara e a tarefa de trazer a noite – e neste contexto, vai se preparando da *gesta* que há de vir, isto é, o relato dos caminhos dos desbravadores, chegando aos tempos da *edificação* e da máquina. O poema apresenta um tipo de construção encadeada, não se pode falar de eixo de substituição dos estratos, mas o que há é o encadeamento dos mesmos (FERREIRA: 1970). O poema é constituído sob uma espécie de seqüenciamento interminável de um entrosamento progressivo composto em torno do núcleo da grande metáfora central, ou seja, a preparação do clímax do poema, que é a heroização dos dilatadores, a marcha místico-mítica e predestinada rumo ao Oeste. É como

que a voz do Oeste lhes falava
ainda tonta de clamor matutino:
só não irão

³²O nó determina o desenvolvimento da fábula e a intriga se reduz à variação de motivos principais introduzidos (FERREIRA: 1970, p.48).

os que não ouvem a chamada do destino (A esperança mora ao Oeste – RICARDO: 1974, p-99).

Em outro poema a idéia de predestinação é reforçada, vejamos.

Pra onde vão? Não sabemos
É uma voz que nos chama
E é esta voz que dirá nosso fim.
E os Gigantes partindo pro mato (O “sem-fim” – RICARDO: 1983, p-68).

Esse destino por outro lado é sempre lançado para um tempo sempre por vir. E é por isso que

... em toda Caminhada,
De quem se vai pelo sertão,
Seja quando for, ou por onde for,
Ou seja noite, ou madrugada,
Há uma montanha, toda verde,
Sempre mudando de lugar,
Só pra o fazer caminhar (O Gigante N°7 – RICARDO: 1974, p-119).

Segundo Ferreira (1970), a aventura baseada em um destino a cumprir, a partir da égide da inevitabilidade, poetizando e heroizando as figuras individuais, busca enquadrar as personagens em um encaixe histórico que conduz facilmente a que se desembocasse no que chamamos de *poema quase épico das Bandeiras*. Conforme Ferreira (1970), o

poema teria criado a partir da sugestão esparsa das primeiras edições do M.C. uma filosofia do bandeiratismo ou teria aplicado nele, posteriormente, os germes de sua filosofia já existente, corporificados nos ensaios que escreveu. A exaltação do caráter construtor e aventureiro que vem no M.C., a apologia da audácia vai ser levada a extremos no volume de ensaios sociais, *a Marcha para Oeste* (p.49).

A síntese temática e o roteiro dos encaminhamentos do poema seriam: da glorificação e encontro dos três primeiros povos constitutivos pela “bandeira” – identificada como Poesia – morte, desgraça e salvação – até o desenvolvimento da metrópole. Ferreira (1970) considera que o poema procura expor o real na medida em que se prende a um passado vivido e histórico. Neste sentido, ocorre o enquadramento dos motivos numa temática do bandeirismo, que procura instaurar a prioridade do fato concreto sobre o imaginário. Desta forma, a autora considera que o idealismo e a práxis se reúnem e justificam de forma lírica, isto é, a realidade poetizada é apenas incorporada, isto é, essa construção do real é receptada, metaforizada, e por fim mitificada. Segundo Sousa (2008), é importante ressaltar que a carga mitológica

presente em *Martim Cererê* está entrelaçada a eventos históricos. Essa associação pode ser esquematizada da seguinte forma: o mitológico incorpora o histórico, transforma-o e oferece-lhe uma reinterpretação para criar uma versão mítico-histórica do vivido. De modo geral o objetivo é mergulhar no passado e retirar dele um heroísmo para o presente.

Após o casamento entre o marinheiro e Uiara e o nascimento dos “Gigantes de Botas” o novo povo resolve realizar uma arremetida mato adentro e os aventureiros percebem que

agora o sertão está dormindo...
 Todas as léguas que ainda a poucos
 se enrolavam nas botas do Gigante também estão dormindo que nem cobras
 enrodilhadas
 nos anéis das futuras estradas... (As pedras verdes – RICARDO: 1974, p-89).

Vemos aqui como o poeta pretende realizar uma continuidade entre as aventuras históricas das Bandeiras com a abertura de algumas vias de comunicação no início do século XX. Nessa longa incorporação que é o poema, podemos ver como Cassiano Ricardo busca mitificar certo prosseguimento mítico e predestinado entre as Bandeiras e os projetos que visavam interligar o território nacional por meio das estradas. Em outro poema as ações dos gigantes são contadas destacando esse aspecto. Neste próximo trecho o poeta também busca afirmar essa permanência destacando o papel da ocupação do território e o avanço da urbanização, pois

Que era assim mesmo, cada bandeirante.
 Uma brutal tempestade de gente
 Que, por onde passava, ia deixando
 Seu longo rasto de cidades brancas
 Azuis ou tristes, pretas ou douradas (Gigante Nº 3 - RICARDO: 1974, p-88).

Seguindo a concepção espacial frente a um espaço objetivo geografizado e minuciosamente descrito, podemos concluir que o poema também se ubíqua tanto no Brasil do Litoral³³ como no do “sertão antropófago”. Nesta relação espaço-temporal, o tempo, segundo Ferreira (1970) também é o objetivo entrosado num enfoque histórico especial. Quanto à justaposição de dois planos temporais abruptos e de dois planos cronológicos distantes que se interseccionam – passado e futuro – a autora considera que não se pode interpretá-las apenas com um recurso de modernidade – ou seja, o tempo moderno em relação

³³Há então crítica implícita ao tipo de colonização litorânea levada a cabo pelos portugueses. Em “Canção Geográfica” o poeta como que reage a este sentimento herdado e se afirma dentro da aventura crescente a que se destina a sua gente, ou seja, confiança no futuro a ser construído com a ocupação definitiva do interior.

a um paraíso já experimentado – mas como um processo característico épico, isto é, a inversão do mesmo e a antecipação do futuro (FERREIRA: 1970, p.60).

Outro componente que merece atenção no poema é o café, visto por Ferreira (1970) como outro grande elemento construtivo. A autora considera que esse ponto em particular reporta principalmente para uma regionalização específica (São Paulo), mas não uma regionalização brasílica, como ocorre com a fauna. Nesta perspectiva, as questões das representações poéticas da delimitação e alargamento da fronteira brasileira são propostas categoricamente como uma morfologia sintética e visualizante de um processo histórico-geográfico amplamente mitificado. Essa mesma preocupação surge em outros trabalhos do autor, nos quais o processo de constituição da Nação e do Estado são temas centrais, essa será uma de nossas preocupações no capítulo seguinte. O que chama a atenção de Ferreira (1970), assim como o nosso é o tratamento plástico e geográfico que o assunto referente a Nação recebe no poema, e acreditamos ser este um clichê de época, isto é, a alusão ao termo sertão e fronteira como elementos constitutivos da formação na nacionalidade e espaço a ser civilizado. Em um dos poemas a utilização deste recurso, neste caso, o café surge como mais um elemento que conquista o sertão, pode esclarecer melhor esse processo histórico-geográfico que o poeta elabora:

Quedê o sertão daqui?
 Lavrador derrubou.
 Quedê o lavrador?
 Está plantado café.
 Quedê café?
 Moça bebeu.
 Mas a moça, onde está?
 Está em Paris.
 Moça feliz.

Vemos neste poema um argumento evolutivo que define um local – dentro da cultura intelectual do período, considerado vazio – que é conquistado, apropriado e inserido na economia com a produção cafeeira. Esta produção localizada principalmente na região de São Paulo é utilizada como recurso para reafirmar a supremacia econômica em relação ao todo da nação, visto que o café – o principal produto da região – está sendo comercializado no outro lado do atlântico. Essa supremacia é reafirmada não só em relação ao poder econômico e político do café, mas em relação ao desenvolvimento industrial, pois na própria capital paulista se pode ver

Café expresso... escrito na porta.
 Entro com muita pressa. Meio tonto,
 por haver acordado tão cedo...
 E pronto! Parece um brinquedo...
 cai o café na xícara pra gente
 maquinalmente (Café expresso – RICARDO: 1983, p-148).

Aqui a questão do café e desenvolvimento técnico são novamente reforçadas. Essas questões surgem dentro de uma evolução temporal na estrutura do poema, o Brasil já cresceu e tem consciência de si, saído da infância e está inserido no mundo da máquina, no mundo moderno, pois por “fim cresci. Hoje sou gente grande. Sou comissário de café” (Brasil-menino – RICARDO: 1974, p-154). O poeta procura demonstrar que o mundo moderno centrado na rapidez do dia – em uma terra onde “só havia sol mais nada noite não havia” (Coema Piranga – RICARDO: 1983, p-8) – é a fonte de onde deve jorrar o surto modernizador por todo o país. Essa especificidade autoriza o paulista como o mais apto a se enquadrar no mundo moderno, com a rapidez da máquina, e de onde deveria emergir as novas decisões para o conjunto da nação. Não “há tempo para pensar em paixões, pois esse moderno herdeiro das bandeiras dos gigantes e do café” agora está

Com pressa. Muita pressa.
 Amanhã já desceu do trigésimo andar
 Daquele arranhacéu colorido onde mora.
 Ouço a vida gritando lá fora!
 Duzentos réis, e saio. A rua é um vozerio.
 Sobe e desce de gente que vai pras fábricas.

Pralapracá de automóveis. Buzinas. Letreiros... (Café expresso – RICARDO: 1974, p-148)

Saído da infância primitiva – terra onde só havia sol – formando a união racial e a constituição das Bandeiras, Cassiano Ricardo elege o café como componente desta evolução que culmina com a era da máquina. O que é interessante que toda essa narrativa é que tudo se passa em espaços carregados de temporalidade, ou seja, o Planalto de onde saem as Bandeiras e o Sertão local a ser conquistado, primeiro pelas Bandeiras e em seguida pelo café. Após as Bandeiras históricas que saem do Planalto de Piratininga, é a vez das plantações de café que tomam posse desse espaço a ser conquistado para em seguida, São Paulo dar o exemplo através da modernização.

A visão geográfica e cartográfica do poema, também é perceptível em seus ensaios sobre as Bandeiras, visto que essa persistência da representação através do mapa também alcança o *Jeremias Sem Chorar* escrito em finais da década de 60 e composto dentro das

correntes literárias do período. No que se refere as condições ecológicas, pode-se afirmar que o *Martim Cererê* busca a construção de uma nacionalidade, onde as condições espaciais são regionalizantes. No poema elementos da natureza como “Terra” e “Mar” são dois opostos, dois planos de ação que se harmonizam no poema simbolizando fluidez e passagem, e por outro lado, ficança e enquistamento (FERREIRA: 1970). Em “Canção Geográfica” o poeta expõe esta relação, pois o gigante nasceu “junto da Serra e de costas voltadas pro mar” (RICARDO: 1983, p-146) e prefere “varar o sertão que é o... destino singular” (Idem) ele é “um simples bandeirante nascido de costas pro mar” (Idem, p-147). Eles são:

Heróis geográficos coloridos que irão cruzar o chão da América inculta ainda oculta, em todos os sentidos.

Gigantes tostado da manhã;
Gigante marcado com o fogo do Dia;
Gigante mais preto que a noite... (A Raça Cósmica – RICARDO: 1974, p-56).

Outro elemento que entra nesse jogo de paisagens naturais é o “Rio”. Ele cumpre papel preponderante na arremetida dos “gigantes” rumo ao interior. É na Serra de costas para o Mar que nasce o “Rio” que orienta o caminho para entrar no sertão. Na parte de *Martim Cererê* em que o Brasil deixa a infância esse elemento é lembrado. “E o Tietê conta a história dos velhos gigantes, Que andavam medindo as fronteiras da pátria” (Brasil-menino – RICARDO: 1974, p-155). Na narrativa do autor os “heróis geográficos coloridos” nos mostra outra preocupação do poeta, ou seja, a questão racial. Analisando o tema central do poema os elementos individuais dos indígenas, africanos e brancos aparecidos e individuados e em seguida reunidos na Bandeira hierarquicamente, para então dar origem aos gigantes: heróis bandeirantes. Este é um grupo de homens indo e vindo, e é nesse eterno caminhar, que os mitos e suas ações lendário-histórica se tornam o clímax do encaminhamento poético da obra. Quando o índio e o negro são descritos, eles aparecem ambos com um coeficiente de generalização, e conseqüentemente são postos como símbolos e aparecem esfumados e somente heroizados esporadicamente (FERREIRA: 1970, p.51).

Considerando a análise de Ferreira (1970), nesse jogo de personagens – branco, negro e índio – outro elemento importante no poema é o cuidado dado ao “herói”. Este é tratado na sua representação psicológica, pois este é metamorfoseado com a sua aproximação com a figura do “Caçador de Esmeraldas”. A personificação do herói na gesta das bandeiras é narrada e “não só a sua ação, mas o seu ser, não só o que fazia ou era, também o que parecia” (p.95). A autora avalia que no poema observa-se que do ser em sua configuração à sua ação é

o que dá sentido a trajetória do personagem, pois ao narrar a ação dos gigantes ocorre “a versão dialética das coisas (ser herói ou bandido)” (p.149). Vejamos neste poema:

E se a terra mudasse de fronteira?
 Seria herói ou réprodo, conforme
 a terra que estivesse os seus ossos...
 Pois quem caminha e leva uma fronteira
 nos próprios pés, caminha dividido:
 de um lado é herói, do outro é bandido (O Último Gigante – RICARDO:
 1986, p-125).

Mesmo considerando essas proposições que defendem duas visões sobre o herói, no poema pode-se destacar três ordens de personagens: os arquétipos, os simbólicos e as criaturas. Cada um deles pode ir de um a outro grau, pois a definição de cada um deles é uma questão de funcionalidade dentro do contexto. Para Sousa (2008) a recorrência ao elemento mítico revelou-se propícia à execução de determinadas proposições do Modernismo brasileiro, especialmente as da fase Nacionalista ou Heróica, e até mesmo ufanista, que vai de 1925 a 1930. Notável no poema é o núcleo das bandeiras – aventura – bandeirismo – morte, etc. Assim a identificação “santo herói bandido”, quando é introduzida expressa uma altíssima modernidade de comportamento. O ideal da Bandeira como desgraça-salvação é uma espécie de purgação necessária, onde a idéia da *Redenção* é enfatizada, redenção que somente se consuma com a arremetida para o sertão e o fim da Fronteira.

No poema podemos perceber que alguns são personagens-símbolos: *Uiara, Aimberê, o Nauta, Anchieta, o Santo*, etc. Outros são mitos que se agem como criaturas, visto que são configurados como tal ao revelar características psicológicas ou ao demonstrar fraqueza e força. Outra forma de definir os personagens segundo Ferreira (1970) se dá pelo fato de que em um poema que, de início, se quis o representante da democracia integradora no interior da ação das Bandeiras, dá-nos o poeta uma grande variedade enumerativa de tipos pretendidamente regionais³⁴. No poema fica claro a busca pela complementação do “processo histórico heroizador”, vindo daí toda uma enumeração de tipos regionais que fazem parte da gesta, co-participes da grande aventura paulista rumo ao Oeste e a gênese da nacionalidade, segundo a tese de Cassiano Ricardo são devidamente encaixados na linha evolutiva do poema, onde se concretiza dando um sentido para integrar mais perfeitamente o herói nos limites das diversidades regionais em um poema que busca a universalidade. Esse “processo histórico heroizador” não se encerra com a sociedade do café e industrial de São Paulo, mas se completará no futuro.

³⁴Em relação a definição dos tipos regionais, Ferreira (1970) defende que o que se ensaia no M.C. se completa na “Marcha” e vice-versa, quando se fala de heróis formando o poema da nacionalidade. (p.98)

Outro ponto de destaque no poema que também compõem as obras ensaísticas de Cassiano Ricardo é o caso das situações fronteiriças personificadas na imagem do caminho. Considerando a pretensão de enumerar os tipos regionais e sua participação na aventura histórica das Bandeiras, Ferreira (1970) defende que temos aqui a anulação dos limites entre o ensaio e o poema, visto que neste processo, ou seja, a enumeração dos tipos ideais e sua participação nas bandeiras, Cassiano Ricardo procura ao longo das várias edições realizar uma mescla desses vários elementos.

No *Martim Cererê*, Ferreira (1970) avalia que dentro da metáfora maior se desenvolve uma menor ou um feixe de metáforas secundárias e símiles³⁵, que passam a constituir uma verdadeira rede. Quanto a elaboração das símiles do poema, a autora destaca duas orientações básicas: a força de uma linguagem natural com vistas a uma caracterização instintivamente brasílica e de matiz popular; e a obediência integradora aos outros planos do poema, inclusive ao padrão recebido através das fontes utilizadas. Portanto, da interação das metáforas principais e secundárias, conclui-se que não há uma criação fantástica em direção ao imprevisto, pois tentou manter o caráter imagístico³⁶ do poema como oriundo de um “modernismo brasileiro”, um retorno e uma projeção para frente.

Por exemplo, a *Uiara*, criação do poeta segundo Ferreira (1970), surge como sustentação da lenda. O nome *Uiara* feito personagem e símbolo traz em si a noção de Iara, de mão-d’água, como mulher brasílica representando a beleza autóctone, corporificando a força da beleza feminina. Tal personagem tem encantos de sereia e representa também a envolvimento e proteção, carinho, mistério, originalidade e exotismo. Outro personagem é a *Cobra Grande*, segundo Ferreira (1970) é um dos mitos mais famosos do nosso serpentário. Este trata-se de uma tapuia, filha de um pajé, e que concebe filhos de um estrangeiro, sendo conseqüentemente transformada em cobra. Outros personagens no universo mítico indígena³⁷

³⁵O símile, segundo Ferreira (1970) pode também ter no poema a função de anular ou diminuir o impacto da surpresa. Dentro de um sistema imagístico: “imagens são chamadas imagens líricas, sejam símiles, metáforas ou metonímicas, mas diferem das imagens épicas que são objetivamente detalhadas de acontecimentos” (p.120). Ocorre um aparato instrumental e imagístico em várias gradações desenvolvidas em torno da palavra *ouro*, na sua configuração exterior e na sua representação como idéia em si mesma. Do levantamento das pedras preciosas, a autora verifica a esmagadora presença do verde-amarelo representada por ouro e esmeralda, assim como, no levantamento cromático teve grande proporção de adjetivos ou de nomes que contêm a idéia de brilho. Neste levantamento empreendido, é riquíssima a extensão e o alcance da representação cromática, que aqui se constitui numa captação impressionista da composição. No poema tenta-se um intenso colorido tropical dentro de um apelo visualizante vivificador sem as aparências anímicas ou nebulosas. Além das cores do dia e da noite, as que representam a exuberante natureza brasileira o policromismo, a paisagem aderindo a um processo de representá-la, num cenário de tantas cores vivas em que se prepara a ação dos “heróis coloridos”.

³⁶A imagística do poema visa a transferir um enfoque de época.

³⁷O poeta procura a fusão de mitos inter e intra-regiões brasileiras. Segundo Ferreira (1970) *Anhangás*, que são a própria encarnação da mitologia tupi, às cucas (bicho-papão) que é uma característica da cantiga de ninar paulista, com a presença e Orixás e Exus se consegue a completa integração mitológica do poema, a pretendida marca brasílica também aqui efetiva” (p.82). De acordo com a autora, tivemos no influxo incorporador do

que aparecem no poema são o *Boto*, o *Minhocão*, o *Giboiçu*, o *Urutau*³⁸, o *Curupira*³⁹, entre outros. A dois animais que têm também o seu lugar no lendário brasileiro: o *tamanduá-bandeira* e o *gavião-pinhé*.

No poema em sua globalidade a fábula existe forçosamente nas formas pragmáticas e, portanto, nas formas dramáticas e épicas. O poeta tentou construir, segundo Ferreira (1970) um núcleo romanceado, uma gesta em que prevaleceu a dosagem de elementos épicos. Mesmo com suas várias alterações, a autora considera que conservou-se e manteve-se uma atitude épica, uma visão do passado por parte de um narrador onisciente, destacando uma amplificação, a antecipação e por fim a objetivação do fato narrado. Quanto à antecipação – ou seja, um processo de quebra da unidade de tempo para a potencialidade expressiva – este processo é o que se pode chamar de processo condensador. O acontecimento no interior da narrativa se estrutura num mundo de dimensões espaço-temporais concretas, onde o centro da existência descansa nas profundezas do passado (FERREIRA: 1970, p.64). Nestes termos,

o *Martim Cererê* nem é um poema ingenuamente lírico, nem apenas épico... podemos concluir que: heroizando ou mitificando criaturas e transformando-as em veículos de uma audácia intrépida, o poema já os está transformando e aproximando ao ritmo organizado da fatura de uma epopéia⁴⁰ (FERREIRA: 1970, p.64)

Seguindo essa concepção, *Martim Cererê* se afirma como fonte de dualismo com padrões narrativos e descritivos, Ferreira (1970) percebe que temos no poema dois planos de discurso absolutamente entrosados: um instaurando o andamento da ação, como é o caso do núcleo da gesta das bandeiras; e outro instalando a visão simultânea e a conseqüente representação dos objetos nos espaços – Planalto e Sertão – considerados em sua simultaneidade. Da alternância de dois tipos de discurso, a autora percebe que a narrativa se desenvolve, portanto, com ampla intersecção do plano da descritiva, com vistas à representação do “mito bandeirante” e sua exterioridade a conquista do território e formação do Estado brasileiro.

Ao tratar o mito, Ferreira (1970) considera que o poeta procura apresentá-lo como realidade transformando-o em imaginação alegorizada. Nesta concepção não ocorre a

Martim Cererê a penetração de seqüências folclóricas adaptadas da tradição européia ou uma cantiga de ninar à moda crioula.

³⁸Gênio noturno que aparecia sob a forma de um pássaro de canto irônico e lúgubre.

³⁹Gênio protetor da floresta, que tendeu a identificar-se com o Caapora e o Pererê.

⁴⁰Citação incluída. Três tipo de filiação podem ser destacadas no poema segundo Ferreira (1970), ou seja, as fontes literárias brasileiras e portuguesas e incorporação de literatura oral e do folclore. No entanto, “Camões e os Lusíadas a grande fonte quando do pensamento do poeta em organizar uma epopéia... está relação propositada, portanto a constituição de um aproveitamento tradicional situa o poema num meio termo conservação-inovação”. (FERREIRA: 1970, p.89).

explicação dos fatos e sim uma visão deles, Cassiano Ricardo constrói seu mito por uma quantidade de traços que o levam da vida para a lenda, da lenda a poesia, justificando assim um intenso lastro mítico, uma penetração do lendário nos caminhos do poema, transposto em narrativa do passado histórico. Enquanto poema épico, *Martim Cererê* associa os mitos brasileiros e promove a interferência do folclore na elaboração do poema, isto possibilita a condição histórica e o seu entrelaçamento ao mito, ou seja, a pretendida interação de diversos mitos brasileiros e inter-regionais ao passado histórico da nação. Segundo a autora, o mito para Cassiano Ricardo “funciona como o agente nivelador, quer do homem às diversidades dos tempos, quer às diversidades de si mesmo ou no caso do poema, conseguindo o entrosamento do arcabouço mitológico do colonizador em adaptação ao mundo do colonizado” (1970:p.77). As metáforas buscam transposição do reino animal e vegetal, e não obedece a imperativos arcaizantes ou inovadores⁴¹, aja visto que o poema se situa entre o tradicional e o moderno. Neste sentido, os dois planos em que se agrupam depois de caracterizados são: o *plano expressivo* e o *impressivo*. Desta forma, Ferreira (1970) conclui como os personagens se comportam no percurso de uma parte a outra, ele é

o homem bíblico multiplicado, futuro, presente e passado. Do homem ao próprio homem, ou de uma metáfora a outra de si mesmo... a diversa face do homem que é um só... Ver “heróis” e reparar no processo de sua configuração (p.114).

Ferreira (1970) considera que na epopéia da Bandeira do poema de hoje – isto é 1970 e é a ele que prendemos o nosso estudo – encontra-se o *Cassiano Ricardo, profundo e vertical de suas fases poéticas recentes*. Analisando à luz do que está feito, a autora considera que o poeta se quis aumentando, intensificando e adensando, modificando com novos padrões metafóricos, mas ao mesmo tempo lutou pela conservação dos modelos da década inicial, ou seja, guardou-se a marca primitiva⁴². Introduziram-se agora, no núcleo principal da gesta, as noções de dia e noite, “não apenas anteriormente com vistas a uma transposição reconhecidamente exteriorizante, mas as noções de dia e noite como mutação da vida, o entrelaçamento dos andamentos do relógio (tempo) com a geografia (lugar)” (p.116). A

⁴¹“Morfologicamente o poema se situa entre o conscientemente arcaizante e o deliberadamente inovador.” (FERREIRA: 1970, p.127)

⁴²A autora não pensa o poema em sua fase polêmica, “porque o estudo que fazemos ao texto em suas diversas potencialidades não é feito às primeiras edições, mas à última, considerada como definitivas e não nos afastarmos por um instante da noção de que estamos de um corpo eclético, um poema com mais de 40 anos de vida, não interrompida” (p.141). A autora considera que não se desfigurou a idéia central do poema, que se manteve, como se disse, o esquema da época de onde ele veio. O sistema metafórico foi acrescentado e enriquecido, mas manteve-se toda aquela visualidade envolvente que caracterizava o poema nos seus primeiros tempos e não deu uma alteração de rumos. À luz do “modernismo” deverá ser considerado o poema em sua amêndoa e importa-nos, sobretudo como um documento ficado, além de considerarmos os três gêneros, épico, lírico e dramático interagindo no discurso.

descrição espaço-geográfica é narrada temporalmente, demonstrando uma experiência, onde a distância é personificada.

Havendo na composição do poema dois momentos, um de apropriação, outro de incorporação, Ferreira (1970) distinguiu no primeiro a norma da língua falada em todas a sua extensão nominativa e em sua matiz simplificadora. Quanto ao outro plano, tivemos a utilização da norma escrita. Ferreira (1970) destaca que transferiu-se para o poema uma onomástica de realidade, a experiência do discurso concentrando-se provavelmente numa alternância narrativo-descritiva. Estes dois planos que se delimitaram no poema, refletem o mundo significativo do cosmo nominado e o acervo expressivo da língua falada do pretendido homem brasileiro. No jogo entre apropriação e incorporação, a autora percebe uma proporção bastante inferior de palavras tupis ou africanas, quando o poema pretende ser uma contribuição das três raças formadoras⁴³, idéia central que vai desembocar nas Bandeiras.

Consideramos que *Martim Cererê* representa uma amostragem retroativa, uma adaptação de estratos posteriores da obra e do pensamento do poeta. Ferreira (1970) destaca dois caminhos: um ascendente no sentido de um corpo poemático vir-se encaminhando a fase posterior da obra, entrosando-se gradativamente numa elaboração posterior; e outro descendente na medida em que, uma obra já tão conseguida, madura e universal, lança os seus tentáculos em direção a um extrato comprometidamente anterior. As considerações sobre o Modernismo segundo a autora servem apenas de encaixe á fase inicial deste poema-eclético de agora. Cassiano Ricardo tentou com o passar do tempo um amalgama uma ambiência regionalizante brasileira na medida em que se podia estabelecer uma linha imaginária e artificial, de um pedaço de Brasil, ou melhor, por um dos constitutivos regionalmente – o estado de São Paulo – localizado quere-se representar o todo.

Dos processos de construção destacamos a tutela da filiação camoniana e a incorporação de um lastro tradicional. A autora caracteriza o poema *como quase épico, quase gesta das Bandeiras* e o *quase* se prendeu a presença de alguns passos líricos, ou seja, o poema reflete uma visão ufanizada e filtrada por um filão de lirismo. Ocorre também “o enriquecimento de nossa fala poética, e a configuração de uma verdadeira tropicália” (p.149). No geral o que ficou do poema foi um ensaio longo e persistente do “Modernismo”, como síntese de várias tendências, e finalmente como afirmação universal de uma pretendida “*Gesta das Bandeiras*”. A gesta, segundo a concepção de Ferreira (1970) é o que justifica o poema,

⁴³ O “*pretendido brasileiro*” que o poeta teria intencionalmente colocado em seu poema com a intenção de fazer representar as três partes e os três mundos formadores. Em relação ao vocabulário a assimilação de dois mundos: o Indígena e o Negro. Há uma tendência em direção ao coletivo, possível coação de uma antiga ideologia ou amplificação da ação e do objeto, em função da sua interpretação global, para a efetivação deste pressuposto o principal processo é o metafórico.

leva-o de encontro ao último Cassiano Ricardo, e nisto contam os influxos do tempo – disputas políticas e econômicas – de concepção e da região em que viveu o poeta, dos padrões idealistas a que se submeteu para conseguir construir o poema.

Massaud Moisés (1978) considera apenas dois tipos de epopéia. O primeiro seria a “natural ou primitiva”, que se caracterizaria por ser anônima e brotar “espontaneamente da alma dos povos jovens” (MOISÉS: 1978, p-5), espécie de criação coletiva de que o poeta seria apenas o compilador ou rapsodo. Os exemplos mais emblemáticos desse tipo seriam *A Odisseia* e *A Ilíada*. O segundo tipo de epopéia seria a “erudita ou artificial”, “produto refletido de uma sociedade evoluída” (Idem), criada por um único poeta e desprovida da atuação direta do imaginário popular. Enquadrar-se-iam nesse modelo *A Eneida*, *A Divina Comédia* e *Os Lusíadas*. *Martim Cererê* se enquadraria neste segundo, pois o escritor parte do maravilhoso para se chegar ao histórico na construção de uma identidade nacional. Esse é o percurso próprio da epopéia moderna, percurso pelo qual, os acontecimentos históricos referentes à colonização do Brasil são reelaborados miticamente e protagonizados pelos os bandeirantes ou “gigantes de botas”, como fundadores da nação brasileira do presente.

Considerando então que o *Martim Cererê* é um poema que busca criar uma gênese da sociedade brasileira geograficamente localizada, São Paulo. Inicia-se com a fusão das três raças na colonização, em Piratininga elas se juntam nas Bandeiras para em fim, surgir os “Gigantes de Botas”. Gigantes que dominaram o “sertão” e que permaneceram vivos na iniciativa e no espírito renovador do paulista, com as plantações de café e agora com as máquinas, os “Gigantes de Músculos de Aço”. Essa avaliação serve para demonstrar como em Cassiano Ricardo, a sua tendência principal no poema era valorizar a sociedade paulista como fundadora da Nação, seus símbolos, principalmente o bandeirante, e justificar simbolicamente os principais interesses paulistas, o café e a indústria. No capítulo seguinte veremos como esse poema, ou melhor, como as idéias nele contidos foram bem recebido pelo levante paulista de 32 contra o Governo Provisório, assim como durante toda sua permanência de Cassiano Ricardo como colaborador do Governo Vargas até 1945.

CAPÍTULO II – MITO E HISTÓRIA: JUSTIFICATIVA PARA UM ESTADO “NOVO”

No capítulo anterior expomos a trajetória desse intelectual, onde um escritor que parti de experiências parnasianas e simbolistas, e aderi ao modernismo – mais precisamente ao grupo verde-amarelo – em um momento onde a preocupação estética, de alguns

representantes, dá lugar a questões de interesse político. Como partidário dessa experiência poética, o autor publica *Martim Cererê*, obra que foi foco de análise no final do capítulo. Neste poema, o autor busca construir um mito de origem da Nação baseado na união das três raças – o branco, o índio e o negro – na formação de uma nova sociedade em Piratininga, na constituição das Bandeiras – Gigantes de Botas – e no espírito empreendedor do paulista herdado de seus ancestrais: os bandeirantes.

Neste capítulo daremos atenção a forma como Cassiano Ricardo reelaborou um mito tipicamente paulista, transformando-o em mito fundador da Nação e do Estado moderno brasileiro, onde esse espírito pioneiro e empreendedor do bandeirante é corporificado na Nação que caminha junta para a definitiva ocupação do território nacional, como único caminho para o desenvolvimento econômico. Antes daremos atenção a crítica contra a Velha República e o domínio das Oligarquias, assim como alguns fatores que provocaram seu fim com o Movimento de 30. Neste conjunto de textos podemos considerar a idealização de um Estado herdeiro das tradições bandeirantes, onde um líder consegue articular todas as diferenças em prol de um único propósito, que é a união de todos pelo bem comum.

Percebe-se nas primeiras décadas do século XX a formação de novos grupos sociais que defendiam interesses distintos aos da oligarquia nacional e burguesia internacional. Esses novos grupos são oriundos de uma reorganização sócio-política derivada do início do processo de industrialização em alguns setores da economia, concomitantemente a crescente urbanização. Dá-se então uma releitura da situação social, política e econômica, onde buscava-se detectar as causas do atraso brasileiro e propor novos caminhos para sociedade como um todo. Foi particularmente no ambiente urbano que na década de 20 novas organizações sociais começaram a se formar: fundou-se o Partido Comunista do Brasil, em 1922; surgiram as primeiras manifestações do tenentismo, o qual exprimia os interesses políticos de alguns setores do Exército; também foi fundado um partido com inspirações fascistas, a Legião do Cruzeiro do Sul em 1922; e no campo das artes foi realizada a Semana de Arte Moderna em São Paulo.

A ampliação das perspectivas que apontavam a necessidade reconstruir um novo Brasil converge com a Depressão Econômica Mundial do final da década de 1920 para um ponto em comum: a necessidade de uma rápida modernização da sociedade como um todo. De acordo com a concepção de Borges (2004) inserido numa “divisão internacional do trabalho”, o Brasil como nação agroexportadora demonstrou sua vulnerabilidade econômica em face da crise do modelo liberal do final da década de 20. Segundo Ianni (1986), todos os grupos sociais – inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura – foram obrigados a tomar consciência das limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada

fundamentalmente para o mercado externo. Desta tomada de consciência é que se inicia as formulações intelectuais contra a influência internacional, tanto na econômica e na política, quanto nas artes. A República instaurada em 1889 e o liberalismo são apontados como principais responsáveis pela situação nacional. No que se refere a esse ponto, Borges (2004) sugere que o esgotamento do modelo Liberal ensejou o aparecimento de doutrinas econômicas alternativas ao *laissez-faire*, propondo a intervenção no mercado e o planejamento econômico estatal.

Ianni (1986) considera que antes de 1930 o sistema político e econômico brasileiro já se defrontava com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, isto é, uma economia basicamente produtora de gêneros primários para exportação e um mercado interno débil. Neste bojo, aprofundavam-se as crises na cafeicultura exportadora, visto que, mesmo com a política protecionista da produção e comercialização do café, ou como por meio da importação de manufaturas e artigos de consumo para a classe dominante, o Governo republicano apenas atuava no sentido de mediar as atividades produtivas e comerciais.

Mesmo diante a fragilidade das medidas econômicas tomadas por parte do Governo e da ampliação de posições contrárias aos rumos da República, o então presidente Washington Luiz resolve manter na Presidência um político de São Paulo, e apóia Júlio Prestes, rompendo assim com o pacto político entre São Paulo e Minas Gerais. Não encontrando base de sustentação para sua candidatura, o presidente mineiro entrou em entendimentos com os políticos do Rio Grande do Sul e apoiou a indicação de Getúlio Vargas à sucessão presidencial. Tal aliança política não conseguiu derrotar o candidato da situação, tanto que, na eleição presidencial de 1930 o candidato da situação, Julio Prestes recebeu 1.091.709 de um total de 1.890.524. Com esse resultado a oposição organizada entre políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul encabeçou uma campanha sob a égide da Aliança Liberal, manifestando recusa aos resultados oficiais. A partir de então, o candidato da oposição – Getúlio Vargas – lançou um manifesto sobre a deflagração de um movimento que tinha por base denunciar as fraudes e as distorções das eleições, bem como sua não aceitação. Segundo Capelato (1980), a Aliança Liberal significou uma coligação das oligarquias dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e juntamente a ela, se integraram forças políticas descontentes dos demais estados e setores da economia, assim como, intelectuais e grupos sociais contrários as pretensões de Washington Luiz.

Neste contexto, a Aliança Liberal conseguiu a articulação de forças antagônicas descontentes com a situação para formar uma frente política contrária a República instaurada em 1889. Essas articulações procuravam derrubar a velha ordem oligárquica que não

possibilitava a inserção de novos grupos nas decisões políticas, de modo que a ideologia da modernização e renovação da sociedade brasileira aproximou as diversas posições. É bom lembrar que o que se chama de “Revolução de 30” não é caracterizada como uma revolução de minorias com objetivos populares, mas sim um movimento organizado por grupos heterogêneos da classe dominante descontente com a República. Tanto que, após 1930 o Estado se preocupa cada vez mais com o desenvolvimento da economia nacional e não com alterações concretas nas diferenças sociais. É importante frisar que entre 1930 e 1937 não ocorreram grandes transformações nas estruturas de produção e as oligarquias ainda continuaram mostrando sua força, mas a ordem oligárquica, enquanto forma de dominação política não se reproduziu em aspectos fundamentais. Assim, a República de 1889 desabou sob o peso de suas dissensões internas e da pressão provocada pela crise da economia mundial (SKIDMORE: 1969).

Antes da derrocada da República em 1930, o jornal *O Estado de São Paulo*⁴⁴ apoiou a chapa Getúlio Vargas e João Pessoa contra a candidatura de Júlio Prestes. A crise política entre São Paulo e Minas Gerais e a morte de João Pessoa na Paraíba – vice de Vargas – marcou o desencadeamento do movimento revolucionário que se vinha articulando embrionariamente com a participação do jornal e de alguns intelectuais desde 1928 (CAPELATO: 1980). Segundo Capelato (1980), o presente jornal apoiou a “Revolução de 30” na expectativa de que sua vitória tornaria possível a remodelação política do país baseada nos princípios liberais.

Após o fim da República, Ianni (1986) percebe que entre 1930 e 1945, o governo brasileiro, sob o comando de Getúlio Vargas e das elites político-econômica emergentes, adotaram uma série de medidas econômicas para minimizar os efeitos da dependência do desenvolvimento do capitalismo brasileiro em relação a economia internacional. Esta nova tendência também procurou realizar inovações institucionais que assinalaram uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. No entanto, o autor considera que as soluções adotadas após 1930 mostraram que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, isto é, os projetos foram elaborados mais por injunção de interesses e pressões econômicas, políticas, sociais e militares, e não como um plano previamente elaborado. As ações do governo federal aos

⁴⁴O jornal *O Estado de São Paulo* caracterizou-se principalmente pela defesa do café neste período (CAPELATO: 1980). O principal problema econômico brasileiro segundo o jornal era a política federal adotada em relação ao café, pois estes avaliavam que o governo deveria assegurar maior estabilidade do produto no mercado externo. Segundo Capelato (1980), “na década de 20 o problema da superprodução do café foi se tornando mais agudo. A política de defesa do produto garantia bom êxito às safras de 1927/1928, mas no segundo semestre de 1929 previa-se, novamente uma nova produção, uma grande produção que tornaria difícil a sustentação dos preços” (p.73).

poucos iam se afastando do modelo liberal, e se aproximavam cada vez mais de uma proposta que visava uma intervenção direta do Estado na economia⁴⁵.

No geral, a década de 30 é considerada a divisora de águas no cenário político e econômico no Brasil, pois a remodelação da economia frente às mudanças econômicas globais e o início da consolidação econômica baseada no desenvolvimento da indústria possibilitaram o surgimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil⁴⁶. Devido à derrota, ainda que parcial das oligarquias dominantes, a “Revolução” procurou consolidar a ruptura entre o Estado e a sociedade oligárquica, exposto principalmente na acentuação de conteúdos burgueses, em confronto com os elementos sociais, culturais e políticos de tipo oligárquico. O que caracteriza os anos posteriores à “Revolução de 30” na concepção de Ianni (1986), é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês no Brasil.

Neste sentido, o conjunto das atividades estatais, no período de 1930-45, assinala a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês. Ou seja,

a Revolução de 1930... representa uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Aliás, é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna (IANNI:1986, p-30).

Nesta nova etapa os governantes passaram a: reformular as condições de funcionamento do mercado e da produção; a desenvolver regras que regulamentassem as relações internas da produção; e desenvolver uma nova ideologia que sustentasse as relações entre a economia brasileira e a economia internacional. Foram estabelecidas de modo formal e sob a responsabilidade do Estado, as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado, controle da força de trabalho – com a regulamentação das leis trabalhistas na cidade – e a organização de colônias agrícolas nas regiões consideradas como áreas de expansão da fronteira agrícola. Esse ponto é um dos pontos cruciais para esta pesquisa, pois veremos como o livro *Marcha para Oeste* – publicado em 1940 – de Cassiano Ricardo busca consolidar

⁴⁵Para Velho (1976), uma das principais diferenças entra a forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil – capitalismo autoritário – e a do capitalismo burguês clássico se deve ao fato de que “política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e economia” (p-43) são diferentes, pois ocorre “uma dominação particularmente interna da instância política” (p-43) no econômico, ou seja, uma autonomia do político em relação ao econômico, podendo ser analisada no interior de uma relação estrutural entre esses dois pólos.

⁴⁶No que concernem as novas relações entre o Estado e a sociedade, Ianni (1986) pressupõem que nos anos posteriores à Revolução de 1930, esta relação alterou as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro.

essas pretensões de duas formas, através de uma releitura do passado e de uma reelaboração do “Mito Bandeirante”, e por quais meios essa ideologia foi difundida pelo Estado Novo.

Após a “Revolução”, o Governo Provisório nomeou João Alberto como delegado militar em São Paulo, passando, em novembro de 1930, a ocupar o cargo de interventor do estado. João Alberto chama para integrar seu governo elementos de confiança do jornal O ESP entre eles Plínio Barreto – então redator-chefe de *O Estado de São Paulo* – que foi nomeado para ocupar o cargo de secretário chefe da justiça. Mas, após a renúncia de Plínio Barreto, surgiram nas páginas do jornal paulista os primeiros sinais de oposição que iria culminar no levante de 1932 (CAPELATO: 1980). A renúncia de João Alberto, em julho de 1931, trouxe novas esperanças, e nas páginas de *O Estado de São Paulo*, segundo Capelato (1980) ficava claro o entusiasmo em face da indicação de Plínio Barreto⁴⁷ para a interventoria de São Paulo. Entretanto, esse representante do jornal não chegou a tomar posse em virtude da pressão dos tenentes que o consideravam seu adversário, isto por que escreveu em 1922 um artigo intitulado “Heróis, não!”, onde criticava os rebeldes do Forte de Copacabana (CAPELATO: 1980).

Em substituição foi nomeado Laudo Camargo, desta forma São Paulo se libertaria do jugo militar e seria governado por um paulista civil. Laudo Camargo, quatro meses depois, renunciou à interventoria, uma vez mais por pressão dos tenentes⁴⁸. O governo de São Paulo foi entregue ao comandante da II Região Militar – coronel Manuel Rabello – segundo Capelato (1980), provocando novamente a exaltação do “sentimento regionalista” em São Paulo. Sentimento regionalista trabalhado por intelectuais paulistas, como Alcântara Machado, Oliveira Viana, Alfredo Ellis e outros, e reelaborado por Cassiano Ricardo – em *Martim Cererê e Marcha para Oeste* – na figura do “Bandeirante fundador da Nação”, no “espírito bandeirante inerente ao paulista” e no seu “pioneirismo”. Nosso interesse será avaliar como essas construções discursivas interagem com o discurso ideológico estatal referente ao desenvolvimento da Nação, partindo da ocupação definitiva dos “espaços vazios” no interior do território brasileiro. Mas antes, daremos atenção a forma como Cassiano Ricardo reelaborou um mito tipicamente paulista, transformando-o em mito fundador da Nação e do Estado moderno brasileiro, onde esse espírito pioneiro e empreendedor do bandeirante é corporificado na Nação que caminha junta para a definitiva ocupação do território nacional, como único caminho para o desenvolvimento econômico.

⁴⁷Plínio Barreto foi também nomeado, desde 1927, um dos diretores do jornal. Como crítico literário assinou durante muito tempo rodapés em O Estado de São Paulo (CAPELATO: 1980, Nota p.41).

⁴⁸Os tenentes propunham a centralização como a fórmula política capaz de dar atendimento uniforme às necessidades das várias regiões do país.

Quando veio a notícia da indicação de outro representante paulista e civil – Pedro de Toledo – Capelato (1980) considera que o jornal *O Estado de São Paulo* não demonstrou mais nenhum entusiasmo em relação as intenções do Governo Provisório. Já não acreditava que o Governo tivesse a intenção de devolver aos paulistas sua autonomia, mesmo assim, o jornal continuou batalhando pela “defesa de São Paulo” e “a volta à Constituição”. Durante os dois primeiros anos após o Movimento de 30 várias modificações no comando da Interventoria do estado de São Paulo ocorreram e Cassiano Ricardo passou por todos eles. A presença do poeta no governo do estado já se justificava, pois desde 1928 – ano da publicação de uma de suas principais obras, *Martim Cererê* – já fazia parte da administração pública do estado como sensor teatral e cinematográfico. Em 1931, Cassiano Ricardo foi nomeado em caráter efetivo, para exercer as funções de Diretor de Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo de São Paulo, cargo que exercia interinamente⁴⁹, depois Secretário da Interventoria e mais tarde, nomeado Diretor-Geral da Secretaria do Governo de São Paulo. A essa altura Cassiano Ricardo já era conhecido por ser um poeta intrinsecamente associado a defesa dos interesses paulistas.

Aqui cabe uma importante consideração. Nosso intuito é avaliar a reelaboração feita por Cassiano Ricardo, onde é construída uma idealização de um Estado herdeiro das tradições bandeirantes, onde um líder consegue articular todas as diferenças em prol de um único propósito, que é a união de todos pelo bem comum. No entanto, até a “Revolução Constitucionalista” Cassiano Ricardo estava intrinsecamente associado aos interesses de São Paulo, e na edificação da imagem do paulista como mais audaciosos e modernos. Mas com as constantes mudanças de comportamento intelectual de Cassiano Ricardo, o autor aproximasse do viés ideológico do Estado e procura realizar uma ponte entre uma obra primitivamente paulista, para um poema épico – articulado a um ensaio histórico – de construção da nacionalidade fortemente ligada ao modelo de Estado adotado após 37.

Retornando ao primeiro semestre de 1932, o “clima de agitação em São Paulo era tal que o compromisso assumido por Vargas de marcar eleições para a assembléia Constituinte, a

⁴⁹Cargo que exercera até 1955. Em 4 de abril de 1955 aposentasse do cargo que assumira no início da década de 30, recebendo carta com honrosos elogios de Jânio Quadros. Durante sua permanência na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo atuou em vários governos e prestou serviços a distintas personalidades, principalmente como redator de discursos oficiais. Segundo Monteiro (2003), serviu “em cargos de alta confiança sem jamais ter sido colocado à disposição de outros serviços por desmerecer o crédito do titular do mais alto cargo governamental” (p.170). Serviu sucessivamente a João Alberto (out/1930 a jul/31); a Laudo de Camargo (de jul/31 a novembro do mesmo ano); a Manoel Rabelo (de nov/31 a mar/32); a Pedro de Toledo (de mar/32 a out/32); a Waldomiro Lima (de quando regressou da prisão na Sala da Capela no Rio de Janeiro a jul/33); a Daltro Filho (de jul/33 a agosto do mesmo ano); Márcio Pereira Munhoz (da saída de Armando Sales até a entrada de J. J. Cardoso de Melo Neto); no Governo deste último (de jan/37 a abr/38); a Adhemar de Barros (de jun/41 a out/45); a José Carlos de Macedo Soares (de nov/45 a mar/47); novamente Adhemar de Barros (de 47/51 – como Governador eleito); e ainda um pouco ao Governo Lucas Nogueira Garcez, culminando com sua aposentadoria no Governo de Jânio Quadros em 1955 (MONTEIRO: 2003).

serem realizadas em 3 de maio de 1933, não teve a menor repercussão” (CAPELATO: 1980, p.47). Em certo sentido, “o movimento de 1932 surgiu como uma explosão do regionalismo paulista, numa tentativa desesperada de submeter o governo central ao seu comando” (Idem: p.50). O movimento de 1932, segundo Capelato (1980) se configura como um movimento importante para a constatação de que um elemento novo estava presente no projeto político de *O Estado de São Paulo* e das elites paulistas, isto é, passaram a defender a autonomia política de São Paulo.

Em 1930 em meio a agitação política que culminou com a renúncia de Washington Luiz e a vitória da Aliança Liberal, Cassiano Ricardo publica *Canções de Minha Ternura*, editado pela Companhia Editora Nacional em São Paulo. Neste mesmo ano assume a cadeira nº 11 – deixada por Mons – na Academia Paulista de Letras⁵⁰. No ano seguinte publica novo livro de poesia *Deixar Estar, Jacaré*, segundo a avaliação de Monteiro (2003) dá início a uma fase literária de aspecto mais universal do seu nacionalismo brasileiro. Para Wilson Martins (1978), esta obra exprime o esgotamento do modernismo do poeta. Em 1931 é nomeado em caráter definitivo para exercer as funções de diretor de Expediente da Secretaria dos Negócios do Governo do Estado de São Paulo, sendo secretário do Governo de Pedro de Toledo até 1932. Durante a “Revolução Constitucional” ou “Revolução Paulista”, Cassiano Ricardo permaneceu ao lado do Governo de Pedro de Toledo, sendo preso e recolhido à Sala da Capela no Rio de Janeiro, juntamente com outros presos políticos, entre os quais se encontravam: Assis Chateaubriand, Austresésilo de Athayde, Ataliba Leonel, Plínio Barreto, Luís Pisa Sobrinho e outros.

Monteiro (2003) lembra que durante a “Revolução Paulista” de 32, a todo o momento ouviam-se no rádio os poemas que pertenciam ao livro *Martim Cererê*. Estes poemas eram recitados por radialistas famosos ou por moças da sociedade paulista. Principalmente os poemas *Brasil-menino*, *Exortações* e *Piratininga*⁵¹, estes eram recitados, pois enchiam de “justo orgulho patriótico” os que colaboravam na reconstitucionalização do país e a volta do papel de destaque que São Paulo exercera no cenário nacional. O poeta em *Brasil-menino* relembra a sociedade paulista que, meu “pai era um gigante, domador de léguas” e que um dia voltará trazendo “umas duzentas léguas de caminho” para São Paulo que é o local onde se escuta o

⁵⁰Com sua entrada na Academia Paulista de Letras articula o ingresso de outros membros do grupo “Verde-Amarelo”, mas por falta de vagas apenas Plínio e Menotti se tornam acadêmicos.

⁵¹O poema *Piratininga* tornou-se uma espécie de desacato à situação de opressão ditatorial que imperava no Brasil pós-revolução de 30. Cassiano Ricardo relembra esse episódio em suas memórias (MONTEIRO: 2003). No entanto este poema não está incluído na edição 12ª, a qual lançamos mão.

Barulho Fantástico
de um mundo que saiu da oficina.
Grito metálico de cidade americana.
Vida rodando fremindo batendo martelos
Com músculos de aço (p.154).

Nesta primeira fase, acreditamos que Cassiano Ricardo estava comprometido em primeiro lugar com a valorização de São Paulo – gigantes de músculos de aço – em contraposição aos outros estados da federação, busca expressar o senso de independência paulista frente ao governo federal. Ainda não estando comprometido com a idealização heróica para o conjunto nacional, mas sim estritamente ligado a uma regionalização de interesses localizados em São Paulo. Em outro trecho isso fica claro, pois naquele “palmar tristonho que vê ao longe os profetas da liberdade antecipam o meu sonho”. Os profetas da liberdade – os bandeirantes – que segundo o poeta se colocaram contrários a coroa portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII, agora são aqueles que se colocaram contrários aos rumos que o governo instaurado após 1930 estava tomando. No sertão “foi onde o conquistador fundou o país da Esperança” (Exortação – RICARDO: 1983, p-151), ou seja, indícios que graças a audácia do “ancestrais” bandeirantes que possibilitaram a conquista dessas áreas, o paulista tem um papel importante nos rumos da nação. Mesmo a idéia de um Brasil novo, considerando que esse novo só poderia existir devido ao ímpeto do Bandeirante “desbravador dos sertões”, também já era foco dos ancestrais paulistas. Neste sentido, em 32 os poemas encontrados em *Martim Cererê* – de 1928 – “cantam” a liberdade de uma sociedade moderna e forte, ou seja, um poema construído sob a influência de um modernismo pós-25 é reapropriado para defender os interesses paulistas contra a nova situação política nacional após 30. É importante lembrar que *Martim Cererê* “canta” o espírito bandeirante pertencente aos paulistas, colocando estes como os principais responsáveis pela expansão do território brasileiro, além de poetizar o café e a industrialização como elementos da força de São Paulo em relação ao todo da nação.

Após o término do conflito de 32, para nomear novo interventor, Vargas decidiu ouvir os paulistas, o nome de Armando Sales de Oliveira, era o único que constava nas listas de indicações. Armando Sales Oliveira foi nomeado interventor em agosto de 1933, Capelato (1980) considera que com esse ato, Vargas foi saudado pelo jornal *O Estado de São Paulo* como uma homenagem à “opinião pública” paulista e o reconhecimento da autonomia de São Paulo. Em 1934, a convite do Governador Armando Sales de Oliveira, Cassiano Ricardo assume a função de Chefe de Gabinete do Governo do Estado, funções que já exercera antes da Revolução de 30, no gabinete de Júlio Prestes.

Podemos perceber como Cassiano Ricardo busca se enquadrar em diferentes cenários, tanto literários, quanto políticos. Antes poeta parnasiano, depois simbolista, e em menos de um ano após a reedição de uma obra parnasiana – a *Flauta de Pã* (1925) – se torna um dos colaboradores do grupo verde-amarelo. Na carreira profissional, redator do *Correio Paulistano*, jornal ligado a República, sensor teatral e chefe de gabinete no final da República, simpatizante da Revolução Paulista e agora chefe de gabinete da Interventoria em São Paulo, tendo como representante um político nomeado por Vargas. Com o desenrolar dos anos 30, Cassiano Ricardo se aproxima cada vez mais do governo varguista chegando a ocupar cargos importantes da máquina de propaganda construída para divulgar o arcabouço ideológico do Estado Novo.

Após a “Revolução Constitucionalista”, as críticas do *ESP* à política econômica do governo transformaram-se em aplausos, elogiando as decisões de Vargas referente ao apoio ao fortalecimento da lavoura de café⁵², aos projetos de fortalecimento e expansão da indústria que tinha como objetivo impulsionar o crescimento econômico de São Paulo⁵³. Segundo Capelato (1980), entre 32 e 35 o jornal citado acima – além da defesa dos ideais Liberais – procurou defender a organização de uma nova Constituição e o combate ao comunismo. Estes pontos eram recorrentes no período, e podem ser encontradas nas obras ensaísticas de Cassiano Ricardo, mas o que é interessante é que o poeta também combatia os ideais liberais e democráticos como sendo responsáveis pela desagregação nacional. Ambos já haviam sido combatidos pelas Bandeiras históricas – fundadora da democracia social brasileira – mas que agora seria necessário retomar a luta contra tais ideologias exóticas: liberalismo e comunismo.

No que concerne a questão referente a reconstitucionalização do país, Cassiano Ricardo a resolveu avaliando que autoridade e liberdade não são conceitos que se pensam separados. Fato visto, pois segundo o poeta, a harmonia entre esses dois pontos já havia sido experimentada na nas Bandeiras paulistas, harmonia expressada de forma dramática, pois um “é irmão do outro, por força daquela dor coletiva que a todos chumba e congrega na grande bandeira cega que arrasta seus próprios ossos até a última agonia” (*O Gigante* Nº 5 – RICARDO: 1983, p-110). Esse grupo terra-adentro cantado no poema passa a se tornar, em *Marcha para Oeste*, o verdadeiro fundador do Estado brasileiro, e é nele que se pode encontrar a gênese da “democracia brasileira”. Já em relação ao comunismo, a Bandeira acabou com o comunismo primitivo dos índios e negros aquilombados trazendo-os para o interior do Estado em miniatura.

⁵²Getúlio Vargas assumiu o poder com a promessa de socorrer a lavoura do café.

⁵³Os argumentos que defendiam a necessidade de se libertar da tutela estrangeira e a ênfase dada “a condenação da monocultura e o incentivo à diversificação da agricultura” (CAPELATO: 1980, P.83) ganharam apoio das elites paulistas.

Além de livros de poesia Cassiano Ricardo também ganhou destaque por escrever vários ensaios⁵⁴ com pretensões de realizar uma análise sociológica, sempre preocupada em apresentar uma escrita histórica para dar continuidade – para não dizer credibilidade – à suas preocupações originadas na poesia. Temas como, “supremacia da sociedade paulista em relação a sociedade latifundiária do Nordeste” e a, “a marcha da sociedade brasileira rumo ao Oeste em oposição ao Litoral” são freqüentes em seus textos. Em 1935 Cassiano Ricardo lança sua primeira obra em prosa, um ensaio chamado *O Brasil no Original*⁵⁵. Em *O Brasil no Original* podemos encontrar em forma doutrinária e polêmica o germe das idéias defendidas pelo autor no movimento político organizado em 1936 e intitulado “Bandeira”. No momento da publicação desta primeira obra em prosa, já estava em curso no país a Ação Integralista Brasileira, chefiada por Plínio Salgado, cuja doutrina postulava um Estado corporativista de viés fascista, baseado principalmente no lema Deus, Pátria e Família. Cassiano Ricardo – ex-companheiro de Plínio Salgado no movimento pós-modernista “Verde-Amarelo” – defendia que o Brasil não precisava importar idéias do estrangeiro para se governar e passou a combater o movimento de Plínio Salgado, pois este, segundo Cassiano Ricardo, acabou importando um modelo de organização da sociedade.

O Estado brasileiro – na concepção do escritor de *O Brasil no Original* isso é após o conflito de 1932 – “não podia vir de fora, trazido a bordo de uma caravela. Tinha que nascer da terra, seria uma necessidade imposta pela vida e com o colorido social que o mundo novo oferecia pra servir de ponto de referência” (RICARDO: 1936, p.106). Para o poeta, a negação de padrões estrangeiros deveria ultrapassar o plano das influencias nas artes, chegando a determinar a forma como se deve construir um Estado nacional. Nas palavras do Presidente Vargas em 7 de setembro de 1934, por ocasião da cerimônia do juramento à Bandeira Nacional, esse ponto também era afirmado, pois a

formação do Brasil vale por mais luminoso testemunho das virtudes da raça que se levanta... Somos o resultado de quatro séculos de energia perseverante que, através de lutas e sobressaltos, vencemos os óbices da natureza agreste

⁵⁴Sua obra em prosa ascende a quase duas dezenas de volumes versando os mais variados gêneros: a história, a pesquisa no campo sociologia, o ensaio literário e a polêmica.

⁵⁵No ano de 1934 sai a 1ª edição do livro *O Brasil no Original* – Coleção Cultura da “Bandeira” – São Paulo. A 2ª edição vem a público dois anos depois.

e os entraves das ambições humanas, vigiando, no litoral e nas fronteiras, as agressões estranhas, preservando, no interior, a obra e o esforço das gerações passadas, conseguindo conquistar e defender um dos mais dilatados impérios do mundo! (GUASTINI: 1944, p-40).

O pressuposto do colorido social, isto é, a mistura das raças passa a compor a formação da sociedade brasileira tanto na literatura quanto na política. O colorido social fundado pelas cores das raças no interior das bandeiras históricas e a simbologia dada as riquezas minerais, já fora “cantando” por Cassiano Ricardo em seu poema *Martim Cererê* de 1928. Aos poucos o poeta em seus ensaios busca elaborar um modelo de governo forte para o Brasil, que deveria ter características eminentemente nacionais, e esta característica só poderia ser encontrada no passado histórico brasileiro, ou seja, nas Bandeiras paulistas que conquistaram o sertão para o Brasil. Segundo o autor, somente nela iríamos encontrar “os lineamentos de um Estado democrático, social e nacionalista: um Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo” (RICARDO: 1936, p-106). Nas palavras de Vargas no mesmo discurso citado anteriormente, a “conquista do território, feita por esses rudes exploradores... o ímpeto dos bandeirantes... ia fluindo, silenciosamente e obscuramente, nas entranhas da Nação” (GUASTINI: 1944, p-40).

Vemos aqui a fusão entre a continuidade mítico-histórica do bandeirante e a apropriação política desse mesmo discurso pelo chefe da nação, pois o espírito bandeirante flui silenciosamente “nas entranhas da nação” até culminar com a situação presente. Neste sentido, Vargas convoca todos os brasileiros a se unirem “cada vez mais. Da vossa colaboração infatigável surgirá um Estado forte coeso, capaz de promover a ventura e a fortuna da coletividade. Acima dos ódios e das rivalidades, acima dos partidos e das competições, paira a imagem da Pátria” (GUASTINI: 1944, p-42) unida sob a égide de um objetivo comum. Segundo Lenharo (1986), em Cassiano Ricardo a marcha para o Oeste que leva o país ao encontro de suas origens, permitiu vencer ideologias e regionalismos. Manter o Brasil no original, na obra de Cassiano Ricardo, assim como no discurso de Vargas passa pela valorização de caminhar para o interior – “espaços vazios” – e defender as portas do litoral à infecção ideológica – liberalismo e comunismo – pois sua ação dissolvente prejudica a originalidade brasileira.

Aqui é um dos pontos da crítica ao movimento organizado por Plínio Salgado, que segundo Cassiano Ricardo tinha conotações Fascistas. Nas palavras do próprio Cassiano Ricardo, caminhar para o Oeste é “um gesto legítimo de defesa contra os que não trepidam em transformar o nosso país numa caricatura fascista ou comunista” (RICARDO: 1936, p-143). No entender de Lenharo (1986), na obra de Ricardo o inimigo externo é uma ameaça na

medida em que infiltra na sociedade brasileira a contradição social e a oposição de classes, inexistentes no original.

Reunindo vários ensaios sobre a problemática política e social da época, *O Brasil no Original* é precedido por um denso estudo sobre o papel do bandeirantismo na formação democrática do povo brasileiro. Monteiro (2003) considera que nesta obra fica clara a emissão de conceitos muito pessoais do autor, principalmente sobre as deformações do Brasil feitas pelo estrangeirismo. Para Cassiano Ricardo, uma “democracia que não garantisse a democracia seria um absurdo simplesmente monstruoso” (RICARDO: 1936, p.256). Esta tese estava muito próxima dos argumentos utilizados pelo governo Vargas para justificar a Lei de Segurança Nacional após 1935. Em discurso – intitulado “Contra os Extremismos de Esquerda” – pronunciado para saudar o povo brasileiro nos primeiros minutos de 1936, reafirma que a nação deve ser fiel “ao culto da disciplina e da obediência aos poderes constituídos, ao devotamento pela segurança pública e pela integridade da soberania nacional” (GUASTINI: 1944, p-61). Anos depois Getúlio Vargas declarou que as teses – a organização política baseada em um Estado Forte, a relação entre liberdade e autoridade, e a negação de ideologias estrangeiras, entre outras – postas em *O Brasil no Original* eram as mesmas do Estado Novo decretado em 1937, isto é, a idéia principal a favor da construção de uma “democracia social, genuinamente brasileira” (MONTEIRO: 2003; Corrêa: 1976).

Cassiano Ricardo envereda pela produção de ensaios voltados para análise social e política da sociedade brasileira. Este livro publicado em 1935 e reeditado em 36 abriu caminho à elaboração da *Marcha para Oeste* publicada em 1940. Em vários capítulos, sobretudo a primeira parte – “A Bandeira caminhando no tempo” – são esboços isolados do grande painel que o autor fixaria em 1940. Segundo Corrêa (1976), *O Brasil no Original* – mesmo reunindo vários ensaios sobre a problemática política e social da época, e de um estudo sobre o papel do bandeirismo na formação democrática do povo brasileiro – não pode ser destacado da experiência iniciada em *Martim Cererê*, isto é, segundo o autor no ensaio

linguagem e pensamento são unívocos, as palavras avançam linearmente... ordenam-se no mesmo plano lógico, cumprindo uma função enunciativa sob o comando da inteligência e da razão... isso não quer dizer que, no pórtico do ensaio, estejam dois guardas postados para barrar a entrada da emoção. Esta pode intervir no trabalho do ensaísta, como freqüentemente acontece, abrindo espaço à linguagem sugestiva, irisado por surtos interjacentes de lirismo. É o que ocorre quando o ensaísta é também um poeta (Idem: p.6).

A *Marcha para Oeste* foi considerada por alguns críticos como obra fundamental da sociologia brasileira da década de 40, no dizer de Corrêa (1976) é um “ensaio que tanto tem

de admirável pelas particularidades pessoais do seu estilo, como pela novidade ao estudo do bandeirantismo e sua influência na formação política e social do Brasil” (p.20). Mas, poderíamos acreditar apenas que o ensaísta buscava explicar quais elementos das bandeiras influenciaram a formação da sociedade brasileira, ou o autor buscava justificar ideologicamente o Estado, explicando o presente ao apropriar de uma reinterpretação do passado? O que parece é que esse intelectual em particular busca construir uma explicação⁵⁶ histórica fundada na tradição, para justificar e enquadrar a situação política do momento em que escreve em uma continuidade temporal. Explicação que procura sustentar-se em sua idealização da aventura Bandeirante rumo ao Oeste, aventura esta, que se explica pela união entre autoridade e liberdade, que forma um par que garante a democracia tipicamente brasileira. Neste sentido, Cassiano Ricardo lança mão de recursos – sobreposições de mitos, elementos cromáticos e da tradição paulista – para re-construir uma idealização do passado e direcionar um sentido histórico que justificaria o exercício da liberdade sob a tutela de um Governo forte, Governo este, que refletiria a herança da autoridade do líder na formação e organização do Estado brasileiro.

Capelato (1980) avalia que já no início de 1936 era visível nas páginas de *O Estado de São Paulo* a decepção do jornal com o movimento revolucionário pós-30, principalmente pelo conjunto de intelectuais que compunham a sua base ideológica do Governo e da interferência cada vez maiores do Estado em questões econômicas, pois as propostas representavam a negação de seu projeto político-econômico baseado no viés liberal. Os novos representantes do governo começaram a reformular, a redimensionar e a integrar órgãos governamentais preexistentes ou a criar novos, pois os novos dirigentes compreenderam a inadequação do modelo econômico adotado até 1930. Em consequência dessa reorientação, liquidaram-se as poucas e frágeis instituições democráticas, ao mesmo tempo acelerou-se o processo de destruição do Estado oligárquico, segundo Ianni (1986) passou-se do regime oligárquico à ditadura de tipo burguês.

Essa nova mentalidade, a modernização da sociedade brasileira e a exaltação do elemento nacional, não refletiu apenas em questões relacionadas a economia, mas também relacionadas a política e a produção cultural. Após a Intentona Comunista e a promulgação da

⁵⁶Cassiano Ricardo ao realizar uma auto-avaliação desta obra em suas *Memórias no Tempo e no Espaço* (1971) pretende construir uma ponte entre a situação política do passado e do presente, não só do final da década de 30 – ano de publicação do livro – mas no momento em que suas memórias são escritas – década de 70. O autor realiza uma avaliação-comparativa sobre a concepção de democracia do Estado Novo e a da década de 1970 afirmando que não “é outra a diretriz seguida, hoje, no Brasil. Ela se funda no princípio da autoridade, como garantia para o exercício da liberdade. Nada mais presente, nos nossos dias, do que o programa da Bandeira” (RICARDO: 1971, p.115). Os pressupostos expostos em *O Brasil no Original* e no *Manifesto Bandeira* de 1936 e apropriados para justificar o advento do Estado Novo em 1937, são reutilizados pelo poeta para dar sentido histórico à situação política, econômica e social brasileira após o golpe de 1964.

Lei de Segurança Nacional, Cassiano Ricardo juntamente com Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Plínio Barreto⁵⁷, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Paulo Prado, Afonso Taunay e outros, lançam o manifesto do movimento “Bandeira”. Segundo Corrêa (1976), este foi um “movimento cultural cujo o objetivo era ‘organizar o pensamento original do país para o pacífico reajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociais e políticos do mundo moderno’.” (p.89). O movimento não desejava conquistas político-partidárias no governo, seus membros afirmavam que o caráter do movimento era eminentemente cultural.

Corrêa (1976) ressalta que o movimento “Bandeira” opunha-se ao Integralismo de Plínio Salgado, principalmente pelo fato de considerá-lo um partido de extrema direita ao estilo fascista, ou seja, um partido fruto de ideologias estranhas as origens brasileiras. Eram movimentos diferentes – de acordo com o manifesto – devido ao fato de que a “Bandeira” defendia um “Estado moderno baseado no culto da tradição e do heroísmo”, onde seria possível o lineamento de um Estado moderno, democrático, social e nacionalista, partindo da busca pela originalidade nacional. No entanto, podemos considerar que havia muitos pontos de contato entre a “Bandeira” e o “Integralismo”. O próprio Cassiano não esconde esta comparação em *O Brasil no Original*, visto que ambos os movimentos nasceram de uma fonte comum, a do grupo “Verde-Amarelo”.

Corrêa (1976) lembra que ambos eram movimentos de direita, pois combatiam a Democracia Liberal, o Liberalismo e o Comunismo, propugnavam a criação de uma democracia social nacionalista sustentada por um Estado autoritário. A “Bandeira”, porém, não era um partido político-eleitoral ao nível do Integralismo, mas um movimento de educação da opinião pública no campo das idéias e nas orientações políticas e sociais, pois segundo o Manifesto, “é indispensável retomemos o nosso pensamento através da tradição bandeirante”. E mais, é necessário atender-se ao sentido deste pensamento, pois “é imprescindível que o coloquemos em função social e política, isto é, ao serviço de uma grande causa que é a preservação da originalidade brasileira contra as influências estranhas que pretendam deturpá-la” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.389).

Originalidade pretendida no início da década de vinte com a manifestação poética de 22 em São Paulo. Em *O Brasil no Original*, Cassiano Ricardo dedica um capítulo à avaliação da Semana de Arte Moderna e procura demonstrar o fermento político que havia por trás do movimento literário. A revolução de 30 – diz o autor – chegou a São Paulo com oito anos de atraso, visto que, muitas das idéias instrumentadas pela Revolução como novidade nacional

⁵⁷Grande nome dentro do jornal *O Estado de São Paulo*.

podiam ser encontradas nas páginas do *Correio Paulistano*. Ao referir-se ao manifesto escrito por Plínio Salgado em 1931 – *O Estrangeiro* – diz Cassiano Ricardo que o ex-companheiro cometeu a maior perfídia que um homem de inteligência poderia cometer, ou seja, deu feição político-partidária às idéias literárias que o *Correio Paulistano* vinha publicando desde 1922.

O órgão oficial de divulgação das idéias do movimento “Bandeira” intitulava-se *Anhanguera*, periódico que só deixou de circular com a extinção do movimento, em 1937, quando foi instaurado o Estado Novo. Neste jornal, segundo Monteiro (2003), Cassiano Ricardo e os seus companheiros defendiam “os princípios doutrinários e ideológicos da ‘Bandeira’, que não era um movimento partidário político na verdadeira acepção da palavra, mas um movimento destinado a lutar por uma ‘democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas’.” (p.19). Monteiro (2003) em contato com o periódico oficial do movimento, destacou que o grupo procurava edificar uma continuidade com as idéias organizadas em torno do movimento literário de 22. Principalmente no que se refere ao pressuposto de que o Brasil não necessitava de inspiração estrangeira nas artes, em especial na literatura, e acima de tudo na cultura. De acordo com as palavras expostas no próprio Manifesto, sem “o conhecimento das verdades que exprimiam essa originalidade, o Brasil teria que se afastar do seu próprio destino: desnacionalizar-se” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.389). Nesse sentido, a

ofensiva de inteligências, urgente e imprescindível, parte de S. Paulo como conseqüência de seu espírito perpetuamente renovador e como corolário da revolução intelectual que desencadeou em 1922, provocando então, uma violenta revisão de todos os processos de arte e estendendo o seu inquérito aos conceitos e preconceitos dominantes... O abalo fecundo, provocado por essa revolucionária investida intelectual que se processou, depois, em todos os centros da atividade brasileira, destruiu a velha mentalidade literária e criou a possibilidade de se erguer, num campo espiritual mais aderente à nossa realidade política, artística e mesmo econômica, a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.391).

Os intelectuais reunidos em torno do movimento passaram a defender a tese de que o Brasil tinha de encontrar o seu caminho, como fizeram os bandeirantes, ou seja, nossa “democracia tinha que nascer em nossa terra” (MONTEIRO: 2003, p.88). Pois, segundo o Manifesto, “esta Bandeira reunirá, em cooperação harmoniosa, todas as inteligências criadoras contra todas as concepções alheias ao clima do nosso espírito e contrárias as finalidades nacionais” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.390). Onde tal “cooperação harmoniosa” sustentará “um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a

qual não haverá unidade política” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.390). Cooperação, unidade e nacionalismo compõem a doutrina de uma nova Nação. Como foco de irradiação de tal “unidade espiritual” São Paulo não é deixado de lado, pois é daí que emerge a orientação dos caminhos da Nação, o Manifesto define o movimento – assim como as Bandeiras históricas – como fruto da “arrancada da mentalidade paulista para a fixação e defesa das fronteiras da Pátria” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.392). No mesmo ano em que o movimento “Bandeira” entra em atividade, Cassiano Ricardo se une a seus velhos companheiros Menotti Del Picchia e Leven Vampré para fundar e dirigir um novo empreendimento para a cultura nacional, a revista de rotogravura chamada *São Paulo*.

Durante a década de 30 o Governo Federal tinha que mediar – a nível regional, mais precisamente no estado paulista – as pressões de O ESP pela reconstitucionalização do país e pela defesa dos ideais liberais – e a nível nacional – o apelo dos Integralistas pela remodelação do Estado e o perigo da efervescência Comunista. Em março de 1935 instaurou-se a Ação Libertadora Nacional (ANL) que congregava elementos dos mais variados matizes: comunistas, artistas, uma ala dos tenentes e a-partidários. Ela constituía uma frente ampla contra o fascismo, combatia o imperialismo, defendia a nacionalização das empresas estrangeiras, postulava a extinção do latifúndio e a formação de um governo com efetiva participação popular. Não durou muito, em julho de 1935 ela foi fechada, pois os defensores da Lei de Segurança Nacional justificavam essa necessidade em função da intensa agitação social que se desencadeara após a Revolução de 1930.

No Brasil de Vargas, o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos opostos, pois mobilizava temores de desintegração da sociedade e instauração do caos. Segundo Capelato (1998) o anticomunismo arregimentou os aliados do regime contra os inimigos da sociedade, fato que se acirrou após o levante comunista de 1935. Acontecimento que serviu de pretexto para a concretização de medidas fortalecedoras do Estado e da censura em nome da segurança nacional⁵⁸. Conciliação em que, de um lado, em nome do perigo comunista, o governo central se fortalecia e, de outro, em nome do mesmo perigo os liberais transigiam em suas posições (CAPELATO: 1980). Segundo Capelato (1980) “no período que medeia a votação da lei de segurança nacional e o levante comunista, alterações substanciais no

⁵⁸ Após a Revolução de 30 o comunismo passou a ser apontado como uma grande ameaça às estruturas do país, onde grupos com projetos diferenciados se colocaram ao lado de Vargas. Fato visto que os liberais de *O ESP* impuseram-se a tarefa de denunciar o novo perigo que, mais seriamente, punha em risco a concretização de seu projeto político liberal (CAPELATO: 1980). Mesmo que as balizas ideológicas dos representantes de *O ESP* defendiam os princípios liberais em oposição ao autoritarismo, Plínio Barreto – um dos principais representantes do jornal paulista – em meados da década de 1930 expressava através do jornal duras críticas ao integralismo e ao comunismo e parabenizavam a atuação do Governo no sentido de coibi-las (CAPELATO: 1980).

pensamento liberal de O ESP⁵⁹” (p.60) são claras. Esta situação teve seu desfecho no golpe de 1937⁶⁰, onde uma das justificativas para o golpe foi que ele viria a salvação do país da desintegração (CAPELATO: 1980). Essas teses, ou seja, o combate a ideologias desagregadoras e a defesa de um Estado forte para manter a unidade do país, já estavam expostas no livro *O Brasil no Original* de Cassiano Ricardo e reafirmadas novamente no Manifesto ao Movimento Bandeira e no livro *Marcha para Oeste*. Os defensores da Lei de Segurança Nacional alegavam que a Revolução de 1930 livrara o país das “oligarquias decadentes e retrógradas”, assim como dos “políticos corruptos”, e que mais tarde, o golpe de 37 venceria definitivamente o comunismo e formaria uma grande Nação.

Em 1937 iniciasse a campanha eleitoral para a Presidência da República, para Capelato (1998) nesse momento fez vir à tona antigas e novas divergências políticas, que impreterivelmente foram anuladas com o golpe de 10 de novembro⁶¹. Com base na Carta Constitucional de 37, observa-se a ascensão de um Estado intervencionista que procurou fundamentar sua legitimidade na ideologia da modernização e desenvolvimento econômico. Além do projeto de integração territorial, política e social, também foram cortejados planos de criação dos direitos sociais, mas ambas as metas seriam alcançadas a partir da ideologia do progresso dentro da ordem estabelecida pelo Estado Novo (CAPELATO: 1998).

Em 9 de setembro desse mesmo ano Cassiano Ricardo foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e tomou posse em 28 de dezembro na cadeira nº 31 na vaga de Paulo Setúbal cujo patrono é Pedro Luiz⁶². Segundo Corrêa (1976) sua eleição teve um pleito renhido, em que teve como concorrentes Viriato Correia, Bastos Tigre, Jorge de Lima e Basílio de Magalhães. Segundo seus principais estudiosos, as modificações na ABL propostas

⁵⁹Segundo Capelato (1980), a “luta contra a centralização do poder, a defesa constante da autonomia dos Estados e mesmo a preocupação com a supremacia política de São Paulo em âmbito nacional forma relegadas a plano secundário” (CAPELATO: 1980, p.61).

⁶⁰O estado de guerra havia sido prorrogado ininterruptamente desde o levante comunista até junho de 1937. Em outubro do mesmo ano, em virtude de um plano recentemente descoberto, o Executivo solicitou mais uma vez a declaração do estado de guerra. O referido plano foi chamado “Plano Cohen”, forjado pelos integralistas para debates internos da organização e que foi habilmente manipulado pelo governo central, como se fosse verdadeiro (CAPELATO: 1980). No dia 10 foi dado o golpe, o Congresso dissolvido e uma nova Constituição autorgada à Nação. Foi decretada a intervenção em todos os Estados (exceto Minas Gerais). As práticas democráticas estavam suspensas. Após o golpe, evidentemente, a censura coibiu qualquer manifestação contrária ao novo estado de coisas por parte da imprensa.

⁶¹O Estado Novo passa a representar ideologicamente a alternativa do desenvolvimento econômico e viabilizador das propostas de 30. Estas metas seriam orientadas com a interferência direta da ação governamental. É baseado no ideal nacionalista representado pela necessidade de desenvolvimento da nação através da busca de expansão econômica como meta de auto-suficiência nacional e de unificação econômica. A nacionalidade passou a ser comparada a necessidade de ocupação de espaços vazios e crescimento econômico como meio de proporcionar a auto-suficiência nacional, a Marcha para o Oeste passa a entrar nos planos da nova ordem política. Tal atitude – decretação do Estado Novo – demonstra a fragilidade do movimento realizado em 1930, ou seja, a fragilidade da união de grupos distintos que apoiaram um novo plano político contra a Velha República.

⁶²Conferências sobre Pedro Luís e suas obras foram realizadas em 1939 e inseridas em *O Homem Cordial* (1959).

por ele em 1944 acabaram facilitando a entrada de Getúlio Vargas para seletor grupo de imortais. Tais modificações se resumem na escolha de novos membros para a academia, pois a própria casa passou a escolher e eleger os seus componentes ao invés de o escritor apresentar-se como candidato.

A primeira incursão de Cassiano Ricardo no terreno da crítica e da análise poética data de 1938, com a publicação do livro *A Academia e a Poesia moderna*. Este livro reúne discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras e um ensaio publicado no *Jornal do Comércio*. Tal obra documenta um incidente ocorrido entre o autor e Fernando Magalhães, a propósito da defesa de entregar o “Prêmio Olavo Bilac” da ABL à poetisa Cecília Meireles pelo livro *Viagem*. Cassiano Ricardo fazia parte, com Guilherme de Almeida e João Luso, da comissão que indicou o nome da poetisa ao prêmio de 1938, sendo ele próprio, o autor do parecer que apresentava as razões da indicação⁶³.

O ano de 1939 marca seu retorno ao Rio de Janeiro, onde passa a trabalhar na elaboração de *Brasil Novo*, revista em rotogravura do Departamento Nacional de Propaganda, órgão diretamente ligado ao Governo Federal, participando da produção ideológica do regime. Dessa revista saíram apenas quatro números. Também colabora com a publicação de mais uma revista literária chamada *Planalto* (1939). No mesmo ano Cassiano retorna a São Paulo para assumir a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)⁶⁴. Neste retorno a capital paulista, lança pela Revista da Academia Brasileira de Letras alguns trabalhos de análises literárias intituladas *Pedro Luís Visto pelos Modernos* e *Pedro Luís, Precursor de Castro Alves*. Isto depois de ter lançado pela Editora Bandeira a obra *Elogio a Paulo Setúbal em 1938*⁶⁵. Cassiano Ricardo neste mesmo ano recebe convite de Mário de Andrade, para pronunciar uma conferência no Trocadero, em São Paulo, sobre “O papel do Negro na Bandeira”, assunto que mais tarde constituiria um dos capítulos de *Marcha para Oeste*⁶⁶.

⁶³Cassiano Ricardo foi acusado de não haver lido, uma a uma, todas as obras dos demais concorrentes. Para sua auto defesa, Cassiano vai à tribuna da Academia e logo na sua primeira defesa do parecer mostra que as acusações do Sr. Fernando Magalhães eram infundadas e levianas. Na sua segunda justificação do parecer faz o elogio do livro de Cecília Meireles – *Viagem* – Na terceira e última justificação o relator, demonstrar a fragilidade dos demais candidatos. Pela *Revista dos Tribunais* lança a 1ª e única edição do livro *A Academia e a Poesia Moderna*, no qual reuniu vários pronunciamentos feitos na ABL em defesa do parecer que concedeu o prêmio de 1938 ao livro *Viagens*, de Cecília Meireles.

⁶⁴Sobre a ação do DIP conferir o livro GOULART, Silvana. Estado novo: ideologia e poder.

⁶⁵Discurso de posse na Academia Brasileira de letras.

⁶⁶Podemos ver que a partir da publicação de *O Brasil no Original* o poeta começa a organizar as teses que serão defendidas em outro ensaio publicado em 1940 – *Marcha para Oeste* – e em 1959 – *O Homem Cordial*. Teses estas que vinham de encontro ao Estado autoritário controlado por Getúlio Vargas, em um momento, e corroboravam com o Estado desenvolvimentista de Kubistchek. Ambos tinham em mente a figura do líder comandando toda uma nação, recuperado o passado colonial – particularmente nas bandeiras paulistas – na conquista do interior. Os pressupostos da democracia biológica como germe da democracia social, são mitificados em torno da Marcha, onde todas as raças caminham juntas e comandadas por um único chefe. E por

Até aqui podemos perceber como Cassiano Ricardo em certo sentido adaptou-se a diferentes situações. Passando de um escritor influenciado por correntes literárias combatidas pelos modernistas, mas que em seguida, passa a incorporar os pressupostos de renovação literária inaugurada em 22. Na década de 30 passa a enveredar pela produção de ensaios políticos que postulavam a explicação da sociedade brasileira a partir de uma releitura do passado e uma reelaboração do “Mito Bandeirante”, com o intuito de autorizar o contexto do presente com base na tradição. No que concerne a sua posição política, esse intelectual entrou na carreira pública ainda durante a República, passando a se colocar contrário ao Governo Provisório durante o levante de 32, para em seguida aderir ao governo varguista até 1945. No plano cultural, Cassiano Ricardo busca um resgate da tradição, baseada nas raízes bandeirantes, para orientar a produção intelectual brasileira rumo a construção de uma nacionalidade e de um Estado forte. Vejamos agora como podemos situar as pretensões de Cassiano Ricardo dentro das questões pertinentes a uma releitura da sociedade brasileira que surgiram nas primeiras décadas do século XX.

2.1 – Marcha para Oeste: um manual para novos bandeirantes

Um dos temas de grande importância na obra de Cassiano Ricardo é o “sertão”, tema caro a maioria dos intelectuais que buscam explicar a sociedade brasileira. Ao realizar uma avaliação sobre a literatura brasileira pode-se constatar que o tema do sertão aparece pelo menos sob três perspectivas (LIPPI: 1998). A primeira é o “sertão como paraíso”, que se expressa basicamente no romantismo do início do século XIX. Tal região é posta como um paraíso, onde tudo era perfeito, belo e justo, e que algumas especialidades eram vistas como reflexo de uma pureza original a ser unicamente apreciada e preservada. Esta perspectiva se mantém no século XX convivendo com outras duas. De acordo com Lúcia Lippi (1998), a segunda forma como o sertão é abordado o associa ao inferno, o meio natural e social degradante, a violência como código de conduta, são os principais traços apontados. No início da República, Euclides da Cunha⁶⁷ é um dos representantes desta leitura do espaço do sertão, mesmo que sua explicação seja de ordem político-cultural, com apontamentos para

último, a tese de que o destino nacional deve ser baseado na ocupação definitiva do território nacional como única solução para a questão do desenvolvimento econômico.

⁶⁷Euclides da Cunha pode ser identificado como aquele que realiza uma inversão na compreensão do sertão de seu tempo. Em sua obra, o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo "aqueles rudes compatriotas retardatários". A diferença entre tempos sociais poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade.

incorporação. E por fim, o sertão como um meio caminho entre o “céu” e “inferno”, isto é, o purgatório, um lugar de passagem, de travessia, de penitência e de reflexão. De uma certa maneira Cassiano Ricardo acaba incorporando essas três visões do sertão, veremos esse ponto mais a frente.

Como já é sabido, durante as primeiras décadas do século XX observa-se uma preocupação por parte dos intelectuais em descrever o ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação. No meio intelectual paulista, dentre eles Cassiano Ricardo, as Bandeiras começam a ser trabalhadas simbolicamente para ocuparem o posto como mito fundador da Nação. Tendo como feito heróico – o movimento de expansão territorial, de ocupação do “vazio” que teve lugar no período colonial – Bandeira e bandeirante, assim como sertão e sertanejo, são apropriados como componentes do imaginário nacional em um momento de criação e afirmação de uma identidade coletiva. Lippi (1998) aponta que as Bandeiras e os bandeirantes estiveram também no centro da polêmica, pois mais de uma visão foi construída, opondo-se duas imagens conflitantes na construção da memória histórica do país: foram acusados de serem assassinos cruéis, instrumentos selvagens da classe dominante; ou seriam os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta. Chega-se a ponto desta última versão se confundir com a história de São Paulo no período colonial (ABUD: 1985).

A historiografia sobre as Bandeiras pode ser situada em dois momentos, o primeiro, no século XVIII, e o segundo, nas três primeiras décadas do século XX. Seguindo essa cronologia, uma que estava preocupada com a história “verdadeira” e tratando apenas de citar e transcrever as fontes em seus trabalhos. Nesta perspectiva, o que se chama bandeirante era o “paulista fazendo várias entradas ao sertão”, o “conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão”, o “chefe das tropas”, “a capacidade de prear índio”, de combater os ataques estrangeiros e os escravos rebelados. Entre 1890 e 1930 a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e, concomitante a isso, em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país e a expansão do território Nacional. Os principais representantes dessa perspectiva foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e/ou de São Paulo. Como quer Lippi (1998), esses intelectuais buscavam no fundo justificar historicamente o papel econômico e político a ser desempenhada por São Paulo durante a República.

Frente as tensões políticas no final da década de 1920 e 1930, a imagem do bandeirante foi fortemente retomada por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. Se anteriormente a imagem do bandeirante foi recuperada como personagem que poderia afirmar

a posição do paulista como herdeiro dos “desbravadores” e agentes transformadores durante a República, com a crise do sistema republicano e com a nova situação política provocada com o Movimento de 30 este ponto de vista ganha mais um elemento: a autonomia de São Paulo frente ao Governo Provisório. A visão do homem destemido a raça privilegiada que trouxe o progresso e anexou ao Brasil regiões distantes, de acordo com Lippi (1998), agora é retomada na luta contra o Governo Provisório e a defesa da Autonomia de São Paulo. Como bem percebe a autora, após a Revolução de 32 Cassiano Ricardo faria novamente uso da figura histórica do bandeirante, associando-o ao Estado Novo. Entretanto, para Lippi (1998), esta não conseguiu ter a mesma força que tinha durante a Primeira República, ao representar simbolicamente a elite paulista. E é nesse ponto que surge nossa preocupação, pois se o uso deste personagem não teve a mesma força para representar a elite paulista, o poeta procurou transplantá-lo como símbolo de unidade nacional, sem esquecer que essa imagem de herói nacional não deixou de ter no paulista como o agente transformador da realidade brasileira. No mais, o feito mais destacado pelas Bandeiras foi a expansão territorial conseguida, e por sua vez este foi lido, relido e reinterpretado em diferentes momentos da história paulista e nacional como elemento integrador.

O estudo de Pacheco Neto (2007) revelou uma predominância significativa das abordagens laudatórias e triunfalistas, que apresentam o bandeirante como um personagem corajoso e patriótico, erigido como um personagem heróico⁶⁸. O bandeirante de botas, chapéu, gibão, mosquete e alfanje foi uma das principais representações construídas pela historiografia convencional. Responsabilizado por uma expansão geográfica de dimensões continentais, ele foi transformado num ser quase supernatural, possuidor de virtudes magnas, passando para a posteridade como um herói paradigmático, que foi distanciando de si mesmo pela historiografia ufanista, tornando-se, por fim, quase um antípoda de si próprio (NETO: 2007). Seguindo tal abordagem, ocorre a heroicização dos sertanistas paulistas como um todo, seja como glorificação do elemento regional, seja como essa característica regional se transfigurou em fonte de unidade nacional.

Ao estudar o processo de construção da mitologia bandeirante e os fatores que a motivaram, Luiz de Souza (2007) expõe alguns sentidos adquiridos por tal mitologia ao longo do tempo. Seguindo o autor, entre 1890 e os anos 30, dá-se a etapa de construção fundamental da consolidação da mitologia bandeirante. Que nada mais é do que o conjunto de narrativas e tradições que estão diretamente ligadas ao símbolo e personagem central de um imaginário

⁶⁸Esta figura mitificada foi, sem dúvida, massivamente disseminada pelos livros didáticos, instrumento escolar que além de propalar essa representação construída, ainda revelou uma quantidade surpreendente de equívocos historiográficos.

paulista e à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade, este último principalmente nos anos que se seguiram ao Movimento de 30. Aqui podemos perceber que ocorre uma dualidade aparentemente opostas, ou seja, regionalismo e universalismo. Segundo o autor, se de um lado ocorre a associação entre o Bandeirante e o paulista, o que o transforma no símbolo da paulistanidade envolto no manto do regionalismo, por outro lado, valoriza-se a imagem do bandeirante como construtor da nacionalidade a partir da expansão territorial. O que ocorre é que, a mitologia bandeirante como elemento fundamental na construção da identidade paulista, de um lado, e a valorização deste como responsável pela unidade nacional, de outro, não são contrárias, mas caminham juntas. Nosso interesse é traçar como essa transposição foi realizada por Cassiano Ricardo, não que este seja o único a buscar tal elaboração, mas como esse autor apropriou de um herói basicamente regional e o elegeu como representante de uma identidade nacional, e responsável pela origem do Estado e da Nação.

Tal mitologia, para Luiz de Souza (2007) impulsionou toda uma pesquisa histórica a partir dos anos 20, dentro da qual o passado colonial de São Paulo foi reelaborado. Neste bojo, os debates sobre qual o sistema político que melhor representaria a sociedade brasileira foram postos como tema de suma importância, alguns autores apropriaram do mito bandeirante para justificar o caráter democrático da sociedade paulista colonial e sua influência no paulista do século XX. Tópico defendido com ênfase por Cassiano Ricardo, sendo o ponto de partida adotado pelo autor para a análise do sentido e da importância histórica do bandeirismo, pois a origem da democracia no Brasil está na “Bandeira”. Em Cassiano Ricardo, concordando com Luiz de Souza (2007), o elogio da democracia bandeirante converge para o anti-liberalismo e o anti-comunismo, que chegou ao extremo durante o Estado Novo, principalmente com a campanha da Marcha para o Oeste.

No período aqui que vai da Proclamação da República à Revolução Constitucionalista, de acordo com Luiz de Souza (2007), no que concerne a mitologia bandeirante, encontra-se: análise histórica, construção de mitologias e invenção de tradições. Ambas imbricando-se em um mesmo processo que desemboca em um fundamento ideológico no interior de movimento político, movimento esse que Cassiano Ricardo desempenhou importante papel. Com a publicação de *Marcha para Oeste* em 1940, Cassiano Ricardo coroa suas obras em prosa, obra que procurou trabalhar a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Inicialmente em um volume único, mas após a segunda edição passou a vir dividido em dois volumes, chegando a um total de 681 páginas com ilustrações de Lívio Abramo na edição de 1970.

Segundo Trubliliano e Martins Filho (2008) o livro aprofunda a necessidade da conquista de espaços do sertão, vistos como um mundo estranho, difuso e desolado, ou seja, imensos “territórios vazios” habitados por mestiços e pobres vivendo sem leis, sem ordem e sem as facilidades do mundo “civilizado”. Segundo Corrêa (1976), esta obra foi recebida “com aplausos unânimes da crítica brasileira, pela qual foi considerado um verdadeiro tratado de bandeirismo paulista em nível sociológico” (p.90). Tanto no período de sua primeira edição quanto nas edições posteriores⁶⁹, Monteiro (2003) lembra que vários militares e intelectuais – como Oliveira Viana, Luis Martins, Carlos Drumont de Andrade, Roger Bastide, Georges Bernanos e Percy Alvin Martin – teceram elogios a este ensaio. Tal a importância deste do livro que foi traduzido pelo Fundo de Cultura Econômica do México, com o Título *Marcha Hacia el Oeste*.

A 1ª edição de *Marcha para Oeste* apareceu em 1940, na coleção “Documentos Brasileiros”, da Livraria José Olympio Editora. Desta obra já saíram quatro edições, havendo passado, sucessivamente, por várias revisões e acréscimo consoante ao hábito do escritor, que nunca considerava definitiva uma página de sua lavra. Segundo a concepção de Corrêa (1976), esta obra é um livro de pesquisa, elaborado dentro dos mais modernos princípios da antropologia cultural e da história social da época, na qual procura tratar da influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. Seguindo o ponto de vista de Corrêa (1976), em *Martim Cererê* temos o mito e a imagem recolhida pelo poeta na marcha fabulosa das bandeiras, onde a concepção de “Sertão a dentro” e “ir para o Oeste” se igualam em sentido. Dir-se-ia que o ensaio *Marcha para Oeste* é o *Martim Cererê* despojado da fábula, a realidade vista pelo sociólogo, depois de sido trabalhado liricamente pelo poeta. É o estudo aprofundado e ampliado dos temas de *Martim Cererê*, visto que o autor expõe em prosa a “épica atividade das bandeiras paulistas” (MONTEIRO: 2003, p.105). “E isto não é fábula”, afirma Cassiano Ricardo em prefácio da 4ª edição, e continua “direi aos que lerem esta quarta edição. Muitas passagens bandeirantes poderão ‘parecer’ que são fábulas. Por excederem ao normal dos feitos humanos, como num poema homérico” (RICARDO: 1970, p-26). Em *Marcha para Oeste* Cassiano Ricardo da continuidade a crítica contra as deformações dos “estrangeirismos”, o autor considera que tais deformações iniciaram quando os portugueses impuseram para a sociedade do interior as Ordenações de Reino. Após o período do bandeirantismo histórico, já na Primeira República, estas deformações se aprofundaram ainda mais com o liberalismo adotado pelos republicanos.

Definida pelo próprio autor como um ensaio sociológico, *Marcha para Oeste* propõe, segundo Trubliliano e Martins Junior (2008), apresentar um projeto de Nação e os caminhos

⁶⁹Esse livro teve quatro edições, todas elas inteiramente revistas e acrescidas de novos capítulos.

para a execução desse projeto, tendo à frente um governo forte, liderado por um chefe dotado das qualidades semelhantes às dos “cabos-de-tropa” que comandavam as bandeiras históricas. Segundo Cassiano Ricardo (1970), o “chefe assume seu posto por conta própria e é tacitamente aceito, ou o faz por ato revolucionário” (p-32). Para os autores, a Nação proposta por Cassiano Ricardo deveria concretizar-se no interior do Brasil, lugar de gênese do *proto* Estado nacional.

O seu segundo ensaio – *Marcha para Oeste* (1940) – marcou as obras em prosa de Cassiano Ricardo. A “Marcha” ao lado de o *Pequeno Ensaio de Bandeirologia* (1956) e o *Homem Cordial* (1959) procuraram dar sentido a sociedade brasileira lançando mão de uma vasta bibliografia para justificar posições do próprio autor em relação ao nacionalismo e ao passado-presente. Este conjunto de textos procura tratar especificamente da influência da Bandeira na formação social e política do Brasil contemporâneo, de acordo com Corrêa (1976) buscando explicar que as

raízes do seu nacionalismo estavam no interior, no Brasil dos Bandeirantes, de Couto de Magalhães, de Afonso Arinos, de Euclides da Cunha, da *Marcha para Oeste* – mescla de mito e realidade, de regional e nacional formando uma consciência mergulhada nas mais profundas raízes telúricas. Euclides e Machado simbolizam, para ele, o divórcio entre o sertão e a cidade, os dois ou os vários Brasis que se acamam na nossa geografia social. (p.20)

Para Corrêa (1976) nas obras ensaísticas de Ricardo o coloquialismo, aliás, é nota constante no estilo, conferindo-lhe um sabor de intimidade pouco usado nos ensaios de história ou sociologia. Monteiro (2003) nos lembra que a *Marcha para Oeste* é o estudo aprofundado e ampliado de um tema já “cantado” em *Martim Cererê*. Ferreira (1970) já apontava a mesma análise, pois o que se ensaia em *Martim Cererê* se completa em *Marcha para Oeste* e vice-versa, ao menos quando se fala de heróis, visto que o bandeirante é o homem bíblico multiplicado: futuro, presente e passado. Neste sentido, há dois elementos que logo se impõem a análise do pesquisador, a sutileza do espírito que vai buscar no gênio das três “raças” as origens do mito. Corrêa (1976) compreende que na formação do mito ricardiano

uniram-se três fatores originários do gênio de cada uma das raças que compunham a bandeira: a magia, a crueldade e a imaginação. A magia da parte do índio, produto do animismo que o arrastava para o mistério e o maravilhoso; a crueldade através do português, que no lirismo, acreditava no índio; e a imaginação por via do espanhol, com a sua forte tendência para aumentar a realidade (p.12-13).

No entendimento de Monteiro (2003), Cassiano Ricardo expõe sua visão sobre o bandeirantismo iniciado no século XVI, onde Anchieta⁷⁰ é posto como o primeiro indivíduo de espírito bandeirante a chegar ao Planalto de Piratininga. Para justificar essa característica, o ensaísta afirma realizar uma análise da psicologia social da bandeira – principalmente no que se refere à divisão das funções e no processo de mestiçagem no interior do Brasil – para enfim lançar os pressupostos de sua tese de democracia biológica. Outras teses também são encontradas no ensaio, como por exemplo: a participação do negro na Bandeira; a tríade sertão, montanha e rio como elementos geográficos que possibilitaram a “marcha histórica” rumo ao interior; a tese clássica que defende que é aí que se pode encontrar os fatores que influenciaram a formação da democracia social brasileira; e a defesa de que foram os mitos de fundo econômico que impulsionaram o habitante de Piratininga sertão adentro.

Esta última tese, segundo Monteiro (2003), a questão da função ou papel do mito na História em geral, é um ponto nevrálgico na concepção sociológica de Cassiano Ricardo⁷¹. Em suas análises sobre a obra de Cassiano Ricardo, Corrêa (1976) também dá atenção⁷² a utilização de metáforas – como suporte da construção de mitos – pois “Cassiano Ricardo a emprega em várias passagens de *Marcha para Oeste*, onde por vezes encontramos o cruzamento do real e do lendário expresso por meio desse recurso, como uma forma de simbolizar metaforicamente o mito que se acumpliciava com a realidade” (p.11). Na concepção do autor, para se analisar uma obra

a linguagem não deve ser examinada apenas na sua mecânica externa, em termos de dissecações sintáticas ou de recenseamento vocabulares, quando analisamos o estilo de um autor... o estilo se prolonga além do texto, ultrapassa a estrutura verbal para globalizar tudo aquilo que emana da personalidade do autor como expressão de cultura e vivência cristalizada na obra (p.11).

Na construção dos mitos e em seu dinamismo, como nos seus momentos de fixação no espaço social, entram vários elementos étnicos caminhando juntos: o *homo primitivus migratorius* é contrabalançando pelo *homo primitivus sedentarius*. O autor de *Marcha para*

⁷⁰(Ver Homem Cordial). Não entanto, Anchieta não era bandeirante por completo, pois não tinha o espírito aventureiro para guiá-lo sertão adentro.

⁷¹Este assunto é retomado em *O Homem Cordial*, principalmente quanto o poeta realiza a defesa de que Anchieta foi o fundador de São Paulo e o primeiro Bandeirante.

⁷²As intenções deste trabalho realizado por Corrêa não vão além de uma simples amostragem, em que se procura destacar alguns aspectos da maneira de escrever do prosador de *Marcha para Oeste* (p.5).

Oeste estabelece várias relações entre as raças que compunham a Bandeira e a região social de onde provinham, para explicar-lhe a dinâmica interna e a ação exterior⁷³, onde que na sua gênese está o índio: o *homo primitivus migratorius*. Segundo Corrêa (1976), etnicamente o movimento bandeirante iniciado no século XVI se formou de vários tipos humanos: o índio, o negro, o branco ou o mameluco. Esta é outra tese do livro que sustenta a bandeira como o nosso primeiro ensaio de auto-governo, o que vale dizer, o “berço da democracia no Brasil”. Neste bojo, a Bandeira não preparou apenas a base física do Estado brasileiro – pela expansão geográfica – ela preparou a formação política e social brasileira pela prática do *self-governmet*. Cassiano Ricardo explica que esse é um fato social “constante e especial do planalto de Piratininga”. Socialmente proveio de um pequeno grupo que vivia sob o regime da pequena propriedade e da policultura às portas do sertão, nos arredores de Piratininga. A “democracia rudimentar” do planalto criada por Cassiano Ricardo, segundo as concepções de Tubiliano e Martins (2008) foi atraída para o modelo de auto-organização em face do isolamento em que vivia.

2.2 – Bandeiras e bandeirantes: fundadores da Nação

No que concerne a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo, escritor que iniciou sua carreira pelo treinamento Parnasiano e Simbolista, passando para uma tendência Modernista a partir de 25 ao lado dos representantes do grupo verde-amarelo. Seguindo a avaliação de Wilson Martins (1969) o Modernismo pode ser enquadrado como uma época da vida intelectual brasileira, inscrito num largo processo social e histórico. A sociedade nova estava envolvida com a proposta de uma literatura nova, tal renovação associava-se a tomada de consciência – por parte dos escritores e artistas – do que significava e o que se alterou com os progressos técnicos e científicos do começo do século XX. De outro lado, o Modernismo foi o reflexo de uma inquietação e de uma insatisfação com a assustadora “anemia” literária⁷⁴ que resultara do esgotamento visível do Parnasianismo e do Simbolismo.

⁷³Segundo o modelo explicativo de Cassiano Ricardo, o Bandeirante chefe representa a cidade, o índio representa o sertão e o negro a vida rural. A bandeira é urbana no governo que a dirige, nos recursos de que se dispõe, na organização, no rumo a seguir; sertaneja nos padrões culturais, na técnica de penetração, e rural nos pousos, nas plantações, nos núcleos agropastoris que semeia pelo caminho ou em torno dos descobertos. Cada tipo humano tem a sua função, o seu momento próprio, sob o triplice aspecto de *comando, obediência e movimento*.

⁷⁴Wilson Martins (1969) considera que o cansaço da literatura nacional existente passou a somar-se, sobretudo a partir de 1917, a inquietação provocada pelas novas experiências estéticas europeias, concomitantemente ou imediatamente posteriores à Guerra.

No que concerne ao modernismo, mais do que um ponto de partida, a Semana de Arte moderna foi o coroamento de todo um processo intelectual iniciado na década de 20, pois para Wilson Martins (1969), a Semana introduzia “oficialmente” um novo estado de espírito. O processo espiritual dos modernistas visava a duas integrações diferentes do artista: a primeira, na sua própria nação rejeitando qualquer vinculação de natureza cosmopolita e internacionalista; pela segunda, ao contrário, reivindicava essa universalização, pois desejava ser também a expressão de um tempo, de um momento histórico (MARTINS:1969). A literatura brasileira moderna manifestava dois movimentos em sentido à primeira vista contrários, mas que na realidade, se conjugavam para um mesmo objetivo, ou seja, ela se esforçava por resistir às influências estrangeiras, procurando assimilá-las em seu proveito e não apenas refleti-las; por outro lado, é crescente a evolução para o universal.

Em relação a história do modernismo, ela desdobra-se progressivamente durante três décadas, esgotando sucessivamente o seu programa estético por gêneros literários. De acordo com Wilson Martins (1969), num primeiro período de dez anos, o Modernismo foi um movimento poético, onde os grandes nomes, os grandes livros, são nomes de poetas, são livros de poesia. Já o segundo período de dez anos seria marcado por uma espécie de esgotamento da poesia, as conquistas ideológicas e técnicas começam a se sedimentar, a atingir um estágio de maior equilíbrio, menos preocupadas com a novidade e entregues à construção de uma poesia “definitiva”. Essa nova fase de dez anos seria marcada pelo aparecimento do romance, ou melhor, os anos 30/40 são os anos do romance social. A terceira década do Modernismo pertenceria à crítica marcada evidentemente pelo aparecimento de uma “geração de críticos”, onde a transição do modernismo para o moderno é uma de suas características.

Em síntese, o modernismo brasileiro permanecerá aberto às sucessivas metamorfoses que o caracterizavam: do esteticismo da primeira fase à arte interessada da segunda; da poesia ao romance social; do espírito destruidor à crítica criadora; de um gênero para outro, até a orgânica coexistência dos gêneros (MARTINS: 1969). Cassiano Ricardo em certo sentido por duas dessas fases, ou seja, primeiro pela estética com livros de poesias como *Borrões de Verde e Amarelo*, *Vamos Caças Papagaios* e *Martim Cererê*, depois uma fase de ensaios de crítica literária e de ensaios sociológicos, mas ambas buscando em uma re-elaboração mítica do passado colonial brasileiro.

Outra manifestação do Modernismo segundo Wilson Martins (1969) é a abolição dos ismos através da irrupção e da erupção dos ismos mais variados, de forma que, os ismos foram sucessivamente lançando os programas parciais do modernismo. Em Cassiano Ricardo – isso na década de 30 – a demolição do Liberalismo, do Comunismo e em menor escala, do

Integralismo, para substituí-los pelo Bandeirismo, foi uma forma de oferecer a sociedade brasileira um modelo baseado na tradição. Outro exemplo disso é grupo verde-amarelo que se desdobrou em uma simbiose político-literária, quando ainda estava ao lado de Plínio Salgado, lá pelo final da década de 1920, Cassiano Ricardo afirmava que

nosso grupo se opôs a cubismo, futurismo, dadaísmo, expressionismo, surrealismo e inventou o “verdeamarelismo”. Como a própria denominação o diz, tomava a campanha o seu verdadeiro caminho. Adquiria um sentido brasileiro (reunindo primitivismo ao moderno) e um sentido social e político (troca de uma mentalidade contemplativa, lunática, choramingona e anárquica, por uma mentalidade sadia, vigorosa, destinada à solução brasileira dos problemas brasileiros) (In MARTINS: 1969p 94).

No final da década de 1920 inicia-se a superação da fase puramente estética e começa um período que flui a face política do Modernismo e o seu desdobramento em ismos políticos, partidários, ideológicos. Em 1926 o Modernismo principia uma fase de fragmentação explícita, uma que engaja-se politicamente para a Direita – com Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Cândido Motta Filho, Menotti Del Picchia – enquanto a outra parte admite as mesmas implicações, mas dirige-se para a esquerda – Oswald de Andrade. A curva vai da gratuidade estética de 1922 ao compromisso ideológico dos anos 30, ou ainda, da revolução em literatura para a revolução em política (MARTINS: 1969). De uma revolução puramente estética, evoluiu para um tipo de arte em que as preocupações e interesses políticos acabam por se sobrepôr, pois para Wilson Martins (1969), o esteticismo define a orientação modernista até por volta de 1926, momento em que o pensamento político começa a adquirir consistência e importância entre os intelectuais.

A partir de 1928 o espírito crítico e ao ensaístico passa a prevalecer sobre as orientações puramente estéticas. A partir de meados da década de 30 dá-se um enorme interesse pelos chamados “estudos brasileiros” que apontavam o Estado Novo – entroncado diretamente na Revolução de 1930 – como herdeiro natural desse estado de espírito. O Estado Novo parecia responder, simultânea e contraditoriamente, às aspirações de todos, tal como havia ocorrido com a Revolução de 1930 (MARTINS: 1969). Até aqui podemos considerar que Cassiano Ricardo ingressou tardiamente no modernismo, somente em 1926 com *Borrões de Verde e Amarelo*, chegando ao seu esgotamento poético em 1931 com *Deixa Estar, Jacaré*. Somente em 1935, isto é, quatro anos sem produção e após três anos da Revolução Constitucionalista é que o poeta retorna com publicação de livros, agora obras ensaísticas, com *O Brasil no Original*, obra que pretendia explicar de onde partiria a fonte de inspiração para a sociedade brasileira contemporânea.

Nestes termos, o nacionalismo literário ou a nacionalização da literatura desemboca insensivelmente no nacionalismo político e no patriotismo exaltado. Paralelamente, de acordo com Wilson Martins (1969), esta fase política possibilitou o amadurecimento das idéias de um regime sindicalista e corporativo que iriam desabrochar no Estado Novo. No que se refere ao dialogo entre a literatura e política, Wilson Martins (1969) considera que, a Revolução de 1930 constituiria um inesperado ponto de ruptura e seria o fato exterior que daria espaço para as preocupações sociais. Mas ao mesmo tempo, o mesmo episódio apareceria como a realização – no plano político – de um processo revolucionário em que o próprio modernismo se inscrevia.

Na visão do autor existem dois postulados essenciais no Modernismo: o Nacionalismo e o Regionalismo. O nacionalismo era o valor comum que unia vários intelectuais, e que também os unia ao pensamento ensaístico saído do Modernismo, dentre eles o elaborado por Cassiano Ricardo. A consciência nacionalista envolveu todas as facções modernistas, pois é para o nacionalismo que enveredará o movimento depois da Semana de Arte Moderna. A partir de 1925, o Nacionalismo e o Regionalismo se confundem no Modernismo, principalmente no pensamento de Cassiano Ricardo, pois este parte de uma proposta que definiu uma região – Planalto de Piratininga – e os elementos sócio-culturais regionais como fatores fundantes para a construção da nacionalidade. E é nesta perspectiva que estamos abordando uma relação entre *Martim Cererê* e a *Marcha para Oeste*, pois é neste conjunto de textos que o poeta elabora um projeto de como a Nação deveria ser organizada baseado na tradição.

Cassiano Ricardo na concepção de Wilson Martins (1969) é o poeta⁷⁵ mais mimético da literatura brasileira, sendo conhecidas as variantes atualizantes que veio introduzindo nos seus versos ao longo dos anos. Para o autor, Cassiano Ricardo tanto na literatura, quanto no pensamento político, tentavam configurar o futuro por meio de um programa de reforma intelectual e moral inspirada em nossa “real realidade” e na tradição. Nas perspectivas da história intelectual, Wilson Martins (1978) considera que Cassiano só se tornará modernista em 1926 – já em um momento que já se pode perceber a fragmentação do Modernismo – pois ainda em 1925, ele se sentia suficientemente Parnasiano para reeditar o livro de 1917 sob o título de *Flauta de Pã*. Ao considerar o estilo de Cassiano Ricardo, o autor avalia que o seu “parnasianismo” estava, sem que ele talvez o percebesse, impregnado de simbolismo

⁷⁵Para Wilson Martins (1969), quem foi parnasiano jamais será primitivo. A poesia de Cassiano Ricardo continuará, e cada vez mais, de natureza eminentemente literária, cheia de alusões e citações eruditas. De acordo com o autor Cassiano Ricardo é “um ‘poeta de cabeça’... escrevendo os versos por um esforço deliberado de inteligência e vontade; é um artesão curioso da própria técnica, um fabricante, não um inventor, menos ainda uma fonte de poesia” (p-519).

espontâneo, isto é, preso a um Parnasianismo mecânico, já esgotado, e o Simbolismo não menos exausto e repetitivo.

O ano de 1926, ano que Cassiano Ricardo mantém contato com Plínio Salgado e Menotti Del Picchia é o momento das grandes rupturas e das sensacionais fulgas para frente (o que no caso, foi antes por paradoxo, uma fuga imensa para o passado). A verdade é que o Modernismo, segundo Wilson Martins (1969) encontra-se esgotado o primeiro impulso revolucionário e impotente para traduzir em obras o seu próprio programa se apoiava no nacionalismo como expressão que aglutinava os mais variados vieses. Ocorre em um primeiro momento, uma releitura do passado com o intuito de retornar às raízes profundas da nacionalidade, para enfim propor um novo Brasil, isto fica claro no poema *Martim Cererê*, pois o poeta busca no encontro das três raças e sua conseqüente miscigenação o mito fundador de uma nova sociedade que tem nas Bandeiras sua primeira manifestação nacionalista. Desta forma, nos anos que se sucederam a Semana de Arte Moderna, os dois valores fundamentais do Modernismo, que eram o internacionalismo e o cosmopolitismo, foram sendo superados pelo regionalismo e pelo nacionalismo (MARTINS: 1969).

Também em 1926 é o ano das grandes convenções modernistas, em um momento que o Modernismo já começava a academizar-se, Cassiano Ricardo, segundo Wilson Martins (1978), se destaca entre as importantes convenções – depois do helenismo parnasiano que havia durado até o ano anterior – que procuravam teorizar a proposta modernista. O Modernismo de acordo com o autor, também se caracterizava pela adesão de escritores importantes e a chegada de novos recrutas, e por outro lado se descaracterizava, com a sutil modificação dos seus postulados, ou seja, o “Modernismo começava a passar pela mesma revolução, um deslocamento da gratuidade estética ao compromisso político” (p-395). A obra ensaística de Cassiano Ricardo não deixou de transformar a literatura em instrumento num contexto onde a poesia modernista já havia se esgotado, e é a prosa de ficção e ensaística que vai dominar a vanguarda criadora no período que agora se inicia, ou melhor, a literatura passa a existir sob o signo do social e do político.

O Brasil da década de 1930 enfrentava uma série de questões econômicas e políticas que provocavam tensões socioeconômicas. Com o fim da República de 1889 e a instituição do Governo Provisório divergências regionais, principalmente em São Paulo, forçaram o poder central a tomar medidas fortalecedoras do Estado. As principais questões eram: combate a oligarquia enquanto grupo dominante; crítica ao latifúndio monocultor do Nordeste; a necessidade de acelerar o desenvolvimento industrial; fortalecimento da produção cafeeira; formação e fortalecimento de uma economia nacional apoiada do mercado interno; a reestruturação do espaço rural com o apoio a pequena propriedade; diversificação da

produção para abastecimento do mercado interno; aceleração da urbanização; redefinição do papel do Estado em assuntos econômicos; combate ao comunismo e ao liberalismo e a defesa de uma organização política “tipicamente brasileira”; necessidade de modernização da sociedade como um todo; fortalecimento das ideologias nacionalistas e autoritárias; defesa de um Estado forte; a criação de uma “democracia social” em contraposição a “democracia política”; o interesse pela incorporação dos sertões a economia nacional. Esses são apenas alguns pontos que fizeram parte do contexto ao qual está inserida a produção intelectual de Cassiano Ricardo.

Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* – obra publicada no início da década de 1940 – procura defender a influência das Bandeiras na formação sócio-política da sociedade brasileira, da nacionalidade, assim como, na estruturação do Estado moderno. Lembrando que este livro foi publicado em plena campanha do Governo Federal – a Marcha Para o Oeste – que tinha como objetivo incorporar o interior a economia nacional. O autor procura com esse ensaio, autorizar o Estado Novo com base na tradição, ou seja, um modelo político moldado pelas heranças históricas deixadas pelas Bandeiras. Essa tradição essencialmente paulista, também foi recuperada e reelaborada para justificar o modelo de modernização, onde o campo e a cidade, produção rural e produção industrial, compunham pares que possibilitariam a edificação de um mercado interno e o fortalecimento da economia nacional. Essa reelaboração da tradição baseada no “mito bandeirante” também age de duas formas: de um lado, aponta os paulistas – herdeiros do espírito bandeirante – como os mais aptos a orientar o futuro da Nação, uma visão basicamente regionalista; de outro lado, esse mesmo espírito bandeirante é o responsável pela construção na nacionalidade e pela integração territorial, esse é o lado universalista do mito ricardiano. Nesse sentido, pretendemos expor como o autor lança mão de uma tradição bastante trabalhada, reelaborando-a, para erigir uma ponte entre o passado e o presente que servisse de caminho para orientar o presente na miragem do futuro do país.

De início, o ensaísta avalia a chegada do colonizador, para em seguida, expor a diferenças entre o grupo estável do litoral nordestino e o grupo móvel do Planalto piratiningano. O colonizador ao estruturar uma organização social na terra descoberta, de acordo com o autor, se relaciona com uma realidade física, mas medida apenas litoraneamente. Vemos como Cassiano Ricardo compartilha das perspectivas que buscam explicar a sociedade a partir da sua interação com o meio geográfico. Não podemos considerar que seja uma influência do determinismo geográfico ao estilo alemão, mas se aproxima de um possibilismo francês, visto que, ao mesmo tempo em que se relaciona com o meio físico o europeu estabelece contato com a “criatura humana encontrada nessa geografia em estado de inocência; o índio” (p-3). Segundo o ensaísta “eles se transformaram, aos

poucos, em grupos sociais e adquirem um significado social” (p-4), pois a “mudança de cenário geográfico lhe imprime novo ritmo e nova estrutura” (p-4), de modo que ocorre “um choque violento de culturas. Os homens do oceano trazendo uma organização social aristocrática, e os homens da terra em estado social primitivo, comunista” (p-4), resumindo, os colonizadores lusitanos “vieram nascer de novo” de acordo com a explicação ricardiana.

A consideração de que os nativos se encontravam “em estado primitivo” deriva do fato de que a terra também se encontrava nessa condição. Em *Martim Cererê* – obra pertencente a outro momento de produção intelectual do autor, isto é, final da década de 20, uma fase primitivista que tinha como objetivo criar uma poesia tipicamente brasileira – a afirmação de que a terra descoberta permanecia em um estado primitivo é a justificativa para que o colonizador domine e insira a terra conquistada no mundo civilizado. Poetizando a chegada do conquistador lusitano, Cassiano Ricardo narra que antes não existia “nenhuma idéia de haver noite nem dia” e “o tempo era imóvel” (COEMA PIRANGA, p-8). Na mesma obra, mas em outra poesia – O “Achamento” – o poeta nos conta que “dois povos tinham marcado encontro”, um “que vinha do Mar... em busca de um tesouro” e outro “que vinha da Terra... à procura da Noite”, a noite simbolizando o africano.

A miscigenação racial é outra preocupação do autor, de modo que as perspectivas raciais que apontavam a miscigenação como causadora da decadência de um povo é veemente combatida e substituída pela valorização da mistura entre as raças. Essa abordagem pode ser posta como um primeiro sinal de como é claro o vínculo entre a obra poética e a obra ensaística do escritor, pois esse tema ganha força ao explicar a organização social da Bandeira. Daremos maior atenção a forma como a questão racial é abordada mais a frente, pois em Cassiano Ricardo, a negação de preconceitos raciais não exclui a hierarquização de cada cor no grupo que realizou a conquista do Oeste.

Aqui podemos realizar uma primeira constatação importante a respeito da versão elaborada por Cassiano Ricardo: a terra conquistada pelo europeu encontrava-se – do mesmo modo o índio – em “estado primitivo”, a partir daí, o conquistador domina o território dando início a formação de uma nova sociedade, que ganha mais um elemento com a chegada do africano, realizando assim, a miscigenação e conseqüentemente a “democracia biológica”. Constatação importante por quê? Primeiro: do mesmo modo que, o território descoberto encontrava-se em um estágio primitivo e foi necessário que um agente civilizador – neste caso o lusitano – o inserisse na linha civilizatória, o sertão brasileiro em pleno século XX também necessitava civilizar-se, mas agora isso deveria ser realizado pelo brasileiro inspirado no “espírito bandeirante”. Segundo: com a chegada do colonizador, o que ocorreu não foi uma transplantação da cultura européia, mas a formação de uma nova sociedade, atravessando a

ponte entre as temporalidades – passado e presente – a busca pela renovação da sociedade brasileira também era tema de boa parte da produção intelectual da década de 20 e 30.

Após definir o pressuposto de que com a chegada do colonizador, do africano e a conseqüente miscigenação criou-se uma nova sociedade, Cassiano Ricardo define os grupos sociais que fizeram parte dos primórdios da História brasileira, são elas: a sociedade agrária do litoral, fixa e estável, localizada no Nordeste; a criatória, principalmente a de gado no Norte e no Sul; e a bandeira, grupo móvel do planalto piratiningano. Sendo a principal preocupação é explicar a formação da sociedade brasileira, o autor aponta que “a família, o clã patriarcal e a bandeira constituíram as três unidades fundamentais de nossa organização social e política” (p-5). Vemos como o autor postula uma estrutura sócio-política baseada na tradição: de um lado, elementos oligárquicos – família e clã patriarcal – e de outro lado paulista, onde o bandeirante é nomeado como mito fundador na Nação. Argumentos vindos de um intelectual que iniciou sua carreira influenciada pelo Parnasianismo e Simbolismo, isto em plena campanha de renovação da literatura brasileira, pois a partir de 1917 é notório autores que buscavam uma poesia afastada dos modelos tradicionais. Permanecendo adepto dessas correntes literárias até 1925, visto que a partir daí entra em contato com alguns representantes do Modernismo, mais precisamente com Plínio Salgado e Menotti del Picchia que estavam vinculados com uma literatura com teor de ação política.

Mesmo intelectual que escrevia em um jornal republicano – *Correio Paulistano* – até o seu fechamento pelo Movimento de 30 e que participou da revolta de 32 opondo-se ao Governo Provisório e que mais tarde aproxima-se e adere ao corpo administrativo – principalmente em órgão de imprensa, propaganda e produção cultural – do governo Vargas até a sua deposição em 1945. Deixando de escrever poesia em 1932 retorna com a publicação de textos ensaísticos voltados para a crítica poética e ao ensaio político. Em 1936 junto a personalidade das mais variadas, lança o manifesto *Bandeira*, que postulava uma orientação da intelectualidade para a efetiva participação no fortalecimento da Nação dentro da ordem estabelecida. E em seguida com *Marcha para Oeste* já durante o Estado Novo, busca explicar as linhas gerais do Estado brasileiro com os olhos voltados para as Bandeiras. Não ocorre, na explicação do autor, uma negação de valores que foram duramente combatidos pelo movimento de 30, ao contrário alguns são combatidos – a monocultura da cana-de-açúcar, o latifúndio, o liberalismo e o comunismo – uns retornam com mais força – a família, o clã-patriarcal e o café – e outros novos surgem – a indústria, a pequena propriedade – para dar uma resposta ao momento político e econômico pelo qual passava o país.

E nessa tríade, outros aspectos também são importantes: o local, a cor, e o movimento, de forma que, para o autor, a “divisão de grupos humanos que iniciaram a vida social

brasileira me parece indispensável, pra se saber o papel de cada um deles na marcha para o Oeste” (p-5). Essa tríade – a família, o clã patriarcal e a Bandeira – somente se desenvolveu e atuou, com efetiva influência na formação social e política no Brasil, no grupo situado no Planalto, isto é, este é o local onde a cor e o movimento andavam juntos, de acordo com Cassiano Ricardo. Novamente o autor recorre a influência do meio geográfico para sustentar seus argumentos, pois do mesmo modo como o rio Tietê influenciou – pois corria para o interior do território – e facilitou a entrada no sertão, as mudanças de temperatura no Planalto de Piratininga “seriam chave mágicas pra explicar o ímpeto mameluco e o espírito de renovação que ainda caracteriza a gente do planalto” (p-11). Aqui é um ponto que merece atenção, pois ao caracterizar o grupo móvel de Piratininga, o autor expõe uma tendência voltada para a regionalização, pois é na região do atual estado de São Paulo que emerge as origens fundamentais da sociedade brasileira e a conquista do território. Da mesma forma, o ímpeto e o espírito de renovação que impulsionou a ancestralidade paulista, na aventura pelo sertão, ainda flui entre os paulistas do primeiro terço do século XX. Uma clara alusão a força de São Paulo no que se refere às decisões econômicas e políticas, ao café e a indústria. Além de um ideólogo vinculado ao Estado Novo, vemos um pensador que acima de tudo defende os interesses de São Paulo frente ao todo da Nação, apontando São Paulo como a única região capaz de levar a Nação ao encontro do progresso.

De acordo com a visão de Cassiano Ricardo, a família, o clã patriarcal e a Bandeira, são os fundamentos da organização social e política do Brasil, e de certo modo não se destacam do local, cor e movimento, mas para se entender como isso ocorreu deve-se definir os grupos que iniciaram a ocupação do território: o engenho, as fazendas de criação de gado e o grupo móvel do Planalto. No entender do autor, somente esse último grupo social conseguiu realmente influenciar a sociedade brasileira contemporânea. Para a diferenciação destes grupos o autor cita Gilberto Freire, para interpretar a sociedade agrária do nordeste como monocultora, latifundiária e sustentada pelo escravocratismo, onde existe uma minoria de brancos dominando. Já a sociedade pastoril, apóia-se nas obras de Capistrano e na definição de “civilização do couro”. E a sociedade bandeirante, isolada do resto e exploradora de ouro e prata fundamenta-se em Paulo Prado, Alfredo Ellis e Simmons.

A marcha para Oeste, ou seja, a conquista do sertão e a incorporação territorial, para Cassiano Ricardo, realizaram-se por “muitas formas e feitios, pelas entradas, pelas migrações, pela expansão agropastoril, pela catequese, mas o seu processo original... é o da ‘bandeira’ que abrange todos os outros sem se confundir com ele” (p-34). Sobre a penetração agropecuária do Nordeste, esta não teve, segundo o autor, o “ímpeto de penetração bandeirante, mas tem certo sentido democratizador” (p-23), pois a “criação de gado, em

pequenos rebanhos, completou a policultura democrática” (p-140). Sobre a monocultura de cana-de-açúcar, o autor considera que o “senhor de engenho, dentro de sua economia feudal, separa-se do interesse coletivo” (p-273). Já uma das características que define o grupo móvel que deu origem as bandeira é o desprendimento do piratiningano à propriedade, pois “o seu objetivo principal estava na caça às pedras preciosas, ao bugre e aos mitos do ouro” (p-21), sem isso – novamente uma tríade, isto é, o ouro, o escravo e o mito – “não teria havido bandeira, social e historicamente” (p-21).

Para Cassiano Ricardo, a “bandeira visa menos a conquista de terras, que a de território; isto é, tem mais um sentido político e coletivo do que um sentido privado e particularista” (p-34), visto que na versão do autor, bandeira “pra conquista de latifúndio não existe... pois bandeira e latifúndio se repelem” (p-34), o fato é que a bandeira não tinha “nenhum compromisso com a propriedade imobiliária e latifundiária” (p-134). A idéia da propriedade imobiliária na conquista do Oeste “só surge como consequência, não como um objetivo imediato da bandeira” (p-120), essa “consequência” possibilitou o surgimento de uma propriedade “imobiliária e não imobilizante” (p-140). No geral, o grupo móvel do Planalto “praticavam a pequena propriedade em larga escala... Não houve, aí, aquele latifúndio encontrados do regime rural da Bahia e de Pernambuco” (p-359).

A bandeira de Cassiano Ricardo não é um fragmento do latifúndio, trata-se, ao “contrário, de um fenômeno urbano por excelência” (p-497) e o cabo-de-tropa é um tipo social urbano que só organiza a sua bandeira na cidade. São Paulo é o núcleo urbano que dá origem à bandeira, isto é, a bandeira tem sua “origem na cidade (S. Paulo) e que dá origem a novas cidades que serão, cada uma por sua vez, outros tantos focos de irradiação bandeirante” (p-498), visto que “a bandeira de onde partir, e até mesmo do litoral (Santos, Cananéia) a sua origem é sempre urbana e não latifundiária” (p-498). Na visão ricardiana os três “termos fundamentais de toda bandeira eram, pois a cidade, o campo e o sertão” (p-326) é “uma verdadeira antecipação da paisagem social do Brasil” (p-326). Antecipação da paisagem social no sentido de que cidade e campo formavam um par útil para o desenvolvimento econômico do país, ou seja, a cidade oferecendo produtos industrializados para o campo, e o campo produzindo produtos para o abastecimento das cidades, tanto como matéria-prima, quanto gêneros alimentícios. De acordo com a obra de Cassiano Ricardo, o sertão estaria entre essas duas realidades, e com a renovação do “espírito bandeirante” ocorreria a união destas três paisagens para o efetivo encontro do Brasil consigo mesmo, pressuposto rico para as ações governamentais referentes ao desenvolvimento da economia brasileira.

O bandeirante na versão de Cassiano Ricardo é “o fundador da cidade e, portanto, o fundador do Estado” (p-492), pois além de conquistar o Oeste, o bandeirante tem o “ofício de

casar o sertão com a cidade” (p-499). Tratava-se de uma “cidade em marcha”, pois no mundo de Cassiano Ricardo cada “bandeira, por sua vez, é uma cidade errante que lá se vai” (p-498) e em seus rastros outras “cidades vão brotando pelo caminho. Destas outras cidades surgem novas bandeiras” (p-498). “Plantador de cidades” aí está, segundo o autor, “o melhor título que o paulista herdou dos seus ancestrais” (p-506). Para o autor, são as cidades “intra-serra” que “vêm realizar aquilo que o litoral não realizou, abrindo caminhos que o colonizador não abriria pelo receio de ‘entrar’.” (p-503). A gênese de nossas cidades “nasceram da ‘mobilidade’ bandeirante tais cidades como que conservam... aquela mobilidade espantosa dos grupos que aí se estabeleceram e se reuniram” (p-505). No que tange a organização do grupo social bandeirante, ela “leva, em si mesma, o corretivo de sua mobilidade, o material humano com que se fixará na mineração. Ela já é uma ‘população em marcha’ para as cidades que terá de fundar no percurso” (p-505).

Sendo uma “cidade em marcha”, a Bandeira ricardiana “promove a grande, a formidável marcha das cidades à conquista dos trópicos” (p-506). Tão importante o papel das cidades e a permanência do ímpeto bandeirante, que Cassiano Ricardo busca uma genealogia urbana. Para o autor, com Alexandre de Gusmão a cidade conquista a sua primeira vitória, em favor da bandeira, pois se defini as fronteiras da colônia portuguesa. Com a Inconfidência, a cidade realiza o seu primeiro protesto nativista, já depois do martírio de Felipe dos Santos. A revolução urbana do litoral chega com a vinda de D. João VI e inicia-se a queda do patriarcado rural e a cidade de São Paulo se confere a título de “Imperial”, por ocasião da Independência (1822).

Retornando a uma das preocupações de Cassiano Ricardo que é a diferenciação entre os dois grupos sociais – o engenho nordestino e as vilas piratininganas – predominante no Brasil colônia, o autor inclui outra, a agropecuária. Nesse sentido, são três paisagens sociais: a do “Planalto”, onde é predominante a policultura e a pequena propriedade; a “Casa-Grande” sustentada pela monocultura e pela grande propriedade; e os “Criadores de Gado” que expandia as fazendas e fornecia alimento. Ambas “iniciando a seu modo a grande marcha de que hoje fazemos parte” (p-14). Vemos aqui que o autor constrói uma ponte entre o passado e o presente, pois o que ocorreu de certo modo permanece na sociedade brasileira do início dos anos de 1940, uma ação onde todos a seu modo contribuíram e contribuem para o fortalecimento da Nação. Essa “marcha de que hoje fazemos parte” é um exemplo de como o projeto nacional de ocupação dos sertões desenvolvido pelo Estado Novo buscava inserir todos em um projeto de modernização, transfigurado em construção de uma nova Nação, inserção esta que convocava a todos a irem para uma mesma direção, que na versão do autor é carga de elementos míticos.

A partir de uma comparação entre os grupos sociais que compunham os primórdios da constituição social brasileira, Cassiano Ricardo levanta algumas questões recorrentes nos debates sobre a realidade nacional. Uma primeira observação é sobre o sentido democratizador da pequena propriedade em contraposição ao sentido aristocrático do latifúndio. Ocorre uma desvalorização da estrutura produtiva do Nordeste no mesmo momento que o Sudeste assume o controle da economia nacional, primeiro com o café e em seguida com o desenvolvimento industrial. Outra questão importante é a valorização da pequena propriedade nas origens das Bandeiras, uma argumentação que vai de encontro com um dos objetivos da campanha Marcha para o Oeste que era o incentivo à pequena propriedade para a produção de gêneros alimentícios. A desvalorização do latifúndio e a valorização da pequena propriedade utilizando-se de argumentos trazidos de uma interpretação histórica, busca justificar com base na História a necessidade de uma redefinição da estrutura do país. O latifúndio monocultor não é totalmente demonizado, apenas a estrutura produtiva nordestina – baseada na cana-de-açúcar – é repudiada, já a monocultura do café é valorizada e herdeira do “espírito bandeirante”. A pequena propriedade é posta como salvação da economia nacional e um dos objetivos do Governo Federal, principalmente com o apóio à formação de colônias agrícolas no interior: primeiro pela policultura que abasteceria o mercado nacional incentivada pelo crescimento urbano; segundo como foco de atração de trabalhadores excedentes de zonas rurais decadentes.

A Bandeira ricardiana “constituiu o fato social constante e especial do Planalto” (p-120), ou seja, o autor sugere que essa tendência ainda permanece no paulista do século XX. Nesta versão, socialmente “a bandeira nasce de um grupo que pratica a pequena propriedade e a policultura” (p-119), e essa “realidade social do Planalto produziu o fenômeno social da bandeira” (p-120). Ao considerar que a “primeira condição social para que se realize a bandeira é a família” (p-120), o autor – lançando mão de Alcântara Machado e Alfredo Ellis – defende que a família se formou mestiçamente, patriarcalmente, cristãmente. Neste ponto o ensaísta dá sua opinião para rebater os “que costumam ver na família ‘uma grupo hostil ao grupo político’, o certo é que, para o brasileiro em geral, o Estado seria sempre sinônimo de providencialismo patriarcal. Até hoje, o governo é o Pai grande a que aludem as nossas populações caboclas” (p-129). Tal influência na formação da sociedade brasileira é derivada de “uma relação de causa e efeito entre o fato social e o histórico” (p-120), ou seja, a família e a pequena propriedade, de um lado, e ocupação do Oeste, de outro, como destino nacional.

O tema da democracia é também foco de atenção por parte do autor, pois este busca construir um conceito de democracia tipicamente brasileira baseada em uma interpretação da organização interna da Bandeira. Como local de onde surgiram as Bandeiras – o Planalto de

Piratininga – Cassiano Ricardo afirma que a população que ali vivia era uma comunidade instituída em República. A única República sem proclamação, e segundo sua versão, na organização do grupo social do Planalto “se registra um caso típico de *self-government*” (p-187), pois “o isolamento e a independência do Planalto lhe dão um governo autônomo” (p-190). Mesmo no período colonial São Paulo dá sinais que poderia governar por si próprio, chegando ao ponto de afirmar que: “a) a raiz da independência, já então existente no Planalto; b) a vocação nacional de S. Paulo que, poderia separar-se sozinho, preferiu continuar português, pois leva o diabo, em favor do Brasil” (p-198). Uma defesa a favor do “perfil” democrático do paulista durante o período colonial – em Piratininga e nas Bandeiras – pode fazer referência a revolta de São Paulo contra o Governo Provisório em 1932, da mesma forma, tal argumento pode ser utilizado para defender o modelo de democracia difundido pelo Estado Novo.

Dando continuidade a sua avaliação, para a formação desse “governo próprio muito terá contribuído a necessidade de defesa coletiva, local, contra o selvagem” (p-187). E foi justamente essa “necessidade de defesa contra o inimigo comum criou... o sentimento de solidariedade, quanto aos interesses interindividuais” (p-187). A “solidariedade social” foi outro argumento utilizado pelo autor para justificar a organização social das Bandeiras em sua conquista do Oeste. Nas Bandeiras existia uma “solidariedade social” – característica exclusiva do paulista em contraposição ao particularismo do engenho – que reunia todos em um único objetivo, a integração territorial e a formação da nacionalidade. Essa República, “proclamada pelos outros e não por quem a realizou, é a nascente política da bandeira, ou o primeiro germe de nossa democracia política” (p-190). Para Cassiano Ricardo, a “única república que não teve proclamação foi a bandeirante. Por isso não é mencionada por certos formalistas e proclamacionistas, embora o seja por escritores estrangeiros e até pelo poder colonial” (p-196). O Planalto de Piratininga ricardiano era constituído por “um governo coletivo, popular... e que só passa a ser exercido por um chefe com poderes excepcionais toda vez que o grupo se erige em bandeira” (p-196). Juntamente com a “solidariedade social”, outros conceitos surgem para avaliar o papel que a sociedade piratiningana colonial teve na formação social e política brasileira. Segundo Cassiano Ricardo, um “governo coletivo”, “popular” e “um chefe com poderes excepcionais” são as bases de organização pelas quais as Bandeiras se estruturaram na conquista do Oeste. Basta lembrar que esses são conceitos largamente utilizados pelo Estado Novo – em discursos de Vargas, enciclopédias do IBGE e departamentos de propaganda e imprensa – para definir o perfil de sua própria organização.

De acordo com Cassiano Ricardo, enquanto o grupo permanece nas vilas do Planalto de Piratininga o povo se organizava em comuna, a partir do momento em que ela rumava para o

Oeste – sob a denominação Bandeira – um líder com capacidades de organização direciona o grupo rumo ao Oeste. O “chefe da bandeira será em ponto pequeno, um presidente da república, autoritário. Por força do sertão” (p-196). Novamente outra argumentação que pode ser considerada uma referência a situação política no momento da publicação do livro, ou seja, a idéia de um chefe guiando todos para uma mesma direção: no Brasil colônia o bandeirante que conquistou o território e criou a nacionalidade, no Brasil do século XX um presidente com poder autoritário que busca reincorporar o sertão na economia como reflexo do fortalecimento do sentimento nacional. A organização social piratiningana, na versão de Cassiano Ricardo, foi “transformada em Estado volante e sertanejo” (p-204), uma “república independente em relação a Portugal e Espanha; não em relação ao Brasil que ele, bandeirante, estava construindo territorialmente e politicamente” (p-204).

No período colonial, o grupo móvel de Piratininga rumou para o sertão, local onde “estavam os meios de vida e sustento para os pobres” (p-15), era onde “faiscava o ouro da fábula” (p-15). O paulista é posto como redentor da Nação, pois desbravar o interior com o intuito de encontrar a riqueza para suprir a necessidade do Planalto era um dos objetivos da Bandeira. Esse pressuposto também estava contido na campanha Marcha para o Oeste desenvolvida pelo Estado Novo, visto que a incorporação do interior – a região amazônica e o Centro-Oeste – na produção nacional poderia solucionar o problema de populações empobrecidas de outras regiões, principalmente do nordeste. Durante o Brasil colonial a conquista do sertão veio para suprir a necessidade do piratiningano, ou seja, mão-de-obra escrava e pela busca do ouro, agora a incorporação dos sertões viria suprir a carestia de produtos básicos para o fortalecimento da economia nacional, mas principalmente, o fortalecimento das elites produtoras de São Paulo. O autor acaba fortalecendo o mito de que no sertão estão as soluções para resolver os problemas nacionais, ao mesmo tempo recorre a uma interpretação do passado para justificar uma reorientação econômica e produtiva do território.

Segundo Cassiano Ricardo, os mitos de fundo econômico empurraram o homem sertão adentro, isto é, os mitos e a idéia de riqueza acenderam “na imaginação desses homens”. De acordo com o autor “eram o ‘econômico’ e o ‘maravilhoso’ devidamente macumunado” (p-15) e, segundo Cassiano Ricardo, deve-se lembrar que o “ouro dos mitos, ou os mitos que a idéia do ouro engendrou e que contribuíram, não raro mais que o próprio ouro, para nossa expansão geográfica” (p-375). O entendimento dos mitos do ouro e a função que desempenharam na formação do país são necessários, “para melhor compreensão de tão sedutor aspecto da marcha para o Oeste” (p-376), ou seja, “o que explica mesmo as grandes avançadas são os próprios mitos... que arrastam a bandeira para o sertão bruto de modo

irreprimível. São os mitos nascidos da idéia de riqueza... enfim os mitos do ouro, da prata e das pedras verdes” (p-380).

A ida ao sertão é posto na obra ricardiana como algo “enigmático”, espaço que é composto por uma “geografia fabulosa, o ouro inseparável da lenda, as viagens pelo desconhecido, o mundo primitivo e fantasmagórico, tudo respira fábula” (p-380). Na visão de Cassiano Ricardo, o importante “será saber qual a função que tiveram os mitos no dinamismo da sociedade bandeirante” (p-381) e como “colaboraram na conquista da geografia que é hoje a base física do nosso país” (p-381), pois se não “fossem esses mitos... o Brasil não seria o que é hoje, em sua grandeza geográfica” (p-394). Esses mitos que impulsionaram as bandeiras ricardianas são exclusivamente de “nascença econômica, e não cósmica, nem intelectual, nem apenas produto de elaboração mística, ou apenas poética” (p-382). Não cabem aqui, segundo o autor, “os mitos criados pelos historiadores (*a posteriori*) e até por cientistas, em virtude das chamadas ‘leis épicas’.” (p-398). A bandeira “revela, assim, um fundamento econômico na gênese dos mitos” (p-398), ou melhor, “é o mito resultante do econômico macumunado com o mágico” (p-401) e são eles que “levam o bandeirante sertão adentro” (p-399). Para o autor, o mito funciona “como um fato, no comportamento do bandeirante, nos hábitos de vida da sociedade a que ele pertence... Todo mito é algo verdadeiro, funciona como se verdadeiro fosse o seu conteúdo mágico” (p-401). Na mitogênese do bandeirismo ricardiano “o homem se encontra consigo mesmo através de todos os disparates de tempo e lugar” (p-405), visto que segundo Cassiano Ricardo o “Brasil é o país onde os mitos atingem a sua mais alta ‘porcentagem histórica’.” (p-399).

Esse é um dos pontos chaves do pensamento ricardiano, pois o autor opera com a apropriação de mitos e como esses mitos refletem na organização de uma sociedade. Mas por outro lado, o autor utiliza o mito bandeirante – reelaborado por ele próprio – para dar um sentido “mítico histórico” ao presente. O mito bandeirante como um modelo a ser seguido é a fonte de onde o intelectual constrói sua idealização de “herói”. Na idealização do herói, Cassiano Ricardo considera que em “contato com o selvagem, embora em luta contra ele, o bandeirante adquire uma enorme capacidade de ‘regressão’ ao primitivo” (p-21).

No entanto, esse contato somente se realiza pelo “homem coletivo”, sem o mesmo não se realizaria a bandeira, pois o “herói, por mais relutante que seja, pressupõe um tipo social. Este tipo social pressupõe que um meio geográfico, étnico e econômico que lhe dá origem” (p-29), e isso só ocorre no Planalto de Piratininga, pois lá se encontra a “solidariedade social”, um “governo coletivo”, por sua vez “popular” e um “chefe com poder autoritário” que guia o grupo para o interior. Ao construir sua versão sobre as duas realidades sociais que predominaram no Brasil colônia – o engenho no Nordeste e o grupo móvel de Piratininga – o

Cabo-de-tropa e o senhor de engenho são destacados como dois tipos sociais de colonizadores, cada qual na sua localização geográfica. Novamente o autor oscila entre o regional e o nacional, mas não deixa de convocar a todos para participar da marcha, estabelecendo o “homem coletivo” do Estado Novo e não o “homem individual” do Liberalismo como modelo de individualismo tipicamente brasileiro.

No Brasil de Cassiano Ricardo o bandeirante é outro tipo de pioneiro que não se confunde, sequer, com o pioneiro americano do Norte, cuja função foi diferente. O que o bandeirante faz para Cassiano Ricardo “não é propriamente defender o interesse particularista ou da família, mas a ordem social” (p-34), pois a “bandeira tem uma duração e um comando que lhe condesam energias para o objetivo a realizar” (p-38). O autor aponta o “comando que condensam energias para o objetivo a realizar” e a defesa da “ordem social” como uma das qualidades do chefe da Bandeira. Qualidades que podem fazer referência a forma como Vargas se dirigia a Nação em seus discursos: a defesa da “ordem social” pode ser posta como a perseguição ao comunismo e as ideologias dissolventes; e a união de “energias para uma mesma direção” – exposta pela aglutinação de vários interesses classistas pressionando o Governo Federal – são constantes tanto nas Bandeiras ricardianas, quanto no discurso estadonovista. O palco onde este herói realizou seus feitos foi o sertão, uma “terra ainda virgem de civilização” (p-37), lá no “extremo do nosso *far-West*” (p-129) antes posto como necessidade de conquista, mas em outro contexto – década de 30 e 40 – os “novos bandeirantes” devem incorporar esses espaço conquistados ao todo da nação.

O herói que comanda e domina o sertão, na versão do autor, tem outro motivo para encarar essas “grandes provas” além da “coragem heróica”, mas o “amor a Pátria” (p-131). Esse herói mitificado não só conquistou o território localizado no interior, mas estava agindo em prol da edificação de uma Pátria. O tipo social do bandeirante, para Cassiano Ricardo “representa a ‘aventura’ dentro da ‘geometria’, o ‘ímpeto’ dentro da ‘enquadratura militar.’” (p-139), ele “é um produto da raça, da endogamia, do sertão, da geografia, de um sistema de vida, de uma conjuntura de fatores locais” (p-201). O chefe da bandeira ricardiana “substitui o senhor feudal... desfeudalizava a economia da casa-grande, golpeando de morte a aristocracia do litoral” (p-480) e ao “mesmo tempo, o chefe da bandeira substitui o cacique” (p-480) desmobilizando o índio do comunismo tribal. No Brasil de Cassiano Ricardo,

o entusiasmo pelo herói tenha contribuído para maior aceitação do chefe mas o certo é que o governo forte decorre da autoridade mesma de que se revestia o seu condutor pra realizar as aspirações do grupo e manter-lhe a inquebrantável unidade (p-482).

O bandeirante à frente do seu grupo “geometrizado”, ou seja, disciplinado, para o autor, é a antecipação do Brasil integral, abrevia o chefe de Estado: o comando, a obediência, e o fim unitário comum. Segundo essa perspectiva, o “costume de só vermos o herói no chefe de bandeira nos leva a esquecer outros aspectos da sua figura entre os quais o de governador investido de todos os poderes” (p-479), pois ele “não é apenas o cabo-de-tropa, o generalíssimo; é o próprio poder público, o chefe de governo” (p-479). Chefe de um “Estado em miniatura, que é a bandeira em Marcha... O cabo-de-tropa representa, então, em nossa gênese social e política, o criador do governo forte” (p-479). A autoridade, segundo Cassiano Ricardo “envolve uma grande soma de poder pessoal, mas isso não basta; e ela não se confunde com a dos grandes senhores do feudalismo” (p-483). E em um “governo instituído por conta própria e democraticamente” (p-484) o chefe exerce “sua ditadura político-militar” (p-483). O cabo-de-tropa na Bandeira ricardiana é governante da “república de Piratininga” e “ditador com poderes excepcionais quando entra no sertão” (p-484). Esse chefe é o representante de “um governo nascido na terra em contraposição ao litoral” (p-485), tal governo

é um estado larvar e vivo, com um governo forte – um executivo que tudo dispõe e tudo ordena; enfim, com uma autoridade que exerce funções policiais e judiciárias e em torno da qual se reúnem todos, dentro da mais estreita solidariedade, e hierarquicamente dispostos (p-485).

O herói ricardiano é o chefe de bandeira, cabo-de-tropa ou bandeirante, ele “é o disciplinador, é o protetor dos que pedem justiça, o chefe militar, o fundador do Estado” (p-485), mas este líder mesmo com todo rigor do cargo que ocupa lança mão do “melhor segredo pra um homem de governo, que é a técnica da bondade e conciliação” (p-480). Seguindo a explicação do “herói”, dada pelo autor, podemos destacar alguns conceitos básicos que formam a base do discurso estadonovista, isto é, a defesa de um “governo forte” sustentada pela “disciplina”, “obediência” e defesa do “bem comum” e da “unidade” nacional. O chefe da bandeira, para Cassiano Ricardo, com essas atribuições antecipa o Estado forte e unitário, “cada chefe de bandeira exerce não só a atribuição majestosa como também pratica um ensaio agreste de *self-governmnet*” (p-374), caracterizado pela denominação bandeirismo.

Ao estipular o fenômeno social típico da sociedade brasileira, Cassiano Ricardo define um tipo determinado de “ismo”, movimento típico da virada política que alguns modernistas também participaram. Iniciando sua incursão no modernismo com *Martim Cererê*, obra que inicialmente buscava construir uma poesia com inspiração brasileira, mas com uma dose de regionalismo paulista, passa na década seguinte a se dedicar a elaboração de ensaios de

análise social. O *Martim Cererê* posto ao lado de *Marcha para Oeste* forma uma via de mão dupla, onde a poesia busca criar uma gênese mítica do passado colonial e o ensaio busca justificar, com base em uma interpretação pretendidamente histórica, esse mesmo mito para aponta o bandeirismo como sistema de vida nacional. As Bandeiras, nessa perspectiva, foram grupos sociais que se deslocaram “de São Paulo, em várias direções, mas principalmente rumo a oeste, conduzido por um chefe, organizado militarmente, e com governo próprio, em função econômica e de povoamento, dando em resultado a atual silhueta do Brasil” (p-39/40). No entanto, esse acontecimento é “algo de mais complexo, com influência nítida no sistema de vida brasileiro, nas suas instituições sociais e políticas e com reflexo... na vida do mundo moderno” (p-40).

As bandeiras de Cassiano Ricardo criaram “um pequeno Estado, ou Estado em miniatura... levando usos que o tornam uma antecipação do *self-government*” (p-47), expressão máxima de “uma democracia viva e andeja” com sua hierarquia social particular, onde “a ‘nacionalidade’ não é um fator do bandeirismo; antes, o bandeirismo é que é o fator de uma nova nacionalidade” (p-49). Os pontos de referência, para o autor, “são o ‘regional’ e o ‘universal’; o ‘nacional’ está em elaboração” (p-49) na gênese desse Estado nacional. Dois outros conceitos fundamentais na obra de Cassiano Ricardo, assim como, da doutrina ideológica estadonovista são: “democracia” e “hierarquia social”. Estes dois conceitos não são pensados separadamente, mas juntos, daremos atenção primeiro ao segundo conceito para em seguida demonstra como o autor constrói o significado de “democracia” tipicamente brasileira.

O fenômeno bandeirante, de acordo com a explicação de Cassiano Ricardo, “é compreensível muito mais pelas raças que nele tomaram parte do que pela nacionalidade a que tais raças pertenciam” (p-50), e segundo o autor, foi o resultado da “‘soma’ paulista... de todas as contribuições raciais” (p-50). Muito interessante como o autor articula todo o seu corpo conceitual, articulação esta, que tem como intuito, conferir a São Paulo, como a região de onde emergiram as influências que constituíram a formação social e política do Estado brasileiro. Além da “solidariedade social”, “pequena propriedade”, “comando e obediência”, “espírito coletivo e renovador”, a região também contribuiu com seu alto grau de mistura racial. Em outros grupos sociais predominantes na colônia, como por exemplo, o engenho, Cassiano Ricardo considera que este fundamentava-se em uma “grande divisão social dos senhores brancos e dos escravos” (p-18), mas de certa forma contribuiu para a democracia biológica pela mestiçagem. Mas enquanto no Nordeste o negro veio simplesmente para o trabalho, no Planalto, o negro surgiu como corretivo, visto que, o seu sedentarismo, de acordo

com essa concepção, apareceu em momento oportuno contrabalanceando o nomadismo do índio.

Primeiro a miscigenação determinava a democratização social baseada exclusivamente na solidariedade, mestiçagem e na família. E segundo o ensaísta, um caso típico de *self-government* com sua hierarquização particular baseada na divisão do trabalho em função de cada cor racial, ou seja, um governo que se realiza democraticamente fundamentado na solidariedade e hierarquização racial. O autor esquematiza a organização da Bandeira hierarquizando as funções raciais relacionando-as aos espaços de produção, ou melhor, enquanto “comando e organização, a bandeira é mameluca; enquanto constância e ímpeto nas avançadas, é índia; quando para, na lavoura dos pousos e na mineração, é africana. O bandeirante (chefe) representa a ‘cidade’, o índio representa o ‘sertão’ e o negro a ‘vida rural’.” (p-322). E é nesse sentido, na “marcha para o Oeste cabem todos” (p-38), esse é um lema típico tanto do Governo Federal quanto na obra de Cassiano Ricardo, pois no bandeirantismo ocorre a união de todos para alcançar um objetivo comum, a construção da Pátria grande e forte com a fusão do campo, do sertão e da cidade.

Cassiano Ricardo ao equiparar cada tipo racial a um espaço de produção definido, e ainda, postular que somente com a miscigenação pode existir a Bandeira, e assim todos acabam participando da conquista do território durante o Brasil colônia, defende que no século XX a mistura, não mais do branco, negro e índio, mas agora dos espaços – cidade, sertão e campo – podem ser unificados através de uma nova Marcha para finalmente consolidar a construção de um Estado forte inspirado no “mito bandeirante”. A hierarquização das cores não impede, de acordo com o autor, o comportamento democrático do grupo, pois ocorre “o aproveitamento de todos os elementos humanos mesmo os que parecem inúteis e prejudiciais” (p-322/333). Rebatendo as teorias racistas, Cassiano Ricardo defende que na Bandeira “os mestiço inferiores que os arautos da falácia ariana chamam de ‘infensos a civilização’ prestam extraordinário serviço, sem o saber, à criação dessa democracia social e biológica” (p-323). Ao definir o seu conceito de democracia, o autor define determinadas características de cada raça para esquematizar a função de cada uma delas: o índio entra com a mobilidade social e caminhada, o negro com a abundância de sentimentos, na mineração e no calor humano, o branco com o seu espírito de aventura e de comando. E conclui, que o que “se acentua é o fenômeno curioso da hierarquização da cores, determinada economicamente e socialmente. Cada cor tem o seu papel e função, na marcha conquistadora” (p-324), pois não

é possível pensar na democracia bandeirante sem a organização hierárquica do grupo, que possibilita o aproveitamento de todos os valores humanos pela capacidade viva de cada um e não pela igualdade abstrata, irracional ou estandarizada (p-324).

A organização hierárquica do grupo possibilita o aproveitamento de todos para um único objetivo, este é o princípio da “democracia social” na obra de Cassiano Ricardo. A hierarquização das cores “era uma organização social e política que dava ao grupo a consistência necessária à realização dos seus objetivos” (p-326). Na Bandeira ricardiana a “hierarquização social” não se tratava de “uma imposição social da cor senão de uma contribuição cultural de cada cor étnica determinando a hierarquia funcional das cores” (p-327). A “cromocracia da bandeira... corrige a mestiçagem no seu furor e impede o comunismo racial; ou melhor, impede o comunismo moral resultante de uma desbragada mistura de cores, sem nenhuma hierarquização” (p-327) para impor “um pequeno Estado agreste e vivo” (p-332).

Para se definir o conceito de democracia tipicamente brasileira na obra de Cassiano Ricardo, deve-se dar atenção a forma como alguns conceitos – comando, a obediência e o movimento; a solidariedade social; a policultura; a pequena propriedade; o espírito associativo e coletivo despertado e direcionado para o bem comum; a divisão de trabalho, no sertão, em confronto com a da organização social do nordeste; e a mestiçagem – agiram na formação das Bandeiras e conseqüentemente influenciaram na formação do Estado brasileiro, ou seja, vários “fatores influíram para a formação da rude mas sugestiva ‘democracia social’ bandeirante.”(p-358). A Bandeira, na versão ricardiana, foi um exemplo de solidariedade vigilante contra o inimigo de todas as horas”(p-359), pois o conflito e o “espaço geográfico obriga os homens a ser solidários entre si... Nos pequenos núcleos humanos que se vão fundando em caminho da hinterlândia ecentua-se essa forma de solidariedade social, que foi, até certo ponto, o germe da solidariedade nacional” (p-360). E mais, o

contato áspero da terra, o trabalho em comum, a interpenetração de tantos destinos, por força de um só destino, a mestiçagem que atenuava as cores e estabelecia o traço de união imperativo e secreto do sangue, a miragem do ouro que faiscava no esconderijo instigando os batedores e os desbravadores pra uma única direção, a solidariedade vigilante em face do perigo constante, tudo isso faz esquecer preconceitos de classe e de cor (p-361).

De acordo com a versão do autor, tal regime “não era... uma invenção política intelectual” (p-359) em “face da conquista niveladora e classificadora” (p-362) que nada mais é do que “um esboço de democracia social, integral” (p-362). As Bandeiras foram um “ensaio de democracia econômica, sem a qual não haveria democracia social” (p-362). Nas áreas de mineração, segundo o autor, instituiu-se um “governo, já num sentido de democracia política... uma democracia agora também representativa, cheia de sentido fraternal” (p-365). O autor conclui que uma “democracia consiste em dar a cada uma a sua oportunidade” (p-367) e o “que se configura é uma democracia social, que estará nas raízes de nossa formação de povo” (p-375).

Na organização social da Bandeira estabeleceu-se, “um certo espírito de ordem, pra que as coisas corresse bem” (p-364), ou seja, individualismo “para a aventura criadora de riqueza; coletivismo para as concentrações em torno dos descobertos” (p-374). Na Bandeira ricardiana todos os sentimentos tomam uma mesma direção, tendo-se “a impressão de geometrizar-se de pronto na disciplina que os conduz. O objetivo a alcançar colabora nessa unidade de rumo. A solidariedade, em função de vigilância e de ataque, entra com a sua contribuição para o mesmo efeito” (p-376), ou seja, a Bandeira é “o mais curioso exemplo de tendências contrárias numa mesma direção” (p-377). A versão das bandeiras compostas por Cassiano Ricardo antecipava “o ‘feixe de tendências’ para o mesmo destino”, foi um ensaio que colocava “na mesma direção ‘espacial’ os sentimentos que algum dia tornariam o mesmo destino nacional” (p-379). O ensaísta conclui que podem até “ser antagônico entre si tais sentimentos mas no desenho psicossocial da bandeira são forças coincidentes, conciliadas por um só objetivo” (p-379), isto é, a construção da nacionalidade e do Estado brasileiro. Ao considerar que as Bandeiras antecipam o “feixe de tendências para o mesmo destino”, quer dizer que, de certa forma pode-se considerar que o Estado Novo – particularmente a campanha Marcha para o Oeste – faz parte da continuidade deste “espírito bandeirante”. O corpo ideológico estadonovista tinha na idéia de “democracia social” um dos argumentos principais para justificar a participação de todos na direção do país.

Cassiano Ricardo tem a pretensão nesta obra de definir as linhas do Estado moderno brasileiro reveladas pela sua interpretação da organização do grupo bandeirante, para enfim, reafirmar o “mito bandeirante” como o mito fundador da Nação e argumento ideológico para justificação de um Estado baseado na tradição. Inicialmente, o autor afirma que o grupo bandeirante significa uma “organização social transportada do litoral para a região do ouro, ou melhor, não só do litoral como principalmente do Planalto de Piratininga” (p-491). A Bandeira ricardiana “nasce determinada por fatores locais muito vivos... que só ocorrem e se encontram juntas em São Paulo” (p-478). Fatores locais como “família”, “pequena propriedade”,

“policultura”, “ímpeto empreendedor” e o “*self-government* identifica o bandeirismo desde o primeiro momento” (p-479). O autor afirma categoricamente que “a bandeira constituiu o nosso primeiro ensaio de *self-government*” (p-482), uma democracia “obediente a firme unidade do comando” (p-486) do chefe deste “pequeno, rudimentar Estado nômade” (p-486).

No Brasil de Cassiano Ricardo “o pequeno Estado bandeirante age em função de criar o grande Estado brasileiro, de adaptar as conquistas geográficas a esse fim” (p-486), e o bandeirante como “agente de civilização” vem a se opor a “economia latifundiária e escravocrata do Nordeste” (p-487). Os valores culturais criados por esses grupos do Brasil colônia, “uns mais lusos como os da casa-grande, outros mais socialmente dinâmicos e ajustados a terra, como os bandeirantes, que trabalharam pela unidade nacional, que é o sentido vivo de nossa história” (p-490/491). No entanto, segundo a explicação de Cassiano Ricardo, a casa-grande influenciado pelo “feudalismo do litoral teria cerceado o Estado português, mas não entrou em luta contra ele, pois era a continuação de uma ordem social... ao passo que a bandeira o substitui, cultural e sociologicamente” (p-492) o Estado peninsular. Nesse sentido,

o nomadismo bandeirante foi um semeador de valores culturais, do mesmo modo que o foi a estabilidade patriarcal do senhor de engenho. Apenas este teve a seu favor uma espécie de auxílio oficial da cultura do colonizador. O bandeirante, que não foi um agente dessa cultura, pois o próprio sertão o deforma, logicamente semeou outros valores culturais. Valores talvez menos... lusos, por isso mais trabalhados pela terra (p-488).

Neste cenário agreste – o sertão/interior/oeste – ocorre o espetáculo da formação de um Estado rude e nômade, onde o papel principal é encenado pelo bandeirante, personagem mitificado como “herói” na obra de Cassiano Ricardo. Em contraposição a casa-grande, o herói ricardiano exerce “um poder público... cria uma restrição violentíssima à concepção de Estado de origem peninsular pra fazer nascer a idéia de um governo próprio” (p-496). Ele, o bandeirante, foi “o chefe de um rudimentar, mas belicoso Estado ambulante (p-496) até “ser esmagado pela brutalidade do poder reinol” (p-496) com a instituição das Ordenações de Reino. Posteriormente “são feitas as primeiras tentativas de um Estado local, no plano institucional e ideológico, como as de 1720 (Filipe dos Santos) e 1789 (Tiradentes)” (p-496), mas não eram inspiradas pelo bandeirantismo.

O autor de *Marcha para Oeste* se esforça para construir uma ponte entre o passado e o presente, visto que em outros momentos “a marcha para o Oeste demonstra, no chamado nomadismo bandeirante, a existência de nítidas constantes culturais” (p-488), e conclui que “é preciso insistir em que o fenômeno bandeira se prolonga, num sentido cultural, constante, por

mais de dois séculos, mesmo em sua feição histórica de penetração e conquista” (p-493). Cassiano Ricardo enumera as grandes influências exercidas pelo bandeirismo: na expansão geográfica e, portanto, na formação da base física do Estado; em nossa formação social, em contraposição ao da casa-grande, entrosada com o capitalismo europeu; na gênese da Independência, pois é nela que se encontra o nosso primeiro germe de *self-government*; na democracia social brasileira, na origem da nossa democracia política; e na formação sociológica do Estado brasileiro.

O bandeirantismo criado por Cassiano Ricardo é posto como permanente cultural da sociedade brasileira, mas após a delimitação das fronteiras essa “permanente cultural” toma a forma do imperialismo interno. Como uma constante na História do Brasil, escreve-se o capítulo mais brasileiro do bandeirismo no século XVIII “que é a conquista de Mato Grosso... tiveram os paulistas que lutar como no *far-west*” (p-508), visto que

o bandeirismo como fenômeno de expansão interna não poderia cessar. Todo o século XVIII se assinala pelo povoamento e por novas conquistas na região do ouro. A chamada extinção do bandeirismo histórico, em seu sentido de “imperialismo externo”, não o extingiria em sua feição de “imperialismo interno”. Não haverá mesmo exagero em se dizer que hoje “estamos conquistando o que é nosso (p-516)

Novamente o autor procura sustentar uma linha de continuidade entre o passado e o presente, onde personagens e acontecimentos são re-interpretados com vistas de justificar e autorizar a atual conjuntura política do Brasil após 1930, principalmente “numa época em que a sua realização dependia, principalmente, desse retorno ao primitivo” (p-519). Quem afirma isso é o próprio Cassiano Ricardo, o modernista que escreveu *Martim Cererê* acreditava que para o Brasil se reinventar, era necessário o retorno às origens guiado pelas necessidades de renovação da sociedade. Nesse sentido, com o intuito de provar que a “bandeira caminha no tempo”, Cassiano Ricardo, argumenta que

transposto entretanto, para um outro plano de cultura, a empresa tornou-se possível sem o concurso do índio, substituído pelo sertanejo, generalizando-se com os recursos da técnica moderna... a mobilidade do índio: esta se havia transformado em mobilidade social e os novos meios de transporte substituíram as marchas a pé, ou as bandeiras fluviais” (p-519).

Os mitos de fundo econômico, na versão de Cassiano Ricardo, ainda “persistiam, constituindo ainda a principal razão do espantoso fenômeno” (p-520), pois a Bandeira encerra

“o seu ciclo histórico, mas ficam o bandeirante e o bandeirismo... ou as bandeiras tomam nova feição” (p-521). E até o “ânimo heróico” qualidade que, segundo a visão ricardiana, marcou “a bandeira de conquista – não iria evaporar-se, por encanto, simplesmente porque passou a não ter razão de ser” (p-523). A argumentação “de não ter razão de ser” corresponde a ao fim da fase de “imperialismo externo” com o tratado de 1750, as Bandeiras deixaram de alargar o território para fora dos limites de Tordesilhas. Mas o “ânimo heróico” perpetuou, passando a efetuar uma nova forma de conquista do território sob a denominação de “imperialismo interno”, ou seja, a ocupação definitiva do espaço.

Na argumentação de Cassiano Ricardo sobre a perpetuação do “espírito bandeirante” na sociedade brasileira, considera que, com as Ordenações de Reino ocorreu o triunfo do Estado português, “que substitui o pequeno Estado bandeirante, no século XVIII” (p-524). No entanto, para o autor o “costume dar o século XVIII como a interrupção do espírito bandeirante” (p-524) é um equívoco, pois foi no século XVIII que se realizam as conquistas de Mato Grosso e Goiás,

o bandeirismo muda de sentido, passando do seu imperialismo externo (conquista de terras para a coroa de Portugal) para o seu imperialismo interno (conquista de zonas despovoadas e incultas, já incluídas na área territorial brasileira); ou desloca-se para outras regiões... ou muda de objetivo, passando da descoberta ou exploração do ouro e outros metais preciosos – para um novo objetivo – o da plantação de café – que reacende, no século XIX, o antigo ímpeto desbravador, em horizonte cultural necessariamente diverso (p-524).

No século XVIII, de acordo com Cassiano Ricardo, o “que se destruiu foi, principalmente, a bandeira como gênese do Estado ou como pequeno Estado rude... Não se destruiu o bandeirante, nem o bandeirismo, nem mesmo a bandeira, enquanto transposta pra outro horizonte cultural” (p-524). Depois de fracassada “a primeira tentativa de Estado brasileiro, na Inconfidência... tomam a palavra as cidades do litoral” (p-526) e instaura-se a confusão entre “liberal e democrático”. De acordo com a visão do ensaísta “o certo é que o liberalismo exótico era falso e incompatível... com a liberdade que o Brasil precisaria organizar para seu destino, em tudo e por tudo diferente dos demais povos do mundo” (p-528). A diferença na forma como cada povo organiza seu destino é reafirmada, devido ao fato de que se cada sociedade “organiza a liberdade a seu modo, conforme os costumes, as condições mesológicas, a crença, os estilos de vida, nada mais justo do que uma liberdade brasileira – isto é, uma liberdade orgânica, condição de um sistema de vida e não uma liberdade libertina e forasteira” (p-529). Pois no Brasil ricardiano confundiu-se

sempre liberal com democrático... Uma verdadeira infecção ideológica num material humano rico de sentimento... o liberalismo “orgânico”... tem ainda a sua função no equilíbrio democrático das nossas instituições. Mas isso é uma coisa e o liberalismo anárquico, teórico, dissolvente da nacionalidade, é outra (p-530).

Para Cassiano Ricardo, liberdade, democracia e independência, são palavras com significados diferentes “que o liberalismo sempre misturou com incrível má-fé” (p-531), visto que o liberalismo utópico, “em nada influenciou para a formação brasileira” (p-537). Grandes nomes, seguindo essa perspectiva, não nos faltaram pra “resolver os problemas da organização nacional. As causas de Independência, do Abolicionismo e da República foram sustentadas, não há dúvidas, por maravilhosas cabeças. Mas poucas terão sido os que pensavam e agiam brasileiromente” (p-541). Os sonhadores liberais, segundo o ensaísta, não se lembram “de que, na ordem de sua complexidade, foram a família, o clã patriarcal e a bandeira as três unidades básicas de nossa estrutura social e, portanto política” (p-541). E é por isso que o “bandeirantismo antiliberal e disciplinador não podia ser compreendido por esse liberalismo exótico e indisciplinado” (p-542), geograficamente localizados, um “de costas para o mar, outro de costas para o sertão (p-542). No entanto “o bandeirante e o homem do litoral são dois valores que se completam, justamente porque opostos” (p-542), e segundo Cassiano Ricardo, a perpetuação do espírito bandeirante busca unir essas duas realidades. Nesse sentido, “o Brasil do litoral com uma idade e o do interior com outra, ou outras, pois aí coexistem todas as idades do mundo social e econômico” (p-543) que devem ser reatados pela revitalização do “espírito bandeirante”.

Após toda uma avaliação sobre as bandeiras durante o Brasil colonial e os traços culturais que deixaram na formação social e política brasileira, Cassiano Ricardo parte para o fecho do livro com a negação de que o bandeirantismo está extinto, pois é contra o ponto de vista que afirma que o sedentarismo e a “despopulação” das regiões de mineração interromperam o fio histórico. A Bandeira, segundo o autor, permanece em outro horizonte cultural, como por exemplo, na cultura do café. Nessa nova realidade, ocorre a conciliação do bandeirismo com a propriedade imobiliária e com a monocultura do café, planta nômade em confronto com o sedentarismo da cana-de-açúcar. Nessa nova “fase” do bandeirantismo, São Paulo é novamente a cidade bandeirante, ou “a cidade que mais cresce no mundo moderno”.

Tamanha importância das Bandeiras para Cassiano Ricardo que a perpetuação desse espírito ultrapassa questões territoriais e econômicas chegando a influenciar a política brasileira. Segundo essa interpretação,

os menos avisados poderão dar o 7 de Setembro como um acontecimento isolado e sem raízes sociais anteriores. Estas raízes são, principalmente, bandeirantes: o expansionismo tornara o Brasil mais dentro de casa, pra poder falar em independência; os ensaios de *self-government* praticados pelo bandeirismo foram rudes golpes no Estado peninsular; o ouro da minas tornou-nos mais o cavaleiro do nosso destino, dando-nos a condição econômica necessária... o tratado de 1750 colocou-nos nas mãos a certidão de nossa base geográfica aliada ao sentimento da integridade territorial e da fronteira, sem a qual toda e qualquer independência seria um golpe prematuro (p-546).

Dando continuidade ao raciocínio do autor, é preciso “restaurar o elo que prende os conceitos da nacionalidade, em sua paisagem temporal. Incabível a tendência que nos leva a separar um acontecimento do outro” (p-547), pois verifica-se na Independência que “a paisagem bandeirante se havia deslocado para outras áreas sociais – vamos dizer assim – e pra outros planos de cultura” (p-547). Nesse sentido, a bandeira “pode variar de composição, deslocar-se do Planalto mudar de nome mas não deixa de existir com o predomínio do litoral” (p-548). O povoamento das zonas desertas, por exemplo:

tendo sido o verdadeiro propósito de muitas expedições antigas, não o deixará de ser tão cedo, pois o futuro do Brasil depende disso. Mas a sobrevivência dos mitos... com incrível força, até nossos dias. Tendo sido o primeiro motivo da penetração... será o último a morrer... não é o índio o objetivo do bandeirismo, em seu sentido mais amplo, mais persistente e característico... o ouro (p-549).

E mesmo em fins do século XIX, seguindo a explicação do autor, realiza-se outra bandeira que, demanda da mesma região, e que teve “o amparo do poder público federal dando margem a abertura de várias estradas pela comissão Paulo Castro” (p-549). Concomitantemente, “os bandeirantes do gado não descansam... Semeador de fazendas e arraias as suas grandes penetrações” (p-549), mas o Planalto

porém – de onde irradiara o expansionismo geográfico – iria, no século XIX, reviver a bandeira em outro horizonte cultural... acontece com o desbravamento dos sertões para a implantação da cultura do café. O tipo social do desbravador ressurgiu, então, na sua plenitude. As fronteiras geográficas são substituídas por fronteiras vegetais, nessa nova investida – a que não faltam os dramas de heroísmo (p-550).

Para justificar o ressurgimento do “espírito bandeirante” e a conciliação do bandeirismo com a propriedade imobiliária, Cassiano Ricardo, argumenta que isso só podia

ser feito “através de uma cultura agrícola tão rica de mobilidade, como a do café”, onde “o proprietário de terras continua o tipo social do desbravador, uma vez que o senhor de latifúndios e o bandeirante sempre foram dois tipos sociais antagônicos” (p-550). O bandeirantismo ainda vivo em outro horizonte cultural no ponto de vista do autor demonstra algumas coincidências com a marcha das bandeiras:

as estradas bandeirantes... servindo para o transporte de café... o ímpeto para uma determinada direção, o desbravamento dos sertões despovoados, a fundação de cidades... o desdém pelas terras situadas no litoral; o deslocamento das populações... para as zonas pioneiras; o heroísmo das derrubadas e o drama posterior da produção... os lavradores, os plantadores de café lutaram com incríveis obstáculos, que só a energia e as virtudes antigas poderiam afrontar... todos os riscos, enfim, que fizeram o fazendeiro um bandeirante autêntico, transposto apenas para um outro plano de cultura. A história do lavrador que dorme rico e acorda pobre reedita, no século XX, a aventura das minas ouríferas (p-551).

Alegar-se-á, de acordo com a versão ricardiana das Bandeiras, que o bandeirante histórico esta ligado à idéia de alargamento das fronteiras, mas “terminada, entretanto, a expansão geográfica, não cessaram os seus objetivos, entre os quais o do povoamento, o da conquista dos sertões e o da fundação de cidades” (p-551). A “inquietação bandeirante” continuou na produção de café, pois “a própria planta era nômade, de modo que a mobilidade agrícola impunha, até certo ponto, a mesmíssima mobilidade social que caracterizou as populações do Planalto de século XVIII” (p-552). E do mesmo modo “não se pode comparar o fenômeno da lavoura cafeeira, nômade, com a da cana-de-açúcar, caracterizada pelo sedentarismo agrícola e fixador de grupos sociais” (p-552), ou seja, “o café, planta democrática, à cana-de-açúcar, aristocratizante” (p-552).

Assim como as bandeiras históricas, o cafezal segundo Cassiano Ricardo, reuniu “à sua sombra, todas as classes sociais. Tipos humanos e raciais de todas as procedências, vindos de todas as regiões do mundo” (p-553), e ainda, “é o café quem nos dá a prova de que o trabalho livre é mais humano e mais compensador do que o trabalho escravo” (p-553), além do mais, a “vantagem do trabalho livre influi poderosamente na vida social do país... A abolição da escravatura, mais do que numa razão de ordem sentimental ou num discurso de propaganda, tem aí a sua melhor explicação” (p-553). Cassiano Ricardo justifica a ligação entre o bandeirantismo, a monocultura e o latifúndio, com a produção cafeeira, pois na “fazenda de café cabem todas as culturas. O colono cuida das suas plantações... De criação também se cuida, na fazenda de café. A policultura acompanha a grande cultura” (p-554). Cassiano Ricardo considera que o

antagonismo entre a cultura de café e a do açúcar se torna, porém, realmente expressivo na influência exercida por ambas, a do café no desenvolvimento das estradas e vias férreas e a da cana-de-açúcar no horror a quaisquer vias de comunicação. As estradas de ferro, em São Paulo... construídas por iniciativa industrial... A base econômica dessa indústria, porém, se depara na lavoura do café (p-554).

E o ensaísta continua sua defesa em prol das plantações de café, pois a

monocultura do café não devastou propriamente a paisagem, nem roubou ao homem os motivos estéticos que o devem ligar à ambivalência em que vive. Ao contrário, geometrizou a paisagem, dando-lhe um sentido de disciplina, enriquecendo-a com o espetáculo das floradas e oferecendo aos seus habitantes novos motivos ornamentais e novos símbolos (p-555).

É “o homem criando a paisagem e andando com ela” (p-555), ou melhor, a “natureza da própria cultura casada com a índole das populações que, por vocação, só sabem recortar iniciativas em ponto grande” (p-555). De modo que não “poderíamos compreender o vulto que tomou a lavoura do café, nem o seu ímpeto dramático, sem um poço de quixotismo ancestral” (p-555), pois o “Planalto, o atavismo, o dinamismo das populações bandeirantes são cúmplices do nosso expansionismo agrícola” (p-555) de acordo com a interpretação ricardiana. Ainda hoje, segundo Cassiano Ricardo, é a

esse nomadismo, a essa “herança de movimento”, a esse espírito de iniciativa que o paulista recebeu dos seus antepassados é que se apela, muitas vezes, quando se trata de inaugurar zonas novas e despovoadas à economia brasileira (p-555/556).

Cassiano Ricardo acredita que no sertão tudo “existe e só espera por novos bandeirantes dotados de iniciativa, capitais e métodos modernos” (p-556) para sua apropriação, pois na

sucessão do tempo, desde o ponto de partida, que é o núcleo irradiador de Piratininga, era natural que a bandeira viesse tomando forma e objetivos diversos. A bandeira de preia... foi substituída, como é sabido, pela bandeira dos metais preciosos; a bandeira dos metais preciosos foi substituída pela mineração ou do povoamento, de que saíram as cidades; a bandeira do povoamento foi substituída pela do cafezal em marcha, com os seus batalhões aguerridos e geométricos, a bandeira do cafezal não encerrou ainda seu ciclo e já outras bandeiras agrícolas se derramam do Planalto, em todas as direções (p-558).

Além da influência na política e na agricultura, o bandeirantismo como “ímpeto histórico se transforma em riqueza de iniciativa, contaminando as atividades criadoras do ‘pacifismo’ industrial. O ‘pacifismo’ industrial não matou o bandeirantismo; apenas captou-lhe a energia pra sentido diverso” (p-560). Sempre a cidade de São Paulo como local de origem das Bandeiras, esta “dá a impressão de um caso de bandeirismo vertical. Em confronto com o seu bandeirismo horizontal da expansão geográfica” (p-560). O “pacifismo” industrial deve-se ao “gênio construtor” do piratiningano, que para o ensaísta, não é de agora vem das raízes da formação brasileira, e na atualidade “readquire S. Paulo a sua energia e a condensa de novo, pra se expandir verticalmente” (p-561) e “mesmo como sistema de vida, porém, a bandeira deixou traços vivos no paulista de hoje que, por esse fato, e em razão do histórico, é chamado de bandeirante” (p-563).

Cassiano Ricardo busca defender a tese de que o bandeirismo é uma constante na sociedade brasileira. Dando a esse ponto enorme atenção, o autor admite que o bandeirantismo “se modifica no século XIX. Não só porque se realiza já, sob muitos aspectos, senão porque toma um sentido mais genérico e a palavra perde, portanto, o seu sentido inicial, exclusivo, dos séculos XVI, XVII e XVIII” (p-562). Atualmente, no que concerne a esta tese, ocorre

uma espécie de bandeirismo em réplica ao histórico, mas resultante dele. Embora o original coexista, surgem os seus derivados. Não se trata apenas de bandeira, instrumento específico de uma sociedade e de um sistema de vida, mas de “bandeirismo”. E como quem pratica “atos de bandeirismo” pode ser chamado bandeirante, a palavra bandeirante toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de “grande empreendedor”; é o que funda cidades, o que atende a voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra (p-562).

Na busca de demonstrar que ainda persiste o espírito empreendedor do bandeirante na sociedade brasileira, mas modificado, o autor afirma que o “bandeirismo histórico havia concluído a sua missão; a integração territorial, o Brasil como vemos no mapa” (p-563). No entanto “a grandeza da geografia saída do bandeirismo é, hoje – como se dirá adiante – uma ‘causa permanente’ de bandeirismo. O ‘efeito’ se transforma em ‘causa’, na imperiosa dialética de um país que precisa conquistar a si mesmo, pra se realizar” (p-563). Mas, poderíamos acreditar apenas que o ensaísta buscava explicar quais elementos das bandeiras influenciaram a formação da sociedade brasileira, ou o autor buscava justificar ideologicamente o Estado, explicando o presente ao apropriar de uma reinterpretação do passado? O que parece é que esse intelectual em particular busca construir uma explicação histórica fundada na tradição, para justificar e enquadrar a situação política do momento em

que escreve em uma continuidade. Explicação que procura sustentar-se em sua idealização da aventura Bandeirante rumo ao Oeste, aventura esta, que se explica pela união entre autoridade e liberdade, que forma um par que garante a democracia tipicamente brasileira. Neste sentido, Cassiano Ricardo lança mão de recursos – sobreposições de mitos, elementos cromáticos e da tradição paulista – para re-construir uma idealização do passado e direcionar um sentido histórico que justificaria o exercício da liberdade sob a tutela de um Governo forte, Governo este que refletiria a herança da autoridade do líder na formação e organização do Estado brasileiro.

No entanto, até a “Revolução Constitucionalista” Cassiano Ricardo estava apenas preocupado com a sustentação da imagem do paulista e de São Paulo como mais audaciosos e modernos, até porque, sua obra mais marcante referente a isso era *Martim Cererê*. Mas com o passar dos anos e a recorrente mudança de comportamento intelectual de Cassiano Ricardo, o autor aproximasse do viés ideológico do governo varguista e procura realizar uma ponte entre uma obra primitivamente paulista, para um poema épico de construção da nacionalidade fortemente ligada ao modelo de Estado adotado após 37. Nesta primeira fase, acreditamos que Cassiano Ricardo estava comprometido em primeiro lugar com a valorização de São Paulo – gigantes de músculos de aço ou gigantes de botas, em contraposição aos outros estados da federação e expressar o senso de independência paulista frente ao governo federal. Ainda não estando comprometido com a idealização heróica para o conjunto nacional, mas sim estritamente ligado a uma regionalização do poder São Paulo.

Cooperação, unidade e nacionalismo compõem a doutrina de uma nova Nação. E é nesse ponto que surge nossa preocupação, pois se o uso deste personagem não teve a mesma força para representar a elite paulista, o poeta procurou transplantá-lo como símbolo de unidade nacional, sem esquecer que essa imagem de herói nacional não deixou de ter no paulista como o agente transformador. O que ocorre é que, a mitologia bandeirante como elemento fundamental na construção da identidade paulista, de um lado, e a valorização deste como responsável pela unidade nacional, de outro, estas não são contrárias, mas caminham juntas. Nosso interesse é traçar como essa fusão foi realizada por Cassiano Ricardo, não que este seja o único a buscar tal transposição, mas como esse autor apropriou de um herói basicamente regional e o elegeu como representante de uma identidade nacional, responsável pela origem da Nação. No próximo capítulo iremos avaliar como essa idealização foi difundida pelo Estado Novo, ou seja, como o discurso de um intelectual se fundiu ao discurso oficial exposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela imprensa goiana, mais precisamente *O Popular*.

CAPÍTULO III – IMPRENSA, PROPAGANDA E INTELLECTUAIS: O ESTADO BANDEIRANTE EM MARCHA

Neste capítulo apresentaremos a máquina de propaganda construída para divulgar as diretrizes do Estado Novo, assim como o programa marcha para o Oeste. Também daremos atenção a cultura política e o papel do intelectual, pois é nessa relação que Cassiano Ricardo se encaixa. A necessidade de um Estado forte como continuidade histórica para resolver o dilema entre o interior e o litoral, inspirado nas Bandeiras. Daremos atenção ao que consistia o programa “Marcha para o Oeste” como técnica de planejamento e *slogan* carregado de símbolos e mitos baseados: no nacionalismo e desenvolvimento, unidade nacional e defesa do território, de um lado, e na produção para o consumo interno, colônias agrícolas, solução de tensões sociais, por outro. E como essa ideologia chegou a Goiânia no início da década de 40.

3.1 – A nova Cultura Política: uma forma de disciplinar idéias

Segundo Codato e Guandalini (2003) após o golpe de 37 o regime adota diretrizes de alcance doutrinário e prático a fim de edificar uma nova ordem institucional no Brasil. Entre as medidas práticas que fossem capazes de tutelar todas as manifestações da vida nacional, formou-se uma “máquina de propaganda”, segundo os autores, um “delicado e precioso aparelho” que deveria ser operada por poucos intelectuais, encerrados num gabinete, sob uma direção bem controlada, para organizar o material necessário de publicidade do regime. Os autores consideram que para dirigir essa “máquina de propaganda” os responsáveis não deveriam se preocupar com digressões doutrinárias, de tiradas filosóficas sobre teorias do Estado e outros temas “indigestos”, pois os “princípios” do Estado Novo deveriam ser sistematizados, de forma instrutiva e acessível para “o uso do povo”.

Um ano após o golpe essa proposta se concretiza em torno do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Codato e Guandalini (2003) nos lembram que o DIP “coordenaria as três frentes básicas em que se desdobrava a ação do Estado no campo ideológico: propaganda oficial do governo/promoção pessoal do presidente; censura; e divulgação cultural” (p-1). Essas três funções, difusão/repressão/educação, de acordo com a complexa organização do departamento e dos diferentes aparelhos de produção/divulgação das idéias do regime, bem como dos seus produtores – os intelectuais – cumpriam o papel de difundir a doutrina a um público heterogêneo.

O DIP a nível Federal e os DEIPs a nível estadual foram frutos da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Este foi um mecanismo de poder criado no início da década de 1930 e consolidado no Estado Novo para exercer o controle da comunicação e produção cultural. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, assim como, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira de acordo com a doutrina da nova ordem política. O órgão era vinculado diretamente à presidência da República, produzindo e divulgando o discurso destinado a construir a imagem do regime, das instituições e do chefe do governo. Como meio de divulgar essas idéias foram produzidos livros, revistas⁷⁶, folhetos, cartazes, programas de rádio⁷⁷, noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais e documentários cinematográficos.

Na concepção de Lenharo (1986) a máquina de propaganda após 37, se expande e se aperfeiçoa consoante a adoção de novos elementos essenciais à sua atuação e, cada vez mais direcionada para atuar como máquina de dominação. Segundo o autor, Vargas em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa e dos meios de comunicação como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. A partir do momento que o DIP⁷⁸ passou a ficar subordinado diretamente à presidência da República, teve como responsável Lourival Fontes, e com o apóio direto de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo. Uma das principais ferramentas de propaganda do regime varguista foi o rádio, que permitia uma encenação de carácter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de uma imaginação homogênea de comunidade nacional⁷⁹. Essas ferramentas foram de suma importância para a divulgação do projeto da “Marcha para o Oeste”, onde o “mito

⁷⁶Durante o Estado Novo foram criadas, pelo DIP, duas revistas oficiais: a *Cultura Política* e a *Ciência Política*. A primeira foi concebida como revista de estudos brasileiros, encarregada de definir o rumo das transformações político-sociais. A segunda voltava-se para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo (CAPELATO: 1998).

⁷⁷O rádio como o meio mais utilizado. Os ideólogos nacionalistas, vinculados ao Estado Novo, defendiam o projeto de radiodifusão educativa com vistas à formação da consciência nacional considerada indispensável à integração da nacionalidade. Segundo Capelato (1998), o uso político do rádio esteve voltado para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. Em 1931 foi criado o programa *Hora do Brasil*, reestruturado em 1939, o programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava os discursos oficiais, os atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado. Os diferentes programas deveriam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas. A autora considera que neste momento muito se insistia no fato e que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional. Podemos considera que esse último ponto pode estar relacionado com a campanha de Marcha para o Oeste.

⁷⁸Eram atribuições do DIP controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo.

⁷⁹Segundo Lenharo (1986), para se entender como funcionava este mecanismo de dominação, o importante não era perceber exatamente o que era passado e sim como era passado. Partindo deste pressuposto, se poderia perceber como era trabalhada a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. Neste sentido, os efeitos “sonoros de massa podiam atingir estimulando a imaginação dos rádio-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissores e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política” (p-41).

bandeirante” foi posto como personagem simbólico. Em 31 de dezembro de 1937, durante a transmissão radiofônica da mensagem de fim de ano a nação, o chefe de governo do Estado Novo, Getúlio Vargas, lança o programa “Marcha para o Oeste”, sendo este a representação do verdadeiro sentido de brasilidade, ou seja, o sentimento de pertencimento a Nação foi idealizado como a definitiva ocupação das “fronteiras” internas ao desenvolver o “imperialismo interno”.

Ainda durante a República, no que se refere as viagens de reconhecimento do interior, merecem destaque as de Euclides da Cunha ao Alto Purus e as de Cândido Rondon com as linhas telegráficas. Também podemos citar as viagens dos médicos sanitaristas, Carlos Chagas, Artur Neiva e Belisário Pena. Estes estudiosos permitiram desfazer a visão de que o povo brasileiro era racialmente inferior para, a de um povo doente, analfabeto e abandonado. As viagens dos modernistas, conhecendo as cidades do barroco mineiro e a cultura popular do Norte, também fazem parte desse novo descobrimento do Brasil. Ao longo de toda a República houve um arsenal de políticas públicas voltadas para a integração nacional, mas segundo Oliveira (2004) toda essa trajetória culminou com a política ideológica do Estado Novo, onde a idéia de “Imperialismo Interno” era necessária para a construção de uma Nação desenvolvida.

Trubiliano e Martins Junior (2008) avaliam que durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro o presidente Getulio Vargas conclamava os brasileiros a rumarem para o Oeste em busca de oportunidades e descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido. Nas palavras de Vargas, o

verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (“No limiar do ano de 1938” Apud. Trubiliano e Martins Junior (2008) In: VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. RJ: Livraria José Olympio Ed, 1938, volume V, p.124).

Segundo as avaliações de Trubiliano e Martins Junior (2008), na perspectiva ideológica do governo Vargas, “um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas. Integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política” (p-2). A campanha contou com a adesão de vários intelectuais, dentre eles juristas, jornalistas, escritores, poetas e o detentor da cadeira 31 posição quatro da Academia Brasileira de Letras: Cassiano Ricardo. Para os autores, os intelectuais da época desempenharam papel

fundamental no processo de mudanças em curso no país, fossem elas: jurídicas, com Francisco Campos e a sua Constituição; econômicas, com Azevedo Amaral; poéticas, com Carlos Drummond de Andrade; diplomáticas, com Osvaldo Euclides de Sousa Aranha; musicais, com Villa-Lobos; e podemos dizer que no ramo da cultura política, Cassiano Ricardo. Em suma, para Trubiliano e Martins Junior (2008), diante as diferentes propostas de organização social que cada um defendia, vários intelectuais acabaram convergindo para um mesmo ponto: a solução autoritária e a mobilização social em torno do governo.

Frente à crise do modelo liberal que vinha se arrastando desde o final da década de 20, o governo Vargas se ancorou no pensamento autoritário que defendia um Estado interventor. Segundo Borges (2004) o Estado brasileiro após 30 instituiu uma política econômica que apostou na industrialização dirigida e planejada como solução dos problemas estruturais do país. Neste sentido,

o governo organizou um aparelho burocrático encarregado de planejar e orientar os investimentos em setores estratégicos da produção. Essa política de desenvolvimento, voltada para o setor de mercado interno, demandava ações do Estado que resultassem na “unificação da nação” e na criação de uma “economia nacional” que abolisse ou atenuasse o regionalismo econômico e político... Para atingir tal objetivo, sem passar por uma revolução agrária, a conquista as áreas de fronteira era vista pelo poder como fator principal (p.225).

Borges (2004) dando continuidade a esse ponto de vista considera que a história da formação do território brasileiro foi marcada pela expansão do espaço produtivo mediante a incorporação de novas áreas na fronteira. A partir da década de 30, a economia voltada “para o setor de mercado interno exigia do Estado uma política sistemática e agressiva de conquista do espaço nas áreas de fronteira que proporcionassem a formação de uma economia nacional” (BORGES: 2004, p.225). O autor conclui que a expansão da fronteira, idealizada pelo poder, adquiriu um forte conteúdo ideológico expresso na “Marcha para o Oeste”. A versão apologética da “raça de gigantes”, segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), foi uma das imagens mais trabalhadas, principalmente o modelo proposto por Cassiano Ricardo, tanto em *Martim Cererê* quanto em *Marcha para Oeste*. É válido lembrar que, para Kátia Maria Abud (1985), na década de 20 Cassiano Ricardo não manteve elos com a elite política paulista, a não ser os literários, não pertenceu aos partidos políticos – nem ao PRP (Partido Republicano Paulista) nem ao PD (Partido Democrata) – mas apoiou o governo Vargas, após o levante de 32, do qual se tornou quase que um porta-voz. Preconizou em suas obras – a partir de *O Brasil no Original* (1935) – um governo forte e eminentemente brasileiro. Cassiano Ricardo, em sua obra *Marcha para Oeste* irá estabelecer uma releitura das bandeiras paulistas do

século XVII para legitimar a política varguista de dominação, ocupação e integração do sertão brasileiro, este foi um esforço por parte do autor em definir e nacionalizar as suas fronteiras sob a tutela do Estado.

No que concerne a idéia da “Marcha”, Borges (2004) lembra que a literatura nacionalista, em particular a de Cassiano Ricardo, construiu a idéia que aponta as Bandeiras – com seu impulso desbravador e colonizador – como o início do processo de formação política da Nação brasileira. Apropriando-se desta visão, o autor citado pressupõe que o Governo Vargas alimentou o culto ao “espírito bandeirante” e via na conquista da fronteira como o símbolo fundador da nação e elemento de suma importância para a unificação nacional. Neste sentido, ocorreu uma

espécie de “reinvenção das tradições”, reforçaram esse mito das bandeiras na formação da nação brasileira e elegeram Vargas como “o bandeirante moderno” que continuaria a obra “civilizadora”, expandindo a fronteira rumo ao Oeste. Ao enfatizar a idéia da “Marcha”, o pensamento autoritário idealizou um movimento militarizado de conquista e ocupação dos sertões, como se a nação caminhasse rumo a concretização e ao seu progresso (BORGES: 2004, p.226).

Segundo o discurso oficial a “conquista do Oeste” aparece como fator primordial para a “unificação da Nação” e o seu desenvolvimento. Considerando essas avaliações, os veículos de informação colaboram com a divulgação da proposta da necessidade de ir para o Oeste e o projeto de integração das diversas regiões do país. Consideramos aqui um cruzamento entre a produção intelectual e sua apropriação política, onde as convergências de vários interesses contam com a divulgação realizada pela máquina de propaganda armada durante o Estado Novo. O fortalecimento e divulgação da ideologia da unidade nacional realizada pelo rádio fizeram com que o poder se tornasse presente e pessoalizou a relação política do líder com cada cidadão⁸⁰. Neste sentido, os meios de comunicação e a máquina da propaganda insistem na imagem da comunidade harmônica permanentemente proclamada, e em todas as ocasiões as autoridades anunciam o milagre da participação de todos na nova marcha rumo ao desenvolvimento.

O projeto político estadonovista de transformar o rádio num instrumento de educação e cultura com vistas à integração nacional, segundo Capelato (1998) teve em Roquette-Pinto um de seus principais defensores. No entanto, no interior do Estado Novo, havia duas

⁸⁰Para Lenharo (1986), pelo rádio o poder vasculha a intimidade de cada um, atomiza a condição política de cada cidadão para condensá-lo simbolicamente no coletivo da nação. Nesta arquitetura de dominação, a propaganda divulgada pelo rádio levava em consideração o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos, “ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo” (LENHARO: 1986, p-43).

propostas distintas para o rádio: uma do DIP, prevendo a utilização maciça do rádio como veículo de propaganda do regime, e outra do ministério de Educação e Saúde – o órgão encampou as idéias de Roquette-Pinto – que restringia o uso do rádio às esferas de educação e cultura. Na verdade, segundo a autora, o controle do rádio durante o Estado Novo foi fragmentado: Lourival Fontes controlava a *Hora do Brasil*; o ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho, a partir de 1942, tinha sua faixa própria de atuação dentro do horário governamental; Capanema controlava o sistema de radiodifusão educativa e Cassiano Ricardo encarregava-se da chefia Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional. Posto que assumira desde 1941. O departamento chefiado por Cassiano Ricardo era responsável por transmitir diariamente, crônicas culturais de interesse nacional, freqüentemente assinadas pelo autor. Segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), na condição de aliado e propagandista do regime, Cassiano Ricardo produziu suas pesquisas históricas, centrando seus estudos nos possíveis elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política atual moldando o passado as necessidades da política do presente.

O tema da relação cultural e do poder político sempre suscitou acalorado debate entre representantes do poder e produtores de cultura. A relação política/cultura e o grau de autonomia da produção cultural configurada durante o Estado Novo estabeleceram uma perspectiva comum a respeito do papel do Estado, ou seja, a defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social (CAPELATO: 1998). No Manifesto do Movimento Bandeira escrito em 1936, ou seja, anterior ao Estado Novo – movimento assinado por Cassiano Ricardo e outros intelectuais e políticos – era clara a opção adotada pelo papel dos intelectuais referentes a Nação, pois será

essa a melhor forma de se dar um sentido social á atividade dos nossos intelectuais. Ao lado das outras formas de colaboração espiritual, como as realizações científicas em que o Estado se empenha através de sua Universidade, exercerão eles a missão que lhes cabe, através das suas obras de pensamento e de criação (Manifesto do Movimento Bandeira. *In*. MONTEIRO: 2003, p-390).

Ademais, para Cassiano Ricardo, era preciso defender o Brasil dos “terríveis deformadores” a que estava sendo submetido desde os tempos coloniais, quando os portugueses “teimavam” em meter o Brasil, saído da Bandeira, na “máquina compressor” das Ordenações do Reino. Depois veio, de acordo com a versão do ensaísta, o liberalismo talhado pelos figurinos franceses e ingleses. “O mal é antigo!” defendia o ideólogo. Neste bojo, a crítica de Cassiano Ricardo não se dirigia apenas aos sistemas políticos importados,

suas análises estendiam-se também à *intelligentsia* brasileira, recheada do “intelectualismo livresco de nossas elites culturais”. Na concepção do poeta, os maiores deformadores do Brasil são os “ismos” literários e os “ismos” políticos.

Antes, segundo Cassiano Ricardo, eram os “ismos” literários, hoje estão presentes os “ismos” políticos. Fascismo e comunismo estão acordes neste ponto: pois violentam a fisionomia do Brasil. Esses elementos negativos provêm segundo esse intelectual, do choque entre a velha civilização européia e a humanidade ainda inocente que habitava as terras virgens da América. A princípio, entre o litoral e o sertão, em seguida, entre a força viva e inicial da terra e a cultura livresca e importada. Tínhamos o supérfluo antes do necessário, academias antes do folclore, “o desencontro se acentua cada vez mais, entre o Brasil que é e um Brasil que não é. Há dois Brasis, por assim dizer. Um que saiu do chão, outro que foi inventado pelos livros no gabinete” (RICARDO: 1936, p.209).

É sabido que a Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, por meio de uma legislação especial, foi investida da função de caráter estritamente político, tornando-se um instrumento do Estado e veículo oficial de divulgação dos pressupostos estadonovista (CAPELATO: 1998). O artigo 1.222 exterminava a liberdade de imprensa e admiti a censura a todos os veículos de comunicação⁸¹. Entre 1937 e 1945, foram organizados órgãos de controle e repressão aos atos e idéias. A peça fundamental era o Departamento de Imprensa e Propaganda que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação e também se encarregava da organização da propaganda política. Segundo Capelato (1998), o Estado Novo também ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio de outras instituições como o Ministério de Educação e Saúde Pública. Neste sentido, a propaganda oficial, segundo a autora, alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, passando a se responsabilizar pela manutenção da ordem. Nesse sentido, qualquer intelectual que arriscasse a levantar a caneta contra a situação política, já era repellido pela concepção de ação intelectual proposto em voga pelo corpo doutrinário do governo como pela máquina de censura instaurada.

Era senso comum ver a literatura como veículo da nacionalidade, nomes como Olavo Bilac, José Lins do Rego, Cassiano Ricardo, Raquel de Queirós, Afonso Celso, Jorge Amado reforçam, embora de perspectivas diferentes, apoiavam essa relação. Uma coisa é certa, a

⁸¹ As empresas jornalísticas brasileiras só podiam se estabelecer se obtiverem registros concedidos pelos órgãos do DIP e as atividades dos profissionais também ficaram sob esse controle. Conferir, (CAPELATO: 1998). O chefe do Estado Novo propôs-se a estabelecer relação direta com as massas e a levar em conta suas aspirações para ganhar-lhes o apoio, visto que o governo erigiu a imprensa em órgão de consulta dos anseios populares. Por outro lado, divulgaram as atividades e qualidades do chefe e de seus auxiliares com o objetivo de que fossem tomados como modelos de virtudes pelos cidadãos. Também reproduziam os discursos oficiais, e davam ampla divulgação às inaugurações, e os atos do governo (Idem: p.75).

vinculação literatura-nação, durante o Estado Novo se tornou o vínculo obrigatório, um compromisso entre a criação literária e a Nação. Neste contexto, no afã de retratar o Brasil, nossa literatura inclinou-se mais para as tendências realistas do que propriamente ficcionais. Isso porque ou a ficção foi considerada matéria de segunda grandeza – devido à sua alegada incompatibilidade com o “real” – ou significava uma ameaça à ordem de valores vigente. Pertencente ao universo da subjetividade, a ficção passou a ser vista como peça indesejável e prejudicial em um discurso cujo referente era um modelo de nação. Segundo Velasco (1988), obcecado pela captura do real-nação e pela caça ao documento, o discurso dos nossos intelectuais nasceu na confluência entre o discurso histórico e o discurso literário. Assim, muitas das mais significativas expressões da sensibilidade nacional assumiram esse discurso, onde literatura e história se confundiam na apreensão da Nação.

Buscando interpretar o Brasil, segundo Velloso (1988), os ensaístas do período se inspirariam nas mais diversas áreas de reflexão, como a História, a Economia, a Arte, a Política, a Literatura, onde a preocupação sociológica que move esses autores é típica de toda uma geração de intelectuais que se voltou para a busca de nossas raízes civilizatórias. A autora considera que no período do Estado Novo as idéias salvacionistas ganham maior força entre nossas elites intelectuais. No debate que então se trava, um aspecto chama particularmente a atenção: a tentativa de redefinir o papel da literatura no seio da nacionalidade (VELLOSO: 1988, p-343). Como bem pretendeu Cassiano Ricardo e o grupo de intelectuais reunidos em torno do grupo Bandeira e efetivamente consolidado com a decretação do Estado Novo e os órgãos de controle da informação e produção cultural, a ação política dos intelectuais deveria reunir-se pela defesa dos interesses da Nação sob a tutela de um Estado forte. E é este fato é particularmente notável no Estado Novo, onde o regime, segundo Velasco (1988) resolve tomar a seu cargo a esfera da cultura, utilizando-a como canal difusor de sua doutrina.

Vivendo um momento de afirmação da identidade nacional, o regime se esforça por capitalizar os grandes nomes de nossa literatura, transformando-os em “vultos nacionais”, responsáveis pela nossa história pátria. Da mesma forma que a concepção clássica da história, Velloso (1988) avalia que a literatura também aparece como “mestra da vida”, destinada aos exemplos edificantes e virtuosos. Assim, a produção intelectual surge como urna espécie de feito nacional realizada pelos nossos heróis-escritores, associando-se explicitamente a literatura à nação e transformando-se na primeira a estampar com perfeição a imagem da nacionalidade. Não é à toa que o regime propõe que seja feita uma nova história da literatura brasileira. Este projeto começa a ser implementado por seu porta-voz, o jornal *A Manhã*, através do suplemento, literário “Autores e Livros”. Segundo Velloso (1988) esta fonte de análise é riquíssima, pois oferece uma verdadeira genealogia da vida intelectual brasileira.

Toda essa genealogia é construída com base em uma determinada concepção de literatura, calcada na idéia de representação da nação.

Já em 1936 no Manifesto do Movimento Bandeira é explicada porque toda obra e concessão de arte interessam vivamente ao Estado:

- a) como fonte de originalidade, ou seja como revelação direta daquilo que é substancial a idéia de Pátria;
- b) como força de disciplina e de ordem, para a construção de uma mentalidade orgânica, compreensiva do instante que estamos vivendo;
- c) como elemento de solidariedade social e humana, dados os sentimentos generosos que desperta, para a obra de unificação espiritual brasileira;
- d) como revelação instintiva das tendências de um povo, para a descoberta e esclarecimento das verdades ainda obscuras da terra e do homem;
- e) como arma de combate, pois que toda concepção de arte é um processo de luta, de revisão e de crítica aos cacoetes e sofismas do intelectualismo estéril e negativista
- f) como instrumento de expressão, visto como o poder de uma idéia só é decisivo quando ela, para criar raízes na alma coletiva, se serve da imagem que ilumina a realidade ou do símbolo que centuplica a sua capacidade de sugestão.

Segundo Velloso (1988) o que está em discussão é qual o saber mais adequado para interpretar a nossa nacionalidade. Nacionalidade esta que se apresenta cindida entre duas realidades: litoral e sertão. O exemplo que melhor ilustra essa divisão geográfica de saberes – se é que assim podemos chamá-la – segundo Ricardo é entre a escrita de Machado de Assis e Euclides da Cunha. Machado, para os intelectuais estadonovistas foi corporifica o literato, cidadão litorâneo, cuja obra se caracteriza pelo “cosmopolitismo dissolvente”. Já Euclides da Cunha representa o sociólogo que adentrou o sertão, seu pensamento se torna a “força original da terra”. A partir daí, é que pode se estabelecer uma contraposição que vincula sociologia-objetividade-sertão-brasilidade e a literatura-subjetividade-litoral-cosmopolitismo. Velloso (1988) considera que em um contexto onde a sociologia passa a ser identificada como o único saber social capaz de amparar e dar validade aos outros saberes, a literatura passa necessariamente a acompanhar essa tendência. A autora avalia que ela é redimensionada, passando a ser posta “como a ‘voz da nação’, espécie de oráculo, capaz de revelar verdades essenciais sobre a nossa história” (p-348). Enquanto revelação da nacionalidade, à literatura, segundo as considerações da autora, lhe cabe a missão de retratar o país, sendo o seu documento fiel e translúcido. Devendo se preocupar com à descrição da terra e do homem, cortando definitivamente seus vínculos com a ficção, e neste sentido, a própria ruptura com a ficção implica num compromisso cada vez mais forte com a objetividade.

Coube ao corpo doutrinário do regime se apropriar do movimento modernista, estabelecendo com ele uma relação de continuidade, onde o movimento literário de 20 é compreendido como um prenúncio do Estado Novo. Ou alguns intelectuais modernistas viram na emergência desse Estado, uma forma de realizar uma de suas pretensões, ou seja, o processo de sair de uma “revolução em literatura” para uma “revolução política”, e assim manter sua atualidade. Tema recorrente nas obras de Cassiano Ricardo, principalmente no Manifesto do Movimento Bandeira, isto é, independente do ponto de vista da relação entre política e literatura, segundo o autor, existe um vínculo entre o Modernismo – ligado ao verdeamarelismo – e o Estado Novo.

Segundo Velloso (1988), “o período modernista é minimizado, perdendo sua autonomia e impacto, para aparecer apenas como o anúncio de um período glorioso e maior que é o Estado Novo” (p-344). A autora avalia que tanto o movimento modernista como a ideologia do Estado Novo está defendendo a literatura como veículo de fortalecimento da Nação e o papel do escritor engajado na temática nacionalista, ou melhor, um o projeto cultural centrado na idéia de brasilidade. Aparentemente, ao menos nas grandes questões, reina o consenso, pois essa idéia não se sustenta homogênea por muito tempo, visto que aparecem claramente as divergências entre a continuidade de 22 e 37. Para os ideólogos do Estado Novo, o romance da década de 30 passou a representar a verdadeira literatura, pois está voltado para a construção da nacionalidade. A autora considera que no interior desse discurso já fica transparente um princípio da “vocação nacional” atribuída à literatura, ou melhor, isso significa a literatura só deve ser reconhecida enquanto voltada para a tarefa de construção da Nação. E é na relação entre sociológica e romance durante a década de 30 que podemos considerar que o livro *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo, mais do que um ensaio sobre a influência das Bandeiras na formação social e política do brasileiro, ele se torna um romance da gênese do Estado Novo, pois o autor lança de mão de fatos históricos, da mitologia paulista referente ao bandeirante, a situação social, política e econômica dos sistemas produtivos brasileiros, para demonstrar que a forma como o Estado Novo estava estruturado já fora experimentado pelas Bandeiras históricas.

Ao lado dos discursos construídos pelos intelectuais incorporados pelo Estado varguista, a imprensa escrita – um dos principais veículos de divulgação de idéias e da literatura no período – continuou desempenhando suas tarefas, mas sem nenhuma independência. Em São Paulo, os jornais que defendiam as propostas Liberais, que tiveram importante atuação política, sobretudo a partir dos anos 20, foram praticamente silenciados e tiveram que aceitar em suas redações elementos nomeados pelo governo. Os proprietários de *O Estado de São Paulo* tentaram reagir, e o resultado foi a expropriação do jornal, em 1940 e

convertido em órgão oficial. *O ESP, A Noite* de São Paulo e *O Dia* do Rio de Janeiro tornaram-se os principais órgãos de propaganda do regime nas grandes Capitais (CAPELATO: 1998).

Codato e Guandalini (2003) em estudo sobre o tema nos lembram que a revista *Cultura Política* foi publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda durante a maior parte de seu período de existência, de março de 1941 a outubro de 1945. Editada por Almir de Andrade, pode ser considerada o principal “órgão teórico” de difusão do regime estadonovista. Segundo os autores ela possuía, basicamente, seis seções: a) Problemas políticos e sociais; b) O pensamento político do chefe do governo; c) A estrutura jurídico-política do Brasil; d) A atividade governamental; e) Textos e documentos históricos, e f) Brasil social, intelectual e artístico. Cabia a *Cultura Política* a função de produção de um discurso mais elaborado – considerado acadêmico – a ser difundido por outros meios em uma linguagem mais pragmática e panfletária. Segundo esse ponto de vista, os autores consideram que a revista *Cultura Política* desempenhava um papel ativo na sistematização do discurso ideológico oficial buscando fundamentos em autores clássicos do pensamento político e em importantes representantes do pensamento autoritário nacional.

Acompanhando essa tendência e fortemente interessado pela imprensa, Cassiano Ricardo muda-se novamente para o Rio de Janeiro em 1941, onde assume a convite de Getúlio Vargas a direção do matutino *A Manhã*, jornal moderno e na época o de maior circulação em todo país. No entanto, Corrêa (1976) afirma que Cassiano Ricardo não fez de *A Manhã* uma edição tupiniquim do *Pravda*, onde todos os dias tivessem que se render pura subserviência ao regime. A começar pela formação do corpo de colaboradores, para o qual não convidou apenas adeptos e simpatizantes da nova ordem, mas também escritores manifestamente contrários à ditadura getuliana⁸² e de grande prestígio nacional, como Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Manoel Bandeira, José Lins do Rego, Alceu Amoroso Lima, Umberto Peregrino, Ribeiro Couto, Múcio Leão, Djacir Nelson Werbeck Sodré, Menezes, Jorge de Lima, Cecília Meireles, Graciliano Ramos, Gustavo Barroso, Oliveira Viana, José Lins do Rego, Euryalo Cannabrava, Vinicius de Moraes e outros. Neste período, segundo Corrêa (1976) Cassiano Ricardo militou intensamente na vida política e social do país em apoio ao governo Vargas, como “muito bem acentuou Tristão de Athayde, um ‘homem

⁸²Quando o *Correio da Manhã* sustou a publicação de um artigo de Gilberto Freyre, colaborador do jornal, por conter referências consideradas inconvenientes do ponto de vista político, o diretor de *A Manhã* manda pedir o artigo ao autor e publica-o no seu jornal. Visto que na revista *Cultura Política* (dirigida por Almir de Andrade) e os jornais varguistas *A Manhã* (dirigido por Cassiano Ricardo) e *A Noite* (dirigido por Menotti del Picchia) receberam contribuições das correntes mais heterôgeneas da intelectualidade brasileira. Nessas publicações escreveram autores de grande projeção e perfil político menos marcado, mas também representantes da extrema direita católica a até comunistas (CAPELATO: 1998, p.122).

incorporado aos acontecimentos’. Um participante, como diríamos hoje, mas apenas no campo jornalismo ou na área mais ampla do ensaio político ou sociológico” (p.19).

Em geral, tanto Jerusa Ferreira, Nereu Corrêa e Monteiro defendem que Cassiano Ricardo jamais usou a poesia como instrumento de participação, em um ou outro governo, utilizando as palavras de Corrêa (1976) “salvo o espírito que as sedimentava, aquilo que era medular em tudo o que escrevia, como princípio diretor do seu pensamento, quer na política quer na literatura: o sentimento de brasilidade”⁸³ (p.19). Mas Capellato e Velloso (1988) alertam que no jornal *A Manhã* eram publicados artigos de cobertura política e doutrinária ao Estado Novo, assinados pelo Diretor: Cassiano Ricardo. Vemos duas formas de analisar esse intelectual: primeiro como um poeta que não lança mão de sua caneta para defender interesses políticos, assim como, poesia e ensaio não se mistura, mas que ambas as obras refletem o momento em que o autor escreve; uma segunda forma de avaliar esse intelectual é colocá-lo com um defensor inquestionável do Estado Novo, e que tanto a poesia, quanto o ensaio estão estritamente postas a serviço da construção de uma ideologia de sustentação do poder. Podemos acrescentar mais uma: Cassiano Ricardo como um intelectual que apesar de pretender reelaborar seu pensamento de acordo com o contexto ao qual está inserido – a sociedade paulista republicana, a insatisfação com o Governo Provisório, a sedimentação do Estado varguista e o Estado Novo – e para isso tanto a poesia quanto o ensaio – pois ambos se completam – são utilizadas para justificar sua preocupação central: afirmar a superioridade da sociedade paulista frente ao todo da nação.

Segundo Lenharo (1986), era comum a burocratização da intelectualidade, em muitos casos eram funcionários escritores e escritores funcionários. Todos tinham como umas das metas, justificarem ideologicamente a centralização do poder simbólico, através de um esforço conjunto da homogeneização do discurso do poder. Segundo o autor, o Estado abriu ditatoriamente o espaço para esta camada burocrática nos meios de comunicação. Estes eram compostos por intelectuais e teóricos que operavam diretamente junto ao ditador e cuidava da verdade doutrinária do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social, segundo Lenharo (1986), eles “deslocavam o real do plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua intelecção numa operação visualmente

⁸³Desse princípio a sua poesia compartiu em grande, na idéia e na forma. O “seu nacionalismo vem desde o tempo em que participou, ‘como caçar papagaios’, dos grupos ‘Verde e Amarelo’ e da ‘Anta’, aí por volta de 1925, com Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Raul Bopp e Cândido Mota Filho... pensar e agir brasileiromente... Nada de ‘ismo’ importados ou de ideologias forasteiras. Aos heróis de Carlyle, preferia os de Euclides da Cunha: ‘Outros gostarão dos heróis rutilantes, ou dos heróis de Carlyle.’ (CORRÊA: p.19) Nas palavras do próprio Cassiano, “leio uma página de Euclides da Cunha e só aí descubro os meus heróis; mais modestos e ignorados.”

agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular” (p-54), eram formuladas imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadores simbólicos.

Segundo Corrêa (1974) no jornal *A Manhã* não só eram divulgavam diretrizes políticas do Estado, mas também sobre a cultura política que deveria orientar a intelectualidade nacional. Aos domingos, dois suplementos em tablóide acompanhavam o jornal, um sob a direção de Múcio Leão, “Autores e Livros”, que, mais tarde, já numa outra fase, mudou o título para “Letras e Artes”, tendo como diretor Jorge Lacerda; o outro suplemento foi dirigido por Ribeiro Couto, intitulava-se “Pensamento da América” e tinha por objetivo divulgar a cultura do continente.

Velloso (1988) considera que a idéia de reconstruir a história da cultura brasileira é que vai dar origem a um projeto ideológico particular ao campo da produção intelectual. Segundo Velloso (1988), no projeto literário do Estado Novo, a exigência da simetria entre obra/país, visto que o próprio título do suplemento “Autores e Livros” já explicita uma determinada concepção de literatura. Segundo a autora, essa relação leva em consideração a análise biográfica, a história de vida do autor como o elemento que dá sentido à obra, ou seja, supõe-se, uma correspondência imediata entre o autor e a obra. A maioria dos autores que escreve em “Autores e Livros”, nas análises de Velloso (1988), mostram-se unânimes em identificar Machado como elemento à parte em nossas letras. Segundo a autora, um ponto é claro, Machado não recorre ao gênero documental, escapando assim à famosa simetria autor-obra. O argumento adquire grande dimensão devido ao fato de que

o suplemento Autores e Livros são dirigidos por um membro da Academia Brasileira de Letras, que a maioria dos seus colaboradores pertence a esta instituição, e que esta instituição desfruta do maior prestígio político, já que o próprio presidente Vargas é acadêmico (VELLOSO: 1988, p-357).

Um dos aspectos que permite a capitalização dos intelectuais para o projeto literário estadonovista é o caráter documental de sua obra. Para Velloso (1988), diferentemente de Machado, a vida de Euclides é um livro aberto: suas origens são fartamente documentadas. Euclides, segundo a autora, para o regime “é o intelectual autêntico porque fala sobre o seu meio rural, o sertão, o mameluco, e o faz de forma simples, objetiva, despretensiosa e nacional como bom caipira que é, reconhece o sertão como berço da nossa civilização” (p-357). E a autora conclui que essa é a identidade fundamental que une autor-nação para o regime, pois ambos têm raízes interioranas.

A simetria autor-nação via interior é claramente constatável quando, os ideólogos do Estado Novo comparam a obra de Euclides com a de Machado. Segundo Velloso (1988) a

obra de Euclides ganha destaque, pois o escritor se comporta como verdadeiro observador munido da objetividade científica. Segundo a autora, Euclides se transforma numa espécie de escritor modelo do Estado Novo, pois é definido como “homem prático”, “distante das abstrações dos poetas e sonhadores, Euclides obtém o reconhecimento do regime, que o consagra como um dos grandes vultos da nacionalidade. Em contraposição, Machado de Assis acaba por encarnar o estereótipo do intelectual” (VELLOSO: 1988, p-359).

Em conferência realizada em S. José do Rio Pardo, em razão da Semana Euclideana de 1947, Cassiano Ricardo (1959) relembra que no capítulo final da *Marcha para Oeste* – sem esquecer que até aqui este ensaio tinha sido reeditado apenas algumas vezes – “falei a propósito da mobilização dos intelectuais em função de ‘bandeirar’, isto é, de criar mais Brasil e defendê-lo na sua cultura, nas suas fronteiras morais, no seu novo tipo de civilização” (p-317), onde cita “as duas atitudes da mentalidade brasileira: uma preocupada com os problemas do nosso *hinterland*; outra, sofrendo a ‘hemiplegia do litoral’.” (p-317).

Seguindo o raciocínio de Cassiano Ricardo (1959) “Euclides e Machado de Assis seriam, para mim os representantes típicos dessas duas tendências contrárias” (p-317). O autor avalia que “que a nova Marcha para o Oeste – agora transposta para outro horizonte cultural – tinha que levar consigo, como roteiro, a obra do bravo escritor de *Os Sertões*” (p-317). O que o poeta pretendeu segundo sua auto-análise foi “acentuar, em Marcha para Oeste, e que hoje, como ontem, não é toda inteligência, por mais formosa que seja, que se pode chamar bandeirante” (p-319). Desta forma, “não, direi, hoje, que a espécie de inteligência – transposta a bandeira para outro plano de cultura – seja a mesma que influencia na irrupção do fenômeno histórico” (p-320). E “nesse retorno do Brasil a si mesmo e dada, ao bandeirismo, a significação a que ele tem direito” (p-320), veja-se, no

o presente, o caso de um Roquette Pinto, que viajou pelo Brasil todo, que visitou a Serra do Norte e, com o material já recolhido, escreveu a sua esplêndida Rondônia. A contribuição do próprio Rondon, do ponto de vista geográfico e demográfico, quanta coisa revelou para o Brasil, para a nossa cultura” (RICARDO: 1959, p-320/321).

E continua afirmando que as Bandeiras de hoje terão

esse caráter de contribuição específica a cultura moderna. Caráter que... não faltou às tradicionais, às históricas, que descobriram o Brasil em suas origens, em seu “folclore”... nos cafundós de sua geografia e da sua etnografia, no estudo das suas riquezas naturais, na sua geopolítica (p-321).

Ao continuar a análise sobre a escrita de Euclides, há a preocupação com as questões da raça e da terra, visto que em Machado está presente o negativismo do litoral. Euclides é uma imagem da realidade brasileira, ele “foi sempre um bandeirante – porque um abridor de caminhos novos, rumo do Brasil” (p-322). Em Machado pode-se perceber que o pessimismo jamais lhe daria o ímpeto, a coragem para afrontar o desconhecido e fica claro que o “seu profundo desdém pelo sertão o impediria de se meter com gente rústica” (p-322). Para Cassiano Ricardo (1959), é nas “páginas de Euclides e só ai descubro os meus heróis; mais modestos, ignorados” (p-324), onde “meus heróis não estão na cidade grande” (p-324). Os seus heróis, segundo Ricardo, “não figuram nas festas de consagração pública. Porque a multidão ruidosa das ruas nunca ouviu falar que meus heróis existissem tão calados e tão obscuros são eles” (p-324). E conclui que a “cidade precisa compreender que o que o Brasil possui de mais seu, e de mais característico, está guardado por esses heróis obscuros... o cerne vigoroso da nacionalidade” (p-328). Segundo o poeta o “Brasil está lá dentro” (p-328), o

caipira levou os seus cafezais em marcha batida, criando a indústria agrícola do mundo. A porta do sertão, ele é quem recebe o imigrante que chega. Os cafezais passaram pelo vale do Paraíba, logo depois que o caboclo paulista invadiu, à frente da soldadesca verde, o sertão sem esmeraldas (p-328)

Durante o período que dirigiu o jornal *A Manhã*, Cassiano Ricardo defende na Academia Brasileira de Letras a tese polêmica da “língua brasileira” em 1941, assunto ao qual voltaria reiteradas vezes, tanto na Academia como através de artigos e ensaios. Também foi membro do Conselho do Comércio Exterior no ano de 1942. Cassiano Ricardo publica seu primeiro livro de poesia após onze anos intitulado *Sangue das Horas*, em edição da Livraria José Olympio Editora. Durante este espaço de tempo Cassiano se ocupou com o jornalismo, com a publicação de livros em prosa e na secretária de governo de São Paulo. Nesse novo livro de poesia, segundo Corrêa (1976) “o poeta se afasta da temática adotada nos livros anteriores, da fase nacionalista, e parece iniciar um novo rumo ao seu itinerário lírico” (p.90).

Revelando-se um modernista ortodoxo até 1947, quando publicou *Um Dia Depois do Outro*, obra que é considerada um marco divisório em sua carreira literária. A partir esta obra o poeta inicia uma nova fase, passando do imaginário cromático ao lirismo introspectivo-filosófico, ou no dizer de outros, um estilo lírico-intimista. No ano seguinte deixa a direção de *A Manhã*, em face das dificuldades criadas com a venda do prédio em que estava a redação e oficinas do jornal, e a sua transferência par o edifício de *A Noite*, e principalmente com o fim do Estado Novo.

3.2 – Intelectuais e ação política juntos em defesa do “Estado Forte”

Os ideólogos do Estado Novo – dentre eles Cassiano Ricardo – procuraram vincular a revolução literária dos anos 20 à revolução política do Estado Novo, pelo fato de que a primeira combatera os modelos externos no plano da cultura e a última o fizera no plano das idéias políticas. No Manifesto do Movimento Bandeira, antes mesmo de 37, esta relação já era esboçada, pois segundo o manifesto, o Movimento Modernistas de 22 possibilitou o “abalo fecundo, provocando por essa revolucionária investida intelectual que se processou... em todos os centros de atividade brasileira... e criou a possibilidade de se erguer... a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003, p-390). No entanto, Capelato (1998) avalia que na verdade, a herança modernista no interior do estadonovismo foi bastante delimitada⁸⁴, recuperando, apenas, a doutrina de um grupo: a do “Anta” e o “verdeamarelismo”. Cassiano Ricardo além de ter uma produção literária identificada com os ideais do regime varguista, também ocupou postos-chave no aparelho doutrinário do Estado, fatores que nos leva a avaliar a importância deste intelectual no período.

No mesmo manifesto citado acima fica clara a necessidade que para “se tornar útil... essa atividade intelectual é *mister* que seja orientada pelos mais puros princípios de nossa tradição e de nossa história” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003, p-390). Segundo Capelato (1998), a

função do artista foi definida como socializadora em nível nacional e unificadora em nível internacional. Deveria cumprir a missão de testemunho do social, que em muito ultrapassa a mera veiculação da beleza. A arte vinculava-se ao nacional... a arte voltava-se para fins utilitários em vez de ornamentais e, por meio dela, buscava-se ampliar a divulgação da doutrina estadonovista (CAPELATO: 1998, p.103).

O manifesto aqui em questão defende claramente que a tradição dará o caminho para a criação de “todo pensamento em função social” e a história dará a “inspiração e o prestígio de seus exemplos, ligando o sentido da hora atual ao sentido imperecível da obra realizada pelos gigantes que destruíram o muro de Tordesilhas e modelaram a fisionomia territorial do país” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003). Tradição e História, dois elementos de suma importância para se entender a estruturação das idéias expostas nas obras de Cassiano Ricardo.

⁸⁴Segundo Capelato (1998), a visão crítica assumida por alguns modernistas em torna do popular e do nacional aos poucos “foi substituída pelo ufanismo e, dessa forma, a versão macunaímica do ser nacional, que resulta na dessacralização do herói, cedeu lugar à versão mítica e apoteótica da ‘raça de gigantes’ criada pelo grupo verde-amarelo” (p.122).

Recuperando os míticos “heróis geográficos” de *Martim Cererê* e de toda tradição paulista, mas agora transpondo-o a nível nacional, Cassiano Ricardo utiliza a Tradição e a História como ingredientes que possibilitam a recuperação do passado para sustentar o discurso ideológica da situação política da atualidade em que o autor escreve.

Capelato (1998) considera que a política de massas neste período produziu a construção de uma identidade nacional coletiva que, por sua vez, gera uma nova forma de sensibilidade política⁸⁵. No que se refere a idéia do “herói” e da “raça de gigantes”, a autora avalia que no Estado Novo, incentivou-se o sentimento de agregação e pertencimento a uma terra grandiosa e farta, que deveria produzir orgulho aos seus filhos, pressupostos longamente utilizado em obras de intelectuais nacionalistas ligados ao governo, entre eles Cassiano Ricardo.

Esses intelectuais buscavam criar uma continuidade discursiva com as preocupações que surgiram ainda na década de 1920⁸⁶, ou seja, de procurar conhecer o Brasil para identificar seus problemas e buscar nas raízes da formação social os elementos que representam a cultura brasileira. Neste sentido, todas as atividades do novo governo referente a políticas públicas ligadas a “recuperação” do interior, eram registradas⁸⁷ e conseqüentemente transformadas em material de propaganda política que demonstrava ao povo a operosidade do Estado em relação ao progresso material. O modelo utilizado pelos agentes da imprensa⁸⁸, segundo Capelato (1998) foram inspiradas nas experiências nazi-

⁸⁵Em seus estudos Capelato (1998) percebe que nas obras referentes a Getúlio Vargas ou ao Estado Novo, a ênfase na afetividade era discreta e raramente se empregava o termo *paixão* nas mensagens de propaganda. Já o termo *amor*, era empregado por oposição a *paixão* e aparecia, com freqüência nas mensagens de propaganda e nas obras laudatórias do regime de seu chefe. Vargas embora se apresentasse nas fotografias sempre sorrindo, era descrito, por seus biógrafos, como uma personalidade que se destacava pela autoridade, austeridade, moderação, equilíbrio, bom senso, substantivos típicos do chefe da bandeira nos dizes de Cassiano Ricardo. As mensagens estadonovistas também davam enorme destaque à generosidade do chefe da Nação. A generosidade, base da ideologia da autorga, era acentuada como um sentimento humano e cristão próprio do caráter do presidente. O sentimento de identidade coletiva também se reforçava pela associação do Brasil (Estado, Pátria, Nação) com a família.

⁸⁶Uma perspectiva “realista”, ou seja, de busca de conhecimento de “Brasil real” para contrapô-lo ao “Brasil ideal”, “inventado” e “imitado” pelas elites anteriores. Tal proposta explica a predominância das fotos em relação a outro tipo de imagem Mas sem esquecer que o Estado Novo foi fértil na produção de textos: biografias de Vargas, memórias, escritos políticos, discursos, livros de apologia ao regime, textos de natureza didática, revistas de cultura e de divulgação ideológica, jornais, livros didáticos de história para o secundário. Além desse núcleo mais forte da propaganda, fotos, cinejornais, filmes de ficção, cartazes, panfletos, propaganda radiofônica, radionovelas, músicas, pinturas, esculturas, obras arquitetônicas, moedas, medalhões, hinos e bandeiras completavam o elenco de dispositivos utilizados na propaganda das realizações do regime e na conquista de apoio de amplos setores da população. (CAPELATO: 1998).

⁸⁷O uso privilegiado das imagens fotográficas no Brasil “revela uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada com um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo... Mas a explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso” (CAPELATO: 1998, p.51).

⁸⁸Ocorreu “um movimento constante de circulação de idéias, imagens e práticas políticas que, ao se transportarem da Europa para a América, são apropriadas e reproduzidas, ganhando novo significado” (CAPELATO: 1998, p.34).

fascistas⁸⁹, tanto no que se refere à forma de organização da propaganda como nas mensagens e nos apelos realizados. Uma ligação clara entre o discurso de um intelectual, o discurso governamental e a propaganda de massa, onde o “mito bandeirante” é apropriado como símbolo unificador, isso expõe como a afirmação de uma formação discursiva é uma rede, onde vários tipos textos se arranjam para justificar determinado tipo de idéia.

Ao dar continuidade a avaliação de como a idealização da mítica bandeirante – dentre elas a elaborada por Cassiano Ricardo – foi apropriada e divulgada pelos projetos propostos pelo Estado Novo, Capelato (1998) nos lembra que o Movimento de 1930 preparou o terreno para o advento de uma nova “cultura política”. Essa “cultura política” se definiu principalmente pelo redimensionamento do conceito de democracia, norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania tendo como centro um Estado forte. A relação entre democracia e a função interventora do Estado e o papel do líder na integração das massas, criaria uma nova forma de identidade nacional, onde foi proposta a substituição da identidade individual própria do liberalismo pela identidade nacional coletiva ligada ao pensamento autoritário⁹⁰. Na visão de Cassiano Ricardo, uma organização social baseada na Tradição e no exemplo histórico oferecido pelas Bandeiras.

Segundo Capelato (1998), “a palavra dos teóricos é especialmente importante para animar politicamente as imagens, os gestos, os ritos” (p.47). A autora avalia que os teóricos no início do século XX consideravam o povo brasileiro inapto para a participação política – a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento – os ideólogos do poder, passaram então a organizar o Estado pelo alto⁹¹. Entre muitos deles, era comum a

⁸⁹Em um estudo comparado do varguismo e do peronismo tendo como objetivo analisar o significado da propaganda política construída e divulgada pelo Estado Novo brasileiro (1937-1945) e na política peronista (1945-1955), Capelato (1998) considera que a propaganda desenvolvida por Vargas durante o Estado Novo inspirou-se nas experiências européias do nazismo e do fascismo. A autora demonstra em seu estudo como o conteúdo e forma das mensagens propagandísticas que circularam na Europa foram reproduzidas com sentido novo, relacionando às conjunturas históricas particulares.

⁹⁰Segundo Capelato (1998), a imagem de uma sociedade uma veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição de uma opinião única em torno do regime e do líder. Segundo a autora, é importante frisar que nem mesmo entre os ideólogos do regime havia convergência quanto a aceitação do nazi-fascismo como modelo de organização da sociedade e do Estado. Um deles é o intelectual tratado neste trabalho, visto que Cassiano Ricardo em seus escritos se colocava contra os regimes totalitários dominantes na Europa e contra o Integralismo de Plínio Salgado. Após romper com o grupo intitulado “Bandeira”, Mario de Andrade recebe carta pessoal de Cassiano Ricardo, onde Ricardo questiona sua saída do grupo. Ricardo rebate algumas críticas do autor de Macunaíma e expõem a posição do grupo referente aos sistemas políticos dominantes na Europa. Cassiano responde a Mario de Andrade lembrando que este é “contra o fascismo e a Bandeira também é contra o fascismo; v. diz adiante: sou contra o comunismo e a Bandeira também (isso nem se pergunta) contra o tal de comunismo. E pra completar a nossa harmonia de pensamento v. diz que é contra a liberal democracia... e a Bandeira também é contra” (Carta à Mário de Andrade. 31 de outubro de 1936. *In*. MONTEIRO: 2003, p-393).

⁹¹Outros ideólogos envolvidos com o Estado Novo como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna tinham como preocupação central a reforma do Estado para transformá-lo em agente de modernização econômica, integração política, social e regional. Segundo Capelato (1998), Oliveira Vianna colocava ênfase na governabilidade e na centralização do poder com vistas à organização da sociedade amorfa e inorgânica. Azevedo Amaral atribuía ao Estado o papel principal de promover a modernização econômica do país. Segundo a autora, estes pensadores

preocupação de construir o “sentido de brasilidade”, retornando às “raízes do Brasil” para forjar a idéia de unidade nacional⁹². Os intelectuais brasileiros, se auto-alegaram “consciência iluminada da nação” – na expressão de Pimenta Velloso (1987) – nos anos 30, passaram a direcionar sua atuação no âmbito do Estado, identificado como representação superior da idéia de Nação⁹³. No Manifesto do Movimento Bandeira esse papel confiado aos intelectuais é afirmado, pois “deverá existir um pensamento superior pairando acima de todos os pensamentos. Será o ponto de referência, o denominador comum das nossas atividades intelectuais... artísticas ou especulativas” (*In. MONTEIRO: 2003, p-392*). Esse pensamento superior também será responsável pelo “policiamento do espírito contra as idéias dissolventes que penetram na intimidade do nosso destino trazidas no bojo dos livros ou no veículo das filosofias importadas” (*In. MONTEIRO: 2003, p-392*).

E foi nessa perspectiva que o Estado Novo foi propagandeado como o advento de uma nova era, introdutora de uma ordem política e social inédita – não no sentido de nunca ter existido, mas única no mundo – totalmente oposta as ditas “ideologias importadas” citadas em carta de Cassiano Ricardo para Mario de Andrade. Os ideólogos que apoiaram o Estado Novo justificaram as reformas realizadas no Estado como necessárias à solução dos problemas que impediam a realização do progresso, e nesta perspectiva o papel tutelar do Estado em relação à sociedade era preponderante. Ao passo que também foi arquitetada a defesa da direção do Estado por uma elite política/intelectual capaz de analisar a sociedade e apresentar projetos de reforma com base em um instrumento científico. Segundo o Manifesto do Movimento Bandeira a

função social da inteligência, que deixa de ser um módulo descoordenado de solitária atividade especulativa sem eficiência, para colaborar livremente com o Estado na formação de uma consciência coletiva... tão adequada à solução dos problemas brasileiros como necessária à realização de nosso papel no mundo” (*In. MONTEIRO: 2003, p-392*).

defendiam um sistema de representação corporativa que garantisse espaços de autonomia, procurando preservar uma esfera mínima de direitos aos indivíduos e às corporações. Ambos propunham um regime sem liberdades políticas, mas que permitisse o desenvolvimento da livre iniciativa no âmbito econômico. A modernização econômica e o controle social eram metas prioritárias indicadas pelas ideologias que propunham a reforma do Estado.

⁹²Segundo Capelato (1998), outros historiadores brasileiros já haviam “demonstrado a importância da análise dos imaginários políticos. Alcir Lenharo abordou o Estado Novo por esse prisma... O autor investigou o período por meio de textos políticos e literários, identificando a construção de um imaginário voltado para a reafirmação do controle social” (p.29). O autor citado considera que o campo do imaginário é o campo do enfrentamento político onde a luta de forças simbólicas provoca mudanças na sociedade.

⁹³A ideologia estadonovista valorizava o popular, invertendo um discurso que sempre imputou ao povo a responsabilidade dos males do país, “nesse novo momento, as elites de outrora foram criticadas pelo seu distanciamento da ‘alma da nacionalidade’, deixando-se fascinar pelos exemplos alienígenas. Esse tipo de argumento justificava a intervenção do Estado na organização social, política e cultural: ele era apontado como a única entidade capaz de comandar a construção da identidade nacional” (CAPELATO: 1998, p.139).

Segundo Capelato (1998), como medidas de buscar esse suposto papel no mundo, a transformação de uma sociedade agrária e rural em uma nação industrializada se tornou uma das metas do Governo Federal. No entanto, remodelar o Brasil através da industrialização implicava em algumas medidas de organização de uma força de trabalho disciplinada, de mecanismos de controle social para assegurar a ordem e “a formação de uma consciência coletiva”, três pontos de destaque no livro *Marcha para Oeste: a hierarquização da força de trabalho*, pois se na Bandeira o trabalho era dividido racialmente, a divisão do trabalho atualmente passa a ser organizada, de acordo com a necessidade propostas pelo Estado; mecanismo de controle social que antes era realizado pelo cabo-de-tropa ou bandeirante, no Brasil moderno passa a ser realizado por um chefe de Estado dotado de poderes ditatoriais; e assim como na versão ricardiana das Bandeiras era como uma consciência coletiva e uma “solidariedade social”, o Estado Novo é uma organização sustentada pela coletividade de todos os brasileiros sob a tutela de um Estado Forte.

A separação entre o *velho* e o *novo* também estava presente no imaginário político da década de 30, por exemplo, a “Velha República” passou a representar o passado a ser destruído, onde a política varguista era identificada pela construção do *novo*, expressão concretizada na denominação “Estado Novo” (CAPELATO: 1998). Getúlio Vargas em inúmeras vezes declarou que o Estado Novo era verdadeiramente democrático e possui a característica de um governo forte que não admitisse a sobrevivência do espírito de desagregação e das expressões particularistas, isto é, o mesmo modelo de organização que Cassiano Ricardo representou em seu célebre ensaio. No que concerne a tomada de posição por parte dos intelectuais em tomar partido na revisão dos males da sociedade brasileira, além de denunciar o abandono das regiões interioranas, a crítica também se debruçou sob a perspectiva Liberal. Capelato (1998) considera que os ideólogos estadonovistas alegaram que o Estado Liberal separara o homem – cujo domínio é o da cultura – do cidadão – cujo domínio é o da política. Já a proposta do pensamento autoritário, defendia a necessidade de unificar as esferas política e social através do estabelecimento de uma “cultura política”⁹⁴.

⁹⁴Em 1928, foi decretada a lei Getúlio Vargas (à época, deputado estadual do Rio Grande do Sul) que regulamentou a profissão e a organização das empresas de diversões públicas. Desde então o líder político contou com o apoio dos profissionais do teatro e das diversões públicas em geral (cinema, rádio, música etc.). Em 1937, foi criado, no Ministério da Educação, o Serviço Nacional de Teatro, destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento desse setor. Neste sentido, Capelato (1998) considera que Getúlio Vargas, como foi mostrado anteriormente, era bem-visto entre os artistas de rádio, teatro, cinema e também entre os demais profissionais dessas áreas em virtude das leis que regulamentaram o exercício dessas profissões e pelo incentivo que deu às artes socialmente engajadas, pressuposto também defendido por Cassiano Ricardo no Manifesto “Bandeira” em 1936. Também pode-se considerar que o apoio de intelectuais e artistas ao Estado Novo e a convivência pacífica dos que se opunham ao governo autoritário com o Ministério da Educação representam uma das características peculiares do regime, que se explica segundo Capelato (1998), pela postura controvérsica de Gustavo Capanema à frente desse Ministério entre 1934 e 1945. Capanema tinha especial

Além de ter dado início a uma nova era – no discurso lido no Palácio da Guanabara e irradiado por todo o país na noite de 10 de novembro de 1937 – Vargas afirma que o governo desde 1930 “procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas” (*In. GUASTINI: 1944, p-72*) que na atual situação nacional é necessário instaurar “um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho... estabelecendo outros moldes de ação” (*In. GUASTINI: 1944, p-79*). O novo regime segundo Vargas “manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados” (*In. GUASTINI: 1944, p-72*), por fim, esse regime tem o intuito de restaurar

a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas e externas... na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino (*In. GUASTINI: 1944, p-82*).

Esse novo tempo trouxe o alheamento das competições, combateu o comunismo e o liberalismo e está impondo uma nova ordem entre a relação campo e cidade, indivíduo e Estado. Mas para que essa nova ordem possa demonstrar seus resultados é necessário que todos se afastem das influências desagregadoras do litoral e busque realizar o “casamento” entre estes dois espaços com o “sertão”. Elementos – liberdade e autoridade – segundo Cassiano Ricardo eram tipicamente comum na Bandeira histórica, passam a ser ratificados com a promessa de que a reforma política seria feita com introdução de uma democracia autoritária capaz de promover o progresso econômico e a ordem social. Neste sentido, a democracia brasileira deveria deixar de ser política para se tornar democracia social e econômica, pois segundo Vargas – em entrevista concedida ao enviado especial de “*La Nacion*” de Buenos Aires em 1938 – o “Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia... esse regime atende aos interesses do povo... É mais uma democracia econômica que política... o que estamos fazendo tem por objetivo supremo unificar o Brasil, moral e economicamente” (*In. GUASTINI: 1943, p-93*). Segundo a concepção de Capelato (1998) foi idealizada uma democracia antiliberal, onde cabia “ao novo Estado Nacional conciliar homem e sociedade, liberdade e autoridade, entendida como quantidade de força coercitiva

preocupação com o desenvolvimento da cultura (música, letras, arquitetura) e procurava, por meio da política cultural, impedir que “a nacionalidade incipiente fosse ameaçada por outras culturas e ideologias”. Dentre os nomes que ocupavam posto nesse Ministério, muitos deles não se identificavam ideologicamente com o regime, como era o caso do poeta Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro. A autora avalia que não significava adesão ao autoritarismo, pois eles se colocavam na posição de funcionários públicos.

indispensável à garantia do desenvolvimento do homem como povo” (p.174)⁹⁵. Assim, Vargas afirma que com o

desenvolvimento industrial, a ampliação da policultura, o saneamento dos campos, a reorganização dos transportes, o aparelhamento dos portos... Procuramos, sobretudo, aumentar a capacidade dos nossos recursos e fortalecer a defesa nacional... inauguraremos nova era de segurança e prosperidade (*In. GUASTINI: 1943, p-94*).

Lenharo (1986) avalia que tanto na obra de Cassiano Ricardo, assim como no projeto de ocupação do interior baseada ideologicamente no bandeirantismo histórico, o regime procurava afirmar que a Nação em marcha poderia descobrir sua “selvageria tropical cromática” e a sua “qualidade natural própria”. Em Cassiano Ricardo isso era notório visto que a cor significava particularmente vida, onde o encontro das cores raciais – o branco, o índio e o negro – que já fora “cantado” em *Martim Cererê* expressava o início de uma nova grande civilização. Segundo Lenharo (1986), para esse intelectual a natureza forjou no brasileiro a propensão para a solidariedade democrática, pois a marcha cultural e colorida compreende a mistura das tintas raciais, isto é, a imagem plástica na Nação em movimento. A Nação foi repensada, e a “Marcha para o Oeste” foi posta como meio de corrigir e direcionar a linha histórica brasileira para um ponto final necessário e predestinado. Segundo as avaliações de Lenharo (1986), História, Antropologia, Mitologia e projeto político se entrelaçam sem constrangimento na obra de Cassiano Ricardo, toda ela voltada para justificar e exaltar a excelência da experiência política do Estado Novo e a posição de São Paulo na história nacional. Segundo Velho (1979), os anos 30 e começo dos 40

testemunharam um debate ideológico bastante vivo. Cassiano Ricardo e outros buscaram legitimar ideologicamente o Estado Novo estabelecendo uma continuidade através de toda a história brasileira e acentuando os germes do autoritarismo estatal que deveriam ter estado sempre presentes... Ricardo viu esses germes exatamente na estrutura da Bandeira colonial e no processo de expansão territorial, que supostamente prosseguiu no Estado Novo com a ocupação efetiva do território (p-130).

Acompanhando o raciocínio de Lenharo (1986), o movimento bandeirante na visão de Cassiano Ricardo constitui-se a partir da noção de um Estado em miniatura, uma projeção de

⁹⁵ A política e o papel do Estado eram pensados em novas bases, a partir da concepção da sociedade como uma totalidade, como um ‘organismo’ em que todas as partes deveriam se harmonizar. De forma genérica, “os antiliberais responsabilizaram o liberalismo pela subversão da ordem no mundo contemporâneo e acreditavam que o comunismo resultava da ideologia liberal... a necessidade da substituição da ordem política liberal por outra de natureza corporativa e autoritária; a compreensão do paternalista e autoritária do conflito social” (CAPELATO: 1998, p.143).

um Estado embrionário que visava construir e consolidar uma nova Nação. Neste sentido, o autor considera que na obra de Cassiano Ricardo o “Estado Larvar” da bandeira nasce concretamente da necessidade de defesa contra os perigos do inimigo comum que a rondam, ou seja, as invasões estrangeiras e a guerras com tribos hostis⁹⁶. Desta forma, a luta comum idealizada pelo escritor forjou uma solidariedade social entre as diversas raças integrando-as “numa só alma – obediente a firme unidade de comando” (p-62). Nesta fusão proporcionada pela Bandeira, a solidariedade e a hierarquização das cores raciais fermentam a democratização “social e biológica” da comunidade em movimento. Velho (1979) considera que a figura do bandeirante e as aventuras das Bandeiras foram as mais vistosas das figuras produzidas por essa idealização da expansão da fronteira econômica na década de 30 e 40.

Cassiano Ricardo reelaborando o “Mito Bandeirante” defende a idéia de que a Bandeira proporcionou uma democratização pela mestiçagem, onde três traços psicológicos formam a trama social do grupo em movimento: comando, obediência e movimento. No Brasil da década de 1920 e 1930 a esfera do poder foi atingida por conflitos sociais e políticos que provocaram acalorado debate sobre a pertinência dos regimes liberais nesse país. No debate de idéias, surgiu, o tema da construção de uma nova identidade, contraposta à perspectiva individualista e pluralista que caracteriza as formulações liberais. Durante o Estado Novo, o liberalismo e as elites políticas do período anterior foram responsabilizados pela impossibilidade de produção de uma consciência nacional. A proposta de uma nova identidade coletiva oficial emergiu de alguns intelectuais nacionalistas, segundo Capelato (1998), a preocupação

primordial dos pensadores e políticos brasileiros continuava sendo a questão racial. Ela se colocara no centro das análises sobre a sociedade brasileira desde o século XIX, de Silvio Romero a Nina Rodrigues chegando a Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, as teses raciais eram expostas não apenas nos escritos dos intelectuais, mas também na literatura, na imprensa e nos discursos políticos, permeando o imaginário social (p.215).

A lembrança marcante da escravidão, forte presença dos negros na sociedade e a miscigenação entre brancos, negros e índios, desde o início da colonização explica, segundo Capelato (1998) o interesse pelo tema. A sociologia positivista-evolucionista-eugênica servia de base para as explicações e justificativas para a marginalização dos negros no mercado de trabalho e a valorização dos imigrantes brancos. Alguns críticos do liberalismo no Brasil, desde o início da República, alegavam que o país, em virtude de seu passado escravista e da

⁹⁶As Bandeiras se tornam importantes, pois conseguiu deslocar os índios e negros do comunismo tribal para a sua experiência democrática.

presença de uma raça inferior na sociedade, não comportava instituições desse tipo (CAPELATO: 1998). Com o advento do varguismo e a ênfase posta na integração nacional, a necessidade de integração racial, para acelerar o processo de unidade territorial, moral, cultural e política, entrou em pauta. Nos anos 30, as teses raciais, segundo Capelato (1998), também passaram a ser associadas a um projeto de tentativa de recuperação do homem do campo, visto que no discurso nacionalista, é visível a valorização da figura do caboclo, sertanejo, jeca-tatu, caiçara, caipira, variantes da imagem do elemento rural, personagens que até então depreciados, passaram a ser vistos como cerne e vigor da raça. Neste sentido, a constituição de um Estado Nacional forte e centralizador foi posto como condição preliminar para a criação dessa unidade nacional. A superação do atraso exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, como também, solucionar o problema das raças e organizar as massas no interior de uma consciência nacional, problemas que as Bandeiras históricas já haviam resolvido segundo Cassiano Ricardo.

As “relações de obrigação” segundo Cassiano Ricardo são necessárias para investigar a sua organização social, e como eram distribuídos os papéis e conhecidos o *status* dos três elementos raciais na Bandeira. Neste sentido, “interagindo, procurando manter sempre viva a solidariedade grupal, o consenso, a disposição para a ação conjugada e os sentimentos comuns” (RICARDO: 1970, p-28) a Bandeira pôde definir as fronteiras externas da nação. Nessa interpretação do escritor de *Marcha para Oeste*: o índio contribui com o seu alto grau de adaptação e mobilidade no meio natural; o negro com a abundância de sentimentos, obediência, calor e na agricultura; o português com o seu espírito aventureiro, capacidade de organização e comando. Temas germinais em *Martim Cererê* que são retomados em seu ensaio, por exemplo, no poema “a Esperança mora a Oeste” essa hierarquização já era ressaltada, pois a Bandeira era

Branca no espírito de aventura,
na direção, no grito de comando;
índia no movimento
e africana nos pousos, nas lavouras,
ou em torno das minas, a bandeira,
não era tanto uma cidade em marcha
senão uma democracia viva, obscura
e ainda espectral, no sonho e na loucura (RICARDO: 1983, p-99).

Podemos ver que cada cor racial tem um lugar e um momento funcional próprio, mas ao idealizar o papel de cada raça, Cassiano Ricardo sobrevaloriza o perfil psicológico do “séquito mestiço da bandeira” o suficiente para descaracterizar a relação de dominação entre o

branco e os outros componentes do grupo em movimento. Para os nacionalistas, segundo Capelato (1998), a unidade dependia também da resolução do problema étnico. Neste aspecto, a autora alerta para o fato de que houve mudança significativa no discurso sobre as raças na década de 1930. As teses até o final dos anos 20 baseadas nas ciências biológicas e na sociologia evolucionistas orgânica, foram sendo, paulatinamente, substituídas por outras perspectivas que acabaram por valorizar a miscigenação. Tema central no pensamento de Cassiano Ricardo, mas a justificativa dessa nova postura aparecia relacionada à preocupação com a unidade étnica do país, elemento importante na construção da consciência nacional. O negro, o índio e o mestiço, antes considerados excluídos da civilização e responsabilizados pelo atraso do país, “passaram a ser enaltecidos como elementos de progresso. Nessa mudança de enfoque o *outro* tornou-se *nós*, ou seja, parte integrante da comunidade nacional” (CAPELATO: 1998, p.229).

Mas essa hierarquização do trabalho transposta para o contexto do Governo varguista pode ser relacionada a forma como o Estado agir na criação de leis de controle da mão-de-obra nos centros urbanos. Também o apoio a migração trabalhadores para regiões despovoadas, como o Norte, os “Soldados da Borracha”. Assim como a Bandeira possibilitou a divisão do trabalho, a forma como o Estado brasileiro estava organizado também agi dessa forma, ou seja, passa a dividir e organizar as relações de trabalho e dirigir a mão-de-obra para as funções necessárias. No campo e em zonas de extrativismo, as leis não chegaram, mas o trabalhador produzia – matéria-prima e alimento para o consumo interno – o que era necessário para o fortalecimento da Nação. Nas cidades, as leis atuaram no sentido de conter as reivindicações dos trabalhadores e patrões, impondo uma relação trabalhista regida por leis. E somente um Estado forte conseguiria reunir todos os interesses pelo bem comum.

Como meio de justificar a herança da hierarquização na organização do Estado brasileiro e justificar a validade do Estado Novo, Cassiano Ricardo considera que a solidariedade é mais extensiva e ultrapassa os limites do individualismo. Cujas estruturas *sui generis*, baseada no regime patriarcal, teria a sua contrapartida na organização do Estado brasileiro. Do mesmo modo, segundo Trubiliano de Martins Junior (2008), na obra ricardiana, é na Bandeira, que o cabo-de-tropa concentra poderes ao assumir o papel de chefe de família, substituindo “o cacique e o senhor feudal”. E é nesse mesmo sentido que o chefe de Estado deveria concentrar todos os poderes, principalmente em razão de alguns atributos e qualidades pessoais, ou seja, realiza-se a analogia entre o chefe bandeirante e o chefe de Estado nacional.

Segundo Velho (1979) essa “hierarquização funcional” idealizada deveria ser precedida “por um ‘espírito de cooperação’ que permitia o desenvolvimento de todos” (p-143). Tal proposta seria diferente da “organização ‘feudal’ das *plantation*... A *plantation*

representava o poder conservador, enquanto que a bandeira representava a revolução onde sairia a democracia” (p-143). Velho (1979) avalia que na obra de Cassiano Ricardo a “bandeira, como o Estado, é uma espécie de extensão da família. E o chefe da bandeira uma espécie de pai de todos” (p-145). A analogia entre a Bandeira histórica e o Estado Novo é clara, ambas autenticamente brasileiras e não importadas, assim como afirma o autor, através “da ‘democracia hierárquica’ ambos tem que enfrentar e submeter o ‘feudalismo’ (no caso do Estado Novo o coronelismo) e o comunismo... E ambos têm um território a conquistar ou ocupar” (p-146).

Segundo Capelato (1998), o lema “Marcha para o Oeste” transformou-se em um símbolo forte do Estado Novo tendo como base ideológica o pensamento de Cassiano Ricardo. Segundo a autora, esse pensamento trata da política de integração nacional a partir das Bandeiras paulistas como modelo a ser seguido no presente. Segundo Velho (1979),

ideologicamente a Marcha para Oeste do Estado Novo foi da maior importância no estabelecimento de uma ponte com o movimento bandeirante e uma reencenação dele através do cultivo de um “espírito bandeirante”. Agora o território tinha que ser definitivamente ocupado... E a ênfase de C. Ricardo sobre a pequena propriedade como sendo característica do bandeirante estabelecido... em contraste com a grande propriedade “feudal”, também determina o tipo de ocupação que tinha em mente e que completaria o quadro (p-146).

Como meio de propaganda para divulgar os projetos de integração era comum em cartazes produzidos pelo DIP a figura de Getúlio Vargas ao lado do mapa do Brasil⁹⁷, em um deles é expresso uma das principais frases que simbolizavam o projeto: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste” (CAPELATO: 1998, p.49). Borges (2004) considera que ao afirmar esse sentido de brasilidade, criou-se uma imagem mitificada a respeito do Oeste como sendo “uma região com grandes potencialidades que representava um mundo em perspectiva a ser conquistado. Uma realidade geográfica a ser incorporada à civilização moderna” (p.227). Completando o discurso ideológico de integração⁹⁸ dos espaços vazios do

⁹⁷ A bandeira brasileira e a figura de Vargas forma os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. O mapa do Brasil, colorido de verde, e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas (CAPELATO: 1998).

⁹⁸ Essa intenção de “conquista” do interior brasileiro foi comparada, por vários autores do período, com a “conquista do Oeste” nos EUA. Segundo Velho (1979) “ao cortejar Ricardo com Turner com o objetivo de comparar-lhes o tratamento teórico de ‘fronteira’ no movimento da colonização, Otavio Guilherme Velho “ (15) se detêm para traçar o que da política da época era realmente necessário para a determinação do “capitalismo autoritário”, perdendo de vista outras dimensões mais amplas que a abordagem mítica e ideológica que a obra de Ricardo enseja. “Velho apanha de Ricardo a formulação de que as bandeiras – atuando como fronteira em movimento – levaram a gestação do capitalismo autoritário. Percebe, com acuidade, a analogia que Ricardo estabelece entre a bandeira e o Estado Novo, ambos em um território a conquistar e a enfrentar inimigos comuns: para a bandeira o feudalismo implantado no litoral, e párea o Estado Novo o coronelismo sucessor do

interior brasileiro, idealizou-se o campo/natureza como lugar de “pureza e harmonia” em contraposição ao “inferno urbano”⁹⁹.

Durante o Estado Novo, o discurso propagandístico apontava o interior como depositário das energias da nacionalidade indicando a necessidade de conquista dos “espaços vazios”. A ocupação dos “espaços vazios”, segundo Borges (2004) foi freqüentemente proposta pelo regime como subterfúgio para os projetos de reformas estruturais no campo. A política de integração do interior foi entendida como a possibilidade não só de superar o atraso, mas de transformação do Brasil numa grande potência. Esse sonho de hegemonia, acalentado no passado e recuperado fortemente nesse período era justificado pelas dimensões territoriais do país. As principais teses que sustentavam a necessidade de desenvolver e por em ação esse projeto, afirmavam que o povoamento, a colonização e a exploração do sertão constituíam, ao lado da industrialização, as bases para se chegar ao progresso. E neste sentido podemos avaliar que as imagens do interior/sertão se completavam como um dos pilares da construção da nova identidade nacional.

No que concerne a comparação entre as interpretações da marcha para o Oeste ocorrida nos EUA e no Brasil, Velho (1979) desenvolve uma contraposição entre as explicações de Frederick J. Turner e Cassiano Ricardo. Segundo o autor, Turner avalia a existência de uma fronteira aberta e o efeito que ela desempenhou sobre os seus participantes (*pionners*) e sobre a sociedade como um todo. Para o autor, Cassiano Ricardo é uma figura intelectual de destaque que como Turner trará a fronteira como matéria-prima para a elaboração de mitos, sobretudo os que dizem respeito ao estabelecimento da identidade nacional. Velho (1988) defende que é interessante tentar esquematizar as principais idéias de Cassiano Ricardo porque clarificam a relação ideológica existente entre o autoritarismo e fronteira, constituindo ao mesmo tempo um contraste significativo com as idéias de Turner¹⁰⁰.

feudalismo; para as bandeiras, o comunismo dos selvagens, e para o Estado Novo o comunismo estrangeiro (p.146). Já no tocante à sua apreciação sobre a importância atribuída por Ricardo à pequena propriedade, a crítica negativa do autor pode ser revista, tanto para Ricardo quanto para o próprio programa de colonização do Estado Novo, como sugestão: no segundo, a pequena propriedade como proposta acabada de fundamento de uma política de colonização. É preciso assinalar que, no pensamento de Ricardo, pequena propriedade está intimamente associada a desenvolvimento industrial. Não me parece que o autor ‘tivesse sido vítima do regionalismo’ por circunscrever a bandeira a um movimento paulista, e menos ainda que tentasse ‘conciliar São Paulo com o Estado Novo’ (Idem, p146). Ocorre que a bandeira de Ricardo, estruturada economicamente à base da pequena propriedade, é, também a geradora da mineração, do café e conseqüentemente da industrialização.

⁹⁹A idealização do campo no Brasil acompanhou a tradição onde o campo surgia como lugar oposto ao litoral, litoral visto como lugar de exploração capitalista estrangeira, das oligarquias agrárias, que desde o início da colonização, exploraram as riquezas da terra brasileira. Segundo Capelato (1998) este discurso construído pelos nacionalistas arquitetou-se pela defesa que no litoral desenvolveu-se o materialismo corrupto, degenerador dos costumes e provocador das desordens sociais e econômicas.

¹⁰⁰Uma diferença inicial entre Turner e C. Ricardo segundo Velho (1979) é que o trabalho de Ricardo sobre fronteira é formada por dois volumes com um total de 681 páginas e passou por quatro revisões, ao passo que Turner somente escreveu ensaios curtos. Ricardo escreve na década de 40 do século XX e Turner escreve no final do século XIX. O primeiro era poeta e o segundo historiador profissional. Velho (1979) avalia que ambos

No que concerne a composição dessa identidade coletiva exigiu-se uma releitura do passado, onde o bandeirante foi a grande figura recuperada como símbolo que representava o elemento nacional. Marchar para o Oeste representava na obra de Cassiano Ricardo, assim como para o Estado Novo a continuação da epopéia das Bandeiras (CAPELATO: 1998). A figura do Bandeirante paulista emergia como o responsável por desbravar o sertão e delinear as fronteiras do Brasil, definindo o conjunto de características capazes de contrapor os elementos pertencentes ao interior heróico e ao do explorador das riquezas do litoral. Segundo Velho (1979), em Cassiano Ricardo a “sociedade agrária da *plantation* que se estabeleceu no litoral tornou-se ‘feudal’, ao passo que a sociedade bandeirante que possuía em São Paulo a sua base, buscava novas soluções” (p-142).

O nacionalismo estadonovista, na concepção de Capelato (1998), foi comum enfatizar as características da comunidade brasileira forjadas num tempo de longa duração, onde a história subordinava-se à índole original do povo/nação e, nessa perspectiva, o passado estava contido no presente visto como desdobramento de uma vocação. Segundo a autora, o estudo do passado voltado para o reconhecimento da tradição/vocação do Brasil levou alguns historiadores a identificar características do povo brasileiro. Essa perspectiva estava presente no pensamento de Cassiano Ricardo, pois o autor avalia a situação atual do Brasil como uma nova etapa na marcha bandeirante rumo a conquista de interior do território e na formação de uma nova civilização. Nesta perspectiva, a realização da Nação brasileira enquanto projeção para o futuro dependia de vários fatores, entre eles: o caldeamento étnico, a integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento da autoridade estatal em todos os cantos do país, comunhão cultural e religiosa do povo.

Alcir Lenharo (1981) ao estudar a colonização do país desenvolvida pelo Estado Novo percebe o número reduzido de grandes realizações, assim como a falta de uma continuidade na política de colonização ensaiada. Em suas análises, o autor percebeu que os estudos

estavam conscientes da importância da fronteira como mito e parecia assumir propositadamente o papel de fazedor de mitos. De forma semelhante a Turner, C. Ricardo acreditava que o Leste – a costa – mantinha laços estreitos com a Europa – especialmente Portugal – ao passo que o Oeste – o sertão – foi conquistado pelos que estavam dispostos a soltar esses laços. Segundo Velho (1979), Turner e Ricardo possuem diversos importantes pontos em comum, tais como a oposição Leste-Oeste – litoral-sertão para Ricardo – e a crença no caráter “conservador” do Leste. Também a tendência “natural” que é percebida como resultante da fronteira parece ir na mesma direção em ambos os autores, embora Turner a rotule positivamente como “democrática”, e C. Ricardo considere o comando de um chefe.

Devido ao fato de que o bandeirante tem de se tornar primitivo como o índio, Ricardo diz que exatamente por causa dessa tendência natural a bandeira tem que desenvolver uma estrutura autoritária como reação. Assim, partindo do mesmo ponto de Turner, ele chega a uma visão oposta à de Turner. Para Ricardo não é a fronteira como tal que dá ao homem de fronteira brasileiro as suas características fundamentais, mas a fronteira combinada com a sua reação a sua influência. Velho (1979) avalia que para Turner a fronteira é o *locus* onde se desenvolve a democracia americana, para Ricardo a experiência da Fronteira leva ao desenvolvimento da democracia autoritária brasileira. Em ambos os casos a “fronteira é utilizada como matéria-prima para a criação de mitos de origem. No entanto, cada um dos mitos acaba sendo o oposto do outro, o que é... extremamente revelador em termos de contraste... entre o desenvolvimento burguês e autoritário” (p-146).

referentes ao programa da Marcha para o Oeste sempre valorizavam o seu viés mítico e ideológico, não dando atenção à perspectiva econômica. No que se refere ao suporte ideológico fica clara a associação do programa colonizador do Estado Novo com pensamento de Cassiano Ricardo. Isso provocou uma acentuação ainda maior do desinteresse de avaliar os resultados econômicos, pois este ideólogo estadonovista opera essencialmente no domínio da mitologia e da ideologia para justificar a postura nacionalista do desenvolvimento operado pelo Estado neste período. Segundo Velho (1979), o livro *Marcha para Oeste* “possui a maioria dos elementos de um mito e muitas subestruturas de mito podem ser distinguidas. E é claro que tudo tem a ver com a justificação e legitimação do autoritarismo estatal. Na verdade, trata-se de uma espécie de mito de origem do autoritarismo” (p-145).

Para Trubiliano e Martins Junior (2008) ao reportarem a obra de Cassiano Ricardo avaliam a necessidade de que novas bandeiras se organizassem para ocupar o Brasil Central. Os autores notam um vínculo nuançado pela distinção que o autor estabelece entre o bandeirante no tempo e o bandeirante no espaço, isto é, entre a Bandeira no sentido histórico e a Bandeira no sentido social. Lançando mão das palavras do próprio Cassiano Ricardo ao afirmar que “se a bandeira tem um limite no espaço, ela não o tem no tempo. Terminada a marcha para o país, refluíu à bandeira em marcha para a nacionalidade” (RICARDO: 1970, p-21).

Além da centralização política que resolvera o problema do regionalismo desagregador e da questão racial, Capelato (1998) avalia que o Estado Novo passou a se preocupar com a questão da “unidade territorial” e “segurança nacional”, onde a manutenção das fronteiras representava um constante desafio. Neste período como mostrou Alcir Lenharo (1986) tratava-se de uma política de povoamento e colonização de terras distantes, no Oeste, sobretudo, para solucionar um problema de mão-de-obra relacionada à imigração e à racionalização do trabalho. A política de povoamento e de colonização¹⁰¹ do interior tinha como meta a tentativa de fixar o homem no campo, melhorando suas condições de vida e, assim como, atender às necessidade da produção agrícola. Em certo sentido, o Estado brasileiro interferiu no processo migratório procurando corrigir o desequilíbrio entre o ruralismo e o urbanismo.

¹⁰¹Lenharo (1986) “a colonização e, em especial, a própria proclamação da ‘marcha’ para o Oeste abriram possibilidades de análise do seu conteúdo mítico, cuja a construção imaginária evidencia traços marcantes do conservadorismo romântico, por sua vez detectados nas raízes das experiências nazi-fascistas européias. A construção da ‘marcha’ tinha para a imagem da nação em movimento à procura de si mesmo, de usa integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política... O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional” (p.15).

3.3 – Ocupação de “vazios espaciais” como promessa de progresso material

Como meio de acelerar a ocupação de terras no interior do país, já em 1930 foi criado o Departamento Nacional de Povoamento que tinha como objetivo encaminhar para o interior uma quantidade de trabalhadores que não tinham condições de sobreviver na cidade. Em 1931 foi decretada a lei dos 2/3 que obrigava o emprego de trabalhadores nacionais¹⁰² nesta proporção. Na Constituição de 1934, instituiu-se um regime de cotas migratórias que refletia uma orientação de defesa dos interesses da nacionalidade (CAPETALO: 1998). O objetivo da concentração de terras nas fronteiras e da organização de colônias agrícolas em regiões como vale do Amazonas, do Tocantins, do Araguaia e sertão do Nordeste era basicamente o de fixar os lavradores no campo. Quase dez anos depois, no início da década de 1940, estavam sendo realizadas experiências na Colônia Agrícola de Goiás¹⁰³, no alto Tocantins e um programa de ocupação do sertão de Pernambuco, além da Colônia Agrícola São Bento na baixa Fluminense.

Entre os anos de 1930-45, o Governo Federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos de incorporação espacial. Procurou incentivar a realizações de debates sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. Segundo Ianni (1986) as medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional, pois a preocupação era a de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas. Formalizando em novos níveis as condições de intercâmbio e

¹⁰²Na política da “Marcha para o oeste”, o movimento de ocupação territorial estimulado pelo governo, ficava definido que os imigrantes deveriam ser um fator de ordem e progresso e que não interessava a fixação de estrangeiros nas cidades (CAPELATO: 1998, nota p.226-227)

¹⁰³Segundo Luís Palacín (1994), até meados de 1920 o Estado de Goiás continuava fora da corrente de progresso que, nos últimos anos, vinha transformando São Paulo e outras regiões, isto é, o Estado, ao contrário destas, não participava do processo de modernização no sistema produtivo assim como da crescente urbanização. As principais causas deste atraso se relacionavam com a precariedade das vias de comunicação, da ausência de centros urbanos e de uma economia quase de subsistência, os quais não colaboravam com a inserção de Goiás no cenário econômico nacional. A produção basicamente para o consumo, o pequeno comércio interno e a fraca circulação monetária se somavam à desigual distribuição da população. Segundo Palacín (1994), grande parte da população trabalhava na agricultura: 110.220 pessoas em 1920, segundo o censo, frente a 6.995 na pecuária (pp. 92). Mesmo com o número reduzido de pessoas que trabalhavam com a criação de gado, essa produção ocupava o setor mais dinâmico da economia goiana, por ser o gado um produto de mais fácil criação e comercialização. Com a deflagração da crise econômica de 1929, Goiás passou a ser alvo de interesse no que se refere a uma economia de abastecimento de mercado interno brasileiro e região que atraiu novas ondas de migração populacional, sendo este último impulsionado principalmente pela reorientação na política cafeeira. Tal redefinição proporcionou um fluxo populacional para o Estado, como também uma inserção deste no cenário nacional, onde regiões ainda não inseridas em uma economia de mercado passaram a ser alvo de novos interesses. Segundo Chaul (1994), essa forma de ocupação das terras do Centro-Oeste, se fez dentro de um “processo global” do sistema capitalista no início do século XX. No que se refere ao cenário brasileiro, tal “processo global” incentivou novas regiões a ocuparem o papel de produtoras para o mercado, como também proporcionou a dinamização do setor industrial da região Centro-Sul. Em Goiás a dinamização desta interiorização da economia foi projetada pela malha ferroviária do Sul do Estado.

funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro, isto é, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições do tipo capitalista, os Estado passou a interferir ainda mais em questões econômicas.

Segundo Velho (1979) a modernização “foi se tornando uma política consciente na forma de uma ideologia nacionalista. O Estado já não era apenas um mediador... a partir da década de 40 passou a ser também um agente de transformação direto no processo econômico” (p-127). O Estado da década de 1930 lançou-se na proposta de “não atacar diretamente o sistema tradicional, mas em construir o que pareceria ser uma estrutura paralela” (p-127) concentrando “os esforços governamentais na industrialização urbana, apoiando uma burguesia nacional emergente e mesmo mobilizando até um certo ponto a força de trabalho urbano” (p-127), e ao mesmo tempo tomando medidas de referentes ao campo. Os órgãos criados pelo governo apontavam os problemas diante os quais o governo se viu na contingência de atuar, entre eles: o Ministério Nacional do Café e o Instituto do Cacau da Bahia ambos fundados em 1932; Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool em 1934; o Conselho Brasileiro de Geografia, 1938; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fundado em 1939; a Fundação Brasil Central, 1944; o Serviço de Expansão do Trigo já nos últimos anos do Estado Novo. No entanto, Ianni (1986) considera que as realizações governamentais “não foram o resultado de um estudo prévio, de caráter global e sistemático. Elas resultaram das situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político da evolução econômica” (p-36). Mesmo assim, elas são sinalizadoras que demonstraram as possibilidades e as condições de expansão do modo capitalista de produção em um país de economia dependente.

Ianni (1986) lembra que a técnica de planejamento, enquanto instrumento de política econômica estatal, tinha começado a ser incorporada pelo poder público no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial. A planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica “mais racional” de organização das informações, análise de problemas, tomadas de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras. No Brasil esse modelo propunha solucionar problemas tais como: proteger ou estimular os setores econômicos já instalados da economia nacional e formalizar o mercado e a produção. Apesar das ambigüidades – lutas ideológicas e práticas de governantes – empresários e técnicos e o poder público foram levados a participar de modo cada vez mais amplo e sistemático na reformulação da economia do país. O Estado estava sendo preparado para assumir funções econômicas mais complexas e ativas, onde a linguagem e a técnica do planejamento se tornaram componentes dinâmicos do sistema político-administrativo. No entanto, “a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e

fragmentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses predominantes do setor privado da economia” (IANNI: 1986, p-69).

No que se refere a elaboração de projetos, entre 1930 e 1945, o nacionalismo passou a ser um elemento importante nos debates sobre problemas políticos e econômicos brasileiros. O nacionalismo passou a figurar de modo mais freqüente nos pronunciamentos dos governantes, nas diretrizes constitucionais e como suporte ideológico para as realizações do governo. Mesmo antes do advento das propostas de planificação orientada pelo Estado, o tenentismo, a nascente burguesia industrial, os setores mais politizados do proletariado e alguns grupos da classe média já estavam de alguma forma, identificados com a solução dos seus problemas ancorados na ideologia nacionalista. Ianni (1986) nota que os próprios movimentos artísticos, surgidos na década de 20, estavam fortemente impregnados de tonalidades nacionalistas, entre eles o verde-amarelismo, antropofagismo, movimento pau-brasil. Até mesmo o movimento integralista organizado pela Ação Integralista Brasileira estava comprometido com uma espécie particular de nacionalismo.

Entre os órgãos criados para dar sustentação a ação do Estado no cenário nacional e que carregam consigo a proposta nacionalista estava o IBGE. A promulgação do Decreto-lei Nº 237 de 2/02/138 atribuiu no IBGE a revisão da área do Brasil, órgão integrante do sistema Cartográfico Nacional. A missão institucional do IBGE é a de atribuir e elaborar as divisões regionais. Com a criação do IBGE, Oliveira (2004) considera que era necessária a oficialização de uma divisão regional que interferiu no poder das lideranças estaduais, o combate à autonomia estatal e, ao mesmo tempo, o apóio a diversidade regional. Como fruto destas divisões, em um primeiro momento a agregação de unidade federal em espaços macro-regionais foi institucionalizadas em 1942, mas uma nova divisão em macro-regiões foi elaborada em 1970 que permanece em vigor até o momento atual. Em 1995 o IBGE lançou uma edição comemorativa aos 60 anos da fundação da instituição, onde são reafirmadas suas competências originais. O Instituto – nos anos de sua fundação assim como na década de 90 – considerava que o homem estrutura o espaço em que vive em diferentes arranjos e níveis de organização, onde os modelos de divisão do território nacional refletem esses arranjos seguindo a evolução da organização do país. Os recortes de natureza diferenciada, com dinâmica particular associam-se ao processo de ocupação do território, e o fracionamento político é normalmente embasado nas transformações decorrentes dos processos de povoamento e aproveitamento econômico. O instituto também deveria se preocupar com as condições históricas da ocupação do território que conduziram a uma exploração desigual de recursos no tempo e no espaço (IBGE: 1995).

Segundo Andrade (1987) com a criação do IBGE, coube a Fábio de Macedo Soares Guimarães realizar os estudos de síntese e dividir o país oficialmente em grandes regiões naturais. Profundamente influenciado por Ricchieri e por Delgado de Carvalho, o geógrafo levou em consideração os espaços geológicos, do relevo e do clima e da vegetação. Admitia que esses agentes se interinfluenciavam, mas que, no jogo de influências, as vezes uns dominavam os outros. Após longas considerações, elaborou a divisão do país em cinco grandes regiões naturais – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – e para facilitar os interesses didáticos e estatísticos, fez com que as fronteiras entre as grandes regiões e os Estados coincidissem. As regiões serviriam para basear ações administrativas e estatísticas, formando unidades intermediárias entre o país e os estados, onde cada estado da federação estaria integrado em uma única região. Para Andrade (1987), o geógrafo brasileiro se apega a dois tipos diversos de regiões, as naturais e as humanas, não procurando fazer a síntese do que seria a região verdadeiramente geográfica. Segundo Corrêa (1987), o conceito de região natural foi introduzido no Brasil via influência francesa, por Delgado de Carvalho em 1913. É dentro dessa ótica que Fábio Guimarães¹⁰⁴ admitia a sua utilização no Brasil, visando uma divisão de caráter prático e duradouro, que possibilitasse a comparação de dados estatísticos ao longo do tempo. Segundo Oliveira (2004) a criação de agências, dentre elas o IBGE ajudariam o Estado a formular e a programar políticas destinadas a vencer os “vazios territoriais” e a pouca interação da rede urbana do país.

Neste contexto, Lana Cavalcante Velasco (1988) avalia que o processo de industrialização do sudeste do país provocou o início da integração de outras regiões na divisão regional do trabalho, principalmente como fornecedora de alimentos e matérias primas de origem agrícola. Foi neste momento que o Centro-Oeste do país se inseriu nessa fase da divisão regional do trabalho, de duas formas, como área de extensão agrícola do Sudeste e como mercado consumidor de bens industrializados. A integração regional organizada pelo regime materializou-se por uma complexidade de fluxos de bens e serviços, de capitais e investimentos e de força de trabalho, entre o centro hegemônico e dinâmico da economia e as regiões periféricas. Segundo a autora, essa dinâmica tentou provocar o ajustamento e incorporação de novas áreas. Assim, deve-se entender “que a ocupação de áreas vazias, como na Amazônia e no Centro-Oeste, tem sido parte de uma política econômica do país, como resposta às necessidades do padrão de acumulação, tanto a nível externo como interno” (VELASCO:1988, p-128)

¹⁰⁴ Prof. Fábio M. S. Guimarães Diversidade regional do Brasil “Revista Brasileira de Geografia – Abril-junho de 1941.

Viajando de avião até Goiânia e visitando os pontos mais pitorescos do *hinterland* goiano, Getúlio tomou contato com essa realidade, nesta ocasião, segundo Capelato (1998) os órgãos de divulgação do regime concluíram que o presidente “pode tomar providências adequadas para dar maior vida e maior atividade às regiões ocidentais do Brasil... contato direto do governante com o povo das regiões mais atrasadas” (p.227). Essa política de povoamento do interior pode ser explicada pela ênfase dada à oposição litoral/interior. Nesta construção discursiva, o litoral representava o passado de exploração e de domínio estrangeiro que os nacionalistas criticavam, dentre eles Cassiano Ricardo. Por outro lado, era no interior que se encontravam as verdadeiras forças da nacionalidade regeneradora e da pureza, isso porque não fora contaminado com a vida urbana do litoral. O sertanejo de Euclides da Cunha era visto como o símbolo da raça e da nacionalidade, pressuposto longamente defendido por Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* e no *Homem Cordial*¹⁰⁵ publicado na segunda metade da década de 1950 em plena campanha de construção de Brasília.

Para termos uma aproximação com o que dizia o instituto, lançaremos mão da edição do Conselho Nacional de Geografia feita a partir do evento do X Congresso Brasileiro de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1944. Tal obra é composta por excertos da “Revista Brasileira de Geografia”. Obra que destaca como o viés nacionalista e a mítica Bandeirante no interior do discurso científico do instituto. Segundo o texto a nova visão administrativa do presidente Vargas abriu novos rumos a Amazônia brasileira. Este conjunto de textos apresenta trabalhos que destacam elementos naturais, além de textos referentes à ocupação e povoamento brasileiro no período colonial. No que concerne aos planos de colonização para a região Centro-Oeste, a obra procura defender que o programa “Marcha para o Oeste” tem a pretensão de concretizar a Frente Pioneira rumo a Amazônia (AMAZÔNIA BRASILEIRA: 1944).

Neste trabalho Virgílio Côrreia Filho apresenta o processo de ocupação da Amazônia desde a chegada dos portugueses e espanhóis no continente, tendo como intuito, demarcar historicamente o início da colonização desta região. O ensaio de Virgílio Côrreia Filho também reúne conhecimentos sobre a composição social, cultural e étnica das populações que habitavam a região amazônica. Não apresenta nenhum projeto de intervenção imediata por parte do governo federal na região, pois o interesse neste momento é apenas descrevê-la. Mesmo assim, o autor defende que “hoje dos destroços do passado, ressurgiu a Amazônia, robustamente pela agricultura nascente, que facilita a manutenção da produção extrativa, a que se acha predestinada desde a era colonial” (AMAZÔNIA BRASILEIRA: 1944, p-7).

¹⁰⁵ Este livro reúne texto do autor da década de 30, 40 e 50.

Vargas em discurso pronunciado no Palácio do Comércio em Belém em 1940 conclama o “espírito progressista dos homens” para lembrar-lhes que não será “obra de um governo, nem talvez de uma geração. Mas a nossa geração, que refundiu a vida política do País e criou o Estado Brasileiro... cumpre reorganizar o processo econômico da Amazônia” (GUASTINI: 1944). Buscando no passado alguns elementos que possam dar apóio ao discurso atual, além de sustentar a idéia de predestinação – assunto corrente neste momento – os estudos reunidos no livro *Amazônia Brasileira* procuram dar ênfase ao quanto a região é desconhecida. A produção extrativa é o único empreendimento comentado, e é posto como ramo promissor e histórico da agricultura na região, ou seja, esboçando a necessidade de elaborar uma proposta de reorganização produtiva com base no extrativismo.

Diante este problema, o Governo Federal passou defender a consolidação da Frente Pioneira e a edificação definitiva de uma moderna sociedade no interior do país a partir do projeto de “Marcha para o Oeste”. O interior inserido nas relações capitalistas passaria a ser o alicerce que daria sustentação para a formação de uma sociedade urbano-industrial. As diretrizes ideológicas deste plano eram basicamente orientadas pelo Estado, pautado no poder centralizado e defensor da Nação, e segundo a doutrina do regime, somente estes conjuntos de características poderiam orientar as ocupações paulatinas dos “espaços vazios”. Ao avaliar os projetos de colonização desenvolvidos pelo Estado Novo, Lenharo (1981) considera que é importante observar as dificuldades reais da aplicação desses projetos, pois o trabalhador não respondeu – como pretendia o governo – aos apelos da obra civilizadora e da orientação disciplinar. O autor considera que segurar o trabalhador rural na terra, orientar o fluxo migratório e criar o “novo” trabalhador brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado não foi bem sucedida. O regime havia ignorado que nesses “espaços vazios” se encontravam tomados de determinadas relações de poder.

No que se refere a ocupação destes espaços considerados vazios, Lenharo (1981) considera que o Estado Novo pretendia civilizar as regiões vistas como retrogradadas. Dentre as instituições criadas no período para incentivar esta ação podemos destacar a Fundação Brasil Central. A criação da Fundação Brasil Central¹⁰⁶ no início da década de 40 permitiria que o regime atingisse grande parte do estado de Goiás e Mato Grosso e de outras regiões do Oeste. Segundo Lenharo (1981) somente “com a criação da Fundação Brasil Central, é que a obra civilizadora do Estado Novo ganhará contornos mais definidos... a incentivar o convencimento e o entusiasmo pela magnitude do acontecimento” (p-72). Para tanto, o Oeste foi mitologicamente construído pelo discurso propagandístico, tornando-se o principal alvo da

¹⁰⁶As primeiras bases da Fundação Brasil Central foram instaladas no Triângulo Mineiro e em território goiano.

marcha e palco de sucessivas e contraditórias intervenções do Governo Federal. No que se refere ao aspecto econômico, o Oeste foi posto como região de importância fronteira e espaço preparatório para o acesso à Amazônia.

No que se refere ao discurso propagandístico desenvolvido pelos departamentos de imprensa e cultura do Estado Novo, Lenharo (1981) considera que nenhum outro recurso de propaganda tornou-se tão rico quanto o esforço de “desbravamento e colonização”. Tal atitude se resumia a abertura de estradas e instalação de colonos em pequenas propriedades, ou seja, “um esforço máximo de ação e propaganda para que o país se sentisse marchando em conjunto, sob a batuta de um Estado que civiliza e protege, empenhado na consolidação da nação e da criação do novo homem brasileiro” (LENHARO: 1981, p-72/73). Nas palavras do próprio presidente Vargas em pronunciamento intitulado “Prefácio do Estado Novo”, já em 1937, afirma que precisamos

equipar as vias férreas do País, de modo a oferecer transporte aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicação, particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação (In. GUASTINI: 1944, p-78).

Para Boris Fausto (2004), com o Estado Novo procurou-se dar uma diversificação na produção de artigos agrícolas, assim como, buscar o aumento da produtividade para abastecimento do mercado interno. Era a tentativa de introduzir no “modelo econômico que ora se implanta maior complementaridade entre uma agricultura poderosa e dominante e uma indústria incipiente que ainda buscava consolidar-se” (FAUSTO: 2004, p.136). Segundo Chaul (1994), essa forma de ocupação das terras do Centro-Oeste, também se fez dentro de um “processo global” de reordenação do sistema capitalista internacional no início do século XX. No que se refere ao cenário brasileiro, tal “processo global” incentivou novas regiões a ocuparem o papel de produtoras para um futuro mercado interno, como também proporcionou a dinamização do setor industrial da região Centro-Sul. Em Goiás, a busca por dinamizar a interiorização da economia foi propiciada pela promessa de edificar uma agricultura forte para abastecer a indústria crescente. O isolacionismo da agropecuária em Goiás poderia encontrar nos ideais de progresso, desenvolvimento e modernidade, a forma de sair do atraso. Neste sentido, a região Centro-Oeste seria capaz de acompanhar e constituir a base de um novo plano político-econômico nacional, além de lugar de ocupação histórica das Bandeiras paulistas.

Ao estudar os projetos de colonização gestados no período em questão, Alcir Lenharo (1981) percebe que as políticas aplicadas pelo projeto corporativista eram apresentadas como as reais alternativas para resolver a crise econômica e política. O projeto corporativista no campo, segundo o autor, era caracterizado como a melhor forma de organização, onde a conquista territorial e a integração espacial do país surgiram como “contrapartida necessária ao esforço totalitário de reordenamento corporativista da sociedade, e da pretensão pedagógica de homogeneização ideológica de todos os brasileiros” (p-13). Segundo Lenharo (1981), esta proposta se tornou um recurso precioso nas mãos dos ideólogos responsáveis pela instrumentalização política: de um lado, através do desenho politizado, visava-se registrar a obra da conquista, o mapa do país pronto e acabado devido a obra transformadora do Estado; de outro lado, a refacção do desenho cartográfico permitia à propaganda ideológica a criação de um especial clima de participação política, emotiva e ilusória. Segundo o autor, toda a estratégia de propaganda armada sobre o *slogan* da Marcha para o Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumando coletivamente a conquista. Características que para Cassiano Ricardo eram as mesmas do chefe bandeirante que guiou o “Estado em miniatura” rumo a conquista do “sertão mais ínvio do mundo”.

Como foi ressaltado acima, o Estado Novo utilizou-se da cultura e da imprensa como canal difusor de suas doutrinas. Sempre se apresentando como continuador da proposta de modernização do movimento de 30 e de construção de uma identidade coletiva para a nação brasileira. Hélio Silva (1980) lembra que a “Macha para o Oeste foi uma das campanhas que o órgão de publicidade governamental, o DIP... trombeteavam em publicações radiofônicas” (p.52). Segundo Raul Guastini (1943) – responsável pela organização do livro “Ideário Político de Getúlio Vargas” – o chefe da nação brasileira definiu o verdadeiro sentido de brasilidade ao traçar o roteiro da Marcha para o Oeste. Em seus comentários ele defende que “a realização do imperialismo interno, pela vitalização interior” é o resgate da vocação da Nação, pois “é o local onde residem as nossas maiores forças de cultura e de riqueza”.¹⁰⁷ Esse discurso econômico do Estado, assim como o discurso político, lançou mão de um discurso intelectual para elaborar suas justificativas. Considerando que o próprio Cassiano Ricardo estava diretamente ligado ao regime, o ensaio *Marcha para Oeste* vem muito mais para autorizar um presente do que explicar um passado e propor uma renovação. Vários dos pressupostos que permearam os mais diversos textos publicados pelo governo varguista – tanto em relação ao papel social dos intelectuais e a relação entre cultura e política, quanto no

¹⁰⁷GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (p.150)

que se refere a concepção de Estado e legitimação do poder político do chefe da Nação, e o interesse econômico dado a determinadas regiões do país – estão presentes nas obras de Cassiano Ricardo. Segundo Lenharo (1986), com a Marcha para o Oeste ocorre a exploração de formas inconscientes de identificação, desenvolve-se “a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos de poder” (p-56), ou seja, cria-se uma verdade doutrinária.

Guastini (1943) ainda afirma em mesmo comentário que além da modernização técnica da produção, o verdadeiro sentido de brasilidade recuperada por Vargas, está apontado para o anseio de construir o sentimento nacional a partir da ocupação do vazio interior. E conclui que a campanha de reordenação econômica do interior se torna uma “marcha” e procura deslocar “para o centro do país uma considerável soma de energia e iniciativas que constituirão a nacionalidade futura” (p-150) Segundo Linhares (1999), o intuito maior era reunir os diversos núcleos demográficos isolados conforme a prerrogativa do governo de “povoar racionalmente o país”, onde a necessidade de incorporação econômica do campo à subordinação do Estado era um imperativo irrevogável. Segundo a autora, é uma nova fase de preocupação do Estado quanto ao mundo rural, isto é, “tratava-se de promover a colonização interna do país e expandir as fronteiras agrícolas” (LINHARES: 1999, p-113) e não apenas manter um grandes propriedade baseadas na monocultura agro-exportadora.

Segundo Lenharo (1981) a questão agro-industrial promovida pelo Estado permitia o aproveitamento da matéria prima nacional e dotava o Estado Nacional de uma “vontade diretora” no rumo econômico. O Estado Novo tinha na “marcha” um dispositivo de adesão e referendamentação político através dos discursos divulgados pelos meios de imprensa e de cultura. O Estado Novo imprimiu uma diretriz estatal, centralizadora e nacionalista em seus projetos de ocupação dos “espaços vazios” do Oeste e da Amazônia¹⁰⁸. Tal opção, segundo o autor era politicamente orientada para criar no “novo” espaço do país, a nova ordem social, lastreada na retórica de coincidir as fronteiras políticas com as econômicas e no estabelecimento de uma ordem original de relações sociais, ancoradas na pequena propriedade e na organização corporativa dos associados nas colônias agrícolas.

Essa proposta de criar um “novo espaço” econômico ia de encontro com a condenação do o latifúndio monocultor e escravista do litoral, segundo Lenharo (1986) este tema foi

¹⁰⁸ A ocupação da Amazônia acabou por ter sua ênfase no tema da batalha da borracha, um plano oportunista e imediatista de deslocamento maciço de nordestino para a Amazônia. Encaminhar as populações do Nordeste para outras regiões e esvaziar as tensões sociais isso é uma exigência disciplinar. A localização racional do imigrante nacional é uma exigência disciplinada qual não se abre mão. Tal programa de migração para a Amazônia sob a tutela do Estado teve uma nova fase na década de 70. Este assunto será tratado mais a frente. Fixação do homem a terra e encaminhamento de correntes migratórias. Encaminhar as populações do Nordeste para outras regiões e esvaziar as tensões sociais isso é uma exigência disciplinar.

aprofundado pelo escritor de *Marcha para Oeste*, onde o latifúndio foi posto como um “imenso poderio feudal”. Por outro lado, a sociedade do planalto de Piratininga – idealizada por Cassiano Ricardo – era baseada na pequena propriedade e na policultura, modelo de organização produtiva que seria a responsável por incentivar o desenvolvimento do mercado interno. Para que se efetivasse essa mudança, Cassiano Ricardo esclarece como e quem deveria ser o responsável por essa orientação: essa transformação somente se efetivaria com base em um Governo forte que proporcionasse as ações disciplinares na agricultura e indústria.

Segundo Lenharo (1986) Cassiano Ricardo alcança inapelavelmente a indústria paulista através de um esquema linear de evolução histórica do país, pois é do planalto paulista que descem as Bandeiras que povoarão os espaços da mineração e farão a ocupação da *hinterland* brasileira. Nesta construção discursiva, ocorre uma evolução contínua, pois São Paulo bandeirante também será a São Paulo do café, e depois a da indústria. A marcha dos cafezais reedita a tarefa desbravadora dos bandeirantes do século XVII e XVIII fortalecendo as Frentes Pioneiras com a instauração das pequenas propriedades. Neste sentido, Cassiano Ricardo procura – no plano discursivo – devolver ao estado de São Paulo o lugar de onde deveriam emanar as diretrizes e orientações econômicas e políticas, pois só em São Paulo é que o progresso predestinadamente poderia avançar via industrialização (RICARDO: 1970). Este é um golpe nas tensões entre o poder regional e o poder central, pois Cassiano Ricardo acaba por alinhar os interesses paulistas aos interesses do Governo Federal a partir da figura do bandeirante.

O Estado Novo buscou agir contra o regionalismo de alguns Estados indicando seus interventores, pois o autoritarismo propunha a centralização das decisões econômicas e políticas. O governo “apelava para o sentimento mais alto de nacionalismo colocando-se assim em posição de superar as paixões regionais em conflito” (SKIDMORE: 1969, p. 59). Outro ponto de importância, no pensamento de Cassiano Ricardo, é perceber como o autor conseguiu associar o regionalismo paulista a necessidade de centralização do Governo Federal. Com a noção de “progresso predestinado” é clara a intenção desse intelectual em estabelecer uma ponte histórica, além de evolutiva, entre a Bandeira paulista e o Estado Novo. Segundo Cassiano Ricardo (1970), somente a constituição de novembro de 37 viria reatar o espírito bandeirante – interrompido no século XIX – e corrigir a linha histórica do país, tão deturpada pela dialética do litoral.

Tais propostas refletiram nas Colônias Agrícolas Nacionais¹⁰⁹ organizadas pelo Estado Novo, pois a pequena propriedade já havia sido experimentadas pela população de Piratininga colonial e pelas Bandeiras. Lenharo (1986) avalia que foram planejadas de modo a se submeter a uma administração centralizada e permanecer subordinados diretamente ao Ministério da Agricultura. Elas eram basicamente organizadas em pequenas propriedades e distribuídas para agricultores sem terra. As principais colônias foram a de Dourados no estado do Mato Grosso e a Colônia agrícola de Goiás. Seguindo o estudo do autor, as Colônias Agrícolas Nacionais foram pensadas como verdadeiras “autarquias”, réplicas em miniaturas do mercado nacional. Um exemplo sobre a implantação deste projeto foi Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que segundo o autor, foi rapidamente associada a fundação de Goiânia. No mais, a colônia foi implementada sem que o Governo Federal viesse a solucionar os problemas de definição dos lotes e das vias de comunicação.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi instalada a 140 KM de Anápolis, criada por decreto presidencial de fevereiro de 1941. Segundo Barbosa Ferreira (1986) o decreto de criação da CANG estabelecia a área do lote de 20 a 50 ha, que seriam doados a pessoas pobres que se tornariam posteriormente proprietários, e que receberiam também instrumentos e casas, tendo a produção de lavouras como a principal finalidade. A sede da colônia, planejada juntamente com ela, recebeu o nome de Ceres. O projeto previa ainda que o colono devesse manter uma reserva de 25% de sua área com mata. Os estatutos da colônia pretendiam mudar o sistema de agricultura itinerante para a agricultura permanente, pois com a rotação de culturas, tornaria a região numa área de “agricultura moderna”.

Considerando que a expansão das fronteiras interna pretendia criar um especial clima de participação política, o regime reforça suas próprias formas de comunhão sob o *slogan* da Marcha para o Oeste. Segundo Lenharo (1986) a “Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha junta pelas próprias forças em busca de sua concretização” (p. 56). Nesta proposta estatal de colonização, pode-se perceber como é clara a filiação entre os “Gigantes de Botas” que levam as fronteiras nos pés esboçado no poema *Martin Cererê* e reafirmado pelo comando do chefe da bandeira exposto no ensaio *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo, ou seja, a predestinação histórica de caminhar para

¹⁰⁹ A criação das Colônias Agrícolas Nacionais constituíam um momento de uma escalada da política colonizadora que começou a ser pensada com a retórica da Marcha para o Oeste. Para a organização das colônias, caberia ao Estado “adquirir as terras, loteá-las e cedê-las aos trabalhadores rurais em condições acessíveis... Além de dotar as regiões de infraestruturas necessárias deveria combater a especulação das terras vendidas” (LENHARO: 1986, p.39-40). A forma de organização era baseada no cooperativismo e acabava entrando “como elemento básico: em primeiro lugar como meio de aglutinar as pequenas propriedade e conjugar as suas forças. Em segundo lugar, deve ‘substituir o mais rápido possível a ação do Estado. A maior parte dos recursos, inclusive a aquisição de terras, poderá passar por elas (as cooperativas) depois de algum tempo” (Idem: p.40).

o interior sob o comando forte a procura do elemento nacional. Lenharo (1981) avalia que a política de colonização aplicada pelo Estado Novo – a conquista territorial, a integração sócio-espacial do país com a reordenação corporativa – surgiu como uma “real” alternativa para a crise econômica. Essas duas vertentes – colonização dos “espaços vazios” e desenvolvimento econômico – foram relacionadas como meio de modernizar a Nação. Para Ianni (1986) as reformulações da política econômica governamental também acabaram por impregnar-se dos elementos ideológicos do nacionalismo¹¹⁰.

3.4 – A marcha aí vem!

A partir das considerações sobre a centralização do poder – sem esquecer as tensões políticas entre o nível regional e nacional – o apelo ao nacionalismo e a procura de promover o desenvolvimento do país, iremos avaliar alguns pontos sobre o discurso que valorizava a região Centro-Oeste durante o Estado Novo. Nesta análise iremos destacar os fatores relacionados ao nacionalismo e o papel da região Centro-Oeste para o desenvolvimento econômico do Brasil, e como essa ideologia refletiu na região. Essas hipóteses sustentavam ideologicamente os projetos que pretendiam incluir Goiás nos programas de modernização brasileira, visto que tal proposta foi reforçada após a construção da nova capital de Goiás. Goiânia passou a representar para a Nação a concretização de um discurso onde se procurava a integração das regiões, sem esquecer que Goiânia – enquanto cidade e sede do governo de Goiás – já estava em vias de concretização antes da decretação do Estado Novo.

Para os goianos, a nova capital se relacionava diretamente com o desenvolvimento econômico, social e cultural, e um pertencimento maior à Nação brasileira. Segundo Palacín (1994), a mudança da capital também representaria a consolidação da queda da antiga oligarquia e reforçava o novo governo do ponto de vista político. Segundo o autor, o novo governo não tinha a necessidade de temer a oposição, pois o governo revolucionário não dependia do voto dos eleitores, sendo os partidos e o Legislativo dissolvidos, neste contexto, nenhum símbolo melhor para consolidar esta situação do que a transferência da Capital. A nova capital passaria a ser um centro de absorção de mercadorias das várias regiões do

¹¹⁰A vitória sobre o poder oligárquico correspondeu, no Brasil, a uma tomada de posição mais aberta contra os enclaves de capital estrangeiro. O autor não afirma que estava no programa da Aliança Liberal acabar com os enclaves, mas sim, a expressão de que a reorganização do Estado brasileiro abriu possibilidades de redefinição das relações com o capitalismo mundial. Ou seja, “os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e militares surgidos na década dos vinte e trinta permitiram a revisão das relações de dependência; e, em consequência, a reorientação do sistema econômico nacional” (IANNI: 1986, p-71).

Estado. Temas reforçados com a iniciativa federal da Marcha para o Oeste e com a política de colonização em Goiás.

Antes de iniciar as obras da nova capital, os grupos no poder procuram demonstrar que a nova capital representaria o desenvolvimento da economia do Estado, para tanto foi elaborada uma propaganda mudancista junto aos meios de imprensa. Com a alteração do centro político foi necessário modificar também a organização espacial da capital. Dentro da perspectiva da nova realidade nacional, era preciso um modelo de cidade diferente do traçado da antiga capital, uma arquitetura dentro dos padrões da modernidade. Esta deveria servir não apenas para acomodar as pessoas em um habitat urbano, mas também dentro de uma vida social eficiente (FERRAZ: 1996), ocorrendo então um conflito entre o antigo e o moderno, o meio rural e o urbano, isto é, uma sobreposição de valores. Desta forma o projeto arquitetônico da nova cidade deveria representar as modernas exigências da época, como também, o local onde as relações capitalistas se consolidavam juntamente com a interação da produção rural e das necessidades urbanas.

Ao final de 1939, Getúlio planeja vir a Goiânia, primeiro chefe da Nação a visitar a região Centro-Oeste, gesto simbólico que procura representar o avanço do Governo Federal para o interior e legitimar a política de ocupação de espaços empreendida pela campanha Macha para o Oeste. Palacín (1986) considera que em relação à interiorização do progresso em Goiás, “a mudança da Capital passou a significar... uma ponte estendida entre o tempo real do presente e o tempo escatológico das promessas” (p.87). Mesmo o progresso não vindo da forma como foi mitificado, sua visita não deixa de ser – no campo simbólico – um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de avançar e colonizar o interior. A meta de desenvolver a Nação no final da década de 1930 e início da seguinte é totalmente repleta de simbologia relacionando progresso e sentimento nacionalista. Após a decretação do Estado Novo, Lenharo (1986) considera que a confecção da imagem da Nação em movimento é lida “pela exterioridade geográfica e pela revisitação ao Eldorado do passado colonial” (p.56). Segundo o autor, “o discurso do Poder reduz a brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos. Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação” (p.57).

Como forma de divulgar os pressupostos de desenvolvimento, Vargas procura visitar a região central do país. O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. Neste dia, o jornal *O Popular* descreve toda trajetória do presidente em Goiânia. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio de futebol na Avenida Paranaíba, e o principal, ato solene de lançamento da campanha Marcha para o Oeste nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede também foi inaugurada naquele

mesmo dia. Os órgãos governamentais eram os responsáveis pela organização dos festejos, o DIP e o Ministério da Educação e Saúde encarregavam-se delas.

As festas tinham ampla participação popular, até porque a presença obrigatória de vários setores – como escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupo de dança, grupo de teatro, escoteiros e sindicatos – garantia um número elevado de particular de apresentação: desfiles, danças, encenação teatral, canto, execução de hinos, discursos, palestras etc. Segundo Capelato (1998), há uma forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz, nas ocasiões festivas, os jornais expressavam essas imagens de formas variadas. Na propaganda estadonovista eram enfatizadas a cordialidade, a afetividade, a animação, a alegria do povo brasileiro, principalmente a cordialidade era um importante argumento, pois substantivava o caráter do povo brasileiro.

Na versão ricardiana da sociedade Piratininga que deu origem as Bandeiras, ocorria uma grande participação do povo “cada classe tinha o seu estandarte. A todas as festas públicas comparecem os oficiais mecânicos com suas insígnias e pra dançar os seus bailados” (1970: p-192). Para Cassiano Ricardo existem “duas realidades fundamentais da bandeira: o sertão e o povo” (p-194). Em *Marcha para Oeste* essa visão demonstra que para abrir caminho convocava-se o povo, e “o poder nivelador do sertão”, diante do qual, todos são iguais, é a força que move o “povo unido e regido amorosamente” e isso “é tudo o que pode haver de mais belo nessa pequena democracia rude, nascida ao ar livre” (p-365). Podemos ver que a ilusão da participação popular em festas públicas, assim como, nas esferas do poder, é cuidadosamente trabalhada por esse intelectual, para justificar no passado o pretendido caráter popular que o Estado Novo insistiu em se intitular.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, o presidente procura justificar a atual política do governo fazendo uma breve análise do passado. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos... à orla das águas atlânticas... voltado para fora”. Mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo... a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”, pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil”. Podemos perceber como no texto ocorre a mitificação da região, ela se torna o local onde a marcha que se reinicia, procura encontrar a redenção da Nação brasileira. Ocorre a construção da perspectiva que coloca a região como local onde se desenvolverá as bases para o progresso do país, e local para onde toda nação deve mirar seu impulso empreendedor. Podemos ver como considera Guilherme Velho (1979) que a fronteira é utilizada como matéria-prima – tanto como elemento histórico e como plano ideológico – para a elaboração de mitos. Cassiano Ricardo (1970) não se esquece deste assunto em seu

ensaio, pois quando “o bandeirante para, nasceu a fronteira” (p-399), ou melhor, a Bandeira “funda e defende a fronteira” (p-19). Neste contexto em particular, a fronteira passa a ser diretamente relacionada com a identidade nacional, de acordo com Lenharo (1986) nas perspectivas ideológicas neste momento era no “sertão pobre e esquecido que encontra-se a reserva moral do país... a Nação está no sertão” (p.72). Desta forma, o ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional, assim Oeste, sertão e fronteiras se tornam conceitos carregadas de elementos simbólicos.

Segundo Amado (1995), no período compreendido entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial em todas as construções historiográficas que tinham como tema central a Nação brasileira. Segundo a autora, os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, utilizaram e refinaram o conceito. Outros historiadores importantes do período, Nelson Werneck Sodré, em sua fase pré-marxista, e, posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda, além do intelectual tratado nessa pesquisa, trabalharam, de diferentes formas, com a categoria “sertão”. Borges (2004) avalia que a literatura nacionalista invertera a imagem que a categoria sertão representava na tradição portuguesa, pois em vez de um espaço distante, atrasado e sem lei, constituiu-se uma visão mitificada que conferia ao sertão e ao sertanejo uma grandiosidade épica. O litoral passou a representar a riqueza material, enquanto o sertão, a pureza do homem do interior. Neste conjunto, Oliveira (2004) percebe que por outro lado a “noção de ‘vazio’ territorial atualizava o conceito de ‘sertão’, entendido como espaço abandonado desde as denúncias de Euclides da Cunha” (p.174).

No pronunciamento de inauguração da associação cívica Cruzada Rumo ao Oeste no dia 8 de agosto de 1940, Vargas alerta para a necessidade de que a região acompanhe o crescimento do país. Confirma a idéia de que “se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente”, e esse deve ser o grande desafio na nação brasileira, desafio que na verdade é a união entre a fronteira política e a fronteira econômica. O elemento nacional deve se integrar a modernização e ao desenvolvimento econômico, essa integração justifica o movimento da fronteira rumo ao interior, ou seja, as teses defendidas por Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste*, postas como suporte ideológico para os projetos de ocupação territorial e desenvolvimento econômico.

Levada pela onda de contínua construção da paisagem urbana, a nova capital necessitava de um monumento que representasse o verdadeiro espírito da “colonização” do centro do país. No que se refere ao símbolo que melhor representasse a procura da brasilidade no interior, o bandeirante emergiu como “herói” nacional. O bandeirante se tornou o principal

personagem histórico que o Governo Federal utilizou para justificar sua interiorização, integração e unificação nacional. Em 1938, surgiram as primeiras manifestações por parte da Faculdade de Direito de Goiânia com o apoio de São Paulo em erigir um monumento em homenagem as “heróis” nacionais. Como não era de se esperar, os primeiros movimentos eram noticiados pelo *O Popular* e procuravam justificar através da “Campanha Pró-Bandeirante”, a necessidade de homenagear a memória aos Bandeirantes, uma “justa e sincera homenagem que se possa prestar aos heróicos formadores da Nacionalidade nascente” (Ano I, 28 de Junho de 1938; Número XXIII).

Para a real construção, o Interventor de São Paulo doou 30 contos de auxílio à construção do monumento que “seria erigido na parte central da cidade de Goiânia, e será iniciado brevemente” (Ano I, 21 de agosto de 1938; Número XVIII). Um gesto simbólico de boa vontade, mas que traz uma procura de construir um marco simbólico, tradicionalmente paulista, em um centro urbano, no interior, como sinal de identidade e aproximação com as cidades mais desenvolvidas do país. Com esse intuito, vemos com Dr. Manoel Vitor ao falar a radio bandeirante, e transcrita pelo jornal goiano, tem o intuito valorizar este personagem histórico e justificar a construção do monumento, vejamos:

Morrem os idealistas mas, não morrem as idéias. Morrem os mártires, mas ficam imortais seus exemplos... puzeram os seus arrojos em holocausto à pátria, mas conseguiram essa pátria para nossa glória!
E a grande lição ficou dentro da raça como uma apoteose! (Ano I, 19 de maio de 1938, Número XX).

Procurava-se no bandeirantismo do século XVIII, a essência e a formação do território brasileiro e da raça. Na década de 30, a audácia dos bandeirantes era comparada ao espírito desbravador que impulsionou ações revolucionárias, como por exemplo, o Movimento de 30 e a transferência da capital. Nesse sentido, a herança Bandeirante estava no ímpeto de introduzir o interior do país na onda de progresso – no sentido burguês da palavra – que impulsionava a política nacional após a ascensão de Vargas ao poder. A estátua foi esculpida pelo artista plástico Luiz Marrone e inaugurada em 9 de novembro de 1942.

Também no que se refere à política nacional nos idos de 1944, o jornal *O Popular* nos dá outra dimensão desse suporte ideológico, o “o mito bandeirante” e a “unidade nacional”. O jornal nos informa sobre um debate acerca do interesse do Governo Federal em criar um novo território na região do Tocantins. As manchetes goianas trazem a defesa da tese de que a criação de um território nesta região, não contribuiria para o futuro da região, assim como para Goiás, e que essa divisão era contraditória a uma das principais metas do governo, ou seja, a defesa da unidade nacional. Um dos principais expoentes contra essa divisão do

território foi representado pelo procurador do Estado de Goiás, o senhor Rodrigo Duque-Estrada.

Em visita ao Rio de Janeiro, o procurador alega e, o jornal *O Popular* informa que, a declaração de que “a criação de um território no Tocantins, região que não é fronteira e nem costeira interessa à Defesa Nacional, é uma afirmação tão descabida de senso, que foge da seriedade que reveste os atos oficiais”.¹¹¹ Essas palavras expressam com propriedade outro dos fundamentos da ocupação e colonização do interior do país, isto é, a preocupação com a Defesa Nacional institucionalizada com a Lei de Segurança Nacional de 1935. Unidade Nacional e Segurança Nacional são fundamentos que serviram de argumento para os interesses locais de manter a região do alto Tocantins anexada ao estado de Goiás.

Os jornais analisados não apresentam nenhuma reação frente a esses comentários, como também não trazem mais argumentos do Governo Central que defendam a necessidade de criação de um novo território. É um exemplo claro da forma como a imprensa, em particular o jornal *O Popular* apropria-se da informação e transmite aquilo que é escolhido como notícia. Neste caso procura apenas justificar as opiniões contrárias e informa apenas à opinião pública sobre a falta de recurso financeiro para a instituição de “um novo território no Brasil Central”. E assim, o redator retrata que infelizmente “esse fruto do espírito patriótico e criador não poderá ter vida”.¹¹² Podemos ver como as manchetes dão a informação contrária a proposta do Governo Federal apropriando-se das principais diretrizes da campanha Marcha Para o Oeste – ocupação dos espaços vazios como elemento de nacionalidade – e da função do Estado – preservação da Unidade Nacional e Segurança Nacional – para defender uma posição.

Durante o Estado Novo a proposta de conquista da fronteira, segundo Borges (2004) é associada a alegoria do “corpo”. A nação é vista como totalidade orgânica, como um corpo harmonioso e indivisível, e é justamente isso que forja a identidade do brasileiro na conquista do Oeste e a unidade territorial. De acordo com essa construção ideológica, segundo o autor, o “sertão selvagem” seria conquistado e “civilizado” para dar unidade e corpo à nação. Em congresso realizado meses depois pelo IBGE no Rio de Janeiro, o jornal transcreve alguns debates entre os palestrantes que procuram evidenciar a inconstitucionalidade – baseados na ideia do corpo – da criação de novos territórios devido ao fato de que

¹¹¹Jornal O Popular: Ano VI, 27 de janeiro de 1944; Número 519, (CEDOC).

¹¹²Jornal O Popular: Ano VI, 27 de janeiro de 1944; Número 519, (CEDOC).

o desmembramento do território nacional, para a organização de novas células, embora pudesse efetivamente trazer vantagens de ordens administrativas, envolveria perigoso estímulo a quebra desse sentimento cívico que é a própria base da grandeza do Brasil; a unidade nacional¹¹³.

Não podemos dizer que ocorreu uma desarmonização entre o Governo de Goiás o Governo Federal, mas podemos considerar que ocorreu um debate pela defesa dos interesses locais. Mas o que é interessante é que os argumentos utilizados são da própria política do Estado Novo. Mas fora do campo dos interesses regionais, podemos perceber uma das bases da construção do discurso sobre a ocupação de novas terras, isto é, o viés nacionalista esboçado na questão de unidade e ocupação do território. Em relação ao plano nacional, os argumentos contra a proposta de criação de outro território se situam no nível constitucional que procuram encontrar a nacionalidade não apenas nos rincões do país, mas em assegurar a identificação entre unidade da nação e a unidade territorial. Em pronunciamento ao dia da Bandeira de 1934, isso dois anos após o levante paulista de 32, as teses de unidade nacional já permeavam os discursos oficiais, segundo Vargas, a “unidade brasileira é um dogma inviolável e um exemplo que nos servirá sempre de bússola no rumo do porvir” (GUASTINI: 1943, p-41).

Já a nível regional procura-se sustentar sua defesa sobre a questão financeira e sobre a falta de necessidade de tal empreendimento, assim argumenta sobre a impossibilidade de tornar-se possível esse “fruto do espírito patriótico”. Examinamos como as elites locais consideraram a iniciativa de repartição do Estado de Goiás em dois. Nesta avaliação fomos capazes de perceber como a idéia nacionalista, mesmo contrária as decisões federais, está presente na construção do discurso a respeito da ocupação dos “espaços vazios”.

No que concerne a proposta de ocupação dos “vazios espaciais” no interior do território como possibilidade de promover o progresso da Nação, Mendonça (1990) nos lembra que a partir da década de 30 se desenvolveu a “definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia” (p. 243). Essa posição estatal incentivou a reorganização das relações entre o urbano e as áreas agrárias, ao mesmo tempo incentivou a expansão da fronteira agrícola, o povoamento e a produção gêneros básicos para o consumo urbano. Para tanto, o governo desenvolve um discurso específico para justificar ideologicamente suas intenções.

Sobre a ideologia utilizada pelo governo para tal empreendimento, Guilherme Velho (1979) considera que, a existência de grandes espaços desocupados e a possibilidade de ocupação do território, tornam-se elementos muito importantes “em uma retórica que vive a

¹¹³Jornal o Popular: Ano VI, 17 de setembro de 1944; Número 577, (CEDOC).

ser sistematizada na frase ‘Brasil, país do futuro’” (p-141). Com o estabelecimento do Estado Novo e com o início da Marcha para o Oeste, isso fica claro, pois segundo um dos biógrafos de Vargas, a proposta de ocupação dos espaços vazios encabeçada pelo chefe da nação é a “prova de uma concepção renovadora da pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”.¹¹⁴ Assim, o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado”.¹¹⁵

Em um contexto onde as políticas de colonização desenvolvidas e aplicadas pelo Estado Novo foram uma resposta à crise econômica provocada no final dos anos 20, Vargas em visita a Goiânia, afirma que com os “vastos espaços despovoados”,¹¹⁶ a conquista territorial e a integração espacial do país tornam-se os principais elementos para o crescimento econômico. Vemos aqui a outra base do discurso de ocupação de novas terras, ou seja, a questão do nacionalismo e do desenvolvimento econômico. No que concerne aos pronunciamentos políticos ou as realizações do Governo Vargas, Ianni (1986) percebe que este governo também estava comprometido com os interesses da nascente burguesia industrial, além dos problemas agropecuários, territoriais, financeiros, culturais e militares.

No que se refere ao o desenvolvimento econômico, colocavam-se problemas tais como os seguintes: emancipação econômica, industrialização, ocupação do território, reintegração das relações cidade-campo, ruptura da dependência “semicolonial”, desequilíbrios regionais e a deficiência na circulação de bens e transporte. Entre os autores que contribuíram para a elaboração destas propostas pode-se colocar as idéias de Roberto Simonsen, pois este tratava sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico, industrialização, economia nacional, planejamento e intervencionismo. Lenharo (1986) avalia que Roberto Simonsen se preocupava sobre a questão da indústria, qualificação da mão-de-obra e a defesa da pequena propriedade, e conseqüentemente sua função no desenvolvimento da economia no mercado nacional. Além da importância que a pequena propriedade ganhou como caminho ao progresso econômico, ela também se tornou sinônimo de Segurança Nacional.

O nacionalismo econômico brasileiro, segundo a concepção de Ianni (1986) era um dado importante do pensamento e da atividade do governo e empresários do período. Esse nacionalismo era elemento básico do pensamento autoritário que orientava a política

¹¹⁴GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

¹¹⁵(idem).

¹¹⁶GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade: p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

econômica governamental, visto que à medida que se tornava maior o controle estatal sobre as decisões econômicas, tornava-se também mais acentuado o componente nacionalista em sua ideologia e prática. Seguindo esse raciocínio, o nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da idéia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dominantes. A idéia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões e idéia, além do intuito de criar um capitalismo nacional. Segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), com a fundamentação da nacionalidade através das Bandeiras, o Estado procurou legitimar não apenas as aspirações de um modelo político, mas também os interesses da expansão econômica. Desse modo, o Oeste que os bandeirantes tinham conquistado para o território nacional, deveria se incorporar, pois aparecia como um significativo potencial brasileiro.

Como já se sabe, segundo essa construção discursiva, o progresso viria com a ocupação desses espaços, e é o próprio Vargas que afirma, pois é necessário eliminar as “ilhas, entremeadas de espaços vazios”¹¹⁷ em nosso território para sair do atraso econômico. O passado é rememorado para estabelecer sentido à atual necessidade de ocupar o centro do país, pois como percebe Lenharo (1981), o “passado é retificado, reinterpretado de modo a justificar as diretrizes do presente” (p.98). Em um de seus pronunciamentos, Vargas defende que “o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”.¹¹⁸ Em certo sentido, o pensamento de Cassiano Ricardo colaborou para cristalizar esta retórica, pois o autor, em *Marcha para Oeste*, relaciona passado e presente sob o signo das Bandeiras paulistas, onde o passado é transposto em uma nova roupa confeccionada com elementos de desenvolvimento econômico e progresso técnico. O interesse ao compor o discurso transborda a idéia exclusiva do nacionalismo, e parte para a preocupação com o progresso econômico e produtivo da nação. Ou melhor, eles se interligam como meta comum para o projeto nacional, utilizando as palavras do próprio Vargas, fazer com que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo... um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras”.¹¹⁹

Segundo Lenharo (1981) o redirecionamento político e suas modulações encontram-se gravados no discurso da proclamação da “Marcha para o Oeste” pronunciado na passagem do ano de 1937 para 1938. Vargas anuncia que ela veio consolidar definitivamente os alicerces da

¹¹⁷(idem)

¹¹⁸GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade: p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

¹¹⁹(idem).

nação. Neste bojo a criação da brasilidade repousava numa proposta que combinava colonização e industrialização. Segundo o autor, esse é o conceito que Vargas cunhou de “imperialismo brasileiro”, agente construtor da nação através do casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a integração das regiões remotas ao Estado Nacional. Lenharo (1981) considera que a contribuição da análise dos discursos produzida em determinada época é bastante esclarecedora, pois “oferece um caminho rico de percepções, pois reflete e aponta as modulações do fazer da política” (p-18). Esse caminho pode dar a possibilidade de ler as formas como se construiu o mito e a ideologia de determinado assunto. Em relação ao nosso interesse, não era apenas uma simples ocupação econômica de lugares vazios, mas em maior intensidade, foi a fixação ideológica do Estado intervencionista.

Alcir Lenharo (1981) ao avaliar a retórica Marcha para o Oeste e defender a tese de que ela foi construída para evoluir da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, as regiões do interior se tornaram espaços férteis de fantasia e emoção, ou seja, estes eram

instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação hegemônica e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformado e gerado de riqueza; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixa o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionasse as relações sociais de acordo com a orientação política vigente de transformação do Oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida (p-18).

A integração territorial como discurso ideológico defendia que somente assim o Brasil se encontraria consigo mesmo. Esta construção discursiva pretendia reorientar a paisagem social da Amazônia, do Mato Grosso e de Goiás para acelerar a ampliação do mercado interno e absorver a crescente produção industrial, pois segundo Lenharo (1981) para o regime somente assim poderia resolver a questão do desenvolvimento econômico. Por outro lado, o autor considera que a estratégia de colonização armaria um cerco ao latifúndio, pois apoiar a pequena propriedade iria minar a velha ordem latifundiária, e aos poucos instaurar a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia. Vargas alude à necessidade de se mobilizar os capitais nacionais para que operassem dinamicamente “na

conquista das regiões retardadas”. Era necessário unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção, tanto agrícola, quanto industrial.

O Governo Vargas, segundo as concepções de Borges (2004), elegeu a fronteira como espaço para a criação de novas relações sociais e de condições para o desenvolvimento industrial. Por outro lado, o deslocamento do movimento demográfico para a fronteira poderia aliviar as tensões sociais, aumentaria a produção de alimentos e ampliaria a soberania do Estado sobre o território nacional. Como meio de afirmar essa proposta, o Governo criou dispositivos de apoio à política de conquista e ocupação da fronteira. Segundo o autor, essa política deu início à implementação de algumas vias de penetração e estimulou o prolongamento de outras: apoio a construção de Goiânia e criou a Fundação Brasil Central. No entanto, “a conquista do Oeste durante o Estado Novo foi apenas anunciada e ficou mais na retórica, como uma miragem de poder” (BORGES: 2004, p.228). Segundo Lenharo (1981) o desafio que o Estado Novo lançado para si mesmo era a defesa de que se o Estado é a extensão territorial do país, se o país encontra-se talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, a outra os recebe e remete matérias-primas de volta – caberia ao do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados. Para essa empresa de “redenção dos sertões” e de “revalorização da Amazônia”, segundo o autor, o discurso colonizador regride no tempo, explicando-o por meio épico e religioso.

Nos fragmentos analisados surgem as utilizações de termos como: “imperialismo brasileiro”, “agente construtor da nação”, “união das fronteiras”, “unificar o mercado interno” e ainda “garantir a diversificação da produção agrícola e industrial”. São provas da relação entre nacionalismo e o desenvolvimento econômico da nação, tendo as Bandeiras como exemplo mítico-histórico. Em relação a região Centro-Oeste as expressões consideram as necessidades e as possibilidades de crescimento econômico devido a “energia revigoradora” do povo, a “riqueza das águas”, ao “solo de pastagens naturais”, as grandes “potencialidades de matéria-prima” e a necessidade de “apoiar os transportes e a comunicação”. Nas palavras do próprio presidente, a região Centro-Oeste é um caminho a ser percorrido para que do “alto dos vossos chapadões infundáveis onde, estarão, os grandes celeiros do País, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Nordeste”¹²⁰.

É clara a perspectiva voltada para a busca de desenvolvimento econômico, mas este se mistura ao viés nacionalista na forma de uma política estatal que procurava englobar todas as

¹²⁰GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: pp. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

necessidades nacionais em um único objetivo. Com a ampliação de interesses econômicos em outros setores, o Estado amplia a preocupação do problema do abastecimento interno. A região Centro-Oeste além de ser um dos locais que contém os elementos que compõem a brasilidade, também seria – devido a suas capacidades naturais e territoriais – o lugar que serviria de base de apoio para resolver tal entrave, principalmente no Sudeste. Podemos perceber que há uma confluência de ideologias, visto que além da idéia exclusivista de nacionalismo, existe também a preocupação com o desenvolvimento produtivo do país. Ou melhor, eles – nacionalismo e progresso/desenvolvimento, unidade nacional e defesa do território – se interligam – através do discurso – como meta comum para um projeto nacional, que fazia com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras demográficas. Na concepção de Cassiano Ricardo, o intuito era retomar e dar continuidade a marcha Bandeirante ao longo do tempo e retomar o caminho histórico nacional.

A idéia de sertão, interior e Oeste se mesclam e são tomados como “reserva de brasilidade”, pois é no sertão pobre e esquecido que se encontra a “reserva moral do país”. A Nação só seria encontrada no sertão, seu isolamento, sua pobreza, seu “atraso” lhes garantiriam a pureza original. Já o litoral, o que corresponde as cidades, são estandardizadas, padronizadas e moralmente, influenciadas pelo capitalismo internacional e submetidas à suas influências ideológicas dissolventes. A cidade é o domínio da matéria e da influência do capitalismo Liberal. Segundo Amado (1995) a categoria “sertão” configurou uma “perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava” (p-8). Segundo a autora, ambas foram “categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida” (p-7). A partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, o termo “sertão” passou a ser uma categoria essencial para o entendimento de “nação”.

Nessa perspectiva, os pressupostos euclidianos e textos históricos foram apropriados por Cassiano Ricardo e remodelados para justificar o contexto histórico do presente, ou seja, o Estado Novo. Na obra de Cassiano Ricardo (1970), Euclides da Cunha é um verdadeiro escritor Bandeirante e representa o que a de melhor da originalidade do sertão em oposição a Machado de Assis que representa a influência estrangeira do litoral. A atitude de marchar para o centro, para o Oeste, implica não somente numa trajetória de regeneração, em que a pureza do sertão será subsumida pelo litoral, mas também lugar de riquezas onde o destino da Nação se cumprirá. Como quer Cassiano Ricardo – buscar novamente a originalidade nacional – ou como colocava o discurso oficial – que o imperativo é aproximar as zonas rurais aos centros metropolitanos visando integrá-los na vida nacional – o importante é que o fim em si era

ocupar os “espaços vazios” do interior em benefício da região sudeste. Para esse intelectual, se foi no Oeste que as Bandeiras foram buscar riqueza para a pobreza da população piratiningana durante o Brasil colônia, cabe agora ao espírito empreendedor do paulista incorporar essas regiões históricas. O encontro das duas partes deverá redundar em uma Nação integrada e purificada, plena e harmoniosa, pois o regime decretou para o conjunto da nação marchar para um só passado, e para uma só direção e destino.

Cassiano Ricardo irá fundamentar sua obra sobre o bandeirismo muito mais nas pesquisas e escritos de outros – como Afonso de Taunay, Paulo Prado e Alfredo Elias – do que em informações que ele próprio colheira em fontes¹²¹. Seguindo esta colocação, Trubiliano e Martins Junior (2008), consideram que esse intelectual conseguiu redimensionar a significância do conhecimento que aqueles escritores tinham elaborado, reelaborando-os para as contingências. As principais influências eram ligadas à elite paulista revolucionária de 1932, estas já havia dimensionado o bandeirante como símbolo de uma “Raça Paulista” hegemônica, e conclamava os paulistas a lutarem pela reivindicação de autonomia do Estado na federação brasileira. Seguindo essa corrente, Cassiano Ricardo cria a “Raça Cósmica”, que se resume ao povo brasileiro que luta pela concretização da Nação. Os valores que esse intelectual destacou desses pensamentos serviram para pensar a Bandeira como gênese do Estado Novo, com o intuito de integrar São Paulo – o maior contestador do centralismo de Governo – ao ideário do regime instaurado pós-37. Cassiano Ricardo se apropriou do principal símbolo – o Bandeirante – para afirmar que os paulistas eram os defensores históricos do Estado. Ao dar esse novo significado, Trubiliano e Martins Junior (2008), consideram que não se tratou apenas de afirmar a importância – política, econômica e intelectual – que São Paulo tinha, mas também de levá-lo a aceitar os novos valores impostos pelo sistema de governo, os quais, Cassiano Ricardo procurou demonstrar que existiam desde muito antes nas bandeiras paulistas.

Para a solução desse impasse, Trubiliano e Martins Junior (2008) perceberam que Cassiano Ricardo propôs outro sentido para a Bandeira. Para os autores, na versão ricardiana destacou-se os valores que serviam para pensar a Bandeira como a gênese do Estado Novo e o que ele procurou no conhecimento histórico produzido anteriormente foram os elementos que possibilitavam, ao ensaísta, realizar a transposição do advento da Bandeira para a situação

¹²¹Segundo Corrêa (1976), o estudo avança pelo campo da antropologia, da história, da economia, da ecologia, da psicologia, da religião; ao lado de extensa bibliografia de autores nacionais e estrangeiros, que servem de lastro ao seu ensaio. Além de lançar mão de uma vasta bibliografia, o poeta-ensaísta mergulha nos arquivos, em exaustivas rebuscas nos documentos da época, como as atas das câmaras, os testamentos, os manuscritos, os relatórios, os editais, etc. Corrêa (1976) considera que Ricardo utiliza um método analítico polivalente – lembrando que Corrêa lança mão do livro da década de 70, livro reelaborado a cada edição – que possibilitou novas dimensões à interpretação desse fenômeno da nossa História, que não foi apenas épico – na visão de Ricardo – mas também marcadamente social.

política do presente. Dentre eles, a concentração de poder nas mãos do chefe da bandeira, a expansão geográfica e com ela a integração nacional e a miscigenação, ambos como instrumentos de democratização. Assim, Trubiliano e Martins Junior (2008) concluem que o “mesmo símbolo de luta pela autonomia do estado mais rico, se transformou mediante a análise de Ricardo no símbolo da unidade nacional, o bandeirante deixou de ser o símbolo paulista, por excelência, para se transformar num símbolo nacional” (p-6). O exemplo disso é a campanha “Pro-Bandeirante” que se organizou com o intuito de criar um monumento em Goiânia homenageando os “heróis históricos”.

Lenharo (1986) ao avaliar a tese de “democracia sentimental” brasileira também trabalhada por Cassiano Ricardo percebe que ela reporta ao devotamento que o pensamento romântico alemão. Segundo o autor, Cassiano Ricardo descerá fundo na elaboração de uma relação afetiva entre o comandante e os seus subordinados na Bandeira, para justificar a relação entre o povo e Vargas durante o Estado Novo. Seguindo esse argumento, as coloridas relações de afetividade entre os brancos, negros e índios arquiteta o conjunto unitário da sociedade e a idéia orgânica de Estado democrático germinal. Para Lenharo (1986), o artifício utilizado por Cassiano Ricardo fica evidente, pois o ideólogo parte do pressuposto de que o brasileiro gosta de imagens populares, “seivadas de sentimentalismo – o terreno fundante da democracia brasileira – conteúdo explicador e justificada da sua cidadania... uma experiência emocional que adstringe a esse nível de participação política” (p-55). Ou seja,

Ricardo mitifica no passado o que lhe tornaria dificultoso acentuar no presente. A solidariedade social, o espírito cooperativo, dinamismo da ação individual direcionada socialmente, a mestiçagem intensa e a não existência de preconceitos, sentimentos opostos remetidos a uma só direção, o caminhar juntos ao mesmo rumo psicológico, a integração de todos numa só alma – são apreciações muito mais voltadas para o querer do presente do que realmente considerações historicamente aferíveis no passado (LENHARO: 1986, p-63).

Ocorre uma comparação histórica carregada pelo tom mítico imprimido, pois entre outros elementos, o que está em questão é demonstrar que tanto o individualismo – do liberalismo – quanto uma ameaça totalitária – do comunismo – já tinham há muito sido superadas pela Bandeira enquanto experiência histórica. Nestes parâmetros, a reinvenção do passado feita por Cassiano Ricardo elege as Bandeiras como miniaturas do Estado Novo no passado, até porque a sociedade bandeirante do Planalto foi projetada acima dos preconceitos raciais e dos conflitos de classe. Segundo Lenharo (1986), as vigas mestras dessa arquitetura levaram-no a detectar diferenças evidentes entre a sua matriz de Estado Nacional da de outros

pensadores de seu tempo. Essa é a razão das permanentes controvérsias que sustentou em suas obras, envolvendo principalmente Gilberto Freyre e Oliveira Viana¹²².

O ideólogo de *Marcha para Oeste* enfatiza o espírito de aventura e a presença propulsora dos mitos a conduzir a Bandeira. Segundo Lenharo (1986), o perfil mítico do bandeirante – que Cassiano Ricardo constrói – passa de um ser movido pela sabedoria intuitiva para o de “saboreador” de emoções poeticamente redescobertas. A “invenção” ricardiana do bandeirante cinge-se ao domínio do destino, visto que sem a Bandeira o Brasil não teria existido e instintivamente ela engendrou as marcas condicionadoras da organização do poder moderno. O império do sentimento também se tornou um instrumento adequando para alcançar a autoridade nacional no tempo presente, onde o caminho da razão não é o mais apropriado para a revelação da originalidade do Brasil. Desta forma, no Brasil moderno também existe a necessidade de fé, autoridade, disciplina (guerreira e mítica), obediência (consciente e voluntária), hierarquia e solidariedade. Para Lenharo (1986), esses pressupostos serviram como artifício para que o Estado Novo se legitimasse através da participação indiferenciada de todos.

Segundo Lenharo (1986) nos discursos de Vargas a conquista da brasilidade será ultimada através da interiorização do país, esboçando uma oposição ao litoral enquanto vocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizante. Também fica evidenciada a proposta da teoria da miscigenação pelos pensadores autoritários como lastro de fundação do tipo social brasileiro. Essa proposta explicita a definição racial do brasileiro como resultado de uma oposição ao outro, o estrangeiro, reduzindo a brasilidade a parâmetros geográficos, econômicos e étnicos. Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude, para o autor, o que ocorre é uma geografia do poder, que só pode ser apreendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial: Litoral e Sertão-Interior-Oeste. O espaço físico unificado constituiu o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica e política. Seguindo o raciocínio, os tipos sociais de cada região se tornam a imposição de novas formas de identidade constituindo um dos elementos-chave na construção dos imaginários políticos neste período, principalmente em um momento onde se

¹²²Segundo Lenharo (1986), a polêmica com Oliveira Viana é importante, pois obriga o autor a explicar ainda mais a sua tese da formação do Estado brasileiro. Segundo o autor, Ricardo não concorda que a gênese do Estado seja explicada apenas em termos guerreiros, assim como não aceita também a observação de Viana de que só no Sul do país aconteceu a função defensiva das fronteiras, tarefa supostamente inexistente na sociedade bandeirante. Para Ricardo o nascimento do Estado, ou melhor, a gênese e a formação de um Estado não pode apenas derivar da vontade guerreira de um grupo social, pois o Estado “móvel” e “larvar” desabrochou pela ausência de sincretismo entre as autoridades locais e a gerais.

buscava a construção de uma identidade nacional coletiva. Do ponto de vista pedagógico faz-se preciso colori-lo com cores nacionais que exteriorizem a especialidade nacional.

Cassiano Ricardo em *Marcha Para Oeste*, centra sua atenção e seus elogios sobre a figura de Vargas e sua obra de democratização social. Neste contexto, segundo Lenharo (1986) o regime lança mão de recursos e esforços para divulgar a “Marcha para o Oeste” como uma imagem cinematográfica espetacular de todo um povo unido na construção de si e solidariamente participando da obra de integração. Podemos pressupor que a preocupação básica de Cassiano Ricardo era de evidenciar que o fenômeno bandeirante ainda se encontrava vivo reportando ao rush do café como o exército verde que conquista o sertão e a Rondon como um bandeirante militar como episódios anteriores aos projetos de ocupação do interior. Fenômeno que, como mostra Cassiano Ricardo nos últimos capítulos do livro publicado na década de 70, atravessou a década de 30 e 40 e continua no Brasil de hoje apenas sob outros aspectos, através de um neobandeirismo que se vale de todos os recursos da técnica moderna para dilatar os horizontes culturais nessa nova marcha rumo ao Oeste, ou seja, a nova Capital Brasília e a rodovia Transamazônica emergem como um símbolo contemporâneo desse movimento histórico.

Lenharo (1986) considera que a construção da imagem da “marcha” – na década de 40 – ancorava-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos disseminadas na cultura nacional. Em Cassiano Ricardo, as cores, os sons, a poesia e um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo – nas primeiras edições – esse mesmo itinerário – em edições posteriores revisadas por Cassiano Ricardo – chega a construção da Transamazônica. A bandeira já criava em si germes de um regime, pois ela cimentava a base da nacionalidade e criava a comunidade imune às diferenças sociais. A auto-imagem construída pelo Estado Novo era anunciadora da edificação de uma identidade societária e de autoproclamação de ser capaz de intervir no fluxo histórico. Para tanto, era necessário criar uma forma de governar que tivesse como matriz as nossas realidades, ou seja, um governo forte que deveria manter a ordem social contra as “excentricidades estrangeiras”, ou seja, para Cassiano Ricardo, essas características provenientes das bandeiras, devem ser reorientadas no bandeirantismo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo é levantar questionamentos relacionados ao discurso que subsidiou ideologicamente o Estado instaurado após 1937, e seu projeto de ocupação dos “vazios espaciais” proposto pela campanha “Marcha para o Oeste”. O discurso que buscava subsidiar ideologicamente o Estado nos anos que sucederam o Movimento de 30, contou com a colaboração de vários segmentos da sociedade, principalmente com a incorporação dos intelectuais junto as instituições e órgão estatais. Considerado que Cassiano Ricardo colaborou com a elaboração dessa construção discursiva, neste trabalho, procuramos realizar uma espécie de biografia desse intelectual com a pretensão de situá-lo dentro do contexto político. Iniciando sua projeção como escritor com o livro de poemas *Dentro da Noite (1917)* – uma obra situada entre o parnasianismo e o simbolismo em um momento de revisão literária nacional – sua adesão ao Modernismo tardiamente – ao lado de Plínio Salgado e Menotti Del Picchia – passando pelo Levante de 32 até sua colaboração ao corpo doutrinário do Estado Novo. Nossa pretensão foi perceber para quem o intelectual se dirigia, da mesma forma, como esse pensamento foi incorporado pelo Estado.

A partir da década de 1920 a sociedade brasileira passou a preocupar-se cada vez mais com a análise e explicação da sociedade brasileira. No campo das idéias, procurava-se rever os valores que permeavam a sociedade, para tanto, pretendia-se neste momento recuperar as raízes da formação social, tanto no que se refere as artes, quanto relacionado as causas do atraso econômico e social frente as nações modernas. Tal preocupação também abrangeu a forma como estava definida a organização política do Estado. Surgiram debates que apontavam a República de 1889 e seu viés Liberal, como uma das causas de tal atraso e de dependência do Brasil frente aos centros comerciais da Europa. Em oposição a essa perspectiva, alguns intelectuais apoiaram-se na tendência autoritária como saída para a organização do Estado e sua ação na esfera econômica. Também coexistiam, opiniões que propunham uma definitiva adoção do liberalismo político e econômico. Já referente a economia nacional, o latifúndio açucareiro foi o ponto central onde todas as críticas se confluíam, pois sua produção destinada ao mercado internacional prejudicava a sobrevivência de um mercado interno.

A produção cafeeira também foi debatida neste contexto, mas os debates estavam voltados para a atuação maior do Estado no que se refere ao apóio financeiro, principalmente após 1929. O processo de industrialização também foi incorporado nessa revisão da sociedade brasileira, o apóio ao desenvolvimento de um parque industrial – principalmente a partir da

década de 30 – e o impacto que esta realizou sobre o meio urbano permeava, tanto a revisão das artes, quanto ao desenvolvimento econômico e produtivo do Brasil. A preocupação em explicar e encontrar as causas do atraso brasileiro, também apontava o descaso do poder estatal referente as regiões e as populações interioranas como responsável pela situação brasileira. Esses são apenas alguns pontos que na década de 1930 compõem parte do arcabouço ideológico que subsidiará o discurso estadonovista referente a modernização da sociedade brasileira através da incorporação dos sertões.

Como construção discursiva, procuramos avaliar neste trabalho como a re-elaboração do “mito bandeirante” – processo pelo qual um símbolo essencialmente paulista foi transposto em símbolo nacional – foi trabalhada por Cassiano Ricardo, como também, demonstrar que o Governo varguista (1930-0945) apropriou-se desse “mito” como arcabouço ideológico para dar legitimidade a sua ação intervencionista. No que concerne a re-elaboração do “mito bandeirante” e a apropriação deste pelo Governo varguista, pode-se perceber uma construção discursiva que busca no presente os temas a serem justificados pela autoridade dos intelectuais e da tradição. Neste trabalho podemos considerar que o passado é trabalhado por Cassiano Ricardo, com o intuito de edificar uma continuidade com a situação presente. O que o escritor pretende realizar, não é uma explicação do passado, mas uma justificação do momento atual, ao mesmo tempo em que, o Governo Federal através de alguns meios de comunicação – imprensa, pronunciamentos oficiais e pelo IBGE – buscou divulgar e cristalizar essa ideologia como verdade.

Aqui podemos avaliar como as idéias de um intelectual – Cassiano Ricardo – voltado para formação de opinião da elite – como o livro era um objeto de luxo pelo seu auto custo e que o número de analfabetos no Brasil contava a maior parte da população, as idéias ali expostas era voltada para a população letrada e com poder aquisitivo – foi divulgado algumas formas. Pelo que podemos considerar ele estava voltado para as elites paulistas – cafeicultores, industriais – e de outros segmentos econômicos e produtivos do país, além de servir para a manutenção do poder estatal. Se um escritor fala para alguém, é bom saber de onde ele fala? Não podemos situá-lo como um intelectual, propriamente dito do Estado Novo, mas um intelectual que incorporado ao regime defendia os interesses de um estado: São Paulo.

Os enunciados que faziam referência ao “mito bandeirante” contidos nos pronunciamentos de Vargas acabavam por afirmar por meio de uma autoridade política – o presidente – que o que era dito era verdade. Os símbolos recuperados e trabalhados, através dos pronunciamentos – sem falar em sua visita a capital goiana – acabam se tornando um ritual, onde as palavras e os atos transforma-se em acontecimentos. Esse mesmo discurso

intelectual e público – no sentido de quem fala é um representante do Estado – ao ser incorporado pelo IBGE – uma instituição com fins de descrição e estatística, ou seja, um órgão pretendidamente científico – acaba por justificar por meio da ciência a necessidade e as possibilidades que a ocupação dos “vazios espaciais” pode oferecer. O intelectual, o público e o científico comungando de uma mesma ideologia que por meio da imprensa escrita – aqui trabalhamos com exemplares do principal jornal da capital goiana – torna-se notícia, como a divisão do território do Tocantins e a campanha pela estatua do Bandeirante em Goiânia.

O bandeirante como personagem histórico foi sucessivas vezes alvo de interpretações no século XIX e início do século XX. Estas leituras pretendiam expor um ponto de vista sobre a conquista do território, em termos de “herói *versus* bandido”, do “espírito de aventura”, da “expansão do território”, e de outras características associadas à ancestralidade paulista, principalmente as que o apontavam como um tipo regional diferenciado. Como então esse símbolo – o bandeirante – que representa o paulista como tipo regional diferenciado acaba por ganhar uma estátua em sua homenagem em uma capital recém inaugurada no interior de Goiás. Uma coisa não podemos negar, é a força da re-elaboração do “mito bandeirante” apropriada pelo Estado neste período, pois um mito – bandeirante e conquista do sertões se igualam – trabalhado por intelectuais paulistas, sua difusão pelos pronunciamentos de uma autoridade, o cuidado científico que o IBGE dá e a sua divulgação pela imprensa, não só modificou paisagem rural, mas também os centros urbanos.

A partir dessas considerações avaliamos que em 32 os paulistas ao se levantaram contra o Governo Provisório – revolta desencadeada devido ao fato de que o estado pretendia manter sua autonomia frente ao processo de centralização das decisões política – era necessário encontrar um suporte para justificar suas posições. Neste momento, o bandeirante ressurgiu com nova força e acrescido de mais uma característica, ou seja, a defesa da autonomia política de São Paulo frente ao governo “revolucionário”, ocorrendo a recuperação desse símbolo como suporte ideológico na luta.

O poema *Martim Cererê* (1928) como uma versão mítica da origem das Bandeiras, não deixou de elevar os paulistas como herdeiros dos construtores (bandeirantes) da nacionalidade, até porque, para Cassiano Ricardo, para se construir uma Nação deve-se primeiro conquistar o território. Também conferia a produção cafeeira paulista, como continuadora da obra dos bandeirantes. O pioneirismo paulista referente a indústria, também é inserido nesta continuidade, devido ao fato de que, o “espírito empreendedor” do bandeirante influencia o paulista moderno em inserir São Paulo e o Brasil na rota do mundo moderno. A ancestralidade bandeirante, a força da produção do café e da indústria eram motivos que davam entusiasmo para os paulistas enfrentarem – pelas armas – o Governo Provisório. Com

a derrota, nada mais justo ou melhor, dizendo, nada mais oportuno para o Governo central do que apoiar-se no “mito bandeirante” como suporte ideológico, elegendo o bandeirante como símbolo de unificação nacional e emblema da campanha “Marcha para o Oeste”.

No entanto, o “mito bandeirante” incorporado ao discurso ideológico do Governo Federal, também serviu para satisfazer os interesses da elite paulista: na necessidade de afirmar – pela tradição e exemplos históricos – a hegemonia de São Paulo frente a outros estados; na versão de que a construção da Nação foi iniciada por seus ancestrais, desta forma, São Paulo se torna um modelo a ser seguido; e nas pressões dos setores cafeicultores e industriais que acabaram por submeter outras regiões as necessidades econômicas do Sudeste. Todos esses apontamentos estavam em jogo na re-elaboração do “mito bandeirante” na década de 30, principalmente no ensaio *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo. Por outro lado, esse mesmo mito possibilitou ao Governo varguista autorizar-se como parte do “destino nacional”. O Estado Novo se coloca dentro de uma linha evolutiva, onde um “governo forte” guiado por um líder conciliador consegue unir vários interesses pelo bem comum, tornando-se a continuidade das Bandeiras no tempo. Cassiano Ricardo trabalha essa ponte entre o regional e o nacional em seu ensaio, pois ao explicar a influência das Bandeiras na formação social e política brasileira, cria-se a idéia do “espírito bandeirante” – pertencente ao paulista – que transcende a pura questão de conquista, ocupação e exploração do território – ela “caminha no tempo” – chegando a influenciar as representações políticas e até o próprio Estado moderno brasileiro. Pode-se dizer que os paulistas perderam a batalha nos campos, mas ganharam a guerra ideológica.

Ao relacionar as idéias de Cassiano Ricardo expostas no ensaio analisado, podemos perceber como elas confluem para uma ponte entre o passado e o presente, pois o autor busca justificar determinadas situações do presente a partir de uma interpretação do passado, ao mesmo tempo em que parte de acontecimentos e personagens do passado para justificar ações no presente. Ocorre uma relação entre o mítico e o histórico, pois ao pretender uma análise do passado histórico brasileiro, o autor acaba por valorizar o mito sobre o acontecimento, ou seja, o histórico é apropriado para a caracterização do principal mito ricardiano: a gênese do Estado moderno brasileiro. Também podemos destacar um diálogo entre o regional e o nacional, visto que a origem dos formadores da nacionalidade é essencialmente paulista, ou melhor, o mito parte do regional para se tornar sinônimo da identidade nacional. As idéias contidas no livro de Cassiano Ricardo também é a afirmação de uma Nação que busca projetar-se para o futuro, a partir de uma organização social construída através do tempo e no espaço. Esses são outros dois pares que compõem a narrativa do autor, pois o sertão (espaço) através dos tempos foi alvo de interferência humana inspiradas pelo bandeirantismo, e é por isso que na versão

ricardiana, as Bandeiras caminham no tempo em um espaço devidamente localizado. Nesse sentido, o autor pretende explicar a influência das Bandeiras na organização social e política brasileira dentro de uma relação de mão dupla entre passado-presente, a partir de uma explicação mítico-histórica da influência das Bandeiras na sociedade, para enfim demonstrar como a contradição entre regional-nacional se diluiu através de uma continuidade espaço-temporal.

E nesse modelo de explicação proposto pelo autor, o recurso de palavras conceitos – “pioneiro”, “desbravador”, “sertanista”, “raça”, “nacional”, “destino”, “heróis”, “união” – também emergem re-significadas por Cassiano Ricardo para idealizar o tipo de brasileiro produtivo que o Estado Novo pretendia. Além do tipo de brasileiro, o autor em *Marcha para Oeste*, utiliza-se do mesmo recurso – “democracia”, “solidariedade social”, “coletividade” – para definir a estrutura da Bandeira como gênese do Estado brasileiro. E é nessa configuração que podemos considerar que o ensaio *Marcha Para Oeste* de Cassiano Ricardo aproxima-se mais de um romance histórico da gênese do Estado Novo do que uma obra de ensaio crítico da formação social e política do Brasil.

A crítica ao sistema produtivo da Nordeste em contraposição a pequena propriedade da São Paulo colonial e da monocultura do café, expostas no ensaio, pretende afirmar a posição do Sudeste frente a outras estruturas produtivas, assim como, eleger uma nova forma de organizar o sistema produtivo nacional. Em meio a um contexto – década de 1920 e 1930 – de fortes tensões políticas e econômicas no campo e na cidade, debates ideológicos sobre sistemas econômicos e modelos de Estado, criação de um novo brasileiro, a falta de uma economia nacional e um mercado interno débil, Cassiano Ricardo não deixa de ser influenciado por esses questionamentos. Esse intelectual não só levanta questões pertinentes a intervenção do Estado nesses pontos, como tenta demonstrar que a forma como o Estado Novo está organizado é uma herança histórica e não uma organização fruto de debates ideológicos e estrangeiros. Podemos demonstrar como a explicação do autor reunida em *Marcha para Oeste* e o modelo de Estado adotado no Brasil estão lado a lado, ou seja, o ensaio é o resultado de uma “História” feita de frente pra trás.

Historicamente, segundo Cassiano Ricardo, a questão da mão-de-obra foi resolvida com a hierarquização das raças e sua função na organização social da Bandeira, cada qual exercendo suas atividades culturais: branco-cidade-comando, índio-sertão-movimento e o negro-campo-obediência. Tal hierarquização não está baseada em preconceitos raciais, pois a miscigenação, segundo o autor, diluiu os racismos. Este pressuposto vem combater as teorias que defendiam a pureza racial como responsável pelo fortalecimento de um povo, ou seja, contra a pureza racial elege-se a mistura das raças como fundamento da organização interna

da bandeira. E é esta relação que dá os primeiros passos no sentido de uma “democracia social tipicamente brasileira”, pois na “marcha” cabem todos, segundo a versão ricardiana. Durante o Estado Novo, o controle da mão-de-obra, em certo sentido, foi uma forma de afirmar que as ações do governo – em questões trabalhistas – pretendiam atender a todos os interesses classistas. Nas cidades a legislação procurou acatar algumas reivindicações trabalhistas, assim como, conseguiu suprimir as greves ao manter o controle dos sindicatos. A pressão das elites industriais por incentivos econômicos aumentava ainda mais o número de trabalhadores, devido ao aparecimento de novas fábricas, sendo necessária a intervenção do Estado nas tensões e normas entre patrões e empregados.

No campo, a necessidade aumentar a produção interna provocou a interferência do Estado, no entanto, as Leis Trabalhistas não alcançaram esse trabalhador, deixando intocáveis as relações de poder ali estabelecidas – a tradição como contrato de trabalho – ou melhor, uma forma de não interferir nas relações de poder entre os grandes latifundiários e seus agregados. Além de secretarias e departamentos voltados para o setor agrícola monocultor – trigo, café, entre outros – e o setor extrativista, o Governo Federal iniciou algumas colônias agrícolas formadas por pequenas propriedades. Estas surgiram com o intuito de se destinar a policultura e abastecimento do consumo interno, principalmente do Sudeste. Para ambas as propostas destinadas ao campo, era necessária a intervenção estatal para orientar a migração de excedentes populacionais para outras regiões do país, principalmente do Nordeste para o Norte e Centro-Oeste.

Ao considera que o ensaio é um meio de autorizar o Estado Novo a partir da caneta de um intelectual, podemos perceber que tanto o controle da mão-de-obra na cidade, como no campo, era divulgado pelo poder estatal como uma forma de demonstrar que o Estado buscava incluir a todos em seus programas. O governo tentava demonstrar essa preocupação ao instituir leis para o trabalhador urbano, e em regiões despovoadas, se repovoava com as migrações, ou seja, o controle da mão-de-obra torna-se a nova versão da “hierarquização funcional”, não mais definida pela raça, mas pelas necessidades econômicas e produtivas do país. Como a questão da raça no Brasil na década de 1930 estava relativamente sob controle, a relação entre negro e obediência no contexto pode ser resolvida ao lembrar que negro e campo também são pares. Neste sentido, o ensaio pode levar a entender que nessa nova “hierarquia funcional” a relação amplia-se para cidade-comando e campo-obediência, onde o camponês é inserido na nova “marcha” ao doar sua principal contribuição: a obediência. Por outro lado, a relação de comando e obediência não mais se resume a questões entre indivíduos, ou melhor, a relação cidade-comando e campo-odediência podem ser consideradas a defesa do domínio da cidade sobre o campo. Neste bojo, pretendia-se um trabalhador disciplinado e produtivo,

tanto na cidade, quanto na zona rural. Alegava-se que as greves não eram mais “necessárias”, pois o “Estado Bandeirante” tutelaria suas reivindicações, e os conflitos no campo não se justificariam, pois as migrações e a formação de colônias agrícolas devolveriam o agricultor a terra. Na versão de Cassiano Ricardo, assim como a Bandeira, o Estado a partir de 1930 vinha divulgando que visava incluir todas as potencialidades produtivas em um só objetivo: o crescimento e fortalecimento da Nação.

A gênese desse Estado que inclui a todos e abrange todas as potencialidades produtivas, segundo Cassiano Ricardo está na sociedade piratiningana. As Bandeiras originadas dessa sociedade eram Estados em miniatura, eles eram dotados de um líder com poder legislativo, executivo e judiciário que garantiria o exercício da “democracia social”. Esse líder também reunia todos os interesses em prol da coletividade, além de conquistar o território e dar os primeiros passos para a construção da nacionalidade. Esse Estado germinal garantia a “democracia social” sob a tutela do líder, que se transfigura no “herói” disciplinado das Bandeiras. E de acordo com esse pressuposto, Cassiano Ricardo justifica a existência de um “Estado Forte”, com um líder que garantisse a disciplina e obediência, para que, os vários interesses compartilhem da “democracia social tipicamente brasileira”, ou seja, é apoiado nessa reinterpretação da organização interna da Bandeira que o autor busca a origem do Estado moderno no Brasil. Neste sentido, pode-se perceber que o ensaio pretende justificar historicamente que não há porque contestar o Estado Novo, pois ele está nos primórdios da sociedade brasileira, e não apenas uma invenção de gabinete.

A partir da década de 20 ocorreu uma preocupação maior frente as modificações em três realidades espaciais: cidade, sertão e campo. Na cidade as transformações, como por exemplo, a urbanização e a industrialização, deram novo impulso as artes, ao surgimento de novos grupos sociais e ao fortalecimento de outros. Também surgiu a contestação da influência européia em vários seguimentos da sociedade, principalmente sobre as cidades do litoral. O campo, local de exploração dos agricultores pobres, de refúgio das oligarquias, espaço produtivo baseado no latifúndio e na monocultura, além de atrelado ao mercado internacional, era posto como uma realidade a ser superada. Entre a cidade e o campo existia o sertão, espaço abandonado e dono de imensas possibilidades de riquezas. Cassiano Ricardo unifica essas três visões ao dar sua versão das Bandeiras e de como a recuperação desse espírito conseguiria unificar essas três realidades, ou seja, o espaço posto como vazio deveria ser preenchido pela fusão entre o campo e a cidade.

Para Cassiano Ricardo, enquanto a sociedade piratiningana ainda não se instituiu em Bandeira, o sertão não era uma realidade brasileira. A partir do momento em que o bandeirante passa a conquistar o sertão, inicia-se uma cidade em marcha, assim como, nas

regiões de mineração cria-se um sistema produtivo típico dessa sociedade: a pequena propriedade. O bandeirante “histórico” segundo a versão ricardiana unificou essas três realidades, mas foi interrompida por influências estrangeiras. O café novamente possibilitou essa união, pois “ao longo dos cafezais iam surgindo cidades” que aos poucos se espalhavam pelo sertão despovoado. Em inúmeras vezes no livro, essa fusão é reivindicada como uma continuidade inerente ao destino da Nação, até porque, segundo o autor, o Estado estava retomando tal iniciativa através da campanha “Marcha para o Oeste”.

A “democracia social tipicamente brasileira” é outro tema de suma importância no ensaio de Cassiano Ricardo, essa democracia segundo o autor tem sua gênese na sociedade paulista colonial e se espalha pelo território brasileiro com as Bandeiras. Essa democracia se resume ao fato de todos exercerem suas aptidões, mas baseadas na “hierarquia funcional”, fundamentada na disciplina e na obediência, alguns dos principais sustentáculos da coletividade ricardiana. Esse tipo de democracia necessita de um Estado Forte e de um líder que conciliem todos os interesses em prol da coletividade. Seguindo esse ponto de vista, tal influência ainda paira sobre a sociedade brasileira e na forma como o Estado moderno é estruturado. Esse conceito de democracia busca se afastar da democracia liberal e política. Tal conceito, tanto exposto no ensaio *Marcha para Oeste*, quanto no discurso doutrinário varguista – como foi exposto no terceiro capítulo, Vargas defendia que o Estado Novo era uma democracia genuinamente brasileira – buscava defender que o brasileiro precisa era de uma democracia social e econômica, ou seja, uma diminuição da liberdade política em benefício de uma suposta participação de todos na coletividade do “Estado Bandeirante”.

Além desse tipo de democracia que teve origem nas Bandeiras e que “caminhou no tempo”, chegando até o Estado Novo, outra contribuição da sociedade bandeirante para o Brasil moderno é a formação da pequena propriedade. Uma estrutura democratizante segundo Cassiano Ricardo. A Bandeira sustentada pela pequena propriedade se contrapunha a estrutura feudal e monocultora do Nordeste, e da organização comunista dos índios, além de possibilitar a policultura. Segundo Cassiano Ricardo e outros intelectuais incorporados ao governo, o Estado brasileiro pós-30, assim como as Bandeiras, combateu os resquícios de feudalismo existente nas oligarquias agrárias e no Estado pós-37 combateu o comunismo desagregador. A pequena propriedade e a policultura tiveram seus primeiros passos na sociedade bandeirante, e como não poderia deixar de ser, essa tendência influencia o Brasil moderno. Na década de 30 a pequena propriedade e a policultura surgiram como solução para o problema de abastecimento nos grandes centros urbanos, tanto no que concerne a oferta de matéria-prima, quanto de alimentos. Neste sentido, o Governo Federal lança o *slogan* “Marcha para o Oeste” como suporte ideológico que visava reeditar as Bandeiras coloniais e

integrar os “espaços vazios” do sertão brasileiro – tanto pela monocultura, quanto pela pequena propriedade – aos grandes centros econômicos do país.

É interessante pensar que a ocupação do sertão pretendida pelo Governo Federal tinha como meta sustentar principalmente as necessidades do Sudeste. O mito paulista utilizado pelo Governo Federal como suporte simbólico, principalmente para fortalecer o mercado nacional, acabou servindo para submeter outras regiões aos interesses das elites regionais. Entre outros fatos que representam essa subordinação, podemos citar: a produção de gado do Mato Grosso e de Goiás praticamente destinada para o mercado consumidor do Sudeste, principalmente São Paulo; a expansão do café no Paraná aumentando a área de cultivo do principal produto que representava a elite paulista; o apóio ao extrativismo na Amazônia, principalmente da borracha, visando fortalecer a indústria do Sudeste e os grandes exportadores de São Paulo; sem falar no apóio a policultura, pois as capitais dessa região, por diversas vezes passavam por dificuldades de abastecimento de produtos alimentícios. Esses são alguns exemplos de como o “mito bandeirante”, posto ao lado do desenvolvimento econômico e produtivo nacional, possibilitou a construção de uma ideologia que autorizava o governo varguista, como parte de um destino nacional, além de eleger o paulista como herdeiro do “empreendedorismo bandeirante” e fortalecer ainda mais as elites regionais. É nesse sentido que afirmamos anteriormente que os paulistas perderam a batalha nos campos em 32, mas ganharam a guerra ideológica.

Para defender a produção do café como pertencente ao “espírito bandeirante”, o autor foi forçado a solucionar a contradição entre monocultura-latifúndio e policultura-pequena propriedade. Pra tanto, Cassiano Ricardo afirma que na monocultura do café coexiste a policultura e que o latifúndio cafeeiro não existe a relação feudal do latifúndio açucareiro. A valorização do café e a força simbólica que ele adquire, tanto no poema quanto no ensaio, busca não só valorizar a produção mais lucrativa de São Paulo, como também pretende desvalorizar a produção nordestina. Essa interpretação ridardiana do “mito bandeirante” não deixa de defender os interesses cafeeiros em um contexto de crise mundial, principalmente em um momento que o Governo Federal recebia forte pressão pelo salvamento financeiro dos produtores devido a desvalorização do produto.

Como podemos observar neste trabalho, algumas ações estatais e a própria forma como o Estado Novo estava organizado, são alvos de Cassiano Ricardo para elaborar um ensaio que pretende explicar a influência das Bandeiras na formação social e política da sociedade brasileira, ou melhor, o estadonovismo é autorizado a partir de uma releitura do passado que pretende justificar os traços históricos da situação do presente. O regime de governo adotado se apoiou nessa construção discursiva para agir no campo simbólico, pois ao

pretender uma justificação histórica para sua existência, o “mito bandeirante” – posto como fundador da Nação, defensor da unidade, criador de um Estado forte e guiado por um líder autoritário, e além de tudo, “democrático” – pareceu útil, passando a compor o conjunto ideológico. Em diversas vezes, até antes de 37, Vargas se referia ao espírito pioneiro dos bandeirantes, da mesma forma as enciclopédias do IBGE buscavam conhecer e descrever o território, para que os “novos bandeirantes dotados de novas técnicas” integrem o “vasto território despovoado” ao corpo da Nação. A campanha “Marcha para o Oeste” pretendia reeditar os feitos históricos ao apropriar-se da retórica de integração dos vastos territórios vazios do interior. A associação entre o Estado Novo e o “mito bandeirante” também foi bastante trabalhado pelos órgãos de imprensa e outros departamentos destinados a difusão doutrinária.

Em Goiás a associação entre integração do estado a economia nacional, a transferência da capital e a “Marcha para o Oeste” foram prontamente realizadas pelo poder estatal. A oposição regional contra a divisão do estado para a formação do estado do Tocantins – noticiada pelo jornal *O Popular* – expõem que os argumentos goianos eram contrários a quebra da unidade territorial, tida como cerne da unidade nacional. A campanha goianiense pela edificação de um símbolo que representasse os “pioneiros da Nação”, movimento que resultou na estátua do Bandeirante no centro na capital goiana, localizado – não por coincidência – na Avenida Anhaguera. Esses são apenas indícios de como a força do “mito bandeirante”, de certa forma acabou por influenciar a paisagem urbana da jovem capital. Eleva-se, a estátua de um bandeirante, de frente para o Oeste, em plena Avenida Anhaguera, isso demonstra por meio de um símbolo localizado no interior de Goiás, a presença e o domínio de uma região sobre outra, não mais o bandeirante de carne e osso, mas o bandeirante simbólico esculpido em uma peça de bronze.

Como tentamos expor, em meio a várias transformações políticas e sociais entre o início da década de 1920 e a primeira parte da década de 1940, desenvolveu-se uma ideologia baseada na busca das raízes da organização social e política brasileira, para enfim, encontrar as causas do atraso. Quando falamos em ideologia não falamos em falsear a realidade, mas em conjunto de idéias reunidas para a manutenção do poder. Tal ideologia, baseada na recuperação dos “sertões”, foi apropriada pelo Estado para lançar seu projeto de modernização brasileira. Reunido em torno da campanha “Marcha para o Oeste” o projeto de modernização pretendia incorporar o ditos “espaço vazios” na economia nacional e fortalecer o mercado interno. O “mito bandeirante” re-elaborado por Cassiano Ricardo e trabalhado em seu ensaio *“Marcha para Oeste”*, expõem como essa incorporação pretendida pelo Estado Novo faz parte de uma continuidade que teve seu início nas Bandeiras do ouro do século

XVII. Além da incorporação dos “sertões”, a necessidade de um Estado Forte, um Líder autoritário, a democracia, uma sociedade baseada na coletividade, entre outras características do regime estadonovista, estavam germinando nos primórdios da formação social e política do Brasil.

Por outro lado, a apropriação de um mito tipicamente regional – ou seja, paulista por excelência – pelo poder central acabou por impulsionar a economia do Sudeste em detrimento de outras regiões de economia tradicional, neste caso o Nordeste. Neste mesmo bojo, regiões tidas como abandonadas historicamente – Centro-Oeste e Norte – passaram a cumprir o papel de fornecedora de matéria-prima para os grandes centros urbanos. Além de uma organização regional do trabalho, esse projeto de modernização e o discurso que o subsidiou, possibilitou uma organização inter-regional do trabalho, pois as regiões não mais se articulavam diretamente com o poder central, mas dependiam da relação de uma região com outra sob o controle Estado.

Por fim, a re-elaboração do “mito bandeirante” articulado entre as idéias de um intelectual e a política subsidiaram a intervenção do Estado na forma de re-organização territorial e produtiva do país durante o Estado Novo. Um intelectual – Cassiano Ricardo – defendendo interesses paulistas transvertido em interesses nacionais e o Estado utilizando do mesmo recurso para justificar sua ação intervencionista. Acreditamos que essa é a grande contribuição deste trabalho, ou seja, a apropriação de símbolos e imagens para justificar determinadas ações no campo econômico e político.

BIBLIOGRAFIA

- ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. - 5ª edição - ed. ATLAS. São Paulo: 1987.
- BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz.- 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- BORGES, Barsanufio Gomide. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In Escritas da História: intelectuais e poder / Élio Cantalício Serpa ET AL. (Orgs.). – Goiânia: Ed. Da UCG, 2004, p.223-251.
- BRITO, Mário da Silva Brito. Prefácio. In. Meu caminho até ontem (poemas escolhidos) Ed. Saraiva: São Paulo, 1995.
- CHAUL, N. F. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: UFG, 1999.
- CODATO, Adriano Nervo e GUANDALINI, Walter Guandalini. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. CPDOC/FGV Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.
- CORRÊA, Nereu. Cassiano Ricardo, o prosador e o poeta. 2ª ed. Revisada e aumentada. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1976.
- CORRÊA, Roberto L. Região e Organização Espacial. 2ª edição. Editora Ática: São Paulo, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). Editora Alfa-Omega, São Paulo: 1980.
- CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. Ed. PAPIROS. Campinas São Paulo 1998.

- DUARTE da SILVA, Luiz Sérgio. Progresso e Sertão Goiano: a Espera. In. BOTELHO, T. (org) Goiânia: cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.
- FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano, V 3: sociedade e política (1930-1964) – 3ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FERRAZ, H. Cidade e vida. São Paulo: Siorlecci, 1996.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: Dois momentos no processo de expansão da Fronteira Agrícola. In. Fronteira/Catherine, org.; Bertha Becker... et al. – Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, c1988.
- FERREIRA, Jerusa. Notícias sobre Martim Cererê de Cassiano Ricardo. Quatro Artes Editora. São Paulo: 1970.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: LOYOLA, 1999.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Análise do discurso em Ciências Sociais/ A. J. Greimas, E Landowski; Tradução e Prefácio Cidmar Teodoro Pais. – São Paulo: Global, 1986.
- IANNI, Octavio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986.
- IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento Brasileiro. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 176-187
- IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- LENHARO, Alcir. Colonização e Trabalho no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1981.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas. 2ª ed. SP: Papyrus, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1990.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LIPPI, L.: A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos vol. V (suplemento), 195-215 julho 1998.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

- MARTINS, Wilson. O Modernismo (1916-1945). Editora Cultrix São Paulo 3ª edição. 1969.
- MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira VOL. VI (1915-1933). São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica 229-242/ As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. 243-272. In LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1990.
- MOISÉS, Massaud. Dicionário de Termos Literários. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: Univap, 2003.
- NETO, Manuel Pacheco. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. Universidade Federal da Grande Dourados. Educação e Fronteiras, Dourados, MS, v.1, n. 2, jul./dez. 2007, p.104-117.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. – 5ª edição – São Paulo: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. – 2ª edição – São Paulo: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e leitura. – 5ª edição – Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia. Poesia, Mito e História no Modernismo Brasileiro. São Paulo, SP; Blumenau, SC: Editora UNESP: Edifurb, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PALACÍN, Luis. História de Goiás – 6ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- PALACÍN, Luis. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986.

- PEREZ, Renard. Escritores brasileiros contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- RICARDO, Cassiano. Jeremias sem-chorar; notas didáticas por Oswaldo Mariano. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- RICARDO, Cassiano. Meu caminho até ontem (poemas escolhidos) Ed. Saraiva: São Paulo, 1995.
- RICARDO, Cassiano. Seleta em prosa e verso; organização, estudo e notas da professora Nelly Novaes Coelho. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. Viagem no tempo e no espaço. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- SILVA, Hélio. O pensamento político de Vargas. Porto Alegre, L&PM, 1980.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. HISTÓRIA SOCIAL. Campinas – SP. nº 13 – 2007 p.151-171.
- SOUZA, Moizeis Sobreira de. Martim Cererê: um modelo de epopéia moderna. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Dossiê: literatura, oralidade e memória. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 04 N. 01 – jan/jun 2008.
- TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros e MARTINS JUNIOR, Carlos Martins. A Marcha para Oeste e Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR. "Patrimônio Histórico no Século XXI". Jacarezinho, dos dias 21 a 24 de Maio de 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1.
- VELASCO, Lana Cavalcante. Divisão regional do Brasil a partir da divisão regional do trabalho. B. Goiano Geogr. (1-2). jan./dez 1987/88, p.117-133.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). DIFEL Rio de Janeiro – 1979.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação Mônica Pimenta Velloso. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1987, p.239-263.

FONTES

IBGE. Amazônia Brasileira: excerpts da “revista Brasileira de Geografia”. Rio de Janeiro Segraf 1944.

GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

GUIMARÃES, Fábio de M. Soares – Divisão regional do Brasil, em Revista Brasileira de Geografia, ano III, n.º 2, Rio de Janeiro, 1941.

RICARDO, Cassiano. Martim Cererê (o Brasil dos meninos dos poetas e dos heróis) 16 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1983.

RICARDO, Cassiano. Marcha Para Oeste. 4ª edição. Coleção Documentos Brasileiros. Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1970.

RICARDO, Cassiano. O Brasil no Original. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira 1936.

RICARDO, Cassiano. O homem cordial. 1959.

Poemas

Ladainha – (RICARDO: 1983, p-33)

Tropel de Gigantes – (RICARDO: 1983, p-)

A Zanga DÉL-REY– (RICARDO: 1983, p-)

Canimá, O Feiticeiro– (RICARDO: 1983, p-)

O “sem-fim” – (RICARDO: 1983, p-

- O Gigante N°7– (RICARDO: 1983, p-)
- Gigante N° 3– (RICARDO: 1983, p-)
- O “Achamento” – (RICARDO: 1983, p-)
- As pedras verdes – (RICARDO: 1983, p-89)
- Canto de Guerra – (RICARDO: 1983, p-14)
- Onde estaria a noite? – (RICARDO: 1983, p-39)
- Noite na terra – (RICARDO: 1983, p-43)
- Coema Piranga – (Ricardo: 1983, p-8)
- Conjugo Vobis – (RICARDO: 1983, p-47)
- A esperança mora ao Oeste – (RICARDO: 1983, p-99)
- Brasil-menino – (RICARDO: 1983, p-154)
- Café expresso – (RICARDO: 1983, p-148)
- A Raça Cósmica – (RICARDO: 1983, p-56)
- O Último Gigante – (RICARDO: 1983, p-125)
- Exortação – (RICARDO: 1983, p-151)
- O Gigante N° 5 – (RICARDO: 1983, p-110)

Pronunciamentos

- Rumo ao Oeste. In. GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.
- O verdadeiro sentido de brasilidade. In GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.
- Contra os Extremismos de Esquerda. In GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

No limiar do ano de 1938. In: VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. RJ: Livraria José Olympio Ed, 1938, volume V.

O prefácio do Estado Novo. In. GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

A essência democrática do Estado Novo. In. GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

A imagem da Pátria unida. In. GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

Periódicos

Jornal O Popular: Ano I, 19 de maio de 1938, Número XX

Jornal O Popular: Ano I, 21 de agosto de 1938; Número XVIII

Jornal O Popular: Ano I, 28 de Junho de 1938; Número XXIII.

Jornal O Popular: Ano VI, 27 de janeiro de 1944; Número 519

Jornal o Popular: Ano VI, 17 de setembro de 1944; Número 577

Cartas

De Getúlio Vargas para Cassiano Ricardo. In. MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: Univap, 2003.

De Cassiano Ricardo para Mario de Andrade. 31 de outubro de 1936 In. MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: Univap, 2003.

Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: Univap, 2003.